

ISSN 0103-4979

Salvador, v. 31, n. 82, p. 1-206

Jan./Abr. 2018

publicação quadrimestral

# Caderno CRH

Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades



Caderno CRH é uma publicação quadrimestral do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH centro de pesquisas em ciências sociais, vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Este periódico está classificado no Qualis-Capes - base 2013, no Estrato A1.  
Portal de periódicos da Capes - [www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br)

**Indexação/Indexed in:** Redalyc, Sociological Abstracts (ProQuest), CLASE - Citas Latinoamericanas en Sociologia y Economía, Oasis.br, SciELO-Brasil, Scopus, CLACSO, IRESIE, Google Acadêmico, IBICT Oásis.br

---

Caderno CRH: revista do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH/UFBA.  
n.1 (1987) - Salvador, UFBA, 2018.

Quadrimestral  
ISSN 0103-4979

1. Requalificação urbana 2. Espaço público 3. Crime 4. Ordenação espacial  
I. Universidade Federal da Bahia II. Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH/UFBA  
CDU: 3(05)

---

**REITOR UFBA:**

*João Carlos Salles*

**DIRETOR FFCH:**

*Maria Hilda Baqueiro Paraíso*

**COORDENAÇÃO CRH:**

*Alvino Oliveira Sanches Filho*

**EDITOR CIENTÍFICO:**

*Iracema Brandão Guimarães*

**COEDITOR CIENTÍFICO:**

*Cristiana Mercuri, Jair Batista da Silva*

**EDITORES DE RESENHA:**

*Graça Druck, Jair Batista da Silva*

**EDITOR ASSISTENTE:**

*Maria Auxiliadora dos Santos Alencar*

**SECRETARIA EXECUTIVA:**

*Maria Auxiliadora dos Santos Alencar*

A coordenação editorial do Dossiê desse número é de responsabilidade de *John Gledhill* e *Maria Gabriela Hita*

**CONSELHO DE REDAÇÃO:**

*Alvino Oliveira Sanches Filho, Anete Brito Leal Ivo, Graça Druck, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Iracema Brandão Guimarães, Jair Batista da Silva, Paulo Fabio Dantas Neto*

**CONSELHO EDITORIAL:**

*Afrânio Garcia* (EHESS-FR), *Alda Britto da Motta* (UFBA-BA), *Beatriz Heredia* (UFRJ-RJ), *Benício Viero Schmidt* (UnB-DF), *Carlos Benedito Martins* (UnB-DF), *César Barreira* (UFCE-CE), *Claudia Fonseca* (UFRGS-RS), *Emilio Horacio Taddei* (UBA-CONICET-AR), *Francisco de Oliveira* (USP-SP), *Helena Hirata* (CNRS-FR), *Ilse Scherer-Warren* (UFSC-SC), *Jacob Carlos Lima* (UFSCar-SP), *José Crisóstomo de Souza* (UFBA-BA), *José Ricardo Ramalho* (UFRJ-RJ), *José Vicente Tavares dos Santos* (UFRGS-RS), *Júlia Silva Guivant* (UFSC-SC), *Lia Zanotta Machado* (UnB-DF), *Lícia Valladares* (Univ. Lille-FR/URBANDATA), *Luiz Antônio Machado da Silva* (UFRJ-RJ), *Renato Boschi* (IUPERJ-RJ), *Sérgio Azevedo* (UENF-RJ), *Silke Weber* (UFPE-PE), *Vanda Sá Barreto* (CEAO/UFBA), *Vera da Silva Telles* (USP-SP)

**EDIÇÃO**

**PROJETO E COORDENAÇÃO GRÁFICA:**

*Dadá Marques*

**NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA:**

*Birne de Lira, Leticia Oliveira de Araújo*

**REVISÃO DE LINGUAGEM:**

*Ana Maria de Carvalho Luz*

**TRADUÇÃO DE RESUMOS:**

*Patricia Chantal Marie Spielmann - Francês*

**CAPA:**

Ilustração (sem título) de *Stephan Eleutheriadis*, publicada no Calendário BRASIL/ARTES - 1980, editado pela Colorama Propaganda Fototécnica e Artes Gráficas Ltda - Rio de Janeiro.

A revista conta com o corpo de funcionários do CRH/UFBA, nas suas diversas áreas de competências.

Aceita-se permuta / *Exchanges desired*

Tiragem: 500 exemplares

Circulação: Abril 2018

**Correspondência e Assinatura:**

Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades – CRH/FFCH/UFBA  
Editoria “*Caderno CRH*”

Estrada de São Lázaro, 197 – Federação

40.210-730 Salvador – Bahia – Brasil

Fone: 55 (71) 3283-5857 Fax: 55 (71) 3283-5851

[www.cadernocrh.ufba.br](http://www.cadernocrh.ufba.br)

[www.scielo.br/ccrh](http://www.scielo.br/ccrh)

[revcrh@ufba.br](mailto:revcrh@ufba.br)

A impressão da presente revista foi viabilizada com recursos oriundos de acordo judicial firmado nos autos do processo n. 0001357-38.2014.5.20.0003, em que o Ministério Público do Trabalho em Sergipe litigou contra a empresa Cencosud Brasil Comercial Ltda.



Programa de Apoio



Beneficiário de auxílio financeiro da CAPES



- Augusto Antonio Campelo Cabral* Doutor em Geografia (Geografia Humana), com área de concentração em Regionalização e Análise Regional pela Universidade Federal de Pernambuco UFPE, Brasil. Foi professor no Curso de Pós-graduação em Educação Ambiental, realizada pela Autarquia Educacional de Serra Talhada em parceria com o Instituto Superior de Educação de Salgueiro (2005) e professor na Faculdade Decisão FADE - PE (2012). Atualmente é docente efetivo da Secretaria de Educação de Pernambuco, lotado na Escola de Referência em Ensino Médio Santa Paula Frassinetti (2015).
- Carlos Henrique Lopes Pinheiro* Doutor em Sociologia. Pós-doutorado em Educação: conhecimento e inclusão social. Professor do Instituto de Humanidades e Letras e do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades. Lidera o Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Educação, Cidades e Territórios, desenvolvendo pesquisas nas áreas de Educação Superior; Trabalho Docente; Cidades, Territórios e Políticas Públicas. Suas mais recentes publicações são: *O processo de des(re) territorialização na comunidade do Tomé, Chapada do Apodi-CE*. In: Antonio Vieira da Silva Filho; Jeannette Filomeno Pouchain Ramos; Roberto Kennedy Gomes Franco. (Org.). *Ensaio Interdisciplinares em Humanidades*. 1ed. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2017, v. 1, p. 114-134; *A interdisciplinaridade no ensino médio: apontamentos iniciais sobre reflexões e experiências docentes no Maciço do Baturité-CE*. In: Antonio Vieira da Silva Filho; Jeannette Filomeno Pouchain Ramos; Roberto Kennedy Gomes Franco. (Org.). *Ensaio Interdisciplinares em Humanidades*. 1ed. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2017, v. 1, p. 135-154; *Condições de trabalho na educação superior e organização docente na perspectiva recente das políticas educacionais brasileiras. O público e o privado*, v. 01, p. 43-54, 2015.
- Elisabete Santos* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – IFCH/UNICAMP. Professora da Escola de Administração da UFBA. Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais – NEPOL/CIAGS/NPGA-UFBA. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Águas – Grupo Águas/CNPq. Ex-Coordenadora da Coordenadoria de Produção de Indicadores Urbano-Ambientais da SEDHAM/PMS e Ex-Editora da Revista VeraCidade. Desenvolve pesquisa nas áreas de política e gestão urbano-ambiental, gestão de serviços públicos, política ambiental e das águas, sustentabilidade, políticas públicas e direito à cidade e indicadores urbano-ambientais. Publicações recentes: *Memória organizacional e construção de identidade: uma análise da mobilização e organização social no Conjunto Palmeira*. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 8, p. 235-246, 2016; *Limitações do ambiente institucional-normativo de acesso aos recursos públicos do saneamento básico*. *Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologias Ambientais*, v. 4, p. 297-319, 2016; *Gestão social: uma análise crítica de experiências brasileiras*. *Revista do Serviço Público*, v. 62, p. 93-115, 2015; *Aporias em torno do conceito de gestão social: dilemas teóricos e políticos*. *Rege*. *Revista de Gestão USP*, v. 22, p. 155-172, 2015.
- Fátima Regina Cecchetto* Doutora em Saúde Coletiva. Pesquisadora do Instituto Oswaldo Cruz, Professora do programa de Pós Graduação da Escola Nacional de Saúde Pública (FIOCRUZ). Publicações recentes: *Homicídios no Rio de Janeiro, Brasil: uma análise da violência letal*, com CARDOSO, L. G.; CORRÊA, J.S.; SOUSA, T. In: *Ciência & Saúde Coletiva (Online)* **JCR**, v. 21, p. 1277-1288, 2016; *Violências percebidas por homens adolescentes na interação afetivo-sexual em dez cidades brasileiras*, com OLIVEIRA, QUEITI BATISTA MOREIRA; NJAINE, KATHIE; MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA. In: *Interface (Botucatu. Online)*, v. 20, p. 853-864, 2016.

- Gastón Caligaris* Doctor en Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. Docente investigador con dedicación exclusiva en la Universidad Nacional de Quilmes. Ha publicado libros, artículos y capítulos de libro en revistas y editoriales académicas sobre temas vinculados a la teoría marxista, la economía argentina y la producción agraria pampeana. Sus dos últimos libros son *Acumulación de capital y sujetos sociales en la producción agraria pampeana (1196-2013)*, Teseo / Sociales UBA, Buenos Aires, 2017 y *Trabajo, valor y capital. De la crítica marxiana de la economía política al capitalismo contemporáneo*, Editorial UNQ, Bernal, 2017 (en co-autoría con Guido Starosta).
- Guido Starosta* Doctor en Sociología de la Universidad de Warwick en Reino Unido. Docente investigador con dedicación exclusiva en la Universidad Nacional de Quilmes. Investigador Adjunto del CONICET. Ha publicado libros, artículos y capítulos de libro en revistas y editoriales académicas sobre teoría marxista del valor, método dialéctico y división internacional del trabajo. Sus dos últimos libros son *Marx's Capital, method and revolutionary subjectivity*, Brill Academic Publishers, Leiden, 2016 y *Trabajo, valor y capital. De la crítica marxiana de la economía política al capitalismo contemporáneo*, Editorial UNQ, Bernal, 2017 (en co-autoría con Gastón Caligaris).
- Heitor Frúgoli Jr.* Doutor em Sociologia. Pós-doutorado no Instituto Universitário de Lisboa. Livre-docente em Antropologia na FFLCH-USP. Professor do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Trabalha com diversos temas relacionados ao campo da antropologia da cidade. Publicou, entre outros textos, *Sociabilidade urbana* (Rio de Janeiro, Zahar, 2007) e organizou (com L. Kowarick) a coletânea *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos* (S. Paulo, Ed. 34, 2016).
- Jacqueline de Oliveira Muniz* Antropóloga. Doutora em Ciência Política. Professora Adjunta do Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF). Integrante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Organizadora, com Eduardo Paes-Machado, do Dossiê Policiamento e Polícia, Caderno CRH 60, v.23, n. 60 – set/dez. 2010. Publicações recentes: *Nem tão perto, nem tão longe: o dilema da construção da autoridade policial nas UPPs*, com Kátia Sento Sé Melo. In: *Civitas: Revista de Ciências Sociais* (Impresso), v. 15, p. 44-65, 2015; *Moralidades entrecruzadas nas UPPs: Uma narrativa policial*, com Elizabete Albernaz. In: *Cadernos Ciências Sociais*, v. II, p. 113-149, 2015.
- John F. Collins* Doutor em Antropologia Cultural pela University of Michigan, Ann Arbor. Trabalha com espaço urbano, historicidade, biopolítica e políticas raciais no Brasil e nos Estados Unidos, com atenção especial para os centros históricos e a mercantilização da cultura e da memória. Publicou, entre outros textos, o livro: *Revolt of the Saints: Memory and Redemption in the Twilight of Brazilian Racial Democracy* (Durham: Duke University Press, 2015), que analisa as negociações do espaço e a vida cotidiana entre moradores do Pelourinho e o Estado baiano no contexto da mais recente “restauração” do Centro Histórico de Salvador.
- John Gledhill* Professor Emérito da Universidade de Manchester, editor da revista internacional *Critique of Anthropology*, e membro da Academia de Ciências Sociais do Reino Unido e da Academia Britânica. Tem realizado pesquisas etnográficas e históricas no México e no Brasil sobre uma variedade de temas e populações indígenas e mestiças, tanto em zonas rurais quanto urbanas, e sobre migração internacional e relações transnacionais. Seus livros monográficos mais recentes são: *The New War Against the Poor: the production of insecurity in Latin America* (Zed Books, 2015) e *La cara oculta de la inseguridad en México* (Paidós, 2017)

*Maria da Glória Gohn* Doutora em Ciência Política. Pós Doc em Sociologia na New School University/N. York. Professora do Titular do Departamento de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Profa. Visitante Senior da UFABC. Integra o *Núcleo de Pesquisa GEMDEC/FE/UNICAMP*, desenvolvendo pesquisas na área de Sociologia. Bolsista PQ CNPq nível 1A. Publicações recentes: *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes* na atualidade. São Paulo: Ed Cortez, 2017, 125 págs.; *Movimientos sociales en América Latina: Marcos Teórico-Metodológicos* in Leopoldo Múnera (Universidad Nacional de Colombia), Casimiro Balsa (Universidad Nova de Lisboa) y Guy Baijoit (Universidad Católica de Lovain) (Orgs). Saberes Múltiples y Ciencias Sociales y Políticas. Universidad Nacional de Colombia .Bogotá. 2018; *Proceso de formação do empreendedor social: um estudo a partir de narrativas de história de vida*. Revista Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro. Ed Fundação Cesgranrio. v. 27 n. 99, 2018; *Gestão pública e os conselhos: revisitando a participação na esfera institucional*. Dossiê: Políticas Sociais na América Latina. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC. Universidade de Brasília - UnB. 2017. v. 10, n. 3, p 15-28.

*Maria Gabriela Hita* Doutora em Antropologia pela UNICAMP. Professora do Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e o de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia. PQ-2 do CNPq no Núcleo de Estudos em Ciências Sociais, Ambiente e Saúde (ECSAS/PPGCS). Fez visitas acadêmicas Pós-doutorais na Universidade de Manchester – Reino Unido (em 2008, 2013 e 2018). Desenvolve pesquisas sobre temas urbanos e pobreza, gênero, família, parentesco, saúde e raça. Entre seus principais livros publicados estão: *A casa de mulheres n'outro terreiro: famílias matriarcais em Salvador* (2014); *Disputas em torno do Espaço Urbano: processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade* (2017), co-organizado com Gledhill e Perlman; *Raça, racismo e genética em debates científicos e controvérsias sociais* (Org.) (2017)

*Mariano D. Perelman* Doctor en Antropología por la Universidad de Buenos Aires (UBA), docente del departamento de Antropología de la UBA y del programa de doctorado en Ciencias Sociales de la UBA. Investigador Adjunto del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Argentina). Ha publicado decenas de artículos académicos en revistas internacionales y capítulos de libros. Es editor de los libros *Ciudades Latinoamericanas. Desigualdad, segregación y tolerancia* (junto a Mercedes Di Virgilio), *Disputas em torno do espaço urbano processos de produção/construção e apropriação da cidade* (Junto a John Gledhill y María Gabriela Hita), y *Fronteras en la ciudad: (re)producción de desigualdades y conflictos urbanos* (junto a Martín Boy).

*Mário Henrique Castro Benevides* Doutor em Sociologia. Professor Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Instituto de Humanidades e Letras. Curso de Licenciatura em Sociologia. Lidera o Grupo de Pesquisa em Narrativa, Política e Pensamento Social no Sul Global, desenvolvendo pesquisas na área de Ciências Sociais, com ênfase em Teoria Social, Sociologia Política e Sociologia dos Imaginários e da Cultura. Suas mais recentes publicações são: *Os meios de produção da definição: desenvolvimento, regionalização e poder na ação discursiva do estado no Brasil*. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, p. 221-257, 2017; *Condições de trabalho na educação superior e organização docente na perspectiva recente das políticas educacionais brasileiras*. O Público e o Privado (UECE), v. 25, p. 43-54, 2015.

- Martijn Koster* Doutor em Sociologia do Desenvolvimento pela Wageningen University, Holanda (2009). Os seus interesses de pesquisa incluem governança urbana participativa, cidadania, exclusão social, política informal e planejamento urbano. Ele realizou pesquisas no Brasil e na Holanda. Ele é professor no Departamento de Antropologia e Estudos de Desenvolvimento na Radboud University Nijmegen, Holanda. Atualmente, ele coordena o projeto de pesquisa “Governança urbana participativa entre democracia e clientelismo”, financiado pelo European Research Council. O programa inclui estudos no Brasil, Colômbia, Inglaterra e Holanda.
- Monique Nuijten* Doutora em Sociologia do Desenvolvimento pela Wageningen University, Holanda. Os seus interesses de pesquisa incluem, Estado e poder local, projetos de desenvolvimento, organização de base e política popular. Ela realizou pesquisas no México, Peru, Brasil e na Espanha. Ela é professora de antropologia política no Departamento de Sociologia de Desenvolvimento e Cambio na Wageningen University, Holanda. Atualmente, ela coordena o projeto de pesquisa “Agencia política de base: movimentos sociais y ativismo político”.
- Pieter de Vries* Doutor em Ciências Agrícola na Wageningen University. Trabalha com temas relacionados à intermediação política e desenvolvimento urbano e desenvolvimento desde uma perspectiva lacaniana/deleuziana; Publicou, entre outros textos os artigos Comunidad y desarrollo en los Andes Peruanos. Una crítica etnográfica al programa de modernidad/colonialidad. Sociologias, 15(33), em 2013 e ‘The inconsistent city, participatory planning, and the part of no part in Recife, Brazil’. Antipode, 48(3), 790-808, em 2017.
- Renata Alvarez Rossi* Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente atua na administração pública como Coordenadora de Desenvolvimento Agrário no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Rural/Governo do Estado da Bahia. Pesquisadora associada do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da Escola de Administração (UFBA). Tem experiência no campo da Administração e Políticas Públicas atuando principalmente nos seguintes temas: estrutura e transformação do Estado, regulação, conflitos socioambientais, direito à terra e à água.
- Rodrigo de Araujo Monteiro* Sociólogo. Doutor em Saúde Coletiva, Professor Adjunto de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador do Laboratório de Pesquisa e Ensino de Ciências Sociais (LAPECS). Publicações recentes: “A pacificação e suas tramas: conflitos em torno da construção de normas sociais em duas favelas cariocas”. In Sistema Penal & Violência: V. 7, n. 2, p. 127-136, dez. 2015; “As UPPs e o Espaço Urbano: conflitos, política pública e violência”. In: John Gledhill; Maria Gabriela Hita; Mariano Perelman. (Org.). Disputas em torno do espaço urbano. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2017, v. 1, p. 237-262.

09	ATORES EM DISPUTAS URBANAS: os espaços contenciosos do urbanismo neoliberal - INTRODUÇÃO <b>John Gledhill, Maria Gabriela Hita</b>
25	CULTURA, CONTEÚDO E CERCAMENTO DO SER HUMANO: herança intangível da UNESCO no novo milênio <b>John F. Collins</b>
39	REQUALIFICAÇÃO URBANA E DESPEJOS EM CENTROS NOVO E ANTIGO DE SALVADOR <b>John Gledhill, Maria Gabriela Hita</b>
59	REGIMES DE ORDENAÇÃO ESPACIAL NO BRASIL: a fusão de Neoliberalismo, populismo de esquerda e visões modernistas na urbanização de favelas no Recife <b>Monique Nuijten, Martijn Koster, Pieter de Vries, Augusto Antonio Campelo Cabral</b>
75	ATIVISMOS URBANOS EM SÃO PAULO <b>Heitor Frúgoli Jr.</b>
87	DISPUTAS EN TORNO AL USO DEL ESPACIO PÚBLICO EN BUENOS AIRES <b>Mariano D. Perelman</b>
99	“BASTA TÁ DO LADO” – a construção social do envolvido com o crime <b>Fátima Regina Cecchetto, Jacqueline de Oliveira Muniz, Rodrigo de Araujo Monteiro</b>
117	JOVENS NA POLÍTICA NA ATUALIDADE – uma nova cultura de participação <b>Maria da Glória Gohn</b>
135	LA DETERMINACIÓN DEL “ELEMENTO HISTÓRICO Y MORAL” DEL VALOR DE LA FUERZA DE TRABAJO <b>Gastón Caligaris, Guido Starosta</b>
151	CONFLITO E REGULAÇÃO DAS ÁGUAS NO BRASIL – a experiência do Salitre <b>Renata Alvarez Rossi, Elisabete Santos</b>
169	NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS: abordagens metodológicas a partir da UNILAB <b>Mario Henrique Castro Benevides, Carlos Henrique Lopes Pinheiro</b>
<b>RESENHAS</b>	
187	A NOVA RAZÃO DO MUNDO: ensaio sobre a sociedade neoliberal de Pierre Dardot e Christian Laval <b>Felipe Queiroz</b>
193	A METRÓPOLE EM QUESTÃO: desafios da transição urbana de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro <b>Marcelo Gomes Ribeiro</b>
197	A EMERGÊNCIA DA TEORIA SOCIOLOGICA de Jonathan Turner et al <b>Jesus Izquierdo</b>
201	CONCILIAÇÃO TRABALHISTA: ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores na periferia do capitalismo de Jaime Hillesheim <b>Jacqueline Samagaia</b>
205	TABLE OF CONTENTS
206	TABLE DES MATIÈRES





# ATORES EM DISPUTAS URBANAS: os espaços contenciosos do urbanismo neoliberal

## INTRODUÇÃO

*John Gledhill\**  
*Maria Gabriela Hita\*\**

Depois da crise dos anos oitenta do século passado, conhecida como “a década perdida”, o urbanismo das grandes metrópoles latino-americanas concentrou-se, frequentemente, no “resgate” de seus centros históricos, que entraram em decadência durante a época de impulso do “alto modernismo” em estados desenvolvimentistas. Nessa virada, ao se falar de projetos urbanísticos para essas regiões de patrimônio histórico, se estava fazendo referência a processos de reabilitação, revitalização, restauração e renovação das cidades. Não é, tampouco, um mero acaso que perspectivas nostálgicas e “pós-modernas”, levantadas em torno das reformas das cidades, corresponderem à adoção de políticas neoliberais apresentadas como as respostas ideais para a saída da crise (Klaufus, 2015). Durante os anos noventa, o mercado tornou-se uma solução recomendada

para todos os problemas econômicos e sociais. A revitalização dos centros históricos não somente foi um bom negócio para alguns dos atores sociais envolvidos, mas também foi capaz de produzir novos tipos de negócios, criando um mercado promissor, que passou a comercializar como produto o “patrimônio histórico” arquitetônico, artístico e cultural, voltando-se para servir a um mercado orientado para as camadas sociais mais ricas dessas cidades e para turistas nacionais e estrangeiros, o que permitiu um maior desenvolvimento de setores de serviços complementares, restaurantes, bares, hotéis estilo boutique e lugares de produção de espetáculos e *shows*. O preço pago pela reabilitação desses espaços de alto valor histórico, na maioria dos casos, não foi apenas o despejo de moradores pobres que neles se tinham assentado durante a época de “decadência” do lugar (do ponto de vista das elites), mas também a exclusão ou perseguição de outros atores sociais, especialmente aqueles dedicados ao comércio de rua e ambulantes, cuja presença passou a ser “não desejada” nesses espaços recuperados e agora mais “respeitáveis” (também do ponto de vista das elites). Por esse motivo, tais espa-

\* Universidade de Manchester. Departamento de Antropologia Social. Oxford Road. Manchester M13 9PL. Reino Unido. john.gledhill@manchester.ac.uk

\*\* Universidade Federal da Bahia (UFBA). Departamento de Sociologia. Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM). R. Prof. Aristides Novis, 197, Federação. Cep: 40210-909. Salvador – Bahia –Brazil. mghita63@gmail.com

ços passaram a ser fortemente vigiados pela polícia e por pessoas contratadas por comerciantes como seguranças privados.

Portanto, o que é considerado “revitalização” – da perspectiva capitalista e de certos grupos e classes sociais que desse processo se beneficiaram – carrega também a significação de exclusão social para outro conjunto de cidadãos. E mais que isso: uma negação da ampla cidadania de alguns deles quando se trata do seu restrito acesso ao espaço público. No Brasil, como em muitos outros países, tais como os Estados Unidos da América e países europeus, a lógica do modelo neoliberal de desenvolvimento urbano continua produzindo novas exclusões e despejos de populações pobres dos centros em direção às periferias urbanas, por meio da gentrificação cada vez mais generalizada e que não se aplica apenas a casos de áreas centrais e históricas. Esses processos de gentrificação, hoje, são também resultantes da implantação de centros comerciais e condomínios fechados e da construção de novas redes de transporte urbano nas cidades, gerando novas dinâmicas e processos de redefinição e produção geo e socioespacial em cada microrregião do território urbano.

Há uma relação importante entre o capitalismo financeiro rentista e as mudanças na geografia social das grandes metrópoles (Sassen, 2012). Como demonstra o caso de Londres, sem políticas adequadas de controle de arrendamentos nem programas para fomentar a construção de moradias populares, o que se produz é, cada vez mais, um processo de “limpeza social”. Mas em Londres não se trata simplesmente da expulsão de trabalhadores pobres em direção à periferia, pois até os membros da classe média, que antes moravam em bairros centrais, já estão buscando casas em zonas mais distantes do centro. Os edifícios onde eles moravam, em épocas anteriores, têm sido comprados como inversões com fins especulativos por estrangeiros ricos, muitas das vezes ficando sem ocupantes. O centro dessa urbe, com 8.63 milhões de habitantes, tem se

convertido em uma reserva de “dinheiro global” (Goldfarb, 2013).

No caso das grandes urbes latino-americanas, uma lógica especulativa também prevalece no atual contexto de valorização imobiliária e de requalificação urbana. O Brasil se destaca pela sua elite rentista e os vantajosos lucros de seu setor bancário. Seu modelo de desenvolvimento urbano atual favorece o “consumo” da cidade pela classe média alta doméstica e por turistas estrangeiros, porque esse modelo oferece um tipo de inversão idôneo para o capital financeiro. A privatização do espaço público, a remoção de populações “inconvenientes” e a “gentrificação” das favelas localizadas em zonas centrais constituem o outro lado da moeda dessa utopia neoliberal. A securitização da pobreza – quer dizer, a representação dos favelados como uma “ameaça” ao resto da sociedade – é uma condição imprescindível para levar adiante esse projeto, mas também é importante indagar um pouco mais sobre o processo de “acumulação por espoliação” por trás da construção da nova cidade por parte do capital financeiro, já que os bairros populares têm sido construídos principalmente com os esforços de seus próprios moradores. Trata-se de uma verdadeira luta de classes, porque o processo desvaloriza o “capital” dos pobres ao mesmo tempo em que aumenta o valor do capital das elites financeiras.

O processo de despejo associado com o estilo dominante de desenvolvimento urbano destrói o “capital” do indivíduo e (ou) da família despejada, sem necessariamente oferecer-lhes uma recompensa monetária adequada para reparar o dano a seu patrimônio, tampouco, nos casos de realocações forçadas em outro lugar, há o provimento de um lar adequado a suas necessidades. Um lar adequado tem de compensar a perda de valor de uso: por exemplo, a nova casa precisa ser de um tamanho adequado para abrigar a todos os moradores da unidade original, e os cálculos de custo-benefício também devem incluir gastos de transporte e aquisição de outros serviços, sem falar de fatores qualitativos

que são importantes para viver bem em uma comunidade pobre – tais como boas relações com vizinhos e conhecidos – e, claro, questões de segurança física, a qual, muitas vezes, piora nos novos lugares de moradia.

No caso do Rio de Janeiro, já desindustrializado e buscando outra forma de competir no mercado interurbano, os megaeventos esporádicos de 2014 e 2016 produziram uma combinação especialmente dramática, a qual tem encontrado ecos e processos similares em outras cidades do país, pela implementação de novos projetos de revitalização de zonas antigas da cidade, que vieram acompanhados de processos de despejos de famílias pobres do centro (Faulhaber; Azevedo, 2015). Além disso, vários estudos apontam o intento de se produzir uma incorporação mais forte das favelas aos mercados capitalistas, usando, para isso, a estratégia de implantação de Unidades de Polícia Pacificadora (Batista, 2009; Fleury, 2012; Freeman, 2012). O fracasso dessa política de segurança das UPPs no Rio de Janeiro já é reconhecido pela maioria de pesquisadores do tema, e sua relação com o projeto mais amplo de conseguir a “governabilidade” dos pobres é um tema primorosamente analisado neste dossiê por Cecchetto, Muniz e Monteiro. Contudo, apesar da violência desenfreada que voltou às favelas cariocas, talvez, em consequência desse fracasso, essa nova estratégia de segurança pública conseguiu produzir certo grau de “gentrificação” dentro das próprias favelas, de modo simultâneo ao de produzir um aumento do custo de moradia, obrigando muitos de seus moradores mais pobres a saírem para regiões menos caras.

Não é falsa a noção de que o padrão (global) de desenvolvimento urbano seja, em si mesmo, a outra face de um padrão de exclusão social e de um processo crescente de privatização dos espaços públicos, fortalecendo-se a imagem de vivermos em “cidades divididas e segregadas” pela expulsão dos mais pobres em direção às periferias urbanas, e pela negação do direito à cidade aos “não desejáveis”. Contudo ficar apenas nessa leitura é, na nossa

compreensão, uma perspectiva de análise incompleta e insuficiente, porque trata as classes populares simplesmente como se fossem vítimas passivas, sem capacidade de responder ou reagir aos processos de transformação urbana que as afetam, tanto individual como coletivamente, nas diversas situações em que estão inseridas. Tende-se, portanto, a olhar e tratar as comunidades carentes como se fossem socialmente homogêneas, sem levar na devida conta a variedade de posturas, ideologias e valores que existem dentro delas e sem avaliar as consequências de mudanças sociais durante o século vinte e um no qual nos encontramos. Um exemplo dessas mudanças é o impacto positivo da educação pública nas camadas menos privilegiadas da sociedade e, sobretudo, uma melhora em seu acesso à educação superior, tanto privada como pública, em consequência de ações afirmativas, por um lado, e, talvez menos positivamente, de um maior individualismo e da construção de identidades pessoais por meio de práticas de consumo, por outro lado.

Além disso, já existe maior heterogeneidade de afiliações religiosas e posicionamentos sobre orientação sexual. Falar de segregação socioespacial e de cidades divididas apenas como única e total explicação da desigualdade e dos fenômenos urbanos atuais parece-nos uma perspectiva reducionista, que só apresenta a realidade em duas cores, em branco e preto, sem reconhecer que as políticas neoliberais que originaram tais resultados ofereceram oportunidades para alguns, ao mesmo tempo em que produziram espoliação e empobrecimento para outros. Esse processo também ocorre no interior das favelas e mesmo dentro dos próprios grupos e de regiões vistas como mais empobrecidas. Essa perspectiva tampouco reconhece a possibilidade de a “governabilidade neoliberal” nem sempre conseguir controlar as reivindicações de atores sociais subalternos, e cooptá-los ou apagar suas resistências, convertendo-os apenas em “sujeitos dóceis”. Pelo contrário, as formas como os governos neoliberais administram tanto a

vida política como a vida econômica também podem abrir novos espaços para estender o complexo campo de disputas que se produzem nas cidades, junto com novos tipos de atores sociais, novas lideranças e organizações populares que participam dessas disputas (Gledhill, 2005; Gledhill; Hita; Perelman, 2017).

Para entender as consequências sociais e políticas do neoliberalismo, em um contexto e um momento histórico específico, é importante reconhecer suas diferenças. No caso do Brasil, com o golpe de 2016 – apoiado por um estado de exceção jurídica, com a compra de votos num parlamento reacionário, cujos membros representam muito mais os interesses do capital e do agronegócio do que os interesses do povo, e com a mobilização do aparelho repressivo do estado –, pretende-se impor um novo ajuste neoliberal “sem anestesia” (para usar uma expressão de Carlos Menem) e acabar com os direitos dos trabalhadores, para que uma oligarquia capitalista rentista, que inclui o setor imobiliário financeirizado (Sassen, 2012), não precise sacrificar nada para aliviar a crise econômica. Porém os governos petistas, como outros governos de centro-esquerda e social-democratas fizeram mundialmente, administraram seguindo e promovendo regras tão ou mais neoliberais do que as de governos mais conservadores ou apelidados de direitistas, como demonstra o artigo de Nuijten, Koster, De Vries e Cabral neste dossiê. Combinaram uma política distributiva que beneficiava os pobres e produzia certos graus de ascensão social para alguns segmentos da classe trabalhadora – mesmo que essa política fosse acompanhada por outras estratégias econômicas que impediam sua sustentabilidade em longo prazo –, com intervenções burocráticas na vida íntima das famílias pobres e políticas de segurança pública e encarceramentos em massa que castigavam e criminalizavam cada vez mais as camadas mais pobres da sociedade.

Em outras palavras, apesar de adotarem políticas distributivas mais favoráveis aos interesses das classes populares, os governos

petistas implementaram, também, o que Waquant (2009) descreve como as “duas mãos” da governabilidade neoliberal: uma suave e outra repressiva. Contudo as variações entre regimes neoliberais têm consequências sociais distintas e provocam respostas distintas na sociedade. Os intelectuais da esquerda podem criticar o “multiculturalismo neoliberal” por neutralizar as alternativas mais radicais, mas sempre existem atores sociais subalternos, desejosos de abraçar as novas oportunidades por ele oferecidas, e por meio das quais, até no multiculturalismo e no neoliberalismo mais feroz, se podem produzir algumas mudanças e transformações, como conquistas de grupos subalternos, como é o caso das conquistas e reconhecimentos identitários de muitos dos movimentos sociais das últimas décadas. Exemplos disso são as transformações que vêm se dando no campo das hierarquias raciais existentes (Hale, 2005). É possível também criticar o neoliberalismo, no estilo de “terceira via” dos governos do PT, por ter promovido o fortalecimento de uma sociedade de mercado, na qual suas relações penetram até as esferas mais íntimas da vida social e familiar, produzindo um individualismo que pode minar a solidariedade coletiva, e um consumismo que opera como uma forma de construção do “eu”. Porém é preciso reconhecer que esse processo, vindo de cima, encontrou um terreno fértil na sociedade, já que também houve movimentos que caminhavam nessa direção, expressos paradigmaticamente com a expansão das igrejas neopentecostais nas favelas. Os projetos ideológicos, promovidos pelas instituições públicas e privadas e pela mídia, somente funcionam quando encontram condições sociais que criam certa receptividade popular a suas ideias. Portanto, uma nova afiliação religiosa pode ser vista como uma forma de conseguir maior dignidade social e o respeito de vizinhos. Pode também ser um modo de tentar afastar-se do estigma e do perigo (Goldstein, 2003), num ambiente social onde o crime oferece outro caminho para conquistar o “respei-

to”, mesmo que isso seja cada vez mais difícil num ambiente de securitização que reforça a criminalização generalizada dos moradores das favelas (Cecchetto; Muniz; Monteiro, neste dossiê; Gledhill, 2015).

Portanto, o modelo macroestrutural da “cidade dividida” peca por um simplismo analítico que pode não nos animar a indagar sobre a complexidade e a sutileza de variações das relações entre os cidadãos mais privilegiados e os subalternos ou marginalizados, tampouco questionar sobre o papel de diferentes segmentos das classes médias e as relações complexas entre os trabalhadores favelados e não favelados. Ou ainda nos impele a não perguntar sobre os modos específicos como o espaço urbano e seus microbairros vão sendo produzidos, expressando tanto os modos de habitar, usar e apropriar por parte de diferentes agentes que neles interatuam e disputam – pelo seu acesso restrito a esses espaços nas distintas metrópoles – como pelas próprias transformações espaciais que vão sendo impressas no tempo e afetam essas relações.

O trabalho de Perelman, incluído neste dossiê, mostra a complexidade das formas de negociação por meio das quais os catadores de lixo e os vendedores ambulantes da cidade de Buenos Aires navegam e negociam sua presença nos espaços públicos, buscando evitar rejeição e perseguição e gerando formas de estabilizar suas relações com os outros atores sociais em seu espaço de trabalho. Nesse caso, trata-se de uma comparação entre essas duas formas diferentes de ganhar a vida, incorporando tanto as construções simbólicas oficiais como aquelas outras construídas por parte dos mesmos atores em torno da “legalidade” ou “ilegalidade”, assim como pelos argumentos sobre a moralidade e funções sociais do trabalho realizado. Precisamos, também, pensar nos contramovimentos mais radicais produzidos pelas formas de exclusão social do modelo neoliberal do urbanismo. A falta de habitação social e de valores de aluguel acessíveis nos centros das cidades, a privatização do espaço público e a

exclusão de certas categorias de pessoas, estereotipadas em termos de indicadores de classe e preconceitos étnico-raciais – na “sociedade de controle” que caracteriza a cidade neoliberal securitizada e militarizada – têm provocado contramovimentos organizados de resistência e protesto, cujas metas incluem tentativas de mudar a realidade existente por meio de estabelecimento ou restabelecimento dos *comuns urbanos*, zonas nas quais existem regimes de propriedade e posse coletivos, as quais podem ser administradas mais democraticamente por seus moradores e usuários (Harvey, 2012).

Um objetivo central deste dossiê é indagar mais detidamente sobre alguns desses processos e aqueles novos movimentos de contestação ao modelo atual de urbanismo que estão emergindo neste momento histórico, tal como Frúgoli o faz no seu artigo sobre ativismos urbanos em São Paulo. O artigo dos organizadores do dossiê também indaga sobre essa questão em dois contextos diferentes da cidade de Salvador, considerando o papel de organizações comunitárias e suas relações com os governos municipais e estaduais e outros atores externos, mas também envolvendo as diferentes reações e posturas que existem dentro das comunidades e a diferença entre ações coletivas e “as armas dos mais fracos”, utilizadas pelos indivíduos para melhorar sua situação e, às vezes, subverter a ordem que táticas de governabilidade neoliberal pretendem impor mediante campanhas de higienização e promoção de “autorresponsabilidade” e “empreendedorismo social”. Contudo, outra vez mais, precisamos reconhecer que até mesmo um estado “neoliberalizado” é capaz de garantir um nível de renda básico para todas as famílias do país e também patrocinar formas de empreendedorismo econômico coletivo, como as cooperativas. Os “golpistas” brasileiros vêm mostrando não ter a mesma visão de como se deve construir uma sociedade de mercado mais inclusiva, com espaços para territórios indígenas e quilombolas, e uma economia social fundamentada na cooperação e organizações sem fins lucrativos.

Nesse sentido, é interessante comparar as situações atuais que ocorrem no Brasil e na Espanha. Apesar de ter um governo nacional de direita, as duas principais metrópoles da Espanha, Madri e Barcelona, junto com alguns outros municípios importantes, são governadas por coalizões da esquerda, inclusive pela ala da nova esquerda produzida e consolidada a partir de grandes manifestações realizadas nas praças urbanas principais pelo movimento dos “indignados” (15M) e o movimento antiausteridade. Mesmo que a nova esquerda espanhola, representada no campo eleitoral nacional pelo novo partido político “Podemos”, ainda não tenha conquistado o poder no âmbito do governo central – apesar de aliar-se com a coalizão de partidos mais tradicionais de esquerda, formando a “Esquerda Unida” nas eleições de junho de 2016<sup>1</sup> – a oposição à privatização dos espaços públicos e os despejos de famílias que surgiu durante a crise dinamizou a busca de alternativas democráticas no âmbito municipal. É possível dizer que, na Espanha a rejeição da política partidária eleitoral estabelecida nas grandes cidades está produzindo um movimento cidadão novo baseado numa nova força e numa unidade popular (Taveira, 2017). Lamentavelmente, a decepção com a classe política no Brasil, nas eleições municipais de 2016, levou a resultados bem diferentes e quase opostos: uma alta proporção de votos nulos e brancos, e a eleição, em São Paulo, de João Doria, o autodenominado “administrador”, cuja visão urbanística, associada a processos de gentrificação mais virulentos, apoia-se numa concepção que defende a ampliação de processos de privatização extrema, despejos dos trabalhadores pobres do centro urbano e estratégias de higienização e limpeza social do território central.

A outra face do desenvolvimento urbano latino-americano, durante as primeiras dé-

cadadas do século atual, é o aumento da violência e da criminalidade. Não cabe aqui discutir as causas profundas desse fenômeno, que são transnacionais e, em parte, consequências das relações de poder nacionais, condições sociais e de efeitos perversos de “estados delinquentes” (Gaio, 2006). Mas uma consequência desses processos, nas metrópoles brasileiras, tem sido o aumento adicional da estigmatização territorial de periferias urbanas e a criminalização de todos seus moradores sob suspeita de serem ou estarem “envolvidos”, conforme o tema analisado no artigo de Cecchetto, Muniz e Monteiro, neste dossiê. Precisamos partir de perspectivas de análise que deem conta da complexidade e da riqueza de processos em curso e que sejam menos dualistas na interpretação das dinâmicas e dos processos em curso em “cidades que são também divididas”. Mas não podemos esquecer a violência simbólica e física que acompanha a defesa de suas fronteiras sociais, tampouco minimizar o efeito político e social do ressentimento e do ódio que caracteriza a postura de alguns integrantes da classe média alta numa sociedade cada vez mais polarizada.

Ódio e violência produzem mais reações de ódio e violência de alguns “outros” vitimados pelo ressentimento e pelo preconceito, especialmente jovens negros de classes populares, mesmo quando essas reações nem sempre são tão explícitas e estão longe de ser generalizáveis. Apesar dos impactos negativos da individualização neoliberal, o problema urbano ainda não é visto como um problema de decomposição social, mas uma situação em que o tecido social já se encontra ferido. O valor das perspectivas e das visões que são oferecidas principalmente pelas pesquisas etnográficas deste dossiê se propõem a questionar e colocar esses problemas em perspectiva, identificando as mudanças que as pessoas consideram positivas e as avaliadas como negativas pelos sujeitos que as experimentam e os espaços que ainda existem para a negociação de convivência e o direito à cidade para todos.

<sup>1</sup> Uma dificuldade para a esquerda espanhola é que o sistema eleitoral pós-franquista sobrevaloriza o peso do voto rural, mais conservador. Porém, em 2016, a nova coalizão “Unidos Podemos” perdeu votos como consequência de um alto nível de abstencionismo.

Este dossiê é um produto complementar de um colóquio internacional que se realizou na Universidade Federal da Bahia em novembro de 2014. O evento reuniu investigadores locais, nacionais e internacionais de distintos campos disciplinares que têm contribuído, de modo original, no campo de estudos urbanos, e a maior parte dessas contribuições foram publicadas em 2017 pela Edufba num livro intitulado *Disputas em torno do espaço urbano: processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade*, organizado por John Gledhill, Maria Gabriela Hita e Mariano Perelman. Convidamos alguns dos participantes do colóquio a contribuírem com novos e inéditos trabalhos para este dossiê, dirigidos a alguns temas específicos desse projeto original. Todos os artigos reunidos aqui são originais, exceto o texto apresentado pelo professor John Collins, que foi publicado originalmente em inglês na revista *Radical History Review*, e o de por Monique Nuijten, Martijn Koster, Pieter de Vries e Augusto Antonio Campelo Cabral, que foi publicado originalmente na revista *Singapore Journal of Tropical Geography*, também em inglês. Agradecemos a Duke University Press e John Wiley & Sons, Inc. por nos fazer o favor de outorgar o direito de publicar traduções destes trabalhos. Publicamos o artigo do professor Collins, que escreveu um prefácio ao livro do nosso colóquio, como reconhecimento da importância de seu trabalho sobre a “revitalização” do Centro Histórico de Salvador, e para que os leitores falantes do português conheçam um pouco mais da sua contribuição nesse âmbito de discussões, tanto conceitualmente, como etnograficamente, com sua análise antropológica crítica em torno da produção do patrimônio cultural, tangível e intangível, no contexto baiano. O artigo de Nuijten, Koster, De Vries e Cabral nos oferece uma perspectiva comparativa sobre outra metrópole do Nordeste do Brasil dotada de um patrimônio cultural importante, Recife, indagando sobre temas já identificados como centrais nesta introdução: a governamentalidade neoliberal dos pobres, a

aceitação dos governos petistas desse paradigma, e a recusa de alguns favelados a se tornarem “sujeitos dóceis”, adaptando-se às visões modernistas sobre o uso do espaço urbano.

Em seu artigo republicado neste dossiê, Collins nos oferece uma antecipação de alguns pontos centrais desenvolvidos no seu livro *Revolt of the Saints* (Collins, 2015) sobre o processo de transformação do Pelourinho, coração do centro histórico da primeira capital do Brasil, declarado patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO em 1985, cuja conservação se iniciou nos anos sessenta, com a criação do IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia). O Pelourinho foi abandonado pelas elites soteropolitanas ao final do século dezenove, quando elas se mudaram para novos bairros “nobres”, deixando a administração de seus casarões coloniais nas mãos de parentes empobrecidos e servidores domésticos e depois permitindo sua divisão interna para abrigar novos moradores pobres. O Pelourinho, tal como existia entre o momento da saída das elites até os grandes despejos de moradores provocados pela sua restauração arquitetônica na década de 90, está definido por Collins como um “comum urbano de fato”, que foi repovoado por residentes pobres e, principalmente, por negros que estabeleceram seus lares dentro da armação arruinada dos casarões em decadência. Dessa situação resulta uma série de paradoxos que o autor explora de uma maneira muito original nesse artigo, com base numa ampla revisão da literatura antropológica sobre o patrimônio cultural. Apresenta as perspectivas multiculturais de Marilyn Strathern sobre a propriedade, analisada em termos das relações entre coisas e pessoas, e também com apoio em resultados de seu próprio trabalho etnográfico sobre os processos da transformação social do Pelourinho, lugar onde morava antes de iniciar sua carreira acadêmica atual como antropólogo.

*A priori*, o patrimônio histórico deveria ser de todos os cidadãos, um bem público, não privado, propriedade do coletivo soter-

politano, encarnado no Estado, que aceita a responsabilidade de conservá-lo para a nação. Além disso, no caso do Pelourinho, fala-se de patrimônio universal, de toda a humanidade. Porém, argumenta Collins, o patrimônio histórico é uma nova forma de propriedade que permite ao capital colonizar a vida cotidiana de maneira insólita por meio da gerência do patrimônio cultural. No caso do Pelourinho, não só foram reconstruídos os edifícios antigos para serem transformados em patrimônio conservado, mas o mesmo Estado, apoiado por bancos de desenvolvimento internacionais e interesses privados, também se propôs a resgatar um patrimônio cultural intangível, resultante de tradições e de uma matriz cultural enraizada desde a sociedade colonial, erguida na base da escravidão africana – a cultura afro-brasileira. Como sujeitos sociais considerados pouco aptos para encarnar a nobreza dessa cultura, os moradores originais não só foram, em sua maioria, despejados de seus lares, mas também submetidos a intervenções de higienização social e invasões coercitivas em sua vida íntima, apesar de constituírem parte da “comunidade” étnica dentro da qual tem ocorrido a transmissão, entre gerações, das práticas, representações, saberes e habilidades que o Estado e as organizações internacionais classificaram e definiram como o patrimônio cultural intangível da Bahia. Um morador pobre, portanto, poderia se sentir, ironizando, ter sido “tombado”, uma vez que ele e seus vizinhos foram igualmente vítimas de uma desapropriação, cujos efeitos Collins compara aos da apropriação dos terrenos comuns dos camponeses, processo perpetuado pelos fazendeiros nos séculos décimo sexto e sétimo na Inglaterra.

Como consequência da extensão da noção de “propriedade” do terreno onde os monumentos estão erguidos até os “estados interiores e hábitos privados de uma população afrodescendente”, Collins argumenta que o patrimônio cultural intangível produz um cerceamento da vida cotidiana desses sujeitos sociais, que se pretende classificar como algo

para o bem comum, mas que, na realidade, abre espaço para transformar as propriedades humanas inalienáveis em mercadorias. Contudo esse processo pode produzir um “duplo movimento” (no sentido de Karl Polanyi). Por um lado, alguns dos antigos donos dos casarões do Pelourinho foram beneficiados pela reconstrução do espaço que suas famílias abandonaram e pela sua transformação num espaço turístico de importância mundial. Por outro lado, Collins insiste, os processos de transformação do patrimônio cultural tangível e intangível num novo tipo de “propriedade” também podem produzir espaços para os atores sociais subalternos negociarem a melhoria de sua situação individual (algo bem ilustrado pelas ricas narrativas etnográficas de seu livro monográfico), o que tem motivado lutas de resistência coletiva a esses processos de gentrificação do Centro por parte de organizações da sociedade civil. Tais organizações continuam sendo muito importantes no contexto dos novos projetos em curso para implantar a “revitalização” do centro histórico de Salvador, sob a direção atual de um neto do comandante político do “resgate” original do Pelourinho, o político baiano Antônio Carlos Magalhães.

O artigo dos organizadores deste dossiê, *Requalificação urbana e despejos em centros novo e antigo de Salvador*, oferece uma discussão sobre os acontecimentos mais recentes no Centro Histórico de Salvador na administração do prefeito ACM Neto, junto com uma exposição de alguns dos resultados das pesquisas de Collins e outros especialistas sobre as transformações ocorridas no Pelourinho e as resistências e contestações que provocaram no passado. Empreendem um olhar comparativo dirigido à grande favela do Bairro da Paz, localizada no que antes era tido como a periferia espacial do noroeste da cidade, perto do aeroporto internacional, atualmente uma região de alto valor imobiliário, próxima ao segundo centro da cidade de Salvador. O Bairro da Paz está localizado na margem direita da avenida que conecta o aeroporto ao centro da cidade



de Salvador, e também é o caminho da nova Linha 2 do metrô. Portanto, também ocupa um lugar estratégico na modernização da rede urbana de transportes e nos debates sobre as questões sociais implicadas no melhoramento da mobilidade urbana.

Como Heitor Frúgoli, nosso ponto de partida é o trabalho de David Harvey, quer dizer, o da reformulação para a situação contemporânea do conceito do direito à cidade de Henri Lefebvre e seu próprio conceito da “acumulação por espoliação”. Como Collins e Frúgoli, também insistimos na necessidade de partir de pesquisas etnográficas para melhor entender esses processos “desde abaixo” e entender tanto a complexidade, a heterogeneidade e as ambivalências das reações “populares” como o papel das organizações comunitárias e dos movimentos sociais em sua contestação ao modelo neoliberal de desenvolvimento urbano e aos processos de “limpeza social” que esse modelo normalmente produz.

No caso do Bairro da Paz, trata-se de uma comunidade com uma longa tradição de “resistência” e organização coletiva relativamente forte, apesar de uma importante diferenciação interna de natureza socioeconômica, religiosa e política. O artigo faz uma comparação entre a mobilização contra a possibilidade de expropriação de terras em 2010 e as reações mais recentes contra expropriações ligadas às obras do metrô. Num contexto caracterizado pela falta de transparência, existem divisões entre a maioria dos moradores do bairro, e muitas pessoas são acusadas de se aproveitar das indenizações e, ao mesmo tempo, são críticas da lógica neoliberal dos programas sociais igualmente oferecidos como contrapartidas pelas expropriações, financiados pela construtora OAS. Esses programas correspondem ao modelo de empreendedorismo social, também discutido neste dossiê por Cecchetto, Muniz e Monteiro, no contexto das favelas cariocas. Mas, no caso de nosso estudo, eles são dirigidos por uma ONG comandada pela mãe do atual prefeito da cidade, ACM Neto. Tanto no Bairro da

Paz, como no Centro Histórico, é possível falar de indivíduos que fazem tudo o que esteja a seu alcance para resgatar o que seja possível de uma situação de expropriação, usando as “armas dos fracos” consideradas ilegítimas pelos grupos mais poderosos. Entretanto, em ambos os contextos analisados neste artigo, identificam-se resistências individuais e coletivas por parte dos moradores, que deveriam ser convertidos em “sujeitos dóceis da governabilidade neoliberal”, individualizados e formados para ocupar, na sociedade de mercado, o lugar que as elites consideram “adequado” para as pessoas de sua classe e raça. Mesmo que o prefeito ACM Neto venha promovendo um novo, embora aparente, programa de regularização fundiária e titulação residencial no Bairro da Paz e em outras comunidades da periferia urbana, as lideranças desse bairro continuam se queixando de promessas não cumpridas pela Prefeitura com respeito a suas próprias prioridades e demandas: melhoras na infraestrutura da comunidade, escolas e serviços médicos.

As promessas não cumpridas também estão no centro das disputas pelo futuro do Centro Histórico de Salvador. Tem sido difícil mudar o modelo oficial de “revitalização” do Centro Histórico, que produz uma zona morta, sem movimento à noite e sem sociabilidade suficiente durante o dia, como consequência de seu desenvolvimento como uma região não habitada, dominada pelo consumo de mercadorias e da cultura como espetáculo. Nas zonas para além do Pelourinho, a gentrificação e a limpeza social estão na ordem do dia dos interesses imobiliários, que buscam colonizar novos espaços e provocar resistências por parte de artistas e intelectuais que querem defender os atuais espaços de convivência social entre diferentes camadas da sociedade baiana que continuam presentes nessas zonas. Concluímos o artigo com idéia de que pode existir um modelo de reabilitação ou revitalização urbana capaz de produzir espaços públicos que sejam também espaços de encontro entre “diferenças” e distintos grupos de interesses que

possam vir a estender o “direito à cidade” a todos, em lugar de reservá-lo a uns poucos, como espaço de exclusão.

O artigo de Nuijten, Koster, De Vries e Cabral, *Regimes de ordenação espacial no Brasil: a fusão do neoliberalismo, populismo de esquerda e visões modernistas na urbanização de favelas no Recife*, analisa um programa de urbanização de favelas, PROMETRÓPOLE, financiado pelo Banco Mundial, no qual o populismo da esquerda e a bandeira da “participação cidadã” combinaram com as logicas da governamentalidade neoliberal. No caso discutido, os moradores dos barracos demolidos foram reassentados perto de onde viviam anteriormente. O novo conjunto habitacional ofereceu casas de dois pavimentos em estilo duplex, residências para idosos e portadores de necessidades especiais, e o projeto também incluiu a modernização da infraestrutura urbana do bairro. Nesse e em outros aspectos, inclusive no que refere às indenizações financeiras, o projeto poderia ser considerado relativamente favorável aos moradores removidos, e os pesquisadores mostram que o modelo urbanístico do PROMETRÓPOLE conseguiu estabelecer-se “como uma manifestação de modernidade, algo a desejar” a partir da perspectiva de muitos favelados que sonhariam em poder morar numa casa digna e própria. No entanto, ficaram bastante decepcionados com as casas que receberam, de menor tamanho que os barracos onde moravam antes e sem cercas e grades nas janelas. Não havia quintais para realizar atividades tanto profissionais quanto domésticas e, em consequência disso e de outras inconveniências das suas novas condições de habitação, uma parte da população deslocada partiu para morar em outro lugar. Já as pessoas que permaneceram nas novas casas recusaram a ordem espacial urbana que lhes havia sido imposta, personalizando e estendendo suas casas, erguendo cercas, apropriando-se de partes de calçadas e das ruas, e fazendo outras modificações ao modelo de casas projetado pelos arquitetos e burocratas. Horrorizados, os represen-

tantes do projeto acusaram-nos de transformar o local novamente em uma favela.

Historias desse tipo são bastante comuns nos processos de reabilitação urbana, mas, como os autores enfatizam, os fracassos desses intentos dos burocratas – de impor “uma visão de ordenação espacial ‘civilizada’” sobre pessoas consideradas “culturalmente atrasadas” – são decorrentes de não se abordarem as verdadeiras causas da pobreza e da exclusão, e de não se atentar para as principais preocupações da população-alvo no planejamento e desenvolvimento dos projetos. O trabalho de Nuijten, Koster, De Vries e Cabral oferece uma análise crítica exemplar das dimensões políticas da gestão das parcerias público-privadas que levam a cabo esse tipo de projetos, observando que, para os moradores, havia pouca distinção entre o Estado e a empresa privada, e que a imagem do grande “mutirão” entre o público e o privado foi reforçada pelo fato de que quase todos os envolvidos no projeto vestiam camisetas da cor vermelha. Os representantes do PT insistiram numa participação mais direta da população local no desenvolvimento dos projetos, como cidadãos individuais, mas os resultados dessa estratégia neoliberal não foram mais “democráticos” na prática, nem eliminaram a possibilidade de indivíduos receberem tratamento preferencial ou de estabelecerem boas relações com os representantes do projeto. A análise mostra que a ironia da “neoliberalização” do PT, nesse caso, foi o fracasso das tecnologias da governabilidade neoliberal, por causa da recusa dos moradores das favelas a se tornarem sujeitos dóceis, conforme a imagem do “cidadão decente”, apto para habitar o espaço modernista “ordenado”, como era esperado por esse tipo de projeto, e desde o ponto de vista de membros de outras classes sociais.

O artigo seguinte deste dossiê traz um olhar diferente sobre novas formas de resistência coletiva ao modelo do urbanismo neoliberal. A partir de uma análise etnográfica focada em construir uma recente genealogia dos movimentos de rua crescentes no Brasil – que vão

desde as volumosas manifestações das jornadas de junho de 2013 até as do presente –, Frúgoli, em seu artigo *Ativismos urbanos em São Paulo*, parte da premissa de ser preciso, mais reflexiva e criticamente, repensar os atuais significados adotados para o ativismo a partir de um olhar da Antropologia Urbana. Esse tipo de olhar é, na visão do autor, ainda incipiente no tratamento sistemático de tais temas.

Mobilizações de multidões nas ruas, como o das Jornadas de 2013, teriam sido as primeiras de um novo tipo de ativismo sobre o qual Frúgoli busca pensar. Ele teria sido iniciado com as lutas em defesa do passe livre e de reformas estruturais de mobilidade urbana, seguido de manifestações contra impactos de megaeventos que Brasil receberia em 2014 e 2016. O autor observa como essas “explosões” nas ruas, movidas e convocadas também no Brasil pela força e impacto das redes digitais na cotidianidade, expressam uma variedade de formas, orientações de filiações políticas, tipos de associativismos (e não associativismos, ou posicionamentos apartidários) dos envolvidos, que participam desses agrupamentos clamando por uma ampla, múltipla e variada gama de bandeiras diferentes, mostrando a diversidade e a polifonia que vêm marcando o ativismo emergente.

Trata-se de um processo que vem ganhando novos contornos e marcas, e diferencia posturas mais à esquerda de posições mais conservadoras, como as dos batizados de “coxinhas”, ou de *ativismo golpista*, cujas mobilizações nas ruas a favor do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff mostraram sua força em 2016. De modo similar e igualmente representativas, são citadas as mobilizações de defensores da democracia, que protestam contra o golpe de estado em curso, constituídas por diferentes grupos de esquerda que o autor divide e classifica em *autonomistas e socialistas*. Com um rigoroso e preciso levantamento de fontes, seu artigo oferece ao leitor relevantes referências sobre outras pesquisas em curso relacionadas ao tema tratado.

O leitor vai sendo suavemente introduzi-

do numa variação de tipos de ativismos acompanhados e registrados diretamente pelo autor, alguns deles nacionais e outros internacionais, entre os quais cabe destacar a importância que ele dá ao cicloativismo (de defesa do uso de bicicletas), caracterizado por seu movimento de clara resistência e contraponto ao modelo centrado no automóvel, nas cidades. Dentro dele, são mencionadas facções, como as do *ciclismo feminista e transgênero*, que exigem maior segurança no uso e ocupação do espaço público para esses grupos mais discriminados. Outros ativismos destacados são os da mais recente ocupação pelo carnaval de rua em São Paulo, como tradicionalmente ocorre em cidades nordestinas, que estaria chegando e sinalizando para um novo tipo de ocupação e uso dos espaços públicos, ou o da *Virada Cultural*, uma ocupação artística de regiões centrais, entre outros que vão sendo citados. Muitos de seus exemplos aludem à tradicional questão sobre a tensão existente em novas disputas pelo uso e pela ocupação do espaço público que ocorrem entre a tendência à sua *privatização* e a contracorrente de defesa da maior *comunalização* de ruas, avenidas, parques, e também dos “não lugares”, como os *shoppings centers*, na defesa do direito à cidade e à vida cotidiana das pessoas nas cidades. Entre alguns dos aspectos elencados, o autor ressalta a importância de atentar para as “redes de articulações envolvidas” em relações com poderes públicos, entre outros.

Em diálogo próximo com representantes do movimento do *Ocupar Estelita* no Recife, Frúgoli reflete, desde 2014, sobre o papel que cabe ao antropólogo que pensa sobre esses processos e cuja observação participante tem um quê de engajamento e compromisso com esses modos de ativismo. Reflete ainda sobre o papel da proximidade ou da distância que seria própria do etnografar, o que nos leva a indagar se existe uma posição privilegiada e uma lupa especial para observar, pensar e refletir sobre esse tipo de ativismo.

Perelman aborda, em seu artigo *Disputas en torno al uso del espacio público en Buenos*

Aires, as opacas fronteiras existentes entre os pares legal e ilegal, legitimidade e ilegitimidade, considerando atividades como as dos vendedores ambulantes e coletores de lixo que atuam em espaços públicos (especialmente em trens e ônibus no primeiro caso, e nas ruas de vizinhanças ricas, no segundo). Esse autor explora uma variedade muito rica de perspectivas que vão desde o próprio modo como o espaço público é construído e disputado, passando pela trama de relações de poder envolvidas nesses encontros e interações de atores e territórios espaciais, até a detalhada descrição de uma ampla, variada e matizada quantidade de exemplos diferentes sobre os efeitos específicos desses processos sobre a construção ou constituição das identidades, relações e espaços analisados, ocupados e produzidos. Destaca exemplos de argumentos morais que são dirigidos a essas atividades por distintos atores (policiais, vizinhos, ou os sujeitos que as praticam), clamando ora pela sua legitimidade, ora contestando-a, a depender de quem fala na defesa ou no ataque: ou se trata de modos dignos de se ganhar a vida, uma modalidade de trabalho, ou se trata de atividades dúbias e ilegais, que ameaçam a segurança do meio ambiente ou de outros grupos da cidade.

Esse autor também aborda as mudanças recentes das leis sobre o modo como se passou a estocar e a queimar o lixo na cidade de Buenos Aires, produzindo transformações que afetam o modo de coleta dos resíduos por catadores de lixo (ou os *cirujas* de Perelman), que, antes, consistia na busca de resíduos em grandes lixões periféricos e passou a ser uma procura nos lixos de vizinhanças mais ricas de áreas centrais. Esse fenômeno vem produzindo uma reconfiguração nas relações e interações entre classes diferentes nesses espaços, gerando novos conflitos e também, simpatias expressas na variedade de relações que Perelman vai etnograficamente desentranhando e elucidando. Novas dinâmicas e rotinas também resultarão desse processo, com o aparecimento de atividades, mercados e atores novos (alguns inter-

mediários), o que afetará o tipo de relação e interação no espaço público compartilhado, ora com maior tolerância, ora com maior enfrentamento, conflitos e expulsão desses novos atores das ruas dessas zonas mais ricas, negando-se a eles, em muitos dos casos, o simples direito de circular por essas regiões da cidade, como se fossem de grupos e *classes perigosas*.

De um modo articulado e crescente, a análise vai agregando outros níveis de complexidade, marcando a diferenciação entre formas de trabalho formal e informal, no cruzamento com os dois pares dicotômicos anteriores. Nessa direção, Perelman aponta como as formas rituais de interagir e se mover no espaço público, assim como as negociações e jogos de poder diferenciados entre os distintos atores envolvidos, podem contribuir para a produção da própria seguridade social das pessoas da região, pois alguns desses atores operam como guardiões e controladores da ordem no espaço em que atuam. Diversos serão os fatores que levam, por exemplo, ao modo pelo qual algumas práticas são aceitas e toleradas, mesmo consideradas ilegais (atitude que varia a depender do ator que tolera ou rejeita), enquanto outras, mesmo informais e crescentemente aceitas e legitimadas, são mais fortemente reprimidas e perseguidas. Esse é o caso dos *cirujas* (catadores de lixos), quando comparados aos vendedores ambulantes em transportes públicos.

Outro aspecto que merece ser destacado nesse artigo são as tensões e modalidades de conflitos nessas situações e atividades, quando se leva em conta o enfrentamento e o relacionamento dessas atividades e dos sujeitos que as praticam com os policiais. Partindo da noção de Pita (2012) sobre “territórios morais de controle”, Perelman se expressa sobre a construção de uma geografia moral que nos permita identificar e diferenciar como se constituem e quais são os lugares mais aceitos ou disputados em diferentes regiões da cidade. Através do entrelaçamento de diferentes temporalidades e espacialidades como as que foram analisadas em seu artigo, o autor vai elucidando

a complexidade dessas dinâmicas e processos, buscando dar maior visibilidade a alguns dos significados e dilemas que ficam opacos quando não se usa essa lupa do olhar *desde dentro e mais perto* (Magnani, 2002) para esse mundo de relações, espaços e atores envolvidos.

O dossiê é concluído com o artigo de autoria de Fatima Cechetto, Jackeline Muniz e Rodrigo Monteiro, que, segundo as próprias palavras dos autores, visa a fornecer “pistas sobre as dinâmicas de inclusão ou exclusão, as funcionalidades dos dispositivos de controle e seus efeitos nas trajetórias e subjetividades daqueles que vivenciam mobilidades reversas na estratificação social.”

O título *“Basta tá do lado”. A construção social do envolvido com o crime* revela o peso do estigma que jovens de favela carregam e precisam superar por morar em áreas sob tutela extensiva e continuada de agentes estatais e grupos criminosos (*Op. cit.*).

Fundamentados em pesquisa empírica, observação participante e entrevistas com 15 jovens que participaram de projetos sociais entre os anos de 2016 e 2017 em duas favelas cariocas – Complexo do Alemão (na Zona Norte, mais empobrecida) e Morro Falet (na Zona Central da cidade) –, os autores problematizam teórica e discursivamente, com base no paradigma de pensamento foucaultiano, com distintos significados, fronteiras móveis, funções, usos e dilemas que vão sendo trazidos a partir da variedade de nuances analisadas sobre a categoria *“envolvido com”*, quando pensada na interação de jovens de favelas com agentes policiais. Mencionam-se, entre outras, por exemplo, as ideias do estar (estado provisório), ficar (estado momentâneo) ou ser (estado permanente) do *“envolvido com”*, que podem ser pensadas como um paralelo da *vulnerabilidade* de todo jovem de favela. Ele pode *estar envolvido com* suspeitos, ou *ficar envolvido com* bandidos, ou ainda *ser envolvido* de modo perene. O rendimento da categoria *envolvido com* – finamente discursiva e teórica, sofisticadamente explorada pelos autores

a partir das narrativas coletadas em pesquisa empírica – conduziu à reflexão dos autores sobre seus usos e as manobras dos moradores de favela, através do tipo de posição que ocupam como jovens pobres, muitos deles negros. Afirmam tratar-se de uma categoria que fabrica fronteiras móveis, desigualdade desiguais e é usada seletivamente para vigiar e punir juvenis de periferia. Entre suas funções está a de regular as identidades, rotulando como bandidos e vulneráveis os jovens de periferia, nas engrenagens dos processos de controle social e vigilância, onde os criminosos comuns, e não os de colarinho branco, são mais aptos a “serem matáveis” e vítimas desse tipo de controle discriminatório e humilhante.

Esse artigo é dividido em duas partes. Na primeira, com o subtítulo: *Sorria você está sendo filmado: controles itinerantes, vigilâncias ampliadas e desconfianças recíprocas*, parte-se de um relato mais etnográfico, destacando-se as dificuldades iniciais de chegar nesse tipo de campo: desde as reações de taxistas que se negam a chegar ao ponto final de destino no interior dessas duas favelas, até as diferentes reações e experiências que vão ocorrendo nessa travessia. Nesse item “se problematiza o caráter multidimensional, itinerante e difuso dos controles e vigilâncias”, “as representações do medo sobre o território-favela” e “são escrutinadas as engrenagens que movimentam as dinâmicas de suspeição nas narrativas dos jovens favelados”. Como resultado da própria proximidade física, espacial e moral, assim como pelo tipo de sociabilidade característica das favelas, concluem que não há como não estar, de algum modo, *envolvido com* a vida dos outros nesse ambiente. E todos, a partir do uso cauteloso e relativizado da categoria “depende”, estão aptos e dispostos a “revelar sem se comprometer”, verdades compartilhadas sobre esses assuntos: dependendo de com quem, quem, sobre quem e quando se fale desses outros. Até a fiscalização das conversas através do WhatsApp parece estar passando a ser uma nova modalidade de vigilância sobre o que, com

quem e quando se fala nas listas desses jovens, por parte de traficantes e policiais. Afirmarão que a categoria *envolvido com* (no seu modo de *estar, ficar* ou *ser*) opera como formas de reproduzir cercas e pedágios sociais móveis, que são dispositivos itinerantes de incriminação.

Na segunda parte do artigo: “*Sorria você está sendo envolvido: manobras de uma sociabilidade sob suspeita*”, explora-se a noção do ser, estar ou ficar *envolvido com* o crime. Como essa engrenagem classificatória opera moral e socialmente, estigmatizando e tornando esses jovens ainda mais vulneráveis, trata-se de uma categoria acusatória a serviço da reprodução de controles estendidos de vigilâncias difusas. Ela não se restringe apenas a rotular indivíduos, mas incorpora também suas relações, num tipo de engrenagem que visa a criminalizar vínculos sociais, reciclando ideologias sobre “classes perigosas”, inventariando e reinventando posições. Citam-se, nesse item, as diversas forças repressoras e corporações policiais com suas diferentes funções, as quais são simplesmente confundidas por muitos ou tratadas como uma difusa unidade. Entre elas, são mencionadas a Polícia Militar da operação, a do choque, a do caveirão, a da ronda, a do forjado e a da UPP. Essa última é reconhecida como a “PM da decepção”, já que nela se colocou a esperança de uma melhoria para a segurança nas favelas. Mas o que todos esses policiais compartilham é um modo generalizado de discriminar social, espacial e racialmente jovens de periferias. Poder-se-ia dizer que é a partir dessa perspectiva que se privilegia o diálogo com teorias do desvio, do crime e da violência, as quais podem se constituir numa nova sociologia da polícia, embasada em narrativas de entrevistados, como os desse artigo. E, para concluir, citamos o iluminado trecho final com o qual os autores concluem seu texto, indicando o tipo de análise pretendido e alcançado por eles:

Os jovens seguem abrindo brechas nas variadas cercas existentes por meio do lazer, da arte, da religião, da educação formal, da tecnologia e da inserção em projetos sociais. Constroem seus caminhos, sempre

alertas para nem estar perto, nem longe demais do lado em que precisam ficar, numa gestão cotidiana de si que pondera as sujeições de uns e as tiranias de outros que estão à sua volta.

Recebido para publicação em 17 de outubro de 2017  
Aceito em 13 de dezembro de 2017

## REFERÊNCIAS

- BATISTA, Vera Malaguti. O Alemão é muito mais complexo. *Revista Justiça e Sistema Criminal*, Curitiba, v. 1 n.1, p. 103-125, 2009.
- COLLINS, John F. *Revolt of the Saints: Memory and redemption in the twilight of Brazilian racial democracy*, Durham, NC, e Londres: Duke University Press. 2015. 480p.
- FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015. 124 p.
- FLEURY, Sonia. Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 14, n. 30, p. 194-222, 2012.
- FREEMAN, James. Neoliberal accumulation strategies and the visible hand of police pacification in Rio de Janeiro. *Revista de Estudos Universitários*, São Paulo, v. 38 n.1, p. 95-126, 2012.
- GAIO, André Moysés. O estado delinquente: uma nova modalidade de crime? *Especiaria: cadernos de ciências humanas*, Ilhéus, v. 9, n. 15, p. 137-157, 2006.
- GLEDHILL, John. Citizenship and the social geography of deep neo-liberalization. *Anthropologica*, Toronto, v. 47 n.1 p. 81-100, 2005.
- GLEDHILL, John. *The new war on the poor: the production of insecurity in Latin America*, Londres: Zed Books, 2015. 248p.
- GLEDHILL, John; HITA, Maria Gabriela; PERELMAN, Mariano (Eds.) *Disputas em torno do espaço urbano: processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade*. Salvador: EDUFBA, 2017. 433p.
- GOLDSTEIN, Donna M. *Laughter out of place: race, class, violence and sexuality in a Rio Shantytown*, Berkeley: University of California Press, 2003. 349p.
- GOLDFARB, Michael. London's great exodus. *The New York Times*, Oct 2013. [Disponível em: [http://www.nytimes.com/2013/10/13/opinion/sunday/londons-great-exodus.html?\\_r=1#story-continues-2](http://www.nytimes.com/2013/10/13/opinion/sunday/londons-great-exodus.html?_r=1#story-continues-2), acesso 15 de outubro, 2013, 2013. Acesso em: 15 Oct. 2013.
- HALE, Charles R. Neoliberal multiculturalism: the remaking of cultural rights and racial dominance in Central America. *PoLAR*, Malden, MA, v. 28. n.1, p. 10-28, 2005.
- HARVEY, David. *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. London, New York: Verso Books, 2012. 208 p.
- KLAUFUS, Christian. Taking up residency: spatial reconfigurations and the struggle to belong in urban Latin America. In: KLAUFUS, Christian; OUWENEEL, Arij (Eds.) *Housing and belonging in Latin America*. New York and Oxford, Berghahn Books, 2015. p. 1-20.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.17, n. 49, p. 11-29, 2002.

PITA, María Victoria. Mitologías porteñas en torno al poder policial. Policía, contravenciones y gestión de ilegalismos en la Ciudad de Buenos Aires. *La Biblioteca*, v.12, p.182-209, 2012.

SASSEN, Saskia. Expanding the terrain for global capital. In: AALBERS, Manuel; SASSEN, Saskia (Eds.) *Subprime cities*. Malden, MA: John Wiley & Sons Ltda, 2012. p. 74-96.

TAVEIRA, Vitor. Cidades sem medo. *Caros Amigos*, n. 244, p. 10-13, 2017.

WACQUANT, Loïc. *Punishing the poor: the neoliberal government of social insecurity*. Durham and London: Duke University Press, 2009. 408 p.





## CULTURA, CONTEÚDO E CERCAMENTO DO SER HUMANO: herança intangível da UNESCO no novo milênio\*

John F. Collins\*\*

Patrimônio, como “herança cultural da humanidade” é uma tecnologia social que transforma a cultura e, por conseguinte, as práticas íntimas e cotidianas das pessoas em uma espécie de propriedade. Como consequência da onda neoliberal, o patrimônio vem sendo configurado como um recurso particular ou comunitário de valor essencial, capaz de alimentar economias de conhecimento através das quais é possível mercantilizar a vida moral, rotineira e familiar do cidadão brasileiro. Neste texto, como extensão de abordagens antropológicas do patrimônio, argumento que uma oscilação entre propriedades culturais alienáveis e inalienáveis construídas sobre rotinas cotidianas, ou o que tem sido considerado, na Bahia, como uma espécie de essência humana alienável e supervisionada pela UNESCO, se baseia numa forma de cercamento. Isso significa que qualidades humanas são encurraladas e garimpadas por meio de regimes técnicos de tombamento histórico. Por conseguinte, esse argumento segue a lógica da mercantilização desenfreada sob os auspícios do neoliberalismo. Também considera que o conceito de cercamento pode ser estendido desde análises de desapropriação de terras comuns até o *marketing* da imagem de um povo. Ao escolher essa abordagem, pretendo sugerir caminhos para pesquisas futuras sobre a produção global do valor e suas relações com as lutas contemporâneas por justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio. UNESCO. Centros históricos. Neoliberalismo. Mercantilização.

*Devemos talvez dizer que formas emergentes de propriedades significam novas possibilidades de corporalidade ou de integração corporal em vidas que observadores constantemente dizem a si mesmos serem dispersadas.*

Marilyn Strathern, *Property, Substance and Effect*

Em fins de abril de 2000, numa das manhãs chuvosas embora ensolaradas, típicas de Salvador (Bahia, Brasil), levei meu amigo Índio do centro histórico colonial, conhecido como Pelourinho, até o bairro periférico denominado Fazenda Grande do Retiro, para que ele visitasse seu irmão, Gaguinho. Índio, 26 anos de idade e ex-menino de rua, precisava da carona porque uma facada o deixara tetraplégico. Dificuldades de locomoção, problemas relacionados ao HIV e renda insuficiente implicavam dificuldades para que os irmãos se encontrassem frequentemente ou visitassem o Pelourinho, antiga zona de meretrício, tombado como patrimônio mundial da humanidade pela UNESCO, onde ambos contraíram AIDS.<sup>1</sup> O rosto de Índio se iluminou quando a vizinhança começou a nos

saudar à medida em que nos aproximávamos da casa de Gaguinho. Tão logo a cerveja começou a circular, ele disse: “*Aqui estou, tombado na carona. Estou bonito, não é não? É por isso que o gringo cuida tão bem de mim*”.

O comentário de Índio sobre sua “figura” – relativamente imóvel, porém cuidadosamente transportada – toma forma no que parece ser uma surpreendente invocação do termo “tombamento”, que é usado para descrever as iniciativas da UNESCO para preservar a arquitetura colonial e a cultura local. As palavras de Índio constituem uma forma crescente e comum de referência à pessoa e à propriedade, entre os moradores e ex-moradores do Pelourinho, que têm enfrentado uma reforma urbana destruidora, bem como à mercantilização das práticas afro-brasileiras no

\* Publicação original: “Culture, Content, and the Enclosure of Human Being: UNESCO’s ‘Intangible’ Heritage in the New Millennium.” *Radical History Review*, Number 109 (Winter): 121-135, 2011. Traduzido por Phillip Villane e revisado pelo próprio autor.

\*\* Queens College & the Graduate Center – CUNY. Department of Anthropology, PH 314. 65-30 Kissena Blvd. Flushing, NY 11367 – USA. john.collins@qc.cuny.edu

<sup>1</sup> A cidade do Salvador, capital do estado da Bahia, geral-

mente é celebrada como um sítio mítico de alma africana no Brasil. Assim, aparece no pensamento nacionalista como o lugar apropriado para definir a tradição e localizar a negritude da “democracia racial”, ou a alegada reivindicação redentora da hibridização portuguesa, africana e indígena, essencial da modernidade brasileira. O governo estadual da Bahia tem procurado reforçar essa narrativa contestada através de uma reconstrução do Pelourinho, centro da era colonial de Salvador, que serviu como a capital dos seus territórios brasileiros e foi o porto mais importante do Atlântico Sul até finais de século XVIII.

decorrer das “restaurações” protagonizadas pelo governo no Centro Histórico de Salvador. Desde 1992, essa reforma tem provocado um deslocamento de cerca de quatro mil residentes e a apropriação de 600 edifícios coloniais. O projeto foca na restauração de construções em ruínas, na reeducação da população, majoritariamente afro-brasileira, a respeito de o que o Estado acredita ser a forma “apropriada” do comportamento afro-baiano, e a remoção da maioria dos moradores que não aderem a modelos dominantes e estatais de comportamento folclórico popular afro-baiano.<sup>2</sup> Esse polimento abrangente das pessoas, das práticas cotidianas e das construções começou no final dos anos 1960, com iniciativas que visavam a transformar o Pelourinho em patrimônio cultural mundial reconhecido pela UNESCO. Desde o início dos anos 1990, o projeto de restaurar o centro colonial de Salvador tem misturado ações consolidadas nos anos 1960 e 1970 com uma reformulação particularmente baiana das políticas fomentadas pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) desde o final dos anos 1980. Isso tem levado a uma mistura de preocupações biopolíticas e multiculturais, voltadas para a identidade e para as minorias, com um cuidado especial direcionado às práticas tradicionais e populares – apresentadas como cruciais para o desenvolvimento econômico.<sup>3</sup>

A restauração “moderna” do Pelourinho começou em 1967, com a fundação do Institu-

to do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), introduzindo-se, assim, uma forma especial de administração patrimonial que, inicialmente, antecipa muitas das técnicas adotadas mais tarde no restante do mundo.<sup>4</sup> Devido ao fato de os parâmetros de demarcação patrimonial adotados pela UNESCO distinguirem claramente entre natureza, cultura, monumentos e criação folclórica, durante a maior parte da segunda metade do século XX, essa organização dividia seus registros referentes à patrimonialização entre patrimônio “cultural” e patrimônio “natural”. Ao longo das quatro últimas décadas, agentes culturais baianos, como o Prof. Vivaldo da Costa Lima, que dirigiu IPAC durante três épocas distintas, interpretaram essas categorias à luz de paradigmas brasileiros, cuja ênfase encorajava um engajamento com práticas cotidianas em vez de voltar-se para os monumentos. Ao mesmo tempo, abordaram raça, história, cultura e biologia de um modo distinto dos modelos adotados por seus pares europeus e norte-americanos.<sup>5</sup> A

<sup>4</sup> Ao argumentar que o esquema de desenvolvimento cultural do Pelourinho se baseia numa abordagem explicitamente higienista sobre uma população afro-brasileira, não simplesmente invoco Foucault, mas vinculo essa gestão biopolítica da cultura com a depuração das favelas, o tratamento das populações minoritárias e da classe trabalhadora e, assim, com aspirações a uma modernidade de estilo europeu no planejamento urbano latino-americano. Entre as mais úteis, embora de maneira bastante diferente, discussões sobre essa tentativa de conciliar uma barbárie ostensiva associada à natureza latino-americana com a civilização urbana no Brasil, estão em: Teresa Meade, “Civilizing” Rio: *Reform and Resistance in a Brazilian City, 1889-1930* (1997); e James Holston, *The Modernist City: an Anthropological Critique of Brasilia* (1997). Esses estudos enfatizam até que ponto a manipulação de um ambiente pode alterar o caráter dos cidadãos durante suas próprias vidas, ao invés de apenas atingir o caráter das gerações futuras, e, assim, servir para combater uma natureza ou condição racial latino-americana, muitas vezes retratada no Brasil como fonte de atraso nacional.

<sup>5</sup> A respeito de influências evolutivas lamarckianas sobre conceitos latino-americanos de evolução e degeneração cultural e sua relação com a terra e a paisagem, ver Nancy Leys Stepan, “The Hour of Eugenics”: *Race, Gender, and Nation in Latin America* (1991); John Collins, *Revolt of the Saints: Memory and Redemption in the Twilight of Brazilian Racial Democracy* (2015). Simplificando, a influência de conceitos lamarckianos de evolução e degeneração na América Latina, especialmente antes da Segunda Guerra Mundial, significa que uma variedade de pensadores brasileiros argumentou influentemente que o contato das pessoas com seus contextos ambientais e culturais altera seus próprios estados biológicos ou suas essências. Em outras palavras, e contrariamente aos modelos darwinianos de evolução que enfatizam a seleção natural, o meio social ou geográfico em que as pessoas tomam forma não é entendido simplesmente como uma força em sua construção

<sup>2</sup> Ver John Collins, “But What if I Should Need to Defecate in Your Neighborhood, Madame?”: *Empire, Redemption and the “Tradition of the Oppressed” in a Brazilian Historical Center*.

<sup>3</sup> O papel dos hábitos cotidianos dos cidadãos no desenvolvimento capitalista deu origem a estudos perspicazes, incluindo Jean Comaroff e John Comaroff, *Ethnicity, Inc* (2009); Julia Elyachar, *Markets of Dispossession: NGOs, Economic Development, and the State in Cairo* (2005); Michael Herzfeld, *Evicted from Eternity: The Restructuring of Modern Rome* (2009). Para as sugestões de agências de desenvolvimento de políticas sobre práticas culturais na década de 1990, ver Eduardo Rojas, *Old Cities, New Assets: Preserving Latin America’s Urban Heritage* (1998); e Ismail Serageldin, *Culture and Development at the World Bank* (1998). No entanto, a análise apresentada neste ensaio se afasta de tais tratamentos dos papéis do trabalho artesanal e cultural devido à minha afirmação de que o patrimônio cultural funciona como um idioma biopolítico, ou um meio de cuidados moralizantes e direcionados pelo Estado à vida biológica de uma população. Sobre biopoder, ver, especialmente, Michel Foucault, *The History of Sexuality* (1978); Ann Laura Stoler, *Race and the Education of Desire: Foucault’s History of Sexuality and the Colonial Order of Things* (1995).

administração do Pelourinho parece, assim, um exemplo *avant la lettre* de esforços para produzir um “patrimônio intangível”, o mais novo registro patrimonial da UNESCO, que é constantemente apresentado como originário da Ásia. Para a UNESCO, esse patrimônio intangível pode ser localizado

na mente humana, sendo o corpo humano o principal instrumento para sua promulgação, ou – literalmente – materialização. O conhecimento e as habilidades são frequentemente compartilhados dentro de uma comunidade, e as manifestações do PCI (patrimônio cultural imaterial) são, muitas vezes, realizadas coletivamente.<sup>6</sup>

Ao reconhecer que seu corpo mutilado e infeccionado pelo HIV deve receber cuidados especializados, Índio mistura preocupações com a saúde e moralidade com as práticas culturais baianas, aspectos cruciais do tombamento que tornam sua pessoa valiosa e atrativa para os mais poderosos. Isso demonstra não simplesmente uma identificação errada das fontes de valor, ou alguma fetichização das identidades dos moradores do Pelourinho, cujas práticas culturais se tornam propriedades da nação e da humanidade. Pelo contrário, revela explicitamente a importância de se analisar o que parece ser um salto, dentro da teoria da patrimonialização, para além da distinção entre a natureza e a cultura expressiva. Então, seria possível dizer que a criativa e distorcida visão de Índio sobre a restauração do patrimônio cultural, do seu corpo ferido e do seu próprio ser demonstra a existência de uma forma de propriedade transnacional, que faz com que quase tudo do campo histórico do ser humano possa ser construído como patrimônio comunitário. Então, seria possível dizer que Índio relaciona, de modo criativo e parti-

cultural, mas como forma de moldar seu *status* biológico em um presente particular. Em *Revolt of the Saints*, argumento que a restauração do Pelourinho, no final do século XX e começo do século XXI, participa de lógicas persistentemente semelhantes, segundo as quais os planejadores do patrimônio da Bahia concebem a restauração de edifícios e paisagens como forma de alterar o *status* ontológico de seus moradores.

<sup>6</sup> UNESCO, *What Is Intangible Cultural Heritage?*

cular, os moradores do Pelourinho à restauração do centro colonial, de seu corpo, e de seu próprio ser, constituindo-se, portanto, numa espécie de patrimônio humano vivo.<sup>7</sup>

Índio é soropositivo e, assim, capaz de atrair a atenção de cientistas sociais e de autoridades de saúde pública, o que é essencial para a tentativa de o Estado satisfazer e objetivar seus hábitos como cultura e o ser do subalterno como objeto de atenção “renovadora.” Essa conjunção de patrimônio, higienismo e pessoa faz recordar o argumento e as lógicas de John Locke, de que o homem é dono de si mesmo. Porém, em vez de discutir como, nesse processo, o ser humano se mistura com seu trabalho, com a terra ou com objetos, Índio sugere que seu *status*, consagrado como patrimônio cultural por meio das técnicas que delimitam o patrimônio na Bahia, põe o seu corpo em algum tipo de afinidade com outros objetos.<sup>8</sup> Esse entrelace de política, subjetividade e propriedade motiva minha tentativa de entender o modo como o patrimônio é concebido na Bahia atual: pode se revelar, notadamente, de maneiras iconoclastas em relação às formas de cercamento contidas em programas de desenvolvimento e concepções sobre formas de pertencimento comunitário.

A noção de patrimônio geralmente não envolve a privatização legal de terras públicas ou devolutas usadas pela comunidade, mas a nacionalização, para o suposto benefício de todos, de propriedades que, antes, eram privadas. Desse modo, Estados aplicam diretrizes da UNESCO ao transformarem propriedades privadas em bens públicos, muitas vezes para que sejam interpretados como representações das origens nacionais capazes de promover avanços econômicos disponíveis, em tese, para todos os

<sup>7</sup> Ver Anthony Vidler, *The Architectural Uncanny: Essays in the Modern Unhomely* (1994), sobre as sobreposições entre a arquitetura, e, especialmente, a arquitetura doméstica e as concepções de pessoa e subjetividade política no pensamento pós-Iluminismo.

<sup>8</sup> Para uma discussão dos cálculos complexos envolvidos em abordagens por parte de pessoas com AIDS visando a seus direitos humanos e ao tratamento, ver João Biehl, *Will to Live: AIDS Therapies and the Politics of Survival* (2007) e Rosilene Alencar, *Pelos meandros da sujeição* (1999).

cidadãos.<sup>9</sup> Todavia, tais tentativas de tornar a história e a cultura bens compartilháveis devem levar em consideração a existência de múltiplos regimes de propriedade. No Pelourinho, isso inclui bens urbanos comuns, formados a partir do final do século XIX, quando as elites baianas partiram para outras regiões da cidade e deixaram seus sobrados e casarões em mãos de inquilinos, ordens religiosas, parentes mais pobres e serventes domésticos. Pessoas como Índio, por exemplo, usufruíam de direitos consuetudinários sobre esses espaços, negligenciados até sua desapropriação, durante a ainda incabada restauração do bairro pós-1992. Tais apropriações “públicas” de propriedades anteriormente privadas, em nome do desenvolvimento capitalista e da política democrática e da identidade regional, geraram não apenas as preocupações de ordem moral que Michael Foucault chama de “cuidado de si”, mas uma transformação social em que formas de cercamento particularmente baianas deixaram os residentes mais pobres. Esses terrenos desapropriados em favor de uma suposta acessibilidade mais ampla são fundamentais para se compreender o cercamento da vida cotidiana, o ser humano como objeto de tombamento e também o modo pelo qual o *marketing* da cultura e da história podem impactar os horizontes atuais de possibilidade políticas e governamentais contemporâneas.

A construção de um “patrimônio cultural” – uma designação que, em Salvador, envolve a efetiva privatização de propriedades coletivas – codifica hábitos outrora não percebidos como bens culturais e direciona recursos antes compartilhados para classes privilegiadas específicas. Em outras palavras, esse patrimônio

<sup>9</sup> Um aspecto especialmente preocupante dessa tendência envolve a delimitação de parques ou reservas naturais em nome de um “bem comum” — muitas vezes com o patrocínio do BID ou do Banco Mundial —, por meio da apropriação de terras que, nos termos do direito internacional e dos direitos humanos, pertencem ao povo indígena ou a quilombolas. *Rainforest Warriors: Human Rights on Trial* (2011), de Richard Price, é um relato etnográfico dessas incômodas contradições. Ver também, de Jake Kosek, *Understories: The Political Life of Forests in Northern New Mexico* (2006), que argumenta contra uma concepção dicotômica da natureza e da cultura, acompanhando, nos EUA, os usos disputados e as reivindicações dos residentes locais, racialmente marcados, das terras comuns agora administradas como uma posse do estado nacional.

não somente fomenta as memórias comunitárias ou, mais cinicamente, a retomada das construções coloniais baianas pelos descendentes de seus antigos donos. Em vez disso, configura-se como uma forma híbrida de confisco dos hábitos populares alienados como “propriedades” humanas supervisionadas pela administração da UNESCO e pelo IPAC, o que é facilitado financeiramente por instituições como o Banco Mundial e o BID. Isto quer dizer que a construção de um patrimônio baiano, brasileiro, e mundial, no Pelourinho, converte qualidades e disposições humanas em “propriedades”.

A compreensão da expansão do patrimônio através da lógica de extensão da propriedade – desde a terra que o monumento ocupa até os estados interiores e os hábitos privados da população afrodescendente – vai muito além da reivindicação de interesses específicos de classe ou intervenções estatais. À luz da recente proposição da UNESCO, o “patrimônio intangível” constitui uma poderosa técnica e uma categoria dentro da gestão patrimonial que ressalta tentativas recentes, inspiradas pelo Banco Mundial e pelo BID, de tratar a “cultura como desenvolvimento”. As transformações dos regimes de propriedade em curso nos sítios patrimoniais apontam para uma mudança segundo a qual a vida cotidiana é definida como (e realizada em nome de) um suposto bem comum.<sup>10</sup> Não se devem considerar, portanto, declarações tais como a de Índio como meras reações instrumentais ao despejo. Ao contrário, elas apontam para uma mercantilização crescente de características que eram, e, de certo modo, ainda são, entendidas como propriedades humanas inalienáveis. Entretanto, em um mercado multicultural da diversidade humana, práticas tipicamente codificadas na teoria social como íntimas, ou que estão além do alcance do Estado, podem, não obstante, se tornar recursos quase naturais, disponíveis para a alienação e a exploração. Contudo, como demonstra Índio, ao mobilizá-las

<sup>10</sup> A página do Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Sustentável do Banco Mundial ilustra a configuração da cultura como um recurso econômico. Ver World Bank, *Cultural Heritage and Sustainable Tourism*.

para ganhar uma carona à casa de seu irmão, esse modo de criar propriedades também pode deixar espaço de manobras para os atores subalternos individuais e os movimentos sociais.

Este ensaio indaga e amplia análises antropológicas recentes sobre o patrimônio cultural, através da observação de hábitos, saberes e práticas que, em 2003, a UNESCO categorizou como “patrimônio intangível”. Nesse contexto, eu procuro relacioná-los às desapropriações, demarcações territoriais e lógicas de posse, bem como às condições ou possibilidades de lutas populares que têm envolvido os processos de cercamento, enfatizando os modos pelos quais foram acionadas quando os governos passaram a reclassificar terras privadas ou não completamente regularizadas e certas práticas humanas como bens culturais de uma coletividade. Por isso, o objetivo deste ensaio é apresentar novas perspectivas de análise dos efeitos dos programas de patrimônio da UNESCO e das políticas culturais no Brasil, oferecendo caminhos para trabalhos etnográficos e históricos que documentem as mudanças na consciência política emergente dessas reconfigurações de propriedade e comunidade, nos dias de hoje, em nome da preservação cultural. O conceito de cercamento, portanto, é uma ferramenta teórica capaz de descrever o modo pelo qual forças poderosas vêm conspirando para congelar a “cultura” como um bem compósito e alienável, um instrumento para o desenvolvimento do capitalismo tardio.

### **PATRIMONIALIZANDO O PASSADO: pobreza, poder e história do patrimônio**

Patrimônio cultural pode ser entendido como um novo tipo de propriedade que nasce através de livros de tombo e outras formas de catalogação nos arquivos estatais, as quais delimitam os supostos alicerces da identidade comunitária. Por conseguinte, patrimônio, conforme tal definição, tanto é uma tecnologia de suporte ao poder estatal quanto uma catego-

ria de propriedade que congrega uma plêiade de práticas, algumas das quais supostamente indexam uma humanidade global e comensurável, para se tornar domínio do Estado-nação. Tais transformações incluem a vigilância e a recolocação da vida cotidiana, incluindo objetos materiais da cultura popular, por instituições legais, educacionais, higienistas e arquivísticas. No contexto do multiculturalismo atual, no qual os ditos saberes e práticas não ocidentais são comumente tratados como espécimes exóticos, esse planejamento patrimonial reflete epistemologias ocidentais específicas no que se refere a superfície e profundidade, ilusão e verdade, origens e fins, e subjetividades motivadas pela tensão entre administração individual e coletiva, ou posse dos recursos.<sup>11</sup> Essa é a razão pela qual batalhas em torno do que é definido como patrimônio constituem disputas éticas: por ser uma forma de propriedade tipicamente considerada como o legado de uma coletividade, o patrimônio ganha legitimidade através do modo pelo qual o Estado zela de suas tradições, o que requer cuidado e atenção em uma conjuntura histórica específica. Tais disputas delineiam o que é especial ou intrínseco para a política e as práticas que simbolicamente a definem. Este é um princípio básico dos imaginários nacionalistas. Entretanto – e ainda mais importante – isso sugere que patrimônio é capaz de produzir uma substância e delinear um contorno, por meios estruturais legais e epistemológicos que transformam relações sociais em objetos cheios de conteúdo, simbolicamente autocontemplados. Isso ajuda a explicar o surgimento bem como a importância de contar suas histórias em diálogo com noções de propriedade individual e

<sup>11</sup> Em *Does Multiculturalism Menace? Governance, Cultural Rights, and the Politics of Identity in Guatemala* (2002), Charles Hale argumenta que uma fetichização da diversidade cultural ajuda a revelar exclusões mais básicas, fomentadas, pelo menos em parte, através de tais celebrações. Para uma discussão sobre como as peças de interioridade e exterioridade que atribuo aqui ao multiculturalismo neoliberal funcionam, em termos de raça, ver John Collins, *Revolt of the Saints: Memory and Redemption in the Twilight of Brazilian 'Racial Democracy'* (2015) e *Recent Approaches in English to Brazilian Racial Ideologies: Ambiguity, Research Methods, and Semiotic Ideologies* (2007).

coletiva, que vêm sendo alargadas e alteradas em relação à colonização capitalista da vida cotidiana através do suposto resgate, da recuperação e da gestão de bens culturais.

O antropólogo Richard Handler enfatiza que, em grande parte do aparato legal sobre patrimônio, o termo cultura se refere a algo que a comunidade supostamente possui, em lugar de constituir um idioma simbólico, processual e contextual, descritivo das interações humanas. Nessa perspectiva, cultura não é algo realizado ou modificado por interlocutores específicos, mas algo sujeito à ser apropriado na esfera pública e financeiramente alienado. As observações de Handler não apenas abrem espaço para muitas críticas à aparente apropriação indevida, por parte da UNESCO, do conceito de cultura, bem como confirmam a importância da propriedade cultural nas políticas e as autobiografias implementadas pela instituição, no final do século XX.

De acordo com a UNESCO, uma preocupação internacional com o patrimônio emergiu depois da Primeira Guerra Mundial, mas somente ganhou corpo definido após 1959, quando o Egito pediu ajuda para salvar sítios arqueológicos ameaçados pela construção da barragem de Aswan.<sup>12</sup> Isso é representativo de muitos emaranhamentos patrimoniais da atualidade, como, por exemplo, a água e os tesouros culturais, que são emblemas nos debates atuais sobre a escassez, bem como geram disputas sobre os méritos dos regimes de propriedade individual *versus* propriedade coletiva. A mobilização da UNESCO em torno dos tesouros egípcios, orientando-se na Convenção de Haia de 1954, segundo a qual “dano à propriedade cultural pertencente a qualquer povo [...] significa dano ao patrimônio cultural de toda a humanidade”, empurrou a lei global de propriedade para além de preocupações imediatas sobre quem detém fisicamente um objeto, e aproximou-se da questão sobre quem teria acesso a ele. A tentativa de preservar o “patrimônio humano ameaçado” pode ser entendida

como precursora ou correlata das discussões levantadas pela ONU nos anos 1970 e 1980 sobre a propriedade intelectual, especialmente nas áreas de desenvolvimento farmacêutico e informática. No caso farmacêutico, a saúde foi considerada um direito humano. Por conseguinte, houve um imperativo ético de tornar disponíveis medicamentos de alto custo, que limitavam o exercício do direito à saúde por parte de grandes contingentes populacionais. Analogamente, a UNESCO buscou, na segunda metade do século XX, definir a cultura como um direito equivalente a concepções de saúde no pensamento ocidental, imaginada como algo profundo e dotado de coerência interna, considerando o ser humano como portador de qualidades interiorizadas. Não obstante – tal como nas disputas envolvendo proteção de patentes *versus* o direito à saúde –, isso redefiniu a posição da UNESCO quanto às questões relativas à posse, separadas do possuidor físico, direcionando-as ao tema do acesso para um público internacional. A iniciativa se baseou em diretrizes que definem o valor ostensivamente especial – ou extraordinário – de bens culturais populares e tradicionais, entidades que não são necessariamente materiais ou armazenáveis, e diferem muito das obras de arte, cuja apreensão ou destruição dominava os debates anteriores. Como resultado, na segunda metade do século XX, a problemática do patrimônio envolveu discussões sobre interioridade humana, excepcionalidade e acesso a um universo de direitos, e responsabilidades compartilhadas e asseguradas, em parte, através de novas concepções de propriedade.

Na perspectiva da UNESCO, espaços físicos e objetos culturais, cujos direitos de propriedade individual podem vir a ser suspensos em benefício de sua vinculação à humanidade em geral, devem ser definidos por critérios técnicos precisos, que permitam uma avaliação, e, quando se adequam às distinções sancionadas pelos especialistas, uma proteção legal e burocrática.<sup>13</sup> Essa preservação, que se realiza

<sup>12</sup> UNESCO, *World Heritage Information Kit* (2008).

<sup>13</sup> Ana Lucia Meira aplica o conceito de distinção de Pierre

com a retirada de objetos e práticas do fluxo de mercadorias e da posse individual, depende da *expertise* que justifica sua retirada do cotidiano. A Convenção de 1972 para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural permitiu que os Estados-nação incluíssem essas “maravilhas” naturais ou artificiais encontradas em seus territórios na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO e apresentassem os critérios de reconhecimento do que lhes dava tais qualidades excepcionais. A Convenção deixou claro que a UNESCO apenas recomendou, mas nunca exigiu, que Estados procurassem reconhecimento para práticas e objetos reivindicados como seus, ao tempo em que estabeleceu padrões para definir regimes de propriedade que pudessem proteger tais recursos. Desse modo, a Convenção de 1972 definiu “valor universal excepcional” a partir da separação entre patrimônio “natural” e patrimônio “cultural”, uma posição coerente com as distinções pós-iluministas entre natureza e sociedade, que tanto estimularam a epistemologia moderna.<sup>14</sup>

A separação entre natureza e cultura, que considera o trabalho como uma explicação para a habilidade humana de transformar o natural em cultural, constitui uma base epistemológica de políticas governamentais frequentemente contraditórias e de tradições da teoria social inspiradas por pensadores desde Locke até Karl Marx. Entretanto, a UNESCO e os especialistas em patrimônio, em vários âmbitos nacionais, reconhecem, há décadas, a arbitrariedade das distinções entre natureza e cultura, bem como a especificidade, ou até a inaplicabilidade, dos conceitos europeus de propriedade para preservação cultural. Entre os dilemas dos planejadores, há a percepção de que a natureza é eminentemente social e que, mesmo no chamado domínio cultural, uma catedral e uma dança constituem formas culturais bastante diferentes, que podem exi-

gir mecanismos de preservação igualmente distintos. Para conciliar tais contradições, o *kit* de instrumentos transnacionais disponíveis para a proteção da cultura sofreu modificações e adições. Entre as mais significativas, encontra-se a Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, consequência dos debates na década de 1990 em torno de preocupações com o trabalho imaterial e as práticas difíceis de codificar com base nas discussões anteriores da convenção. A tentativa de a UNESCO subdividir a categoria de cultura, por exemplo, significou definir o patrimônio imaterial como

práticas, representações, expressões, conhecimentos, habilidades – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais associados a eles – que comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos reconhecem como parte de seu patrimônio cultural [...] Transmitidos de geração a geração, são constantemente recriados pelas comunidades [...] E lhes fornecem um senso de identidade e continuidade.<sup>15</sup>

O patrimônio intangível constitui um modo de valorizar a humanidade e suas expressões, ao atribuir à cultura um “caráter aberto e definir [...] [ seu status como] dominante ou não dominante, [...] não necessariamente ligado a territórios específicos ou [caracterizado pelo conhecimento] que uma pessoa pode ter [...] por pertencer a diferentes comunidades ou trocar de comunidades”.<sup>16</sup> Essa afirmação atualiza o conceito de cultura da UNESCO, tornando-o menos estático em relação a seus atributos, e promove uma melhor aproximação holística de “saberes, habilidades [e] [...] espaços culturais associados a eles”, mesmo que a ênfase em proteger a intangibilidade tenha o efeito contraditório de usar as práticas populares para entrelaçar cidadãos e paisagens enquanto os tornam propriedade de toda a coletividade.

Bourdieu em relação ao de patrimônio cultural em *O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participações dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre* (2004).

<sup>14</sup> Bruno Latour, *We Have Never Been Modern* (1993).

<sup>15</sup> UNESCO, *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage* (2003).

<sup>16</sup> UNESCO, *What is Intangible Cultural Heritage?*

## PROPRIEDADE CULTURAL, AMBIVALENCIA E POSSE: a antropologia estadunidense e os estudos patrimoniais

Há muito, os Estados se deparam com contradições críticas relacionadas à gestão da propriedade coletiva. Uma vez que o patrimônio deve ser produzido, compartilhado e interpretado, é aberto à elaboração através de sua formação e recepção, algo que é central nos estudos de Lisa Breglia sobre as orientações populares e institucionais relativas a sítios patrimoniais vinculados a sítios arqueológicos Maias no México. Em *Monumental Ambivalence*, Breglia enfatiza as contradições inerentes a “projetos lógicos e discursivamente opostos de proteção ou preservação, por um lado, além da promoção e desenvolvimento [comumente seguidos de privatização] de patrimônios globais ou nacionais, por outro lado”.<sup>17</sup> Concentrando-se não na cultura material, mas nos usos do patrimônio, Breglia investiga ressignificações populares de representações oficiais. Para fazer tanto, ela separa patrimônio de cultura material e argumenta que, no contexto neoliberal, o Estado mexicano se encontra dividido entre privatização e preservação. Não há dúvida de que um empirismo ingênuo, centrado na cultura material, concebe patrimônio como uma coleção de objetos, e falha em não reconhecer a diversidade das formas como as pessoas empregam tais objetos na ação social. Além disso, hoje em dia, os estados enfrentam uma variedade de conflitos relacionados com o papel dos bens comuns. Portanto, a separação na análise de Breglia, entre o discursivo e o material, o passado e o presente, ajuda a descrever um momento específico do começo do século XXI. Não obstante, isso também pode seguir de modo demasiado fiel às lógicas que pretende revelar.

A propriedade é uma relação social que organiza arenas aparentemente díspares de existência individual e de pertencimento coletivo. Dentre as esferas da vida social e filosófica que ela tendeu a apoiar durante a segunda metade

do século XX – e que minha análise trata de maneira historicamente específica, e não como algo dado – está a divisão do mundo entre o natural e o cultural, fatos e interpretações, objetos não humanos e sujeitos humanos, e o material e o imaterial. Entretanto, na base do patrimônio e de grande parte da teoria social, existe a suposição de que o trabalho media a natureza e a cultura através da tradução da primeira na última. Essa mediação depende, por sua vez, da própria distinção que tal mediação supostamente supera. Com a ascensão da cultura como um produto, essa tautologia – segundo a qual o trabalho humano concebe produtos sociais como elementos distintos dos cenários naturais que se tornaram aparentes – suscita intenso questionamento. Isso não significa que essa ascensão do patrimônio imaterial é um prelúdio para a refutação definitiva da teoria do valor do trabalho de Karl Marx. Ao contrário, sugere que a cultura, mesmo que seja compreendida como uma relação dialógica entre interlocutores específicos, ou mesmo como um produto das massas, se tornou uma parte integral da produção do valor, de modo a salientar a importância de se seguir ainda mais as implicações de sua separação ambivalente da natureza ou da biologia. Quando os atores, tanto subalternos quanto os mais privilegiados, reconhecem o papel de uma cultura objetificada para produzir bases de pertencimento comunitário, compreendem-se novas facetas do processo pelo qual cercamento, território e humanidade são implicados nos projetos atuais de patrimônio.

O patrimônio emulado em relações sociais, que poderíamos denominar contraditoriamente como “essências culturais”, liga os cidadãos ao território por meio da burocracia estatal, dotando-os de características quase naturais. Desse modo, as pessoas fazem um papel como aspectos de paisagens manipuladas pelo planejamento urbano e cultural. Tais paisagens e suas figuras humanas não operam apenas como um pano de fundo para a elaboração de narrativas nacionalistas. Ao contrário, constituem uma possessão coletiva da nação, construída como parte de seu patrimônio e como

<sup>17</sup> Lisa Breglia, *Monumental Ambivalence: The Politics of Heritage* (2006).



uma propriedade material desses imaginários patrióticos. O patrimônio e seus objetos compõem, portanto, o coração das formas contemporâneas de cercamento promulgadas em lugares como o Pelourinho, um espaço anacrônico que reúne pessoas, na forma simbólica de ancestrais humanos ainda vivos, e paisagens restauradas em um apertado e empacotado recurso folclórico e quase natural. Quer dizer que não só o território, mas também as pessoas e suas atividades cotidianas, passam por um tipo de cercamento, já que essas pessoas são atreladas à paisagem e se tornam seus elementos quase naturais. Como minha invocação de Locke pode sugerir, este artigo é, portanto, um relato da subjetividade humana, sendo uma propriedade aberta ao cercamento imposto pelo capitalismo. Esclareço que esse argumento não é relativo à nossa época, ou baseado numa distinção pura entre economias liberais e neoliberais. É, antes de tudo, uma afirmação sobre o modo pelo qual uma situação dinâmica e contemporânea permite acompanhar processos em curso que, agora, podem ser compreendidos sob novos pontos de vista. A tarefa principal não é identificar alguma ruptura através da qual o patrimônio se torna, agora, uma mercadoria inequivocamente alienável, mas, em vez disso, entender um conjunto de práticas móveis que produzem o “senso comum” da cultura popular – principalmente por sua mercantilização, como seria vista hoje – numa conjuntura histórica particular. Eis uma das razões pelas quais o ponto de partida deste artigo é uma narrativa sobre os pontos de vista que surgem da visita de Índio a Fazenda Grande do Retiro, bairro da periferia de Salvador. A circulação de produtos alimentícios, especialmente de bebidas alcoólicas, é um meio durável de estabelecer laços de solidariedade através da troca e do consumo de produtos simbólicos que materializam as conexões humanas.<sup>18</sup> Similarmente, patrimônio é um idioma e um bem, através do qual a cele-

<sup>18</sup> Ver, por exemplo, *Pathways of Memory and Power: Ethnography and History among an Andean People* (1998), de Thomas Abercrombie, que explora o alinhamento do passado e do presente através da libação ritual.

bração, como um recurso aparente e durador, produz sentimento de pertencimento, processo questionado pela abordagem de Breglia ao lidar com as discordâncias inerentes aos meios compartilhados. Mesmo assim, como o patrimônio não é consumido da mesma maneira como a cerveja em Salvador é consumida, nem circula como um inhame ou um colar de conchas nas narrativas da antropologia clássica do Pacífico, ele é frequentemente abordado como parte de uma rede de presentes, ou de trocas recíprocas, que funciona de maneira diferente da troca de bens por dinheiro, com base no mercado. No *kit* de informações sobre o Patrimônio Cultural da UNESCO de junho de 2008, pode-se encontrar um capítulo chamado, “Patrimônio: um presente do passado para o futuro”. Esse título sugere que esse patrimônio é inalienável e duradouro, devido a seu papel exercido em trocas recíprocas, um sistema econômico entendido na antropologia como um meio de manter o controle coletivo dos recursos, através de sua circulação entre parentes ou indivíduos que são transformados em membros da mesma comunidade através desse intercâmbio.<sup>19</sup> Nesse contexto, podemos ver como a invocação de Índio sobre o patrimônio se manifesta, como exemplo das formas iconoclastas de auto-objetivação desenvolvidas nos anos 90 pelos moradores do Pelourinho, quando foram sujeitos à disciplina implementada pelo Estado, tendo como pressuposto a codificação de sua cultura como um bem que pode atrair verba estrangeira e nacional. O patrimônio, para Índio, funciona como parte de uma economia de doação e de um sistema de mercadorias. E ambos servem como recursos práticos para seu autoconhecimento.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> As análises clássicas das economias baseadas na dádiva e seus papéis no estabelecimento da solidariedade social em torno de formas de reciprocidade em relação aos bens inalienáveis incluem Marcel Mauss, *The Gift: The Form and Reason for Exchange in Archaic Societies*, originalmente publicado como “*Essai Sur le Don: Forme et Raison de L'échange dans les Sociétés Archaiques*” *L'année sociologique* (1923-24); e Bronislaw Malinowski, *Argonauts of the Western Pacific: An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea* (1922).

<sup>20</sup> Essa visão sobre a capacidade de o patrimônio montar sistemas econômicos baseados em doação e em mercadorias e, portanto, sobre seu papel na revelação de sua imbricação, em oposição a alguma separação essencial, é

## CONCLUSÃO: uma questão de substância

O patrimônio cultural é um meio flexível que permite às pessoas transitarem entre diferentes regimes de propriedade, no momento em que a privatização se apresenta como o fiel da balança. O patrimônio assume, em parte, esse papel porque pode envolver formas híbridas de propriedade comunal, em que objetos são preservados *ao mesmo tempo em que são alienados*. Mas tal ambivalência não é apenas uma questão de montar regimes de propriedade, ou fornecer histórias alternativas dentro dos regimes de propriedade estabelecidos. É, também, um meio de vislumbrar os limites desses regimes, suas características distintivas e construções humanas alternativas às noções vigentes de propriedade e identidade. Por tudo isso, podemos observar que, como uma relação social, a propriedade é uma representação simbólica da pessoa e de um gênero humano, tal como é definida num momento geo-histórico específico.<sup>21</sup>

Arqueólogos contemporâneos vêm demonstrando um interesse na produção, circulação e consumo de bens culturais, e, por conseguinte, sua salvaguarda e retorno. A literatura resultante enfatiza a reparação e a prevenção direcionadas aos tesouros da civilização. Não raro, perde-se de vista que propriedades são relações capazes de refletir e condensar sistemas político-econômicos existentes, de modos que nivelam as tentativas de policiamento dos próprios objetos.<sup>22</sup> Tais dificuldades de delimitar a

desenvolvida por Elizabeth Ferry em *Not Ours Alone: Patrimony, Value, and Collectivity in Contemporary Mexico* (2005). Em resposta às formas como os trabalhadores tornam a propriedade cooperativa simultaneamente alienável e inalienável, transformando-a, assim, em uma mercadoria e um recurso duradouro, Ferry argumenta que o patrimônio permite que as pessoas oscilem entre um mercado e a preservação da propriedade coletiva e identidades associadas. Ver também Annette Weiner, *Inalienable Possessions: the Paradox of Keeping-While-Giving* (1988).

<sup>21</sup>A influência mútua da propriedade e da subjetividade é enfatizada na epígrafe deste ensaio, retirada de Marilyn Strathern, *Property, Substance, and Effect: Anthropological Essays on Persons and Things* (1999).

<sup>22</sup>Alexander Bauer, *New Ways of Thinking about Cultural Property: A Critical Appraisal of the Antiquities Trade Debates* (2008).

circulação e o uso surgem de fatores que oscilam desde a densidade das redes disponíveis no capitalismo até a transferência de obras de arte e a dificuldade de delimitar como objeto uma manifestação cultural. Em *Who Owns Native Culture?*, Michael Brown circula entre debates acerca de bens, e conclama um tratamento mais pragmático e dinâmico da cultura por parte de quem atua na esfera pública, já que a “lei existente esforça-se pela uniformidade e precisão”, ao invés da “ambiguidade requerida para nutrir a paz social”.<sup>23</sup> Esse apoio à mediação da esfera pública, que aparenta ser justo e racional, relaciona-se a uma história mais longa de coprodução de propriedades e ideais de justiça e progresso, apenas rapidamente tratadas neste artigo.<sup>24</sup> Isso evidencia algumas das razões pelas quais alguém pode conceber a cultura como uma propriedade mais equitativa, como modo de promover a justiça. A cultura, na perspectiva desenvolvida neste artigo e em relação aos contextos de sobrevivência no Pelourinho, não é uma panaceia que disfarça uma forma de propriedade ao contrapor-se ao capitalismo; ao invés disso, é uma reflexão e um elemento constitutivo do capitalismo. Consequentemente, à ciência social crítica não cabe corrigir como a cultura ganha forma, mas, ao invés, buscar compreender como as práticas passam a ser reconhecidas como cultura de modo a produzir efeitos poderosos nas subjetividades políticas, nos movimentos de oposição e nas cosmologias.

Para abordar a maneira pela qual a propriedade cultural, no México, serve de apoio para as múltiplas formas de cercamento tão constitutivas do capitalismo, Elizabeth Ferry evita tratar dos objetos patrimoniais. Em vez disso, olha o modo como a prata, “a substância patrimonial essencial [...] é distribuída, consumida e valorizada marcadamente em dife-

<sup>23</sup>Michael Brown, *Who Owns Native Culture?* (2003).

<sup>24</sup>Property Rights and Historical Analysis: What Rights? What History? (2004), de Rosa Congost, é uma visão geral das abordagens da propriedade nas tradições históricas europeias que ultrapassa a visão da propriedade como posse e leva em consideração a multiplicidade de possíveis relações contidas na – e, portanto, de direitos à – propriedade.

rentes formas”.<sup>25</sup> A questão mais importante, para Ferry, não é como atenuar ou aperfeiçoar as maneiras dominantes de usar a prata, em si. Em vez disso, ela investiga como a prata é configurada como *substância* de um tipo particular em relação às práticas humanas e instituições específicas. A prata ganha valor nos seus diversos contextos e usos, tal como ocorre com as práticas configuradas como cultura, que constituem essas tentativas de cercar o ser humano e suas qualidades como uma mercadoria produzida em sítios, como uma mina mexicana, ou o centro brasileiro do tráfico atlântico de escravos, que apoiaram o surgimento de um capitalismo frequentemente visto incorretamente como originário da Europa. É nesse cenário que a cultura – ou pelo menos o argumento acerca da reificação das práticas populares na forma de “essência” humana – se torna “boa para pensar” em conjunto a questão dos metais preciosos.

Porém, o que parece mais importante, conforme argumento neste artigo, não é o *status* da cultura ou da prata como bens de valor, ou sua origem no capitalismo, mas, sim, os efeitos colaterais políticos das práticas que ratificam a ideia de que a prata – ou alguma outra coisa que é considerada cultura – é, de fato, uma substância em si mesma.<sup>26</sup> E, como indica o comentário de Índio sobre patrimônio, sua deficiência física e sua relação com a ciência social e com seus cientistas, os idiomas através dos quais os seres humanos imaginam o âmago da humanidade, configuraram a cultura como uma substância valiosa. Portanto, enquanto há pouca dúvida de que papéis sociais – como o de servo, senhor da terra e camponês – foram forjados através da gestão e do cercamento da propriedade da terra, em nações tais como Inglaterra e México, a intervenção de Índio assim como os programas da UNESCO de patrimônio intangível abrem a possibilidade para

<sup>25</sup> Elizabeth Ferry, *Not Ours Alone*, p. 20.

<sup>26</sup> Essa ilusão de conteúdo ou de valor intrínseco está relacionada ao mercado e suas abstrações. Portanto – como o fetichismo da mercadoria, em geral – ela desempenha um papel básico na ideologia.

que a propriedade e a noção de pessoa possam ser reconstruídas de novas maneiras nos dias de hoje. Isso acontece através da alienação de práticas cotidianas colocadas como indicadores de essências interiores que supostamente delimitam o humano.

Enquanto práticas cotidianas dos cidadãos se tornam o coração de uma cidadania construída, juntamente com modelos influenciados pelo mercado, a cultura é transformada em algo quase natural – pelo menos no sentido modernista de “pano de fundo” – e, portanto, vulnerável ao cercamento. Bem entendido, não é nova a ideia de cultura como algo construído através da objetificação. O que aparenta ser novo – ou, mais precisamente, o que quero enxergar mais nitidamente em relação aos processos de mudança política e econômica – é o fato de que, à medida que uma entidade instável chamada cultura atrai a atenção do Estado, ela se assemelha às preocupações anteriores como a privatização ou cercamento da terra como recurso produtivo. Em lugares como o Pelourinho, tentativas de acumulação focam não em abstrair trabalhos realizados no chão da fábrica industrial, no campo, ou mesmo na casa de um camponês. Em vez disso, hábitos cotidianos – desde há muito usados para individualizar nações modernas e reivindicar soberania, tendo como base uma particularidade étnica ou cultural – agora aparecem como um campo compartilhado, como uma propriedade humana passível de alienação.<sup>27</sup>

<sup>27</sup> Não argumento aqui que a atenção aos modos pelos quais o trabalho confere valor para entidades denominadas cultura ou natureza não seja fundamental para entender os modos pelos quais os estados supervisionam a vida cotidiana. Pelo contrário, minha análise se baseia na suspeita de que o gerenciamento burocrático do cotidiano é, por si mesmo, uma forma de trabalho. No entanto, no escopo deste texto, em vez de explorar o modo a partir do qual a gestão da cultura é uma forma de trabalho ou, inversamente, um esforço para desbancar uma teoria do valor do trabalho, almejo deixar em aberto espaços para outras análises mais detalhadas acerca das imbricações entre enredos de natureza, cultura, trabalho e terra. Minha abordagem se concentra nas técnicas específicas empregadas pelos estados que administram o trabalho burocrático de alienar aspectos da vida cotidiana não tipicamente interpretados como trabalho, mas como panos de fundo “naturais” para o social. Para obter preciosas informações sobre esse processo, ver especialmente Genese Sodikoff, *The Low-Wage Conservationist: Biodiversity and the Perversities of Value in Madagascar* (2009); e Fernando Coronil, *Towards a Critique of Globalcentrism: Speculations on Capitalism's Nature* (2000).

No horizonte dos idealistas planejadores da UNESCO, esses acervos constituem a prova da existência de uma humanidade compartilhada, geral em seu alcance e particular em suas manifestações.<sup>28</sup> Repensados pelo governo da Bahia, pelo BID e pelo Banco Mundial, no entanto, eles aparentam ser uma substância, semelhante à terra, que precisa ser cercada, para então ser cooptada para o desenvolvimento, tanto econômico quanto social. Isso é importante, não como um tributo a uma era anterior, mas porque permite entender, com maior acuidade, a dinâmica das mudanças nos modos de acumulação de capital, as formas correlatas de subjetividade política, o conjunto das estratégias disponíveis para quem queira procurar ou esculpir relações alternativas não à cultura, mas ao campo mais amplo das objetificações que transformam em fontes de exploração práticas que, geralmente, são consideradas como indicadores das essências mais profundas e delimitadoras do ser humano.

Recebido para publicação em 08 de novembro de 2017  
Aceito em 02 de janeiro de 2018

## REFERÊNCIAS

- ABERCROMBIE, Thomas. *Pathways of Memory and Power: Ethnography and History among an Andean People*. Madison: University of Wisconsin Press, 1998.
- ALENCAR, Rosilene. *Pelos meandros da subjectivação*. 1999. Tese (Mestrado) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- BAUER, Alexander. New Ways of Thinking about Cultural Property: A Critical Appraisal of the Antiquities Trade Debates. *Fordham International Law Journal*, v. 31, p. 689-724, 2008.
- BIEHL, João. *Will to Live: AIDS Therapies and the Politics of Survival*. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- BREGLIA, Lisa. *Monumental Ambivalence: The Politics of Heritage*. Austin: University of Texas Press, 2006. p. 6.
- BROWN, Michael. *Who Owns Native Culture?* Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- COLLINS, John. Recent Approaches in English to Brazilian Racial Ideologies: Ambiguity, Research Methods, and Semiotic Ideologies. *Comparative Studies in Society and History*, v. 49, p. 997-1009, 2007.
- \_\_\_\_\_. 'But What If I Should Need to Defecate in Your Neighborhood, Madame?' Empire, Redemption and the 'Tradition of the Oppressed' in a Brazilian Historical Center". *Cultural Anthropology*, v. 23, p. 279-328, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Revolt of the Saints: Memory and Redemption in the Twilight of Brazilian "Racial Democracy"*. Durham: Duke University Press, 2015.
- COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. *Ethnicity, Inc.* Chicago: University of Chicago Press, 2009.
- CONGOST, Rosa. Property Rights and Historical Analysis: What Rights? What History? *Past and Present*, v. 183, p. 73-106, 2004.
- COOMBE, Rosemary. *The Cultural Life of Intellectual Properties: Authorship, Appropriation, and the Law*. Durham: Duke University Press, 1998.
- CORONIL, Fernando. Towards a Critique of Globalcentism: Speculations on Capitalism's Nature, *Public Culture*, v. 12, p. 351-374, 2000.
- DERRIDA, Jacques. *Ethics, Institutions, and the Right to Philosophy*. Tradução de Peter Trifonas. Lanham: Rowman and Littlefield, 2002.
- ELYACHAR, Julia. *Markets of Dispossession: NGOs, Economic Development, and the State in Cairo*. Durham: Duke University Press, 2005.
- FERRY, Elizabeth. *Not Ours Alone: Patrimony, Value, and Collectivity in Contemporary Mexico*. Nova York: Columbia University Press, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *The History of Sexuality*. Tradução de Robert Hurley. New York: Pantheon, 1978.
- HALE, Charles. Does Multiculturalism Menace? Governance, Cultural Rights, and the Politics of Identity. In: Guatemala, *Journal of Latin American Anthropology*, v. 2, p. 34-61, 2002.
- HANDLER, Richard. On Having a Culture: Nationalism and the Preservation of Quebec's Patrimoine. In: STOCKING, George (Ed.). *Objects and Others: Essays in Museums and Material Culture*. Madison: University of Wisconsin Press, 1985. p. 192-217.
- \_\_\_\_\_. Who Owns the Past? History, Cultural Property, and the Logic of Possessive Individualism. In: WILLIAMS, Brett (Ed.). *The Politics of Culture*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991. p. 63-74.
- HERZFELD, Michael. *Evicted from Eternity: The Restructuring of Modern Rome*. Chicago: University of Chicago Press, 2009.
- HOLSTON, James. *The Modernist City: An Anthropological Critique of Brasilia*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- KOSEK, Jake. *Understories: The Political Life of Forests in Northern New Mexico*. Durham: Duke University Press, 2006.
- LATOUR, Bruno. *We Have Never Been Modern*. Tradução de Catherine Porter. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonauts of the Western Pacific: an Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*. Londres: Routledge, 1922.
- MAUSS, Marcel. *The Gift: The Form and Reason for Exchange in Archaic Societies*. Tradução de W. D. Halls. Nova York: WW Norton, 2000.

- MEADE, Teresa. *"Civilizing" Rio: Reform and Resistance in a Brazilian City, 1889-1930*. University Park: Penn State Press, 1997.
- MEIRA, Ana Lucia. *O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participações dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- PRICE, Richard. *Rainforest Warriors: Human Rights on Trial*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2011.
- ROJAS, Eduardo. *Old Cities, New Assets: Preserving Latin America's Urban Heritage*. Washington: Inter-American Development Bank, 1998.
- SERAGELDIN, Ismail. *Culture and Development at the World Bank*. Washington: World Bank, 1998.
- SODIKOFF, Genese. The Low-Wage Conservationist: Biodiversity and the Perversities of Value in Madagascar. *American Anthropologist*, v. 111, p. 443-455, 2009.
- STEPAN, Nancy Leys. *"The Hour of Eugenics": Race, Gender, and Nation in Latin America*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.
- STOLER, Ann Laura. *Race and the Education of Desire: Foucault's History of Sexuality and the Colonial Order of Things*. Durham: Duke University Press, 1995.
- STRATHERN, Marilyn. *Property, Substance, and Effect: Anthropological Essays on Persons and Things*. New Brunswick: Athlone Press, 1999. p. 199.
- UNESCO. "What Is Intangible Cultural Heritage?" [20--]. Disponível em: < [www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00002](http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00002)>. Acesso em: 11 abr. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. Paris: UNESCO, 2003. p. 2.
- \_\_\_\_\_. *World Heritage Information Kit*. Paris: UNESCO, 2008. p. 7.
- VIDLER, Anthony. *The Architectural Uncanny: Essays in the Modern Unhomely*. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.
- WEINER, Annette. *Inalienable Possessions: the Paradox of Keeping-While-Giving*. Berkeley: University of California Press, 1988.
- WORLD BANK. *Cultural Heritage and Sustainable Tourism*. [20--]. Disponível em: <[web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTURBANDEVELOPMENT/EXTCHD/0,,contentMDK:20204614~menuPK:430438~PagePK:210058~piPK:210062~theSitePK:430430,00.html](http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTURBANDEVELOPMENT/EXTCHD/0,,contentMDK:20204614~menuPK:430438~PagePK:210058~piPK:210062~theSitePK:430430,00.html)>. Acesso em: 11 abr. 2010.

**CULTURE, CONTENT, AND THE ENCLOSURE OF HUMAN BEING: UNESCO'S "intangible" heritage in the new millennium**

*John F. Collins*

Cultural heritage, or patrimony, is a technology that transforms people's everyday habits, or culture, into forms of property. Thus in neoliberalism's wake, patrimony has been configured as a source of value essential to development schemes that stress knowledge economies. In this review and extension of anthropological approaches to patrimony, I argue that a vacillation between alienable and inalienable cultural properties constructed around quotidian habits, or what has been construed as some sort of human essence supervised by UNESCO, has come to rest today on a hybrid form of mining and enclosure of human qualities. I follow the logic of a rampant commodification under neoliberalism and consider how enclosure may be extended conceptually from analyses of land to the marketing of a peoplehood. My goal in doing so is to suggest avenues for future research on the global production of value and its relationship to struggles for social justice today.

KEY-WORDS: Heritage. UNESCO. Historical Centres. Neoliberalism. Commodification.

**CULTURE, CONTENU ET LA CLÔTURE DE L'ÊTRE HUMAIN: le patrimoine "immatériel" de l'UNESCO dans le nouveau millénaire**

*John F. Collins*

Le patrimoine culturel est une technologie qui transforme les habitudes quotidiennes des gens, ou leur culture, en formes de propriété. Ainsi, à la suite du néolibéralisme, le patrimoine a été configuré comme une source de valeur essentielle aux schémas de développement qui mettent l'accent sur les économies du savoir. Dans cette revue et extension des approches anthropologiques au patrimoine, je soutiens qu'un vacillement entre les biens culturels aliénables et inaliénables construits autour des habitudes quotidiennes, ou ce qui a été interprété comme une sorte d'essence humaine supervisée par l'UNESCO, est aujourd'hui fondé sur une forme hybride de l'exploitation minière et de la clôture des qualités humaines. Je suis la logique d'une marchandisation rampante sous le néolibéralisme et considère comment la clôture peut s'étendre conceptuellement de l'analyse de la clôture des champs communautaires à la commercialisation d'un peuple. Mon objectif est de suggérer des pistes pour futures recherches sur la production mondiale de valeur et sa relation avec les luttes pour la justice sociale aujourd'hui.

MOTS-CLÉS: Patrimoine. UNESCO. Centres historiques. Néolibéralisme. Marchandisation.

# REQUALIFICAÇÃO URBANA E DESPEJOS EM CENTROS NOVO E ANTIGO DE SALVADOR<sup>1</sup>

A Ivana Chastinet, in memoriam<sup>2</sup>

John Gledhill\*  
Maria Gabriela Hita\*\*

A cidade de Salvador replica o processo de “acumulação por espoliação”, característico de um urbanismo neoliberal em todo o mundo. Neste artigo, comparamos como atua a lógica da requalificação urbana em duas zonas da cidade. A primeira é uma grande e historicamente combativa favela localizada na região que tem se tornado o mais moderno “novo centro” da cidade. Nela, a chave dos problemas são os novos projetos de mobilidade urbana e a construção de condomínios para outras classes sociais. A segunda zona é o centro colonial da cidade, que experimenta uma nova fase de gentrificação. Ali, as políticas de patrimônio histórico se encontram com outras políticas, transformando os remanescentes espaços públicos da cidade neoliberal securitizada em zonas mais seguras para turistas e residentes mais ricos. Enfatizamos o valor de um entendimento etnograficamente fundamentado para compreender o que essas mudanças significam para moradores pobres da cidade, assim como a complexidade, a heterogeneidade e a ambiguidade de suas diferentes reações.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades. Pelourinho. Gentrificação. Despejos. Resistências.

## CONTEXTO LOCAL, TENDÊNCIAS GLOBAIS

Atualmente, a cidade de Salvador está passando por um processo de requalificação e de desenvolvimento dos espaços públicos, bem conhecido por muitos turistas que visitam a primeira capital colonial do Brasil, provenientes do país e do resto do mundo. Essa renovação seguiu-se a um período em que as classes média e alta soteropolitanas protestavam em função da decadência geral da cidade

após a gestão de dois mandatos de João Henrique Carneiro (2005-2012) como prefeito. Seu sucessor, eleito em 2012 e reeleito em 2016, é neto do famoso cacique baiano, o ex-governador e senador Antônio Carlos Magalhães, popularmente conhecido como ACM. O contentamento de Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto de ser publicamente conhecido simplesmente como ACM Neto reflete o fato de que seu avô ainda ocupa um lugar nos corações de muitos baianos. Os apoiadores do velho ACM, no entanto, não incluíram membros de muitas das famílias, em sua maioria negras, despejadas de suas casas durante sua iniciativa de modernizar uma metrópole do século vinte em rápida expansão, através de uma atualizada rede de transportes que vem sendo implantada desde as décadas de 70 e 80. Esse

\* Universidade de Manchester. Departamento de Antropologia Social.

Oxford Road. Manchester M13 9PL. Reino Unido  
john.gledhill@manchester.ac.uk

\*\* Universidade Federal da Bahia. Departamento de Sociologia. dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e o de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM).

R. Prof. Aristides Novis, 197. Cep: 40210-909. Federação – Salvador – Bahia – Brasil. mghita63@gmail.com

<sup>1</sup> Artigo traduzido do inglês por Phillip Villani, originalmente apresentado na sessão “Exploring and questioning the inner-city in Latin America: urban renewal, historic preservation, gentrification and segregation dynamics” no congresso de cinquenta anos da Associação de Estudos Latino-Americanos, Nova Iorque, 29 de maio, 2016. Dra. Hita agradece ao CNPq pelo apoio financeiro recebido para participar dessa LASA. Versão sintética foi também apresentada no Congresso da UFBA 70 anos, em 2016, na Mesa Redonda

“Disputas Urbanas em Grandes Metrópoles: um balanço da situação na Argentina e Brasil” coordenada pela Dra. Hita. Dados etnográficos sobre o Bairro da Paz, aqui atualizados, têm sido já apresentados em outras publicações.

<sup>2</sup> Ivana Chastinet, artista, *performer*, diretora teatral e cenógrafa, a quem dedicamos este artigo, é especialmente reconhecida como lutadora e ativista em defesa do Centro Histórico de Salvador. Criadora do Movimento Bairro 2 de Julho e moradora resistente do assentamento Coração Vila de Maria, no Bairro 2 de Julho, morreu no dia 8 de Agosto de 2017, deixando um grande vazio nesse movimento e no coração dos seus incontáveis amigos e conhecidos.

processo de requalificação urbana, iniciada por antecessores, culminou com a reforma do coração do Centro Histórico decadente, o Pelourinho, declarado patrimônio mundial pela UNESCO em 1985.

A derrota do candidato de ACM para prefeito em 2004, com a vitória de João Henrique, refletiu o poder cada vez menor dessa máquina política, e o crescimento do Partido dos Trabalhadores (PT) na Bahia, nos anos vindouros. Jacques Wagner ganhou o governo estadual para o PT em 2007, retendo-o por dois mandatos. Apesar da retomada do município por ACM Neto e os Democratas (DEM) em 2012, nas eleições de 2014, um novo governador do PT, Rui Costa, nascido e criado em um bairro de classe trabalhadora da cidade, foi eleito por uma maioria confortável no primeiro turno. Assim, o PT, mediante o voto popular, retomou o controle político local, derrotando a rede de controle do Carlismo, estabelecida por meio do clientelismo. Com sua força eleitoral em 2014, tanto no interior da Bahia quanto dentre os moradores urbanos pobres e a classe trabalhadora, a vitória do PT refletiu o peso da geração de novos empregos, muitos deles com carteira assinada, dos salários crescentes e da sensação, nesses anos, de maior avanço pessoal, pelo acesso maior a bens consumíveis, com a maior disponibilidade de crédito fácil. Esse quadro também é resultante dos efeitos positivos do programa Bolsa Família, do PT. Os governos estaduais desse Partido poderiam se vangloriar ainda dos ganhos conquistados em projetos populares de moradia e das melhorias no acesso a serviços médicos, alcançadas pelos menos favorecidos. Também poderia ser creditada a esses governos a promoção de uma política de transporte público mais racional para a cidade de Salvador, baseada no desenvolvimento do novo sistema de metrô e de trens leves sobre trilhos (VLT).

No entanto, o caso de Salvador mostra que o PT também foi cúmplice na promoção de um modelo de desenvolvimento urbano neoliberal. Embora, quanto a esse aspecto, tenha se espelhado em outros governos demo-

cráticos sociais do mundo inteiro em termos daquilo que ofereceu aos moradores pobres das áreas metropolitanas, o financiamento das campanhas eleitorais do PT por empresas imobiliárias e construtoras claramente lhe gerou certos compromissos.<sup>3</sup>

Poderia, entretanto, parecer irônico que o Brasil seja exemplo de um modelo de desenvolvimento urbano neoliberal, dado o teor progressista de sua Constituição de 1988 e o fato de o direito à moradia ter sido levado consideravelmente mais longe pelo Estatuto da Cidade de 2001 (Lei Federal 10.257). Nessa Lei, foram reconhecidas as funções sociais da propriedade e foi posta a determinação de que os planos de desenvolvimento urbano deveriam considerar a participação popular ampla e socialmente inclusiva. Ela reflete o espírito promovido pela Conferência das Nações Unidas Habitat-I e um padrão internacional adotado por legislações urbanas socialmente mais progressistas em todo o mundo. Porém, como urbanistas brasileiros enfatizaram (Maricato, 2013; Rolnik; Klink, 2011), há uma grande diferença entre o que esse Estatuto promete teoricamente e o que o governo (em todos os seus níveis) tem feito, na prática. A base dessa crítica foi ampliada quando ocorreram novas experiências de despejos associados às preparações do país para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos (Faulhaber; Azevedo, 2015; Serpa, 2017). Mesmo quando “consultas” baseadas em “participação popular” foram promovidas – raras no caso baiano –, esses exercícios frequentemente têm mostrado susceptibilidade à manipulação para legitimar decisões de planejamento urbano já tomadas. O que acontece, na prática, tende a refletir uma lógica política de democracias eleitorais, em países de capitalismo neoliberal,

<sup>3</sup> Embora a construtora Camargo Correa também tenha sido um agente importante na reforma urbana de Salvador, a Odebrecht, fundada em 1944, e a OAS, fundada em 1976, são especialmente importantes, como empresas baianas que atingiram um alcance internacional. Elas deram mais financiamento para o PT do que para seus competidores, em lugares onde petistas eram os vencedores eventuais mais prováveis. Outras empresas imobiliárias também investiram em ONGs e projetos comunitários em bairros pobres, adjacentes a seus empreendimentos, em parte por motivos vinculados a relações públicas, mas também para facilitar a comunicação com lideranças comunitárias, e, em alguns casos, sua cooptação (Gledhill; Hita, 2014).



nas quais os principais perdedores, no padrão de desenvolvimento urbano vigente, não costumam possuir força suficiente para que seus interesses sejam contemplados.

O poder político relacionado a interesses de grandes empreendedoras imobiliárias e de grandes construtoras é uma consequência do modo como a desindustrialização e a substituição de empregos fabris pelos empregos no setor de serviços fizeram do desenvolvimento urbano uma base importante da acumulação do capital nas últimas décadas do século vinte. O financiamento do processo de acumulação também estimulou a especulação imobiliária, com o risco concomitante de estourar a bolha imobiliária, através do processo de construção de novas casas para as quais nenhum comprador seria encontrado (Serpa, 2017). Tudo isso é particularmente preocupante no caso das cidades brasileiras, há muito tempo divididas entre o “setor formal” das áreas residenciais, ocupadas pelas famílias das classes média e alta, e o setor muito maior, em que a informalidade ainda domina a ocupação da terra e a construção. E isso ocorreu apesar de o governo petista ter se esforçado em tentar ajudar cidadãos com uma renda mais baixa a entrar no mercado imobiliário formal (Maricato, 2003).

Ao longo dos anos da administração de João Henrique Carneiro – durante a qual os motoristas de Salvador não precisavam atentar para as câmeras fotográficas de controle de velocidade, mas, sim, deviam se concentrar para evitar os buracos nas ruas, uma vez que a Prefeitura não pagava as dívidas das empresas privadas contratadas para manutenção das referidas câmaras –, a cidade presenciou um *boom* de construção espetacular, até para os padrões típicos encontrados nas metrópoles brasileiras. Apesar de sua aclamada ineficiência, a administração de Carneiro mostrou ser uma colaboradora efetiva do setor privado que atuava nesse processo de desenvolvimento urbano. Ela flexibilizou a aplicação da regulamentação de construção e de controle ambiental, modificando a Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do

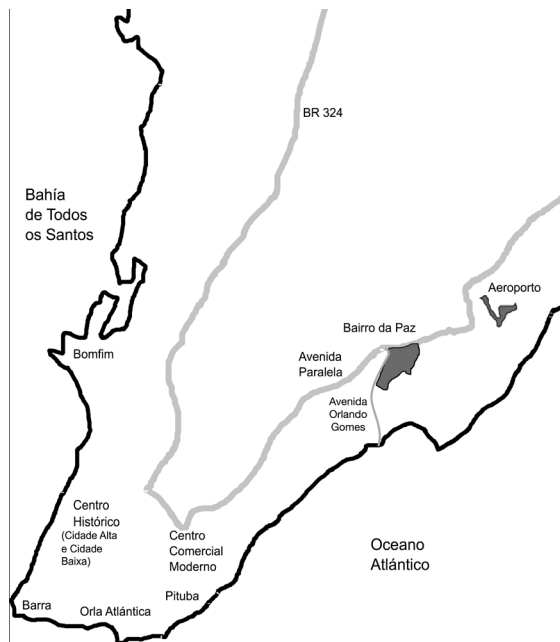
Solo (LOUOS) a tal ponto, que ficou mais fácil para capitalistas imobiliários explorarem localizações mais privilegiadas, antes protegidas por essas leis. Em teoria, leis municipais obrigavam as construtoras a compensarem o município por financiar projetos de moradia popular, quando elas obtinham concessões especiais, a fim de evitar restrições, como nas edificações de elevada altura em zonas próximas às praias da cidade. Novamente, aqui, políticos da cidade mostraram ser bem mais “flexíveis” na prática de emitir essas licenças.

Muitos questionamentos foram levantados sobre a validade dos títulos de terra obtidos por essas agências imobiliárias quando construíram em sítios de áreas verdes. A propriedade de terras nas fronteiras da cidade em expansão costuma ser uma questão ambígua e amplamente disputada por diversos dos atores envolvidos. Até a segunda metade do século vinte, a maior parte das terras de Salvador pertencia ao município ou a corporações da Igreja Católica, que pouco se preocupavam com os interesses seculares privados, porque podiam alugar essa terra pública perpetuamente, recebendo alugueis anuais fixos.

Um dos primeiros atos de ACM (avô), após ser nomeado pelos militares como prefeito de Salvador em 1967, foi a reedição da “Lei de Reforma Urbana”, que obrigava residentes a comprarem a terra alugada, com dinheiro ou por devolução de parte de seu arrendamento não pago à cidade em terras, e aquelas que o município queria manter (por atraso de aluguel ou por impostos não pagos). Dantas Neto (2006) argumenta, como o fazem também muitos urbanistas, que o principal beneficiário dessas medidas legislativas de ACM foi o capital imobiliário. E que os principais perdedores foram as famílias afro-brasileiras pobres, que não possuíam um título legal das terras, agora municipais, pois tinham se estabelecido em terrenos que já eram objeto de interesses imobiliários para requalificação, em atendimento a demandas de moradores de classes sociais mais altas e a requisições do turismo.

O boom imobiliário do século XXI, em Salvador, é visível tanto em áreas residenciais de luxo, bem estabelecidas, como em prédios de apartamentos modestos, construídos para beneficiários do programa *Minha casa, minha vida*. Porém sua manifestação mais visível se encontra nos pontos de entrada Norte da cidade (vide Mapas 1 e 2). Ali, novos *shoppings* e condomínios residenciais são nitidamente associados a espaços que buscam oferecer aos soteropolitanos mais abastados uma “vivenda segura”, com toques de verde, apesar da crescente destruição extensiva da Mata Atlântica que o desenvolvimento dessa região provocou. Localizada entre o aeroporto internacional e o Centro Administrativo da Bahia (CAB) – que ACM inaugurou em 1972, durante seu primeiro mandato de Governador –, essa zona norte já se tornou outro novo “centro”, o mais moderno de uma cidade cada vez mais “poli(multi)nucleada” (Santos, 2013).

**Mapa 1 – Cidade de Salvador (Bahia), com localização do Centro Histórico e do Bairro da Paz**

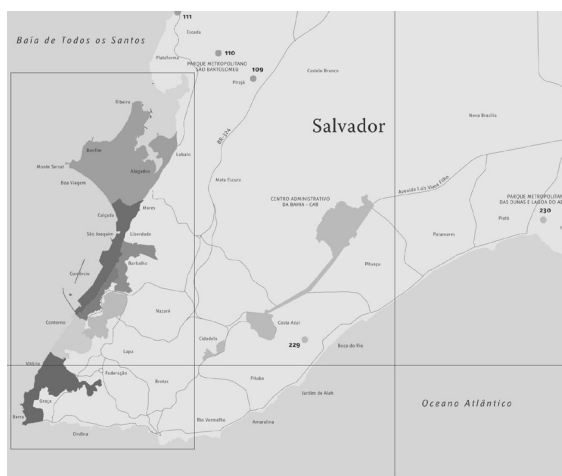


Fonte: Elaborado pelos autores.

Esse segundo centro residencial e comercial evoluiu muito mais depois da construção do Centro Administrativo da Bahia

(CAB) na região do Iguatemi (ou zona de Camaragibe, como é identificada por Vasconcelos, 2016), nas proximidades de onde fora instalado o novo terminal da rodoviária interestadual da cidade e o primeiro *shopping* da Bahia, inaugurado em 1975. O desenvolvimento do Shopping Iguatemi (hoje rebatizado como Shopping da Bahia) e o crescimento dos bairros

**Mapa 2 – Bairros da cidade de Salvador (Bahia)**



Fonte: (Plano... [20--]).

vizinhos, de classe média alta, como Pituba, Itaigara, Candeal e Imbuí, são indicadores dessa onda de deslocamento das classes alta e média das zonas do centro antigo, habitadas no passado, para ir cada vez mais para a orla atlântica norte, longe da Cidade Alta e da Cidade Baixa originais, estabelecidas pelos portugueses ao estilo de Lisboa, na Salvador da era colonial. Contudo as elites da cidade já tinham abandonado os velhos casarões do antigo centro histórico bem antes disso, durante o século dezenove, quando se deslocaram para bairros então mais próximos aos de suas anteriores moradias, como os da Graça e do Corredor da Vitória, época em que Salvador, como metrópole, já tinha sido ultrapassada pelo Rio de Janeiro (Santos, 1959; Vasconcelos, 2016).

Abandonado pelas elites, o Pelourinho, situado no Centro Histórico da Cidade Alta

de Salvador, foi deixado para moradores da classe trabalhadora (vide Mapa 3). Enquanto as mansões antigas desabavam, seus novos moradores criaram suas casas dentro dessas ruínas, incluindo mulheres que descobriram uma vida de prostituição mais vantajosa do que se dedicarem ao serviço doméstico. Apesar de ter sido objeto do discurso estigmatizante dos fundadores da cidade, que publicamente lamentaram decadência moral e a “ruína” dessa joia do patrimônio da cultura colonial, o antropólogo John Collins mostrou que a área de prostíbulos, com bares e bordeis, que surgiu no coração do Pelourinho, teve papel central na vida social e até política dos governantes e dos “bons homens de famílias” de Salvador, assim como de intelectuais e “boêmios” da cidade (Collins, 2015). Mas, no final das contas, havia motivos políticos e econômicos mais fortes para se avançar em direção ao que ACM descrevera como o processo de “devolver o Pelourinho à cidade”.

**Mapa 3 - Cidade Alta e Cidade Baixa, com a área patrimonializada definida pela UNESCO, com o Centro Histórico marcado em contorno contínuo**



Fonte: (Plano... [20--]).

O início da requalificação do Centro Histórico teve de esperar até depois do terceiro e último mandato de ACM como Governador, para começar sua “recuperação” em 1991, com o impulso dado pelo reconhecimento da UNESCO sobre a importância mundial do Pelourinho como um complexo de arquitetura barroca, o que foi reforçado pelas infusões de dinheiro do Banco Internacional de Desenvolvimento. A maioria dos residentes foi expulsa na operação dessa reconstrução. Porém, com o tempo, tornou-se mais claro que o projeto de reabilitação, em grande medida, deixara a área vazia de pessoas durante as noites, ou seja, tinha desvantagens, mesmo que fosse possível combinar a reconstrução do ambiente com a presença de novos museus, lojas, bares, restaurantes, ONGs, música e *performances* artísticas. Essas novas ofertas poderiam dar aos cidadãos brasileiros e aos turistas estrangeiros uma visão edificante das origens do Brasil, numa projetada e suposta união cultural e física de europeus, povos indígenas e, acima de tudo, de ex-escravos africanos, representados por seus descendentes, que constituem a parte mais significativa da população da Bahia.

Nesse projeto de reconstruir um patrimônio cultural que dotaria a Bahia de uma identidade histórica privilegiada reside o principal motivo político para a elite branca baiana desejar “restaurar o Pelourinho para a cidade” como um espaço onde orixás africanos poderiam ser celebrados lado a lado dos mosaicos portugueses e dos santos católicos. Por patrocinar publicamente o Candomblé, em vez de reprimir seu culto, e aumentar suas reivindicações de vir a ser uma religião digna de respeito, ACM e sua geração de líderes conservadores não apenas construíram redes mais fortes de controle político populista, mas também reinventaram seu próprio valor como o de uma elite que iria dar para a Bahia uma identidade regional positiva, como um lugar fundacional da nação, e não como um espaço colonial inerte e decadente.

Porém essa mesma elite viu o Pelourinho como “espaço degenerado” e seus moradores como pessoas com modos de vida e hábitos “patológicos”. Como Collins (2015, p. 3) observa, em 1992, a elite e os funcionários do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) do governo do Estado promoveram a “remoção ou reeducação [...] dos moradores moralmente suspeitos”. Eles viviam em estruturas de construções históricas em decomposição, que precisavam ser restauradas para celebrar o caráter afro-brasileiro da Bahia de uma maneira aceitável às sensibilidades das elites brancas.

Essa biopolítica de higienização, defendendo a necessidade de melhorias morais, e de formação para o trabalho, continua a dominar as intervenções do Estado na vida dos soteropolitanos pobres e negros ao longo da periferia urbana de Salvador. É importante não entender a noção de “periferia”, aqui, em sua acepção literal, relativa ao espaço. Devido à falta de moradias com preços acessíveis – além das formas específicas de posse de terra e de mercados de propriedade que caracteriza Salvador –, pode-se afirmar que invasões de terra ocorreram em toda a cidade, muitas vezes em áreas ambientalmente problemáticas e nos interstícios de áreas “nobres” e centrais da cidade, onde moram cidadãos mais abastados em condôminos verticais (Souza, 2001). Isso quer dizer que a noção de “periferia” deve ser pensada como uma condição social, com a qual as pessoas poderiam buscar formas diversas de contestação, inclusive, pela afirmação do valor das identidades sociais racializadas e previamente estigmatizadas, e por meio da própria politização de suas culturas populares.

Em nossas pesquisas atuais, buscamos comparar e contrastar as experiências de moradores do Centro Histórico de Salvador com as de residentes de uma grande comunidade formada por uma invasão de terras, num espaço considerado, em outro momento da história da cidade, uma periferia espacial, conhecido hoje pelo nome de Bairro da Paz, localizado numa área economicamente estratégica em

termos do desenvolvimento do mais novo “centro” da cidade ao norte, numa zona que era escassamente povoada e ainda coberta por grandes extensões da floresta atlântica quando os invasores começaram a ocupá-la, no final da década de 1970 e início da década de 1980.

À primeira vista, os casos e os contextos aqui comparados parecem e são, em muitos aspectos, radicalmente diferentes. As políticas de patrimônio, incluindo as de patrimônio cultural intangível, permanecem centrais às reviravoltas da reabilitação do Centro Histórico de Salvador, que agora está entrando numa retomada de sua 7ª etapa de gentrificação. Uma parte dessa política diz respeito às diferenças entre a cultura popular “vivenciada” pelos moradores originais do Pelourinho, a dos que foram chegando, ou obtiveram permissão para ficar após revitalização dos anos 90, e o tipo de cultura afro-brasileira “popular” que os órgãos do Estado buscaram promover como “patrimônio” depois dos despejos. As discrepâncias de interesses têm sido muitas e os processos de negociação complexos, já que era conveniente, para o Estado, promover o Candomblé, embora muitas famílias do Pelourinho, como as pessoas pobres em toda a cidade, preferiram se voltar para igrejas neopentecostais ao invés de aderir às crenças da religião “africana” (Collins, 2015). No entanto, a política cultural do Estado, que também estava preocupada em tornar o Pelourinho atraente para jovens turistas, provou ser perfeitamente capaz de associar estilos diversos, como o reggae, o *hip-hop* e o *breakdancing*, com aspectos claramente promotores dos interesses de uma cultura “afro-baiana” atualizada e popular.

À primeira vista, patrimônio e políticas culturais pareceriam menos obviamente relevantes para o nosso estudo de caso do Bairro da Paz. Porém cabe observar que a cultura popular afro-baiana, manifestada nas formas de música, dança e *performance art*, é, de fato, central à política de resistência e de reivindicações dessa comunidade (Hita, 2012). Ao falar sobre o Centro Histórico ou o Bairro da

Paz, verificamos que, em ambos, a “cultura popular”, hoje em dia, é obviamente um produto complexo, resultante de influências locais e transnacionais, que também recebe apoio financeiro e promocional considerável por parte dos órgãos do governo. Juntamente com a exploração comercial, isso propicia práticas de acomodação e cooptação políticas. Mesmo quando é muito comum acontecer, isso não impede que a mesma cultura popular continue a se desenvolver como uma possibilidade e como *locus* privilegiado de resistência de subalternos, o que pode, em diversos momentos, ir de encontro às construções oficiais mais higienizadas da identidade afro-baiana e da cultura mercantilista, quando o contexto de *performance* ou expressão é mais politizado. No caso do Centro Histórico, uma cultura popular não cooptada também tendeu a reafirmar-se de uma forma crítica, enquanto o restante dos residentes da zona, alguns dos quais ganham a vida como artistas e *performers*, enfrentam novas ameaças de despejo.

Os dois estudos de caso aqui tratados ressaltam a centralidade do que David Harvey (2007) denomina “acumulação por espoliação”, no modelo atual e neoliberal de urbanismo em curso. Salvador exemplifica bem os processos de “limpeza social” das principais áreas de “re-desenvolvimento”, ocupadas por pessoas mais pobres, e os modos pelos quais novas políticas de segurança pública para bairros pobres específicos promovem a extensão de mercados capitalistas. Modelos gerais, entretanto, não ajudam a bem entender como determinadas populações, afetadas por tais projetos de “re-desenvolvimento” urbano, reagirão, assim como os efeitos deles ou de suas dinâmicas evolutivas de respostas em mais longo prazo, sejam elas de resistência, resignação ou algo intermediário entre esses dois polos opostos.

A diferenciação socioeconômica interna, juntamente com outras formas de heterogeneidade social e religiosa desses dois lugares, pode influenciar o equilíbrio geral das respostas das comunidades como um todo e, na me-

didada em que existem respostas divergentes de diferentes indivíduos e famílias, elas podem vir acompanhadas de conflitos internos substanciais. Para entender as dinâmicas das comunidades empobrecidas afetadas por esses processos e seus diferentes efeitos, é também preciso entender o modo como operam e o tipo de redes sociais mais amplas, políticas e de ONGs, nas quais esses moradores estão inseridos. Harvey (2012) certamente está correto ao insistir que o famoso “significante vazio” de Henri Lefebvre, no seu “direito à cidade”, deve ser entendido como um “direito coletivo focado” e não como um direito individual. No entanto, a heterogeneidade social e a divergência dentro das próprias comunidades mais pobres enfatizam os formidáveis desafios políticos mais amplos existentes na própria definição e também na realização das formas de vida social urbana que podem ser mais ou menos satisfatórias para todos em suas variadas diferenças de classe, ocupação, educação, religião, cultura, identidade étnica e gênero. Essa é uma das lições que a etnografia nos ensina, como pretendemos demonstrar na discussão a seguir.

## **BAIRRO DA PAZ: a cidade formal invadindo o espaço do informal**

Em sua fase mais recente de modernização, Salvador, uma cidade que se aproxima rapidamente do bloqueio total de seu trânsito, está desenvolvendo novos sistemas de transporte, combinando novas rodovias de cruzamentos com sistemas Bus Rapid Transit (BRT) e Veículos Leves sobre Trilhos (VLT), além de uma nova linha do metrô já existente, para conectar parte do antigo centro ao aeroporto internacional, colocando suas pistas e estações no centro da rodovia principal, a Avenida Paralela. O Bairro da Paz está localizado no cruzamento entre essa via e a Avenida Orlando Gomes, transversal que liga a Paralela à Avenida Octávio Mangabeira, que passa pela Orla Marítima (vide Mapa 1). Uma nova estação de

metrô estava sendo construída, a ser inaugurada em setembro de 2017, o que significa que novas pistas e viadutos serão também construídos a partir desse novo entroncamento entre as avenidas citadas. Essas obras implicaram a remoção de alguns moradores do Bairro da Paz, mas os novos sistemas de transporte não constituem o único aspecto da situação atual que preocupa alguns de seus atuais moradores, pois eles continuam preocupados com a segurança futura na posse de suas casas.

Toda essa área do Bairro da Paz, onde vivem aproximadamente 60.000 moradores, foi sendo recentemente desenvolvida pela chegada de novos condomínios destinados a grupos das classes médias e altas, o que cria outro tipo de tensão entre esse bairro e a cidade teoricamente “formal”, representada pelas vizinhanças mais ricas e os novos condomínios que o circundam. O Bairro da Paz era (e continua sendo) um local significativo para traficantes de drogas (cujos clientes são adolescentes de áreas residenciais da classe média circundante), mas, provavelmente, foi a proximidade desconfortável de uma grande favela das casas de compradores de apartamentos de classe média que motivou o governo estadual a nele instalar uma Base de Segurança Comunitária (BCS) – o equivalente baiano da Unidade de Polícia de Pacificação do Rio de Janeiro (UPP) –, em setembro de 2012.

Embora o comandante da referida Base tenha feito esforços para chegar aos líderes da comunidade – participou de reuniões de organizações comunitárias e tentou atuar como intermediário honesto em muitos dos conflitos, buscando negociar soluções para problemas da comunidade com outras agências estaduais –, sua filosofia policial mostrou ser um tanto autoritária. As relações entre os policiais da Base e os residentes têm sido, muitas vezes, bastante tensas, como resultado não apenas do ressentimento e das queixas gerais da comunidade sobre as práticas racistas e prepotentes – como a de parar e buscar agressivamente drogas, de modo indiscriminado, entre os jovens da comunidade –, mas também como resulta-

do de alguns incidentes específicos muito sérios que vêm replicando muitos daqueles que minaram a legitimidade das UPPs no Rio de Janeiro (Gledhill, 2015; Gledhill; Hita, 2014).

Além de receber uma Base Comunitária de Segurança, o Bairro da Paz foi escolhido pelo governo municipal de ACM Neto, em 2013, para a implementação de um projeto piloto do novo programa de regularização fundiária para regiões “periféricas” da cidade, o Programa Casa Legal. O relacionamento inicialmente conflituoso com os invasores da área, cuja resistência determinada às tentativas municipais de despejo, nos anos 80, lhe atribuiu o nome original de “Malvinas”, foi resolvido depois que o município assumiu a propriedade da terra frente a seus donos privados originais (em troca de cancelamento de dívidas por impostos não pagos). De acordo com a lei municipal de Uso e Ocupação de Terras, em vigor na época, os residentes poderiam ter direito de ocupar a terra em que suas casas foram construídas, mas não teriam os títulos, pois as terras permaneceriam como propriedade pública inalienável. Em um acordo posteriormente assinado (TAC) com o município, líderes da comunidade negociaram, para cerca de 2.000 famílias, o direito de permanecer em uma área central definida (poligonal) nesse assentamento. Foi prometida a entrega de títulos de propriedade de casas – mas não a posse do terrenos – apenas para essas 2.000 famílias (Souza, 2000).

Entre os moradores, afirmava-se que cerca de 500 desses títulos podiam ter sido entregues ao longo dos anos, antes de o Programa Casa Legal (PCL) chegar, embora seja difícil encontrar dados claros sobre essa questão. Além disso, apesar dos compromissos assumidos pelos líderes da comunidade, de tentar limitar o novo assentamento da área para além dessa poligonal, a comunidade continuou a crescer espetacularmente desde o final da década de 1980 e, provavelmente, já conta com cerca de 15 mil casas. Numa estimativa aproximada, assumindo uma média de quatro pessoas por casa, a população total pode ser estimada em

60 mil. Em contraste com outras grandes favelas de Salvador, como a do Nordeste de Amaralina, localizada entre as áreas residenciais mais ricas, na fronteira com a Pituba, o Itaipara e o Rio Vermelho, cuja extensão era ampliada para cima, o Bairro da Paz expandiu-se quase apenas horizontalmente, já que nele ainda havia bastante espaço desocupado em torno do polígono delimitado, antes da recente onda de construção de condomínios, e também porque seus residentes geralmente não precisaram estender suas casas verticalmente, para além de dois andares, para acomodar novos membros de suas famílias.

No final de julho de 2013, o prefeito ACM Neto visitou pessoalmente a comunidade para distribuir os primeiros dos 500 novos títulos a serem concedidos no âmbito do novo Programa Casa Legal. Um ano depois, “uma concessão de direitos de uso”, que tornaria a ocupação de casas segura (já se divulgava esse fato e viam-se placas indicando que as casas poderiam ser agora vendidas), foi ampliada para o total de 2.500 famílias, como foi noticiado em jornais. No entanto, como esse número é claramente inferior ao do total de casas familiares instaladas no Bairro da Paz, o então líder da organização representativa mais inclusiva da comunidade, nesse momento, o seu Fórum Permanente de Entidades Sociais do Bairro da Paz (FPEBP), expressou preocupação com as implicações desse processo de regularização da ocupação da terra em uma área de especulação imobiliária tão intensa. A gravidade dessa questão foi recentemente ressaltada para a já acuada e assustada comunidade, diante do assassinato de conhecido agente imobiliário, a mando de outro rival, com o qual disputava a legalidade da propriedade do mesmo terreno, em terras próximas ou dentro da esfera do que era considerado ser parte do bairro.

Esse crime ocorreu em terras que a vítima prometera doar à comunidade do Bairro da Paz para edificação de uma área coletiva de lazer, demandada há anos por suas lideranças. Também, por isso, moradores do BP suspei-

tam haver uma agenda oculta por trás desses interesses no uso da terra, chegando suas lideranças, inclusive, a denunciar, durante o segundo semestre de 2017, um novo projeto de privatização e venda de um terreno reivindicado à Prefeitura pelo bairro, para construção de uma nova escola. Outra preocupação é a possibilidade de a Prefeitura vir a desejar expulsar outras famílias, alegando que suas casas foram construídas em zonas de alto risco ambiental, como já vem acontecendo com aquelas instaladas na zona do Beira Rio, onde mais de 40 outras famílias foram notificadas a sair, em concordância com uma política já implementada em outras áreas. Embora as casas sejam frequentemente construídas em lugares inseguros em Salvador e, por vezes, algumas delas tenham desmoronado com as chuvas intensas, as soluções de engenharia civil, que tornam os edifícios existentes seguros em regiões inclinadas, parecem ser aplicadas de forma um tanto quanto seletiva, nunca para dar maior segurança aos mais pobres que moram em áreas de risco. Outra reclamação dos moradores diz respeito ao processo de regularização que estava acontecendo na ausência das melhorias de infraestrutura urbana que a lei federal estipula como precedentes à entrega desse tipo de titulação. Uma vez que até as principais ruas da comunidade sofreram inundações naquele ano, esse ponto de vista atraiu um apoio considerável de moradores em uma reunião comunitária em que o pároco endossou firmemente expressões de dúvida e ansiedade frente às reais intenções e às metas programadas pela Prefeitura.

No entanto, o processo de entrega da titulação de casas continuou avançando independentemente do apoio de seus líderes. Em março de 2015, quando o prefeito ACM Neto visitou novamente a comunidade para entregar mais 617 títulos pessoalmente, ele não só afirmou que o programa de titulação estava alcançando a meta prometida, como também anunciou novos trabalhos para lidar com deficiências de drenagem e pavimentação de estradas (*Correio da Bahia*, 15 de março de 2015).

No entanto, de acordo com a informação distribuída entre os participantes do FPEBP por conselheiros de oposição, incluindo o vereador Waldir Pires – responsável, como governador do estado, entre 1987 a 1989, pelo acordo original que levantou a ameaça de despejo da invasão das Malvinas –, essas, como outras promessas anteriores, não foram cumpridas. As melhorias prometidas, como a remodelação da clínica de saúde e a construção de uma área de esporte e lazer ao lado da Escola Nossa Senhora da Paz, não foram realizadas ou, no caso do atual posto de saúde, apenas houve uma leve pintura nas paredes, o que não se explica, na visão de lideranças e de muitos moradores, diante da quantia indicada no orçamento oficialmente alocado ao projeto.

O FPEBP, criado em 2007, atua em paralelo com o Conselho de Moradores do Bairro da Paz e procura agregar diferentes grupos políticos e religiosos e organizações culturais que ali atuam, além de fornecer espaços novos para a organização popular e atuação de suas principais lideranças comunitárias (Gledhill; Hita, 2014). Procura produzir seus próprios diagnósticos (de baixo para cima) sobre as principais necessidades e problemas da comunidade. Busca negociar suas demandas com as autoridades, convocando todos os moradores para audiências públicas, nas quais se solicita que funcionários públicos expliquem suas políticas, respondam às queixas e ouçam o que moradores comuns pensam ser importante para atender a suas necessidades, apresentando, também, o modo de desenvolvimento local pretendido. Organizam-se ainda eventos culturais e educacionais destinados a combater a “estigmatização territorial” a que os membros da comunidade estão sujeitos (Wacquant, 2007).

O Bairro da Paz é, como a maioria dos grandes assentamentos irregulares no Brasil, um lugar socialmente heterogêneo, distinguindo-se de outros bairros pela elevada presença de diferentes igrejas e organizações culturais (Hita; Gledhill, 2010). Muitos moradores têm empregos fora da comunidade, e um número

crescente está estudando em universidades, mas há também uma grande quantidade de atividades econômicas de pequena escala no interior do bairro, empresas familiares bem-sucedidas e cooperativas que receberam apoio do governo e da Petrobras, até antes da crise dessa empresa estatal. O fato de os residentes do Bairro da Paz terem de lutar duro para manter seu “direito à cidade” produziu uma comunidade que, até hoje, é reconhecida por sua forte capacidade de organização e por também ter atraído várias ONGs, incluindo a Santa Casa de Misericórdia e, antes dela, a ONG Jesuíta “Centro de Estudos e Ação Social” (CEAS), que contribuíram bastante e ainda o fazem para a preparação de líderes comunitários – aqueles que possuem habilidades para saber enfrentar e discutir efetivamente com funcionários do Estado.

Outro aspecto diz respeito às relações entre criminosos e moradores, que têm sido complicadas. Houve um período em que os próprios criminosos assumiram a responsabilidade pela resolução de litígios e pela redução de roubos e crimes sexuais dentro da comunidade.<sup>4</sup> Depois, estourou uma guerra de drogas pelo controle do Bairro, a qual, juntamente com a violência anteriormente mencionada – associada aos promotores imobiliários, cujas seguranças, armados, às vezes ameaçaram alguns moradores –, produziu uma desativação temporária do FPEBP, antes de a Base chegar. A maioria dos líderes da comunidade expressou pouco entusiasmo verbal pela instalação de uma BCS no bairro, embora, inicialmente, eles não tivessem capacidade de fazer nada, tampouco condição de impedir essa medida.

Essa desativação do FPEBP, naquele momento, pode ter sido uma resposta conveniente para enfrentar a inevitável chegada da Base, à qual não poderiam mais se opor. Seus líderes também tiveram a compreensão de que, com as eleições locais próximas, os conselheiros políticos do BP já mostravam sua ansiedade

<sup>4</sup> Esse regime foi baseado explicitamente no modelo do Primeiro Comando da Capital (PCC) de São Paulo (Feltran, 2010).



em poder se dedicar às campanhas políticas, preocupados que estavam em poder eleger alguma das lideranças populares e “autênticas” da comunidade para o cargo de vereador. No entanto, até o final de 2012, a chegada da BCS provocou reações negativas em muitos dos moradores e o cronograma avançado de obras a serem realizadas pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e pela empresa privada OAS deixou claro que algumas famílias que moravam no Bairro da Paz desde a década de 1980 perderiam suas casas como resultado da criação de novas pistas e ampliação das existentes, ligadas à construção da nova estação de metrô e à criação de novas linhas de BRT. Tudo isso e o anúncio do programa de regulação fundiária Casa Legal desencadearam um ciclo novo e frenético de atividades do FPEBP, que voltou a funcionar em 2013, depois de um ano parado.

Setenta e cinco famílias receberam notificação para sair até o final de 2014, mas outras expulsões, além dessas, eram esperadas. O FPEBP tentou intermediar as relações entre as famílias, a OAS e a CONDER, não apenas para ajudar os moradores, mas para tentar tornar mais transparente e aberto o processo de negociação entre os indivíduos afetados e os burocratas do governo estadual. O envolvimento de líderes comunitários incentivou as partes expropriadoras a oferecerem programas compensatórios que beneficiariam os moradores que não seriam despejados, como a “contrapartida social” por conta da perda material e social que seria criada localmente por trabalhos de engenharia projetados para beneficiar uma população urbana mais ampla e os visitantes da cidade.

De acordo com as entrevistas realizadas por nossa equipe com as famílias afetadas, as negociações com a CONDER e a OAS sobre os valores a serem recebidos em compensação pela perda de casas não foram, de fato, baseadas em princípios gerais transparentes, mas em uma consideração caso a caso, definidas de modo individual. Um valor médio dessas inde-

nizações mencionadas foi em torno de 15.000 reais (cerca de 4.000 dólares americanos no momento em que os pagamentos foram acordados), dependendo do tamanho da casa e dos materiais de construção utilizados. Aparentemente, alguns estabelecimentos comerciais maiores receberam substancialmente mais, embora proprietários e moradores que sabiam mais sobre isso relutassem em querer especificar esses números. Os líderes comunitários não receberam informações claras sobre a escala de despejos futuros, mas foram convidados a discutir o que pareceu ser um fluxo cada vez maior de projetos que estão sendo oferecidos à comunidade, de cima para baixo. Muitas dessas propostas não foram realmente de grande interesse para a população local, e a situação em que o FPEBP agora se encontrava era muito diferente do modo como ele costumava operar e reagir nos processos de negociação anteriores, quando os membros da comunidade identificavam necessidades, definiam as maneiras de atendê-las, debatiam e estabeleciam prioridades e, finalmente, as apresentavam como demandas ao governo, através de reuniões públicas abertas, de baixo para cima, e não ao contrário, como começou a acontecer nessa nova fase.

No entanto, apesar das tentativas frustradas de organizar encontros com funcionários da CONDER e da OAS – muitos dos quais, frequentemente, foram cancelados à última hora pelas autoridades –, cabe mencionar que muitos dos líderes do Bairro da Paz estavam agora muito mais firmemente inseridos na maquinaria da política partidária, como conselheiros de vereadores e de outros políticos, embora nem sempre à esquerda do espectro político. Em vários casos, houve um forte envolvimento com o movimento negro. Mas também houve suficiente confiança em possibilidades de conseguir algo através de canais políticos institucionalizados para incentivar os líderes do Bairro da Paz a mudar o foco para ver quais as melhorias nos serviços e na infraestrutura que poderiam negociar para sua comunidade, como

compensação pelos despejos, para além de se concentrarem na defesa dos direitos e interesses das famílias que realmente foram despejadas ou deslocadas para outras áreas da cidade.

Existe uma clara diferença entre a postura dos líderes do Bairro da Paz na conjuntura de 2015 e a que eles e o FPEBP adotaram em 2010. Reagindo a reportagens dos jornais que mostravam como os planos da administração do prefeito anterior, João Henrique Carneiro, para a requalificação urbana e a regularização da posse da terra ameaçavam deslocamentos em grande escala de pessoas de comunidades mais pobres, e não apenas pobres, e preocupadas diretamente com as implicações dos planos para melhorar os sistemas de transporte público em preparação para a Copa do Mundo, as lideranças do Bairro da Paz submeteram funcionários públicos convidados, a um interrogatório bastante agressivo, no que foi considerada uma bem sucedida audiência pública convocada pelo FPEBP, da qual representantes de outras comunidades locais também participaram. Nessa conjuntura, o Bairro da Paz desempenhou um papel central na união entre vários movimentos sociais e políticos preocupados com a atual direção das próximas transformações urbanas e o seu caráter socialmente excludente. Durante um par de meses, as reuniões do FPEBP estiveram cheias de políticos de esquerda e com presença de lideranças de outras comunidades. Algumas outras comunidades tentaram adotar o modelo do Fórum das Entidades. Mas parece que, quando ficou claro que não havia plano algum para realizar uma remoção em grande escala de moradores do Bairro da Paz, os líderes se tranquilizaram e ficaram mais predispostos a partir para outras negociações mais pragmáticas.

Podemos dizer, em defesa desse pragmatismo, que parte dessas lideranças argumentava e também estava consciente de que nem todas as famílias a serem despejadas do Bairro da Paz eram constituídas de moradores de longa data nessa comunidade, que perdiam seu patrimônio pessoal, e, por isso, nem todos tinham o

mesmo direito de permanecer. Elas se mostraram incomodadas com o fato de alguns parecerem ter invadido a nova área a ser despejada depois das notificações, precisamente porque já sabiam que seriam removidos, no intento de negociar algum tipo de pequena indenização.

Caso semelhante é o do Centro Histórico, onde alguns moradores despejados aceitaram o pagamento de indenização e, em seguida, se realocaram em outro prédio em área diferente, ainda não despejada. Dificilmente podemos nos surpreender quando pessoas, obrigadas a se precipitar, para abrir seu caminho no mundo, se negam a jogar as regras que os mais poderosos formularam para terceiros, e não as praticam. De fato, essa forma de “resistência dos mais fracos” é uma característica comum de pessoas classificadas como “vulneráveis”, naquilo que Loïc Wacquant chama de a “mão esquerda” intervencionista, biopolítica, do estado neoliberal, cuja mão direita repressiva é a do policial e do regime prisional dedicado a “punir os pobres”, mantendo-os no seu devido lugar (Wacquant, 2009).

Tampouco podemos afirmar que os líderes, no Bairro da Paz, estejam se tornando sujeitos “dóceis”, de “governança neoliberal”. Quando as melhorias de infraestrutura prometidas e por eles exigidas não se materializam, eles não hesitam em ocupar a Avenida Paralela para protestar, causando grande caos, com engarrafamentos que afetam várias zonas de toda a cidade, por ser essa via uma de suas principais artérias. Muitos deles são ativos na promoção e criação de novas oportunidades educacionais para jovens da comunidade (o que inclui o aumento do número dos que podem estudar na Universidade Federal e outras universidades privadas). A oferta escolar inadequada continua a provocar indignação em seus moradores e líderes. Eles são bastante céticos sobre as táticas adotadas pela administração de ACM Neto e, em particular, sobre o real valor do projeto “Parque Social”, que foi apresentado como a principal “contrapartida social” para compensar os impactos negativos dos projetos de mobilidade urbana.

O Parque Social se concentra em promover atividades de “empreendedorismo social” e capacitação de pessoas de baixa renda para “participar” na sociedade, algo que já existe e é promovido em demasia pelas ONGs e entidades que já atuam no bairro, o que lhes retira possibilidades de obtenção de recursos. O Parque é dirigido pela mãe do atual prefeito, a psicóloga Maria do Rosário Vianna de Magalhães. A maioria dos moradores sente que as melhorias em infraestrutura, ruas, espaços públicos e ambientes construídos, bem como em instalações de saúde pública e lazer, são mais importantes e correspondem ao tipo de contrapartida, de fato, exigida por eles. Não desejam receber novos programas de treinamento de qualidade duvidosa e que não parecem atender às reais demandas de seus atuais moradores e lideranças. Esse tipo de programa, imposto de cima, está, na maioria das vezes, pouco relacionado com as habilidades de trabalho e de subsistência que as pessoas realmente possuem. Além de partirem de enquadramentos estereotipados de raça e (ou) classe, não correspondendo às aspirações de pessoas pobres para sair de condições de pobreza, ou lhes fornecer um suporte verdadeiramente relevante para isso, são programas assistencialistas que mais beneficiam os empregados nessas instituições do que atendem às necessidades de seus públicos-alvo.

Até agora, pelo menos aquelas propostas vistas como imposições vindas de cima continuaram a ser criticadas e são alvos de resistências, pois são consideradas como falsas promessas que continuam desafiando as combativas lideranças. O déficit orçamentário crescente do município torna improvável que seja alcançado muito mais em um futuro próximo, embora haja ainda margem para a discussão continuada sobre os tipos de investimentos que os moradores do bairro preferem. O tipo de análise aqui feito também se aplicaria ao caso do Centro Histórico, onde parece haver oportunidades, hoje, para se evitar a repetição de algumas das injustiças do passado, mas também existe uma probabilidade contínua de que os antigos moradores ain-

da existentes sejam removidos para tornar esses espaços disponíveis para outras classes sociais os habitarem.

## REFAZER, DE NOVO, O CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

O plano de ação elaborado em 1991 pelo IPAC para a “recuperação” do Centro Histórico de Salvador focalizou uma área central (vide Mapa 3) que continha o maior número de edifícios coloniais e barrocos (Mourad, 2011). No esquema do IPAC, o interesse foi voltado para os edifícios. Neles, as pessoas acomodaram suas residências em ruínas constituídas de casarões abandonados, que outrora foram mansões ocupadas por famílias da elite, que, no século XIX, se transportaram para distritos novos, como a Graça e a Vitória. E esses novos moradores do Centro Histórico foram tratados como uma ameaça para o patrimônio arquitetônico, pelo que precisavam ser removidos (Collins, 2015).

O projeto foi dividido em sete etapas, definidas pelo grupo de edifícios a serem restaurados e os novos usos atribuídos aos prédios restaurados e aos espaços públicos a eles associados. O uso residencial de propriedades reconstruídas não foi previsto até a quarta etapa. Embora tenha havido algum foco em atividades artísticas no planejamento para a segunda etapa, o turismo, as compras e a construção de hotéis foram mais proeminentes até a sexta etapa, o que incluiu mais projetos culturais “populares”, como uma “Praça Reggae”. A sétima etapa, programada para começar em 2002, foi definida em termos de “uso misto”, incluindo o uso residencial, embora outro grande parque de estacionamento para compradores e turistas também fizesse parte dessa reabilitação, planejada para treze blocos (Mourad, 2011, p. 7).

Durante os estágios de requalificação, que foram realizados na década de 1990, agora mais notórios, milhares de moradores (por volta de 3.000) da zona central do Pelourinho

foram socados em caminhões e encaminhados para a periferia urbana (Fazenda Coutos), com pequenos pagamentos de compensação, de modo que suas antigas casas pudessem ser, agora, transferidas para novos usos ou novos usuários (Bittencourt; Carneiro, 2015; Montoya Uriarte, 2012). É importante reconhecer, como mostra Collins, que as “vítimas” desse despejo em massa não falharam inteiramente em “agência”, apesar de terem sido submetidos a um aparelho estatal altamente coercitivo, cuja “mão esquerda”, constituída de profissionais de saúde e trabalhadores sociais, os considerava como degenerados que precisavam de ajuda e higienização. Enquanto isso, a “mão direita”, sob a forma de um batalhão da polícia militar, foi encarregada de assegurar que essas pessoas não resistissem ao despejo, ou tentassem retornar às suas casas anteriores, processo que adquiriu reputação na cidade toda pelo intransigente uso da violência. Assim, eles não podiam desafiar com sucesso esse sistema, embora alguns deles conseguissem garantir melhores resultados pessoais manipulando (ou mesmo chantageando) funcionários, ou buscando o apoio de trabalhadores de ONGs.

Nem todos os despejados e indenizados deixaram a área imediatamente, embora a expulsão da grande maioria dos residentes originais do Pelourinho não pudesse ser adiada indefinidamente. Havia momentos em que aqueles que eram “educados” pelos serviços atenciosos ensinavam a seus superiores alguma lição séria. Essa situação talvez possa ser mais vividamente ilustrada com a narrativa etnográfica de Collins sobre o caso de uma mulher usuária de drogas, Topa. Na palestra de uma enfermeira sobre higiene, cuja recomendação era a de evitar defecar na rua, educadamente ela lhe perguntou, irônica e hipoteticamente, o que aconteceria se, enquanto ela fosse praticar sua atividade habitual de procurar coisas úteis no lixo, na área onde essa especialista em saúde morasse, ela precisasse usar o banheiro e se batesse na sua porta para solicitar isso... (Collins, 2015, p. 285) — Sua empregada, por acaso, a deixaria entrar?

Uma atenção etnográfica mais cuidadosa sobre quem eram as pessoas despejadas, revela, de modo nada surpreendente, antes a heterogeneidade socioeconômica do que uma condição totalmente uniforme de abjeção. O caráter “boêmio” do lugar, imagem criada pela contínua intimidade de uma elite agora não mais residente e os habitantes locais dos bares e bordéis, parece ter atraído também alguns migrantes de classe baixa da periferia urbana, que estavam à procura de um ambiente que fosse social e moralmente menos constrangedor do que outros bairros “populares”, que permaneceram bastante conservadores em termos de questões como os da preferência sexual. Embora houvesse mais envolvidos em atividades para além daquelas do trabalho sexual no Pelourinho antigo, também era esse um lugar que oferecia às mulheres os serviços sexuais como uma alternativa de melhor remuneração do que o serviço doméstico, mal pago e percebido por muitas delas e por pessoas de baixa renda como difícil de distinguir da escravidão.

As expulsões em massa, na década de 1990, provavelmente criaram uma impressão indelével em outros soteropolitanos que viviam do que eles percebiam como circunstâncias precárias. Porém, no momento em que a sétima etapa do programa de reconstrução foi iniciada, o Estatuto da Cidade reforçou os princípios já consagrados na Constituição de 1988 em relação ao direito social à habitação e criou-se a necessidade de consulta e participação popular no processo de planejamento que a máquina carlista tinha tão obviamente ignorado durante os estágios anteriores. As autoridades da cidade e do governo do Estado também agora tiveram de lidar com o apoio oferecido por ONGs mais radicais aos moradores das áreas urbanas sujeitas à requalificação.

No caso do Centro Histórico, foi formada, em 2001, uma nova Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH), com o apoio do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), de origem jesuítica, a mesma organização que já havia apoiado os moradores do

Bairro da Paz em suas lutas contra o despejo e, posteriormente, trabalhou com grupos juvenis e culturais naquela comunidade. Como resultado de uma luta prolongada, a AMACH, finalmente, em 2005, conseguiu um novo acordo formal, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado por representantes do Ministério Público da Justiça, do governo estadual e da CONDER (Bittencourt; Carneiro, 2015; Montoya Uriarte, 2012). Isso garantiu o direito de 103 famílias residentes (e que já eram 108 em 2016) de permanecerem na área, prometendo uma nova prioridade para a participação da comunidade no planejamento das novas unidades residenciais a serem construídas e dos espaços públicos associados. No entanto, as declarações públicas da AMACH logo reclamaram que o IPAC e a CONDER não estavam levando a sério as consultas e a participação dos moradores nessa nova fase do projeto (Montoya Uriarte, 2012). Passados 12 anos desse TAC, apenas 70% das famílias foram relocadas em casarões, em péssimas condições de habitação, segundo uma nova perícia realizada pela AMACH por peritos da Faculdade de Arquitetura da UFBA, em 2017 (AMACH, 2017).

Os moradores não tiveram oportunidade de opinar sobre o tamanho dos apartamentos e a configuração dos prédios reconstruídos onde iriam reorganizar sua vida familiar e social, após um período de deslocamento. O IPAC e a CONDER não só pareciam estar demasiadamente preocupados com as necessidades do parque de estacionamento planejado, como tampouco consultaram os moradores sobre o projeto de creche que eles propuseram instalar, o que levou à rejeição definitiva de parte do projeto por parte da AMACH (Montoya Uriarte, 2012). Os planejadores e os arquitetos pareciam não ter noção alguma do impacto que seus projetos teriam sobre a vida das famílias afetadas e as relações delas com seus vizinhos. Para criar um lugar que as pessoas realmente desejam e possam habitar, é preciso recriar a sociabilidade de um espaço comum, um espaço que tenha vida própria, para além

de transformá-los em espaços das compras e do consumo da cultura como espetáculo. Pior ainda: os planejadores não pareciam se importar muito com esse tipo de questão.

Muitos dos que conseguiram permanecer morando nas regiões próximas do Pelourinho, com frequência estavam envolvidos em atividades musicais, artísticas e artesanais, ligados a um passado mais “boêmio” e, talvez por isso, foram percebidos pelas autoridades como portadores de algum valor adicional para o lugar, em termos do interesse turístico, e como representantes de “identidades afro-baianas”, na visão oficial. Foi essa a parcela dos moradores que recebeu maiores incentivos para seu desenvolvimento, à medida que novos gêneros de música negra e eventos de cultura popular se tornaram cada vez mais centrais nos anos seguintes para a promoção comercial e governamental da Bahia. Esse tipo de perfil também lhes permitiu obter apoio e patrocínio de muitas ONGs que se localizavam e outras novas que foram se instalando no Centro Histórico restaurado. No entanto, a preferência oficial pelo despejo continuou a dominar os mais recentes esquemas de revitalização de outras áreas do Centro Histórico que estão além do seu centro, situado na região do Pelourinho, como as do Bairro 2 de Julho, do Carmo, de Santo Antônio além do Carmo, e do Pilar.

Serpa (2017) registra que os artesãos que trabalham em edifícios antigos, na área da Ladeira da Conceição, estão sendo pressionados a sair pela Secretaria Municipal de Urbanismo (SUCOM) e pelo Instituto Federal de Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), sem qualquer garantia de indenização ou realocação, mesmo que suas atividades artesanais, como a escultura e a pintura de ícones utilizados no Candomblé, constituam ainda uma parte indiscutível do Patrimônio Cultural Intangível da Bahia. Um grupo de artistas de teatro que ocupou a Vila Coração de Maria, no Bairro do Dois de Julho, por quatro décadas, agora está ameaçado de despejo por uma Confraria da Igreja Católica (a Irmandade São Pedro dos

Clérigos), que quer substituir suas casas pelas de um edifício novo, destinado a produzir novo parque de estacionamentos para essa região. Como foi observado por Serpa (2017) e Mourad, Figueiredo e Baltrusis (2014), esses exemplos são simplesmente a ponta de um *iceberg* em termos de projetos e planos atualmente em cima da mesa dos planejadores.

Os artistas e intelectuais, que tendem a estar na vanguarda e na defesa desses espaços remanescentes de uma mistura social, em um ambiente que retém o charme de um patrimônio histórico vívido, conseguem continuar protestando, geralmente de maneira criativa e imaginativa. Mas esses protestos não impedem o avanço dos crescentes e agressivos processos de “gentrificação” decorrentes da criação de apartamentos de luxo em casas vendidas por moradores de classe baixa para as empresas construtoras. Os especuladores agora adquiriram os títulos de uma grande quantidade de propriedades decadentes, e prometem aos futuros e mais afluentes moradores o acesso a vistas espetaculares para a Baía de Todos os Santos (Mourad; Figueiredo; Baltrusis, 2014), nas proximidades dessa mesma região do Bairro 2 de Julho, nomeado como o Cluster de Santa Tereza. Por sua vez, um dos problemas que decorrem de propriedades que ficam em um estado perigoso de deterioração, enquanto se aguarda a realização futura do seu total potencial de desenvolvimento, é que as paredes e a alvenaria em colapso, muitas vezes, matam ou mutilam os transeuntes durante fortes chuvas. No entanto, seu valor futuro parece certo e seus donos conseguem se aproveitar da impunidade quando as coisas não dão certo.

Embora o processo de expulsão das áreas do Centro Histórico que ainda aguardam a sua restauração possa não ser tão espetacular quanto os despejos em massa do Pelourinho da década de 1990 (até porque a grande maioria já foi expulsa anteriormente), um processo de “limpeza social” já se encontra novamente em andamento. O planejamento de baixo custo e as abordagens coercitivas para a remoção de

atores sociais, cuja presença é incompatível com esses planos, continuam constituindo a regra, e não a exceção, na reconfiguração do espaço urbano de Salvador. Apesar de a habitação social ser incluída em alguns projetos patrocinados pela atual administração da cidade, sua principal prioridade é maximizar os potenciais valores imobiliários e a gentrificação de suas áreas.

## CONCLUSÃO

As intensas mobilizações ocorridas em 2010 contra processos de requalificação urbana que pareciam ser um perigo real e presente de despejos em massa, em diversas zonas da cidade, não voltaram a se repetir com a mesma intensidade em Salvador, mesmo que tenham sido marcantes e significativas as manifestações de estudantes da cidade, que se juntaram aos protestos nacionais do Passe Livre em 2013, e as do pós-impeachment de Dilma Rousseff. Contudo não foram elas motivadas pela luta pelo direito à cidade. Tampouco devem ser lidas como indicação do grau de satisfação das pessoas que habitam os espaços socialmente periféricos da cidade sobre o tipo de “direito à cidade” de que atualmente desfrutam. Estar preso em engarrafamentos é inconveniente para todos os soteropolitanos, mas apenas alguns deles podem evitar viajar nos ônibus que estão crescentemente sujeitos a assaltos e que frequentemente falham em fornecer um serviço adequado aos mais pobres. A coleta inadequada de lixo bem como a falta de drenagem adequada e de saneamento adquirem uma significância maior por aumentarem as chances de os soteropolitanos pobres virem a ser infectados por epidemias, como Chikungunya, Dengue ou Zika. Grandes investimentos do governo da cidade nas sofisticadas zonas à beira-mar, do Rio Vermelho e da Barra, muito frequentadas pelos turistas, contrastam com o lento progresso das melhorias de infraestrutura prometidas na periferia urbana.

Políticas que são coercitivamente paternalistas, na melhor das hipóteses, violentas e racistas, na pior das hipóteses, servem para lembrar às pessoas que, por mais que trabalhem e por muito que se dediquem à família e à igreja, elas ainda continuarão sendo consideradas como uma “ameaça” por setores afluentes da sociedade, numa cidade que é, cada vez mais, compreensivamente securitizada. É impossível viver em cidades brasileiras sem se dar conta, diariamente, de suas desigualdades. Na cidade securitizada do capital imobiliário, as desigualdades estão cada vez mais ancoradas no próprio ambiente construído. Antes do século XIX, os patrões e os escravos do Pelourinho, pelo menos viviam nas mesmas casas, embora em pisos e em espaços domésticos separados, encontrando-se na rua. Esse não parece ser mais o modelo incorporado no planejamento da vida do atual Centro Histórico “revitalizado”.

Contudo é importante perceber que a quantidade considerável de compras de terrenos e propriedades que o setor privado está realizando tem sido feita de modo discreto e que ainda não tem resultado em grandes projetos de requalificação urbana, ou na produção de novos mecanismos de mercado, que costumam ser acompanhados por medidas mais coercitivas. É crucial reconhecer também que esses processos de mercado estão acontecendo, inclusive, em mercados informais, já que também existem em “assentamentos irregulares”. Eles são igualmente estrangidos, em Salvador, pela frequência com que a terra ocupada pertence ao município, mas as casas que receberam títulos de posse não são inalienáveis. O futuro de lugares como o Bairro da Paz poderia ser considerado como uma espécie de “gentrificação de baixo nível”, se for considerada a base da remoção de moradores de áreas de risco ambiental e a tendência crescente a uma concentração de propriedade cada vez maior nas mãos de novos moradores com melhores empregos e maiores rendimentos. Isso, de fato, é o que muitos dos seus atuais morado-

res já desejam para o maior desenvolvimento futuro do bairro.

A restauração de bairros antigos e sua ressignificação como patrimônio cultural nem sempre precisa ser um processo socialmente excludente: se, de um lado, os museus e os monumentos não são apenas gratuitos para visitas, por outro, podem falar sobre interesses de todos. E as atividades culturais têm um apelo popular suficiente para atrair uma ampla audiência e, também, garantir a participação imediata de vários grupos distintos. Novas modalidades de “espaços públicos”, criadas por esse tipo de revitalização urbana, poderiam vir a se tornar espaços de encontro de diferenças, e não apenas espaços de exclusão (Leite, 2006). Os turistas também podem se tornar parte de tais encontros. Mas onde os distritos reconfigurados se tornam locais de moradia permanente para uma nova população, abastada e profissional, e as facilidades oferecidas são de luxo com fins lucrativos, mesmo que o acesso a tais espaços “gentrificados” não seja restrito fisicamente por guardas de segurança, a maioria dos serviços oferecidos é inacessível a pessoas abaixo das classes média e alta, impossibilitando ou restringendo sua circulação.

O “problema urbano”, hoje em dia, reside principalmente em saber se um número significativo de cidadãos continuará a ser excluído do gozo de uma vida urbana decente e, ainda, saber se a defesa dos privilégios das classes médias e altas produzirá ainda mais cidadãos excluídos, caso as forças e os grupos que se empenharam em derrubar Dilma Rousseff, em 2016, conseguirem implantar suas políticas radicais de maior austeridade neoliberal. Dada a lógica vigente de padrões de desenvolvimento urbano, impulsionada pela acumulação de capital imobiliário e pela especulação, há um perigo crescente de que novos despejos de cidadãos mais pobres sejam priorizados em lugar de se promover uma verdadeira reabilitação urbana, na qual uma real urbanização de assentamentos irregulares seja realmente executada, apesar das décadas de promessas

não cumpridas. O objetivo da política pública deveria ser o de eliminar “a periferia”, ao invés de movê-la para outro lugar, fora da vista e fora da mente dos mais abastados.

Mas a resistência efetiva à “acumulação por espoliação” exige solidariedade entre atores socialmente diferenciados, cujos interesses imediatos podem não ser convergentes, como vimos no caso do Bairro da Paz, apesar do nível relativamente alto de organização comunal transversal que o caracteriza. Essa solidariedade não se desenvolverá de forma totalmente espontânea e sem algum trabalho político para isso, mesmo que a crise aprofundada aumente o ressentimento subjacente à desigualdade social grosseira existente na sociedade brasileira. Mas é mais provável que ela se desenvolva se as pessoas se concentrarem sobre os problemas em seu conjunto e estiverem dispostas a dialogar seriamente, em primeiro lugar, sobre o tipo de cidade que, mesmo que continue desigual em termos do tipo de diversões que oferece a diferentes classes, poderia pelo menos ser feita de um modo muito mais satisfatório e democrático para todos; e, em segundo lugar, caberia pensar como refazer essa cidade e mantê-la através de novos acordos políticos, administrativos e legais mais equitativos.

Recebido para publicação em 17 de outubro de 2017

Aceito em 30 de novembro de 2017

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR (AMACH). *Perícia popular no Centro Histórico de Salvador: avaliação das condições de vida dos habitantes vulnerabilizados pelo descumprimento da TAC da 7ª etapa*. Salvador: AMACH:UFBA, 2017. 123 p.
- BITTENCOURT, D.; CARNEIRO, J. *Luta e resistência dos moradores pelo direito à moradia em áreas de patrimônio cultural: a formação de uma esfera pública*. Salvador: Edufba, 2015. 177 p.
- CALDEIRA, T. P. R. *City of walls: crime, segregation and citizenship in São Paulo*. Berkeley: University of California Press, 2000. 487 p.
- CARDOSO, M. A. de S. S. *Como morre um projeto de policiamento comunitário: o caso do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho*. 2010. 344 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- COLLINS, J. F. *Revolt of the saints: memory and redemption in the twilight of Brazilian racial democracy*. Durham: Londres: Duke University Press, 2015. 480 p.
- DANTAS NETO, P. F. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. 587 p.
- FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015. 124 p.
- FELTRAN, G. de S. *Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo*. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23 n. 58 p. 59-73, 2010.
- FLEURY, S. *Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta*. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 14 n. 30, p. 194-222, 2012.
- FREEMAN, J. *Neoliberal accumulation strategies and the visible hand of police pacification in Rio de Janeiro*. *Revista de estudos universitários, São Paulo*, v. 38, n. 1, p. 95-126, 2012.
- GLEDHILL, J. *The new war on the poor: the production of insecurity in Latin America*. Londres: Zed Books, 2015. 248 p.
- GLEDHILL, J.; HITA, M. G. *¿Las redes de organización popular aún pueden cambiar la ciudad? El caso de Salvador, Bahía, Brasil*. In: DI VIRGILIO, M.; PERELMAN, M. (Ed.). *Ciudades latinoamericanas: desigualdad, segregación y tolerancia*. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 85-112.
- HARVEY, D. *Neoliberalism as creative destruction. The ANNALS of the american academy of political and social science*, Nova Iorque, v. 610, n. 1, p. 21-44, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. Londres: Nova Iorque: Verso Books, 2012. 187 p.
- HITA, M. G. *From resistance avenue to the plaza of decisions: new urban actors in Salvador, Bahia*. In: GLEDHILL, J.; SCHELL, P. (Ed.). *New approaches to resistance in Brazil and Mexico*. Durham: London: Duke University Press, 2012 .p. 269-88.
- HITA, M. G.; GLEDHILL, J. *Antropologia na análise de situações periféricas urbanas*. *Cadernos metrópole*, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 189-209, 2010.
- LEITE, R. P. *Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown*. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 115-172, 2002.
- MARICATO, E. *Metrópole, legislação e desigualdade*. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-66, 2003.
- \_\_\_\_\_. *“É a questão urbana, estúpido.”* In: VAINER, C. B. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 33-46.
- MARQUES, E. *Salvem Salvador. Caros Amigos*, n. 223, out. 2015.
- MONTOYA URIARTE, U. *A rebelião do vivido. Henri Lefebvre no centro de Salvador*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL URBICENTROS 3., 2012, Salvador. *Anais...* Disponível em: <<http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST114.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2012.
- MOURAD, L. N. *A verdadeira face do processo de reabilitação do Centro Histórico de Salvador*. In: ST2: PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DO ESPAÇO E PROJETOS DE URBANISMO – UrbBA, 11., 2011, Salvador. *Anais...* Salvador: [S.n.], 2011. Disponível em: <[http://www.ppgau.ufba.br/urba11/ST2\\_A\\_VERDADEIRA\\_FACE\\_](http://www.ppgau.ufba.br/urba11/ST2_A_VERDADEIRA_FACE_)



DO PROCESSO DE REABILITACAO DO CENTRO HISTORICO DE SALVADOR.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2015.

MOURAD, L.; FIGUEIREDO, G. C.; BALTRUSIS, N. Gentrificação no Bairro 2 de Julho, em Salvador: modos, formas e conteúdos. *Cadernos metrópole*, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 437-60, 2014.

NETO entrega títulos de moradia. *Correio da Bahia*, Salvador, 15 mar. 2015

PLANO guia de arquitetura e paisagem. [20--]. Disponível em: <<http://www.cidade-salvador.com/seculo21/plano-arquitetura.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

ROLNIK, R. Remoções forçadas em tempos do novo ciclo econômico. *Carta Maior*, 2012. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/materialImprimir.cfm?materia\\_id=20790](http://www.cartamaior.com.br/templates/materialImprimir.cfm?materia_id=20790)>. Acesso em: 6 jan. 2015.

ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? *Novos Estudos-CEBRAP*, São Paulo, n. 89, p. 89-109, 2011.

SERPA, A. Direito à moradia e função social da propriedade: avanços e recuos. In: GLEDHILL, J.; HITA, M. G.; PERELMAN, M. (Ed.). *Disputas em torno do espaço urbano processos de produção/construção e apropriação da cidade*. Salvador: Edufba, 2017. p. 175-186.

SANTOS, J. L. de J. *A cidade poli(multi)nucleada: a reestruturação do espaço urbano em Salvador*. Salvador: Edufba, 2013. 327 p.

SANTOS, M. *O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.

SOUZA, A. G. *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do Século XX*. Salvador: Edufba, 2000. 406p.

\_\_\_\_\_. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras: (re)qualificando a questão para Salvador-BA. *Cadernos metrópole*, São Paulo, n. 5, p. 63-89, 2001.

VASCONCELOS, P. de A. *Salvador: Transformações e Permanências (1549-1999)*. 2. ed. amp. Salvador: Edufba, 2016. 569 p.

WACQUANT, L. Territorial stigmatization in the age of advanced marginality. *Thesis eleven*, Boondora, v. 91, n. 1, p. 66-77, 2007.

\_\_\_\_\_. *Punishing the poor: the neoliberal government of social insecurity*. Durham: Londres: Duke University Press, 2009. 408 p.

URBAN REQUALIFICATION AND EVICTIONS IN  
SALVADOR'S NEW AND OLD CITY CENTERS

*John Gledhill*  
*Maria Gabriela Hita*

The city of Salvador replicates the process of “accumulation by spoliation” characteristic of the neoliberal urbanism around the world. In this paper, we compare how the logic of urban requalification operates in two areas of the city. The first area is a large and historically combative favela located in the region that has become the latest “new Centre” of the city. In this region, the key issues are the new urban mobility projects and the construction of housing for other social classes. The second area is the colonial Center of the city, which is undergoing a new gentrification phase. There, the historical heritage policies meet other policies, transforming the remaining public spaces of the securitized neoliberal city into safer areas for tourists and wealthier residents. We emphasize the worth of an ethnographically-based understanding to comprehend the meaning of these changes to poor residents of the city, as well as the complexity, heterogeneity and ambiguity of their different reactions.

KEYWORDS: Cities. *Pelourinho*. Gentrification. Evictions. Resistances.

REQUALIFICATION URBAINE ET EXPULSIONS  
DANS DES CENTRES, NOUVEAU ET ANCIEN, DE  
SALVADOR

*John Gledhill*  
*Maria Gabriela Hita*

La ville de Salvador reproduit le processus “d’accumulation par spoliation”, caractéristique d’un urbanisme néolibéral à travers le monde. Nous faisons, dans cet article, la comparaison du fonctionnement de la logique de requalification urbaine dans deux parties de la ville. La première est une grande favela historiquement combative située dans une région qui est devenue le plus moderne “nouveau centre-ville”. En son sein, les nouveaux projets de mobilité urbaine et la construction de copropriétés destinées à d’autres classes sociales sont la clé du problème. La deuxième partie est le centre historique colonial de la ville qui connaît une nouvelle phase de gentrification. Là, les politiques du patrimoine historique se voient confrontées à d’autres politiques qui transforment les espaces publics restants de la ville néolibérale titrisée en zones plus sûres pour les touristes et les résidents plus aisés. Nous insistons sur l’importance d’une compréhension fondée sur l’ethnographie pour saisir ce que ces changements signifient pour les habitants pauvres de la ville ainsi que la complexité, l’hétérogénéité et l’ambiguïté de leurs différentes réactions.

MOTS-CLÉS: Villes. *Pelourinho*. Gentrification. Expulsions. Résistances.

# REGIMES DE ORDENAÇÃO ESPACIAL NO BRASIL: a fusão de neoliberalismo, populismo de esquerda e visões modernistas na urbanização de favelas no Recife<sup>1</sup>

Monique Nuijten\*

Martijn Koster\*\*

Pieter de Vries\*\*\*

Augusto Antonio Campelo Cabral\*\*\*\*

Este artigo mostra como os regimes de ordenação espacial são produzidos pela junção de três forças: neoliberalismo, políticas de esquerda e visões modernistas. Ele focaliza o PROMETRÓPOLE, um programa de urbanização em Recife. Nesse programa, a dimensão neoliberal é manifesta na ideia de que o Estado, as empresas privadas e os cidadãos são responsáveis conjuntamente pela construção do espaço urbano. Além disso, espera-se que os beneficiários sejam cidadãos autônomos, assumindo a responsabilidade por seu novo ambiente. A dimensão política de esquerda promove, através de procedimentos participativos, o envolvimento dos moradores no projeto. A adoção de uma estética modernista exige que os moradores usem o espaço segundo os padrões da “civilização moderna”. No entanto, a pesquisa mostra que esse regime destoa dos modos de vida da população. Além disso, os procedimentos participativos fracassam na atribuição de qualquer influência real sobre os moradores. No final, os residentes reconstruem drasticamente seus novos conjuntos habitacionais, reapropriando-se do espaço urbano e contestando o regime que lhes foi imposto.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização de favelas. Espaço urbano. Participação. Neoliberalismo. Socialismo.

## INTRODUÇÃO: a fusão de três abordagens na ordenação espacial urbana

Este artigo discute como, na cidade brasileira do Recife, projetos de urbanização de favelas são guiados por um regime de ordenação espacial que combina o neoliberalismo com o populismo de esquerda, enquanto se mantém enraizado em uma abordagem modernista para o planejamento da cidade. Sob a bandeira da democratização, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) defendia a participação popular, bem como a visão de que os pobres devem

assumir a responsabilidade por suas próprias vidas e se comportar como bons cidadãos. Essa visão mais neoliberal da cidadania também vem à tona em programas de renovação urbana. Como Caldeira e Holston (2005, p. 409) observam, democratização e neoliberalismo se entrelaçaram de maneira paradoxal na produção do espaço urbano no Brasil.

O termo neoliberalismo é frequentemente utilizado como uma conceituação abrangente das tendências atuais nos campos político, econômico e social, que se caracteriza pela importância atribuída aos mercados abertos, não regulamentados, com diminuição da intervenção estatal, privatização, recuo das instituições assistencialistas e social-coletivistas e cortes nos serviços públicos. (Brenner; Theodore, 2002; Fuller; Geddes, 2008; Peck;

*neoliberalism, leftist populism and modernist aesthetics in slum upgrading in Recife*”, originalmente publicado em inglês na revista *Singapore Journal of Tropical Geography*, Singapura, v. 33, n. 2, p. 157-170, 2012. Republicado em português com permissão de John Wiley & Sons, Inc. Esta pesquisa foi financiada por uma concessão VIDI (nº 452-05-365) de NWO, a Netherlands Organization for Scientific Research. Martijn Koster agradece ao ERC pelo auxílio à pesquisa (n. 679614). Agradecemos a Jan Bitoun, Edvânia Tórres Aguiar Gomes e Mônica Valéria dos Santos Cabral por seu inestimável apoio e frutíferas discussões.

\* Universidade de Wageningen. Departamento de Ciências Sociais. Hollandseweg 1, 6706 KN. Wageningen – Holanda. monique.nuijten@wur.nl

\*\* Radboud University. Departamento de Antropologia e Estudos de Desenvolvimento. Thomas van Aquinostraat 6, 6525 GD. Nijmegen – Holanda. m.koster@maw.ru.nl

\*\*\* Universidade de Wageningen. Departamento de Ciências Sociais. Hollandseweg 1, 6706 KN. Wageningen – Holanda. pieter.devries@wur.nl

\*\*\*\* Secretaria de Educação de Pernambuco. Escola de Referência em Ensino Médio Santa Paula Frassinetti Rua Gomes Pacheco, s/n. Espinheiro. Cep: 52.021-060. Recife – Pernambuco – Brasil. augustoceegp@yahoo.com.br

<sup>1</sup> Tradução do artigo “*Regimes of spatial ordering in Brazil*”

Tickell, 2002). Juntamente com essa forma “conservadora” de neoliberalismo, alguns autores argumentam que um “neoliberalismo estendido”, mais sutil, dominou desde os meados dos anos 1990, caracterizado pela criação de regulamentos e instituições que apoiam o funcionamento do livre mercado e a participação dos agentes não governamentais em parcerias público-privadas (Aguirre; Eick; Reese, 2006; Peck; Tickell, 2002).

Os projetos de urbanização de favelas no Recife certamente não seguem um modelo do neoliberalismo conservador. Pelo contrário, o PT – que era responsável pela gestão do município do Recife e pelo governo federal – enfatizava o papel assistencialista do Estado e reforçava várias formas de apoio financeiro, como o *Bolsa Família*, um programa de assistência social que prevê transferências diretas de dinheiro aos pobres. Na urbanização de favelas, a ideologia neoliberal se manifesta na importância dada à participação, à instrução e ao apoio da população que está sendo reassentada. O projeto de melhoria de favelas, em nosso estudo, é um exemplo claro do chamado “neoliberalismo estendido”. Em consonância com as tendências neoliberais, o município do Recife solicitou propostas para as muitas tarefas de construção dentro do projeto. Depois de uma competição de licitação aberta, os contratos foram concedidos às empresas que fizeram as melhores ofertas. Curiosamente, o setor privado não só foi forçado a competir mais intensamente para ganhar encomendas, mas também foi convidado a desenvolver programas sociais para a população reassentada. Esse é um novo campo de trabalho para a maioria das empresas de construção. Aqui, vemos um modo neoliberal de governo, no qual as empresas privadas são responsáveis por tarefas que, no passado, eram consideradas de responsabilidade do Estado.

Não é nosso objetivo, com este trabalho, lançar luz sobre um caso que ilustra o “rastejamento global do neoliberalismo como governamentalidade totalizante” (Schwegler, 2008, p. 684), mas, sim, expor o “neoliberalismo real-

mente existente” (Brenner; Theodore, 2002, p. 351), que se manifesta em um projeto de renovação urbana particular e é sentido por parte dos pobres da cidade, que são seus “beneficiários”. As políticas neoliberais são sempre “definidas pelo legado herdado de quadros institucionais, regimes de políticas, práticas reguladoras e lutas políticas” (Brenner; Theodore, 2002, p.) e, por isso, muitas vezes, levam a formas híbridas de neoliberalismo (Peck; Tickell, 2007). No caso do Recife, mostramos como noções neoliberais de responsabilidades públicas e privadas e cidadania autônoma mesclaram-se com ideologias de esquerda, como a valorização da decisão participativa, e visões modernistas sobre o uso do espaço urbano. Juntas, elas formam um regime de ordenação espacial cujos efeitos são de longo alcance sobre a população das favelas.

A cidade do Recife possui um histórico de protestos coletivos contra o regime ditatorial anterior (1964-1984). Após o retorno à democracia, poderes de esquerda se tornaram influentes no governo municipal. O Recife é conhecido pelas suas formas avançadas de participação popular e adoção do orçamento participativo na gestão municipal. Embora tenha sido apenas em 2002 que o PT venceu as eleições nacionais pela primeira vez, o partido já havia triunfado em Recife em 2000 e permaneceu no poder desde então. Curiosamente, pode-se dizer que, sob a regência do PT, a cidadania adquiriu características neoliberais. Mais significativamente, a participação direta e individual dos cidadãos é preferida às formas mais coletivas de representação. O governo do PT, em Recife, argumentava que, além dos comitês participativos constituídos pelo Estado, as organizações populares estavam desatualizadas, pois cada cidadão pode, individualmente, responsabilizar o Estado (ver, por exemplo, Etapas, 2003).<sup>2</sup> Essa noção de cidadania faz com que seja um dever da população cuidar de si mesma e se comportar como “bons cidadãos” em relação ao Estado (Holston, 2008).

<sup>2</sup> No Recife, as organizações populares têm um papel marginal no orçamento participativo.

A dimensão final que determina os projetos de urbanização de favelas no Recife é a influência do “alto modernismo”, a aspiração de melhorar a condição humana através de “uma engenharia vasta e racional de todos os aspectos da vida social” (Scott, 1998, p. 88). Como Scott argumenta, são normalmente progressistas que chegaram ao poder com uma crítica global da sociedade existente, que se envolvem em grandes projetos modernistas para transformar os hábitos, o trabalho, os padrões de vida e de conduta moral das pessoas (Scott, 1998). As casas novas e idênticas, as ruas asfaltadas e os cursos d’água canalizados transmitem a promessa de ordem e progresso, em contraste com habitações desorganizadas, situadas nas margens e ribanceiras de rios, que representam o atraso e a decadência. Como mostraremos, muitos moradores de favelas foram atraídos pela ideia de modernidade do projeto, que pode gerar fortes aspirações para um futuro melhor (Berman, 1982). No entanto, eles não gostaram da proibição de adaptar as casas às suas próprias necessidades.

Este artigo enfoca o Jacarezinho, a primeira favela que foi demolida como parte do Programa PROMETRÓPOLE, um projeto de urbanização financiado pelo Banco Mundial que visava a melhorar a infraestrutura urbana e envolvia a demolição de barracos e o reassentamento da população afetada. Os moradores do Jacarezinho receberam novas casas perto de onde viviam anteriormente. Contudo a concepção modernista do regime de relocação entrou em confronto com os meios de vida dos pobres. As novas casas eram muito pequenas, não permitiam a realização de suas atividades cotidianas e, em função do ambiente violento, não estavam bem protegidas.

Em resposta, a população começou a se reapropriar do espaço de acordo com suas necessidades e desejos. Os representantes do Programa viram esse processo como uma traição ao projeto e afirmavam que aquelas pessoas não estavam prontas para a civilização. Para ensinar os pobres a se tornarem cidadãos

adequados, foi oferecido um treinamento às famílias reassentadas, que foram visitadas por agentes da assistência social. Aqui, vemos como o liberalismo estendido “envolve políticas sociais de intervenção e iniciativas públicas e privadas que são paternalistas e punitivas”, pois buscam disciplinar, criminalizar e controlar os grupos sociais marginalizados (Aguirre; Eick; Reese, 2006, p. 2). Vemos o confronto entre o projeto oficial e seu funcionamento alterado pela população-alvo, como uma consequência da discrepância entre o regime do projeto de ordenação espacial, implantado pelo neoliberalismo, pela ideologia de esquerda e pelo modernismo, de um lado, e, de outro, a lógica dos pobres da cidade, tentando arduamente ganhar a vida diária.

O artigo é baseado em pesquisa etnográfica realizada em diversos períodos, entre 2003 e 2011.<sup>3</sup> Faremos, inicialmente, uma breve introdução sobre o Recife e suas favelas, e forneceremos informações sobre o PROMETRÓPOLE e sua primeira área-alvo, a favela do Jacarezinho, localizada às margens do riacho do mesmo nome, no bairro de Campina do Barreto, nos limites com do bairro do Arruda. Depois, mostraremos como o projeto apresentava um regime de ordenação espacial no qual as três dimensões apresentadas acima se fundiram. Finalmente, discutiremos os efeitos do projeto sobre as condições de vida dos habitantes da favela e como a população-alvo começou a se reapropriar do espaço público e privado, contra a lógica do projeto.

<sup>3</sup> Sobre os autores dessa pesquisa: a primeira visitou a área durante vários meses a cada ano, desenvolvendo suas pesquisas etnográficas; o segundo, viveu na área durante 18 meses e voltou várias vezes desde então; o terceiro, foi morador no bairro vizinho desde o nascimento e do bairro onde se encontra localizada a favela desde 1989, sendo essa comunidade objeto de estudo em suas pesquisas de especialização, mestrado e doutorado. Foram feitas observações e realizadas entrevistas com uma série de participantes, incluindo membros da população local, famílias reassentadas, pessoas à espera de uma nova casa, líderes comunitários, políticos, funcionários das empresas de construção e representantes do projeto municipal, em diferentes níveis. Ao longo dos anos, participamos de diversas reuniões, bem como de assembleias de políticos e encontros locais de moradores de favelas. Além disso, coletamos e analisamos documentos políticos, diretrizes de projetos, desenhos, mapas, resultados de pesquisa e cortes de jornais relacionados ao PROMETRÓPOLE.

## O CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS NO RECIFE

A cidade do Recife é a capital do Estado de Pernambuco. Sua paisagem urbana apresenta bairros de classe média, modernos e altamente protegidos, situados ao lado de assentamentos carentes, conhecidos como favelas. O município do Recife possui 1.472.202 habitantes (Ibge, 2010). Entre 1939 e 1978, as casas de mais de metade de sua população estavam situadas em favelas (Sousa, 2003). Números mais recentes mostram que 60% de sua população estão vivendo em assentamentos precários (Maia, 1995), ocupando apenas 14% da área total da cidade (Souza, 2001). As favelas tendem a se localizar em morros ou na proximidade de cursos d'água, pântanos ou manguezais.

Um tipo característico de barraco no Recife é a palafita: um barraco sobre estacas acima d'água. As palafitas são tidas como imagem de pobreza, e são marcadas por sentimentos de vergonha. A população de classe média do Recife se sente envergonhada, pois os cartões postais de sua cidade ilustram as palafitas adjacentes às rodovias e seus arranha-céus. O projeto municipal "Recife sem palafitas" deve garantir que os futuros cartões postais mostrem uma cidade moderna, sem esses símbolos de pobreza.

Não existe um acordo uniforme sobre a definição de uma favela. Várias definições são utilizadas por diferentes institutos e seus representantes, e elas também não coincidem com as utilizadas pelos moradores dessas áreas. No Recife, a maioria dos moradores de favelas não gosta, dada a sua conotação pejorativa, do termo favela como um rótulo para sua comunidade. Para os políticos, apesar de suas diferenças internas, as características geralmente aceitas para as favelas incluem a ocupação ilegal de terras e habitações construídas pelos próprios moradores, com materiais baratos e reciclados. As favelas também carecem de infraestrutura básica, como água encanada, esgoto, drenagem e coleta de lixo, apesar de os habitantes usa-

rem ilegalmente água e eletricidade a partir do sistema oficial. Inicialmente, os barracos tendem a ser construídos de madeira, plástico e papelão, e possuem pisos de terra. Numa fase posterior, podem ser aumentados e reforçados com tijolos, cimento, concreto e telhas. A diversidade de moradias de uma favela reflete a diferenciação socioeconômica de sua população e a variedade temporal de sua ocupação.

Nas áreas mais pobres das favelas, encontram-se "os fatos brutais da pobreza, marginalização e morte social" (Scheper-Hughes; Bourgois, 2003, p. 15). A vida na favela é caracterizada por muitos problemas: fome, pobreza, doenças como HIV/AIDS, desemprego, prostituição, violência doméstica e violência relacionada ao tráfico de drogas (Alvito, 2001; Dalsgaard, 2004; Goldstein, 2003).

Para os que chegam primeiro, as favelas fornecem a única possibilidade de adquirir uma habitação na cidade: a terra é gratuita e não têm de pagar por serviços públicos. Após algum tempo, o terreno ocupado e os barracos adquirem um valor de mercado e podem ser vendidos ou alugados para os recém-chegados. A depender do ponto de vista, esses assentamentos constituem "problemas" ou representam "soluções" (Perlman, 1976, p. 7). Para os pobres, os barracos são uma solução. No entanto, viver em favelas perto de um rio traz aspectos problemáticos, como a ausência de drenagem e esgotos, e as inundações frequentes que destroem os barracos e levam a graves riscos de saúde.

Desde sua primeira aparição na década de 1930, as favelas têm sido vistas como um problema incontrolável para os urbanistas (Correia, 1999; Perlman, 1976; Valladares, 2000). Algumas variedades de programas foram introduzidas para resolver esse problema crescente. Para o governo e para as classes média e alta, é um incômodo que as favelas estejam geralmente localizadas em áreas com alto valor econômico e que essa "mancha de miséria" arruine a imagem de modernidade. Com relação à infraestrutura urbana, favelas construídas em rios

e outros cursos d'água dificultam a circulação da água e causam inundações. A falta de sistemas de esgoto e drenagem provoca riscos para a saúde não só para a população das favelas, mas para toda a cidade. Como último aspecto, as favelas são vistas como esconderijos para criminosos e espaços para outras práticas, e como áreas perigosas para representantes do governo e para a polícia. Como tal, há muitas razões para o governo, além de “ajudar os pobres”, participar de projetos que visem à modernização e à remoção de favelas.

O Recife viu inúmeros programas destinados a erradicar as favelas e à construção de habitações públicas (ver Koster; Nuijten, 2012). Juntamente com programas de remoção de favelas, inúmeras iniciativas e alternativas têm sido desenvolvidas para reconhecer os direitos dos moradores das favelas à terra que ocupam e melhorar a infraestrutura nos locais. Na década de 1980, áreas urbanas consideradas ilegais foram alvos de intervenções do Estado, relativas à prestação de serviços sociais e à legalização de propriedade. O objetivo era proteger essas áreas da especulação imobiliária. No Recife, isso foi realizado através de um sistema pioneiro de leis, o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS), um produto conjunto do município e de diversos movimentos sociais (Assies, 1992; Fase; Cendhec; Urb, 1997; Souza, 2001, 2004). Embora a legalização de áreas ocupadas irregularmente tenha sido muito prolongada, a remoção de favelas do Recife tem sido um processo inexorável, a par da construção de conjuntos habitacionais para os pobres.

O PROMETRÓPOLE é outro exemplo desse desenvolvimento. Trata-se de um programa de infraestrutura que cobre áreas de baixa renda na Região Metropolitana do Recife (World bank, 2003) e, como tal, é um projeto importante para a melhoria da infraestrutura física e social da cidade (Condepe-Fidem, 2007). Ele prioriza áreas junto a canais, que podem ser caracterizadas pela pobreza e por um ambiente natural vulnerável. Juntamente

com a melhoria dos sistemas de esgoto e drenagem, os barracos situados nas margens dos rios e de outros cursos d'água foram removidos e a população transferida para novas unidades habitacionais. Dessa forma, o projeto visava, simultaneamente, a melhorar o controle da água, restaurar a qualidade do meio ambiente natural e reduzir a pobreza. O projeto foi implementado por meio do governo do Estado de Pernambuco e dos municípios vizinhos do Recife e Olinda, que, juntos, levantaram US\$ 38 milhões de fundos. O restante do trabalho foi financiado por um empréstimo de US\$ 46 milhões do Banco Mundial (World bank, 2003). Após anos de negociações, os contratos foram assinados em abril de 2003, e as primeiras casas para os moradores da favela do Riacho do Jacarezinho foram entregues em abril de 2008.

## IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO E A CONFUSÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

O PROMETRÓPOLE começou em Jacarezinho, uma favela construída ao longo de um pequeno riacho no limite da Comunidade Chão de Estrelas localizado na parte norte do Recife, perto da famosa cidade histórica de Olinda. O Jacarezinho, supostamente nomeado por causa de um filhote de jacaré que ali foi encontrado no passado, surgiu nos últimos trinta e cinco anos (Cabral, 2013). Devido à sua posição nas margens e no leito do córrego, a favela era propensa a inundações, como o eram também as estradas vicinais, em quase toda Comunidade Chão de Estrelas. Por muitos anos, as pessoas de Chão de Estrelas se queixavam às autoridades municipais sobre esse problema, exigindo a remoção dos barracos construídos no riacho. Devido a seu estado crítico em termos de problemas ambientais e de condições precárias de vida, a favela de Jacarezinho foi escolhida pela Prefeitura da Cidade do Recife, como plano piloto do projeto PROMETRÓPOLE.

Esse projeto foi implementado através

de parceria público-privada, uma característica fundamental do neoliberalismo, defendida pelos “ganhos de eficiência e custo/benefício de envolver empresas privadas no planejamento, execução, financiamento e manutenção da infraestrutura e serviços para os pobres” (Riley; Fiori; Ramirez, 2001, p. 523). As empresas privadas concorreram nas licitações para a execução das obras de construção. Como o reassentamento das populações de favelas é uma questão politicamente muito sensível, muita atenção foi prestada ao lado social do projeto e ao envolvimento da população-alvo. Tal postura foi importante para evitar protestos, obstruções e violência. Essa “gestão social” foi vista como uma responsabilidade conjunta do governo e da empresa responsável pelas obras. Para a BAM, a construtora que ganhou o contrato para obras no Jacarezinho, engajar-se numa relação de cooperação com a população-alvo foi experiência completamente nova. A BAM era bem conhecida pela construção de estradas, mas não tinha experiência alguma com a remoção de favelas. Eles criaram um departamento social, composto por quatro assistentes sociais, dirigidas por Claudia.<sup>4</sup> A representante municipal foi Fernanda, chefe da divisão de participação do município. Em estreita colaboração, Claudia e Fernanda organizaram formas de informar à população o curso do projeto. Elas visitavam regularmente as casas, caminhavam pelo bairro, organizavam reuniões e atendiam a pessoas no escritório local temporário do PROMETRÓPOLE, perto do Jacarezinho.

Para a população, havia pouca distinção entre o Estado e a empresa privada. Seus representantes sempre apareciam um ao lado do outro. Foram incluídos representantes municipais diretamente responsáveis pelo PROMETRÓPOLE e membros de outros departamentos ou instituições envolvidos na execução do projeto de urbanização, agentes de consultoria, arquitetos, assistentes sociais, empresários da BAM, políticos do PT e seus assistentes. Para os moradores da favela, a imagem de um grande “mutirão” público-privado foi reforça-

do pelo fato de que quase todos os envolvidos no projeto apoiavam os ideais políticos do PT e vestiam camisetas da mesma cor vermelha. A partir da postura da população, o “processo de hibridização entre os mercados e as sociedades” (Larner; Craig, 2005, p. 403) foi concluído.

Em março de 2007, a demolição da favela começou e, depois de aproximadamente dez dias, 200 dos cerca de 500 barracos existentes no riacho foram demolidos. Após a remoção dos barracos, o projeto começou logo a cavar um imenso canal, ladeado por duas estradas pavimentadas, tornando impossível, dessa forma, o retorno das pessoas para ocupar o leito do riacho. Eventualmente, todas as 500 casas situadas na proximidade do córrego deveriam ser demolidas. 240 famílias receberiam uma casa no conjunto habitacional novo, mas foram obrigadas a deixar a área e encontrar um alojamento temporário para o ano situado entre a demolição de seus barracos e a conclusão das casas novas. Nesse período, eles receberam uma compensação financeira mensal (auxílio-moradia) de R\$ 151,00 (US\$ 60), a fim de alugar um pequeno imóvel em outro local. Cerca de trinta famílias receberam compensação financeira (indenização) em lugar da nova habitação, pois suas casas eram maiores e de melhor qualidade que as casas a serem construídas no projeto. As famílias restantes, por também possuírem casas maiores, aguardaram as novas casas ou sua própria casa remodelada.

O novo conjunto habitacional está localizado a 500 metros do riacho do Jacarezinho e possui casas de dois pavimentos, em estilo duplex, com os dormitórios na parte superior. Além dessas, há residências para idosos e portadores de necessidades especiais com dormitórios no térreo. O projeto PROMETRÓPOLE incluiu também a modernização da infraestrutura urbana na área envolvente: todo o bairro seria ligado a um sistema de esgoto e drenagem, o abastecimento de água para as casas seria melhorado e todas as ruas asfaltadas.

<sup>4</sup> Todos os nomes são pseudônimos.



## GOVERNO PARTICIPATIVO DE ESQUERDA E CIDADANIA NEOLI- BERAL

O Recife é bem conhecido por seus procedimentos de Orçamento Participativo (OP), no qual a população toma parte em algumas decisões relativas a uma parte do orçamento municipal. Após o término do período de ditadura, o Brasil seguiu a tendência política mundial de enfatizar a descentralização e a autonomia local, dando origem a programas baseados na comunidade. O novo município democrático do Recife introduziu o programa Prefeitura nos Bairros. A cidade foi dividida em seis áreas Político-Administrativas, e cada uma elegeu representantes para participar das decisões políticas. Na prática, esse procedimento era “destinado a enfraquecer os ‘novos’ movimentos urbanos emergentes” que desafiavam a prefeitura recém-instalada por não ter feito jus às expectativas que as pessoas tinham quando “a esquerda” tomou o poder após o regime militar (Assies, 1992, p. 173).

Em 2000, o PT assumiu o poder no município do Recife. Em 2001, introduziu o OP (Cop, 2002), que é frequentemente associado a Porto Alegre (Baiocchi, 2003), embora o OP do Recife seja atualmente um dos maiores programas participativos do Brasil que visam à melhoria de infraestrutura e construção da cidadania (Leal, 2003). Várias ONGs, que tinham um papel semioficial no funcionamento da abordagem pioneira do PREZEIS – logo ofuscado pelas ideias do OP –, agora estão ligadas ao processo do OP (Etapas, 2003; OP, 2011; Teixeira *et al.*, 2004). Grandes encontros são organizados em bairros carentes com a participação dos residentes na seleção de seus representantes locais (os delegados do OP) e das obras públicas e serviços sociais a serem executados no ano seguinte, em áreas como educação, saúde, esportes e lazer.

Central a essa abordagem participativa, argumentamos ser ela um entendimento neoliberal de cidadania, do qual o PT, como

outros também têm apontado (Miguel, 2006), tem se aproximado nos últimos anos. Os cidadãos devem cooperar com os procedimentos oficiais de participação (Bitoun *et al.*, 2002; Leite, 2007) e estabelecer um relacionamento individual com os órgãos estaduais. No PROMETRÓPOLE, isso se tornou manifesto na predominância da participação individual dos cidadãos sobre as formas mais coletivas que existiam no passado. Um manual de participação especial foi elaborado pelo Banco Mundial e pela prefeitura do Recife. Um dos requisitos estabelecidos no manual é a formação de novos comitês locais de supervisão para acompanhar a concepção e a implementação do projeto. Fernanda, a diretora representante do poder público municipal, orgulhosamente nos contou: “*O PROMETRÓPOLE introduziu uma nova forma de planejamento participativo, em que a população está envolvida desde a concepção do projeto*”. Ela ressaltou que essa forma de participação, introduzida pelo PT, diferiu dos procedimentos anteriores, que deram muito poder aos líderes comunitários estabelecidos e a suas organizações de base. Os representantes do PT viram essa abordagem antiga como não democrática e, em vez disso, aprovaram a participação mais direta da população local. Essa tendência “antiorganizacional” é típica do neoliberalismo (Weyland, 2003).

No entanto também se poderia ver essa tendência como uma estratégia deliberada do governo do PT para desestruturar líderes locais importantes e bem estabelecidos, muitos dos quais estavam ligados a outros partidos políticos (Koster, 2009; Nielsen, 2002). No entanto, mesmo que o PT tenha tentado neutralizar esses líderes locais influentes, vários deles foram eleitos para os novos comitês. Isso resultou numa situação em que a Prefeitura tentou se aliar com alguns deles na comunidade, evitando a interferência de outros mais exigentes. A atenção foi dada às queixas individuais, ao invés de dirigi-las às reivindicações coletivas. Um dos resultados disso foi um tratamento preferencial para aqueles que melhor pode-

riam fazer ouvir sua voz nas reuniões, ou os que conseguiram estabelecer boas relações individuais com os representantes do projeto. Eles, muitas vezes, receberam tratamento preferencial, como aumento da compensação para o seu barraco demolido, ou uma casa melhor fora do projeto, ou uma localização melhorada na reconstrução. Em outras palavras, aqueles que agiram como cidadãos autônomos tiveram um tratamento melhor.

## OS EFEITOS ENFRAQUECEDORES DA CIDADANIA PARTICIPATIVA

O discurso participativo empregado no PROMETRÓPOLE foi, muitas vezes, fundamental na ordenação dos moradores da favela para terem calma, esperarem e cooperarem (Nuijten, 2003). Eles foram orientados a colaborar e a não protestar, pois essa última atitude só atrapalharia o processo. Nas reuniões, a Prefeitura e as empresas de construção vieram com planos claros e mostraram pouca possibilidade ou vontade de deixar seu trabalho ser influenciado pela opinião da população. As plenárias públicas funcionaram, principalmente, como um espaço onde a população pode expor suas opiniões e expressar seus ressentimentos e sua irritação. O público, muitas vezes, expressou suas preocupações fundamentais, como a de que eles não queriam deixar seus barracos, ou seus vizinhos dos quais viveram próximos por muitos anos, ou esperar um ano para receber uma casa nova. No entanto, esses aspectos do projeto não estavam abertos à discussão. Os moradores das favelas se tornaram muito emotivos e, especialmente, no início do projeto, muitos exclamaram que nunca iriam deixar suas casas no riacho. Alguns líderes comunitários eram temidos por sua língua afiada e seu poder de influência sobre os moradores locais, e, na opinião dos representantes, pela possibilidade de estragarem a atmosfera das reuniões.

Quando a tensão estava alta, o discurso participativo, muitas vezes, serviu para “facili-

tar”, pelo menos em certa medida, a situação. Um bom exemplo disso foi quando, durante uma reunião acalorada com duas centenas de pessoas presentes, uma representante do PROMETRÓPOLE, que era conhecida como uma fervorosa defensora da abordagem participativa, tomou a palavra. Ela tinha o dom de envolver as pessoas com as palavras e silenciar protestos, dando às pessoas a ideia de que elas estavam sendo ouvidas e levadas a sério. Ela conseguiu captar a atenção de todos com um discurso claro, sem termos técnicos e conceitos abstratos. Na verdade, ela abordou os moradores da favela como se estivesse falando com crianças, começando com o esboço de um projeto fracassado e, teatralmente, perguntando aos presentes: “*É isto que você quer?*” Muitos na plateia responderam: “— *Não!*” “*Tudo bem*” — continuou ela — “*então nós precisamos fazer isso juntos, não é?*” “— *Precisamos!*”

Após essa resposta, ela começou a enaltecer o elevado nível de participação das pessoas no projeto. Ela lembrou às pessoas de que as reuniões foram organizadas e as pesquisas realizadas a fim de ouvi-las. E argumentou: “*Nós também viemos até vocês, batendo em suas portas, uma após outra, para falar com vocês, porque queríamos saber a sua opinião*”.

A urbanista continuou seu discurso explicando que o Banco Mundial havia colocado muitas exigências participativas no projeto: “*O Banco Mundial diz assim. Certo, eu quero dar-lhe um empréstimo, mas você deve provar que as comunidades querem este plano*”. Ela terminou seu discurso com a pergunta: “*Vocês me entenderam?*” Quando não veio nenhuma resposta imediata positiva, ela acrescentou: “*Mais ou menos, não é?*” Esse tipo de discurso participativo foi um aspecto importante do PROMETRÓPOLE. Em outra ocasião, uma forma diferente de manipulação foi utilizada pelo diretor municipal do projeto, que, muitas vezes, esteve presente nessas reuniões. Quando a população discordou de parte do projeto, ele a colocou sob pressão, dizendo: “*Certo. Se você*

*não concorda, então nada vai acontecer”.*

Na maioria das vezes, representantes do governo estavam apenas buscando a aprovação oficial da população, da qual precisavam para passar à próxima etapa. Essa aprovação significou a maioria das mãos levantadas durante a votação pública no final de uma reunião plenária, num momento em que a maioria das pessoas já havia saído, a menos que lanches e refrigerantes fossem prometidos para depois. Apesar das críticas, muitas vezes fortes, no final, as pessoas sempre tendiam a colaborar com as propostas da Prefeitura. Também deve ser notado que uma grande parte da população nunca compareceu às reuniões.

## **A PROMESSA E A ESTÉTICA DA MODERNIDADE**

Alguém poderia perguntar por que a população demonstrou tão pouco interesse nos processos participativos, e por que as pessoas tendiam a colaborar com as propostas, mesmo que frequentemente discordassem delas. Há várias razões para isso. Primeiramente, a maioria dos habitantes sentia que não havia maneira alguma de poder influenciar o regime de ordenação espacial: as pessoas podiam falar, reclamar e protestar contra os planos, mas, no final, de uma forma ou outra, eles aconteciam de qualquer maneira. Então, para que frustrar o processo? Em segundo lugar, as famílias pobres gostaram do fato de serem consideradas no projeto e incluídas nos processos de desenvolvimento, e de não terem sido desconsideradas (Koster, 2009). Assim, acreditando que a remoção era inevitável, o que estava em jogo, para eles, era garantir a inclusão. Se tanto dinheiro ia ser gasto na área, não seria algo bom para eles serem incluídos nisso? Para as pessoas normalmente excluídas, as promessas de um futuro melhor são muito atraentes, mesmo que estejam cientes dos perigos possíveis envolvidos (Nuijten, 2004). Em terceiro lugar, as promessas da modernidade desempenharam

um papel central no funcionamento do PROMETRÓPOLE. Imagens de novas casas e de ruas retas repercutiram como noções de progresso para os moradores das favelas. “A favela vai se transformar em uma cidade”, ouvimos frequentemente. E “uma cidade” significa um lugar com estradas pavimentadas e canais em linha reta, em que uma boa vida pode ser vivida, um lugar “civilizado”.

Gostaríamos de ir mais longe e afirmar que a principal *raison-d'être* de projetos como o PROMETRÓPOLE reside nas atrações tremendamente poderosas da modernidade (Scott, 1998). Isso se manifesta em ambas as formas: discursivas, como um quadro para dar sentido, e não discursiva, como a derrubada de barracos e a construção de casas de concreto. Através de técnicas foucaultianas de governo — procedimentos, instrumentos, táticas, tecnologias e discursos (Dean, 1999) — o programa se estabeleceu como uma manifestação da modernidade, como algo a se desejar. A ordenação espacial moderna apresenta uma determinada estética que alimenta as aspirações por progresso. Davis (2006, p. 98) afirma que a urbanização de favelas é realizada em nome do “progresso” e do “embelezamento”. Valladares (2000) mostra como as considerações estéticas estiveram na base dos programas de desenvolvimento urbano no Brasil (cf. Pow, 2009 sobre a China). Favelas são consideradas feias e desorganizadas, não só pelas classes médias, mas também por seus próprios moradores. Esse Programa como foi apresentado durante as reuniões, transformaria a favela em algo moderno e bonito. Os moradores foram atraídos por essas promessas, que alimentavam o sonho de uma casa digna e própria.

A visão de estradas retas, canais e cais, além de casas limpas e de concreto foi ao encontro dos sentimentos suscetíveis da população das favelas, gerando fortes aspirações de um futuro melhor e de inclusão social com cidadania. Aqui, a renovação urbana moderna, como Berman (1982) argumenta, a par de suas forças destrutivas, também produz aspi-

rações por melhoria. A consideração de Berman (1982) sobre a construção da via expressa do Bronx, em Nova Iorque, onde viveu quando criança, revela isso. Para abrir espaço para a via expressa, muitos edifícios de apartamentos tiveram de ser demolidos. A ordenação espacial moderna, fantasiada com o sonho americano de progresso e beleza, tocou a “identificação com o progresso, com a renovação e a reforma” dos moradores do Bronx. O projeto “estava destruindo nosso mundo, mas [...] parecia estar funcionando em nome de valores que nós mesmos abraçamos” (Berman, 1982, p. 295). Na verdade, a modernidade produz convenções que também são encontradas entre as pessoas que sofrem por elas (Gibson-Graham; Ruccio, 2001). As convenções sobre o que é “bom e desenvolvido” segregam os moradores das favelas como “ruins, subdesenvolvidos e atrasados”. Elas foram também reproduzidas pelos próprios moradores da favela, cuja expectativa era de que o projeto piorasse temporariamente suas vidas, mas havia a perspectiva de “serem modernos” no futuro.

## IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO: conflitos de ordenação espacial

A realidade, no entanto, acabou por ser diferente. Em 24 de abril de 2008, o novo projeto habitacional foi inaugurado oficialmente. As famílias receberam as novas casas gratuitamente, com a condição de não alugá-las ou vendê-las. A inauguração foi um acontecimento político proeminente, com a participação do prefeito do Recife, o governador do Estado de Pernambuco, representantes do PROMETROPOLIS e diversas outras autoridades. A inauguração foi transmitida na televisão e, nos meses que se seguiram, as imagens do novo projeto habitacional foram regularmente utilizadas nas campanhas políticas do PT. No dia seguinte à inauguração, as famílias se mudaram para as novas casas. No entanto, logo ficou claro que grande parte de seus móveis não caberiam

nelas. As casas eram pequenas: dois pavimentos de 19 m<sup>2</sup> cada, incluindo uma cozinha e um banheiro. Os barracos no riacho eram primitivos, mas eles eram, por vezes, bastante extensos, muito maiores do que as novas casas. As pessoas também ficaram irritadas com a falta de cercas e de grades nas janelas, as quais, a seu ver, eram necessárias para protegê-las da violência recorrente.

Havia outras razões para os habitantes estarem chateados com suas novas condições de habitação. O comportamento “civilizado” que se esperava colidiu com o estilo de vida de muitas famílias. No novo projeto habitacional, havia pouco ou nenhum espaço para guardar suas carroças, e as pessoas não estavam autorizadas a recolher e separar o lixo para reciclagem, que era o principal meio de renda para muitas famílias. Além disso, as novas casas não tinham quintais, por terem sido construídas com os fundos próximos uns dos outros, e nem oitões, ou paredes laterais, por serem conjugadas em ambos os lados. Isso foi problemático, porque quintais desempenham uma função importante para muitas atividades domésticas e profissionais. A pecuária não era permitida no novo projeto habitacional, o que foi mais um problema para muitas famílias. Assim, a ordenação espacial da nova área de habitação não correspondeu aos modos de vida dos moradores das favelas. Além disso, as casas eram inadequadas para famílias grandes. Ademais, antes, no Jacarezinho, eles aproveitavam ilegalmente a água e a eletricidade, mas tinham agora de pagar, algo que os mais pobres não tinham condições de fazer.

Isso explica por que, como já ocorreu em projetos semelhantes, uma parte da população nunca se estabeleceu em suas novas casas, mas partiu para ir morar em outro lugar, ocupando outros locais da cidade. Essas pessoas alugaram ou venderam suas casas, transações formalmente proibidas. Correram boatos de que casas estavam sendo vendidas por R\$ 3.000, embora seu valor estivesse estimado em R\$ 23.000. Outras famílias imediatamente começaram a ven-

der tudo que podiam remover da casa, desde a escada de metal até o banheiro e o lavatório.

As pessoas que permaneceram nas casas logo começaram a transformar a concepção do espaço urbano que lhes havia sido imposta. Elas personalizaram e demarcaram suas próprias casas. Construíram muros altos e cercas como medidas de segurança para protegerem-se do meio altamente violento. Ampliaram suas casas e construíram alpendres quando tinha recursos para fazê-lo. Apropriaram-se de partes de calçadas e ruas, tiraram a maioria das árvores recém-plantadas e mudaram o plano da praça central.

Os burocratas do PROMETRÓPOLE ficaram horrorizados com o que viram quando da destruição de seu projeto. Eles visitaram frequentemente a área e advertiram as pessoas de que não estavam autorizadas a modificar suas casas. Várias reuniões foram convocadas para informar sobre os procedimentos oficiais que tinham de ser seguidos para construções novas e reconstruções na nova moradia. Isso não teve sucesso, e o conjunto habitacional novo logo parecia um canteiro de obras, com tijolos, concreto e montes de areia por toda parte, com todos construindo a partir de seu próprio gosto. Na opinião dos representantes do PROMETRÓPOLE, as intervenções feias, construídas pelos próprios habitantes, destruíam o modelo cuidadosamente projetado dos arquitetos, transformando o local, de novo, em uma favela. A maioria desses representantes culpa os baixos valores morais e o atraso cultural dos moradores da favela pelos problemas com as novas moradias. O projeto incluiu a instrução da população sobre o uso “adequado” das casas novas e o cuidado com os espaços públicos, e também como um cidadão “adequado” deve lidar com seus vizinhos e cuidar das árvores e plantas do projeto. No entanto, com apenas algumas crianças e a presença de uma ou duas mulheres, o comparecimento a essas sessões de treinamento foi extremamente baixo. Os representantes do projeto ficaram horrorizados, porque, os moradores das favelas não se com-

portam como beneficiários agradecidos e não se adaptam às visões modernistas sobre o uso do espaço. Um deles, desesperadamente, exclamou: “*Eles não obedecem*”. Em sua opinião, por arruinar a estética do projeto modernista, os moradores das favelas estão se recusando a se tornar cidadãos decentes.

No entanto, em nossa opinião, esse projeto tentou impor uma visão de ordenação espacial “civilizada”, aquela em que “os outros subdesenvolvidos” são considerados impróprios para tal. Na realidade, as verdadeiras causas da pobreza e da exclusão não foram abordadas nesse projeto. A dúvida é como uma casa nova pode resolver os problemas de discriminação, desemprego e violência relacionada às drogas, que são as principais preocupações da população. Quando indagados sobre essas questões, os responsáveis locais aceitaram, imediatamente, que os problemas da desigualdade social no Brasil são imensos, bem como a falta de oportunidades para os pobres, mas destacaram que o projeto PROMETRÓPOLE não visa a solucionar esses problemas. Eles entenderam muito bem por que algumas famílias decidiram vender ou alugar sua nova casa, em vez de viver nela. Ao mesmo tempo, eles estavam desapontados com o fato de os pobres, ao se apropriarem do espaço de forma diferente, não o fazerem da forma “apropriada”.

## **CONCLUSÕES: regimes de ordenação espacial e reapropriação do espaço urbano**

Em todo o mundo, têm proliferado mecanismos nacionais e internacionais envolvidos na urbanização e remoção de favelas, muitas vezes em nome dos pobres. Como o espaço é fundamental para a identidade e para os meios de vida das pessoas, a reconstrução espacial tem enormes implicações para a população-alvo. Isso é especialmente verdadeiro, pois projetos habitacionais como esses afetam as pessoas em seus domínios mais privados.

Como todos os modelos incorporam valores, toda concepção espacial é, de alguma forma, política (Weber, 2010). Apesar disso, os projetos de urbanização de favelas minimizam a dimensão política de seu modelo e tendem a ignorar o uso do espaço pelos pobres e os possíveis efeitos perturbadores das intervenções.

Neste artigo, discutimos o projeto de urbanização PROMETRÓPOLE, no Recife, Brasil, financiado pelo Banco Mundial. Nós mostramos que esse projeto apresenta uma notável fusão de uma abordagem neoliberal, com a política socialista do PT e uma concepção modernista do espaço urbano. Introduce novas responsabilidades público-privadas na urbanização de favelas, obrigando seus moradores a cuidarem de suas próprias vidas e dos arredores, a estabelecerem relações individuais com os órgãos governamentais sobre o tema da reorganização espacial, a se envolverem ativamente em processos participativos e a usarem o espaço público e privado de acordo com pontos de vista de ordem e vida civilizada da classe média.

Essa fusão de ideais, como vimos, é muito poderosa para fazer do espaço urbano um alvo de intervenção e imposição de conceitos disciplinares sobre a população. Os programas de urbanização de favelas como o PROMETRÓPOLE demarcam grupos de pessoas através da definição de zonas físicas de intervenção. Seja quem for que viva dentro dessas zonas, de repente é considerado como um “objeto de melhoria” e incorporado em programas disciplinares, destinados a criar uma ordem moderna e cidadãos “decentes”. Um objetivo emancipatório implícito de muitos projetos de urbanização de favelas é “civilizar” os pobres através da mudança do ambiente em que vivem. No PROMETRÓPOLE, treinamento especial foi oferecido para a população reassentada, exemplificando como a ordenação espacial, através do planejamento urbano, envolve processos formativos que tentam criar sujeitos urbanos adequados (Rabinow, 2003).

Nosso estudo revelou uma incompatibilidade clara entre os objetivos e procedimentos

do projeto, por um lado, e as necessidades e os meios de vida da população, por outro. Poder-se-ia argumentar que tais projetos de urbanização de favelas, em vez de olhar para aquilo de que os pobres precisam, exigem que eles se integrem à sociedade, sigam as normas da classe média sobre como se comportar e usar o espaço, mas sem os empregos, o dinheiro e sem outros requisitos para a manutenção desse estilo de vida. Eventualmente, como consequência, muitas pessoas não têm outra opção a não ser deixar suas moradias novas e ir construir um barraco em outra área de terra desocupada. Dessa forma, os programas de urbanização de favelas tendem a causar diferenciação entre os pobres urbanos, expulsando os mais pobres (Davis, 2006).

O enfoque neoliberal do projeto sobre a autorrealização dos pobres, com a necessidade de que eles cuidem de suas próprias vidas, possui uma dimensão perversa, uma vez que essas pessoas pertencem ao segmento da humanidade que é supérfluo à ordem política e econômica presente (Bauman, 2003). Os moradores, que sempre foram marginalizados pelo funcionamento excludente das instituições oficiais, são agora “fortalecidos” por elas, com a responsabilidade de cuidar de si mesmos, mas sem receber qualquer meio de fazê-lo. Então, se suas vidas não mudarem para melhor, eles são os culpados por isso.

Embora tenhamos sido inspirados por teorizações foucaultianas sobre dominação e hegemonia, também mostramos que houve aspectos menos deterministas da urbanização de favelas do que aberturas criadas para as práticas e as experiências vividas dos moradores (Koster; Vries, 2012). O artigo mostra como, apesar de o regime de ordenação espacial deixar pouco espaço para manobra, a população mostrou inúmeras formas com as quais poderiam se reapropriar do espaço urbano de acordo com as suas próprias necessidades e desejos (Low, 1996) e “encontrar formas de representar seu próprio sentido de lugar” (Sheller, 2009, p. 199). Os representantes do projeto consideraram essas formas “locais” de utilização

do espaço como uma contestação do projeto e uma forma de subversão dos “incivilizados” (Lefebvre, 1991). Baseando-se em noções de estratégia e tática de Michel de Certeau (1984), podemos dizer que, embora o espaço urbano seja moldado através da concepção e planos de “estratégias”, também é “reformulado” através das “táticas”, muitas vezes clandestinas e oportunistas, dos moradores da favela. Através dessas “táticas”, eles lidam com a situação que enfrentam, contestando ou, pelo menos, evitando as forças disciplinares das estratégias inerentes ao regime de renovação urbana (Low, 1996). Isso, como já vimos, leva a um confronto entre diferentes lógicas de ordenação espacial, quando o mundo dos pobres urbanos encontra o mundo utópico dos urbanistas – quando as pessoas marginalizadas “encontram” o projeto modernista. O projeto PROMETRÓPOLE, no Jacarezinho, ilustra como a luta para ganhar e recuperar o controle sobre o espaço se tornou realmente um objeto central da luta política no mundo contemporâneo (Brenner, 2000).

Recebido para publicação em 06 de dezembro de 2017  
Aceito em 31 de janeiro de 2018

## REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, A.; EICK, V.; REESE E. Introduction: neoliberal globalization, urban privatization, and resistance. *Social justice*, v. 33, n. 3, p. 1-5, 2006.
- ALVITO, M. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- ASSIES, W. *Neighborhood associativism in*: Recife, 1964-1988. Amsterdam: CEDLA, 1992.
- BAIOCCHI, G. Emergent public spheres: talking politics in participatory governance. *American sociological review*, v. 68, n. 1, p. 52-74, 2003.
- BAUMAN, Z. *Wasted lives: modernity and its outcasts*. Cambridge: Polity press, 2003.
- BERMAN, M. *All that is solid melts into air: the experience of modernity*. New York: Penguin Books, 1982.
- BITOUN, J. et al. *Orçamento participativo em Recife: gestão do planejamento, exercício de cidadania*. Recife: FASE Pernambuco, 2002.
- BRENNER, N. The urban question as a scale question: reflections on Henri Lefebvre, urban theory and the politics of scale. *International journal of urban and regional research*, v. 24, n. 2, p. 361-378, 2000.
- BRENNER, N.; THEODORE, N. Cities and the geographies of “actually existing Neoliberalism”. *Antipode*, v. 34, n. 3, p. 349-379, 2002.
- CALDEIRA, T.; HOLSTON, J. State and urban space in Brazil: from modernist planning to democratic interventions. In: ONG, A.; COLLIER, S. J. (Ed.). *Global anthropology: technology, governmentality, ethics*. London: Balckwell publishers, 2005. p. 393-416.
- CERTEAU, M. de. *The practice of everyday life*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- CONDEPE FIDEM. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. 2007. Disponível em: <www.condepefidem.pe.gov.br>. Acesso em: 26 jan. 2017.
- COP. *Conselho Municipal de Gestão Democrática do Orçamento Público*. Recife: [S.n.], 2002.
- CORREIA, J. T. de L. Hidden meanings: the mocambo. Recife. *Social science information*, v. 38, n. 2, p. 297-327, 1999.
- CABRAL, A. A. C. *Reassentamentos de moradias populares: controle social, justiça social-territorial ou produção do espaço de cidadania (1980 a 2012): o caso da comunidade Chão de Estrelas – Recife/PE (Brasil)*. 2003. 359 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2013.
- DALSGAARD, A. L. *Matters of life and longing: female sterilisation in Northeast Brazil*. Copenhagen: Museum Tusculanum Press, 2004.
- DAVIS, M. *Planet of slums*. London: Verso, 2006.
- DEAN, M. *Governmentality: power and rule in modern society*. London: Sage, 1999.
- ETAPAS. *Gestão participativa no Recife: do Prezeis ao Orçamento participativo*. In: ENCONTRO DA RPA6 – H3, 2003, Recife. *Anais...* Recife: Comunicação Visual, 2003.
- FASE; CENDHEC; URB. *PREZEIS: Manual para lideranças*. Recife: Fase, 1997.
- FULLER, C.; GEDDES, M. Urban governance under Neoliberalism: new labour and the Restructuring of State-Space. *Antipode*, v. 40, n. 2, p. 252-282, 2008.
- GIBSON-GRAHAM, J. K.; RUCCIO, D. “After development”: Re-imagining economy and class. In: GIBSON-GRAHAM, J. K.; RÉSNICK, S.; WOLFF, R. D. (Ed.). *Re/presenting class: Essays in Postmodern Marxism*. Durham: Duke University Press, 2001. p 158- 181.
- GOLDSTEIN, D. *Laughter out of place: race, class, violence, and sexuality in a Rio Shantytown*. Berkeley: Los Angeles: University of California Press, 2003.
- HOLSTON, J. *Insurgent citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- IBGE. *Censo demográfico 2010*. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/PE2010.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2010.
- KOSTER, M. *In fear of abandonment: slum life, community leaders and politics in Recife, Brazil*. 2009. Thesis (PhD) - Wageningen University, [S.l.], 2009.
- KOSTER, M.; NUIJTEN, M. From Preamble to Post-Project Frustrations: The Shaping of a Slum Upgrading Project in Recife, Brazil. *Antipode*, v. 44, n. 1, p. 175-196, 2012.
- KOSTER, M.; VRIES P. Slum politics: community leaders, everyday needs and utopian aspirations in a Recife slum, Brazil. *Focaal*, v. 62, p. 83-98, 2012.
- LARNER, W.; CRAIG, D. After Neoliberalism? Community activism and local partnerships in Aotearoa New Zealand. *Antipode*, 373: 402-424, 2012.
- LEAL, S. *Fetice da participação popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no*

- Recife - Brasil. Recife: CEPE, 2003.
- LEFEBVRE, H. The production of space. Oxford: Blackwell, 1991.
- LOW, S. Spatializing culture: the social production and social construction of public space in Costa Rica. *American Ethnologist*, v. 23, n. 4, p. 861-879, 1996.
- LEITE, S. de P. B. R. Participação popular e acesso à moradia: as escolhas possíveis para a população removida por intervenções de melhoria urbana do PREZEIS. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.
- MAIA, M. Land use regulations and rights to the city: squatter settlements in Recife, Brazil. *Land use policy*, v. 12, n. 2, p. 177-180, 1995.
- MIGUEL, L. F. From equality to opportunity: transformations in the discourse of the Workers' Party in the 2002 elections. *Latin American perspectives*, v. 33, n. 4, p. 122-143, 2002.
- NIELSEN, M. *Contesting the moralities of leadership: the consequences of participatory politics for the local understandings and performance of moral neighbourhood leadership in a poor urban area in the northeast of Brazil*. 2002. MSc (thesis) - Institute of Anthropology, University of Copenhagen, [S.l.], 2002.
- NUIJTEN, M. *Power, community and the state: the political anthropology of organisation in Mexico*. London: Pluto Press, 2003.
- \_\_\_\_\_. Between fear and fantasy: governmentality and the working of power in Mexico. *Critique of Anthropology*, v. 24, n. 2, p. 209-230, 2004.
- ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (OP). 2011. Disponível em: < www.recife.pe.gov.br/op >. Acesso em: 29 mar. 2011.
- PECK, J.; TICKELL, A. Neoliberalizing Space. *Antipode*, v. 34, n. 3, p. 380-404, 2002.
- \_\_\_\_\_. Conceptualizing neoliberalism, thinking Thatcherism. In: LEITNER, H.; PECK, J.; SHEPPARD, E. S. (Ed.). *Contesting Neoliberalism: urban frontiers*. New York: Guilford, 2007. p. 26-50.
- PERLMAN, J. *The myth of marginality: urban poverty and politics in Rio de Janeiro*. Berkeley: Los Angeles: University of California press, 1976.
- POW, C.-P. Neoliberalism and the aestheticization of new middle-class landscapes. *Antipode*, v. 41, n. 2, p. 371-390, 2009.
- RABINOW, P. Ordonnance, discipline, regulation: some reflections on urbanism. In: LOW, S.; LAWRENCE-ZUNIGA, D. (Ed.). *The anthropology of space and place: locating culture*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 353-362.
- RILEY, E.; FIORI, J.; RAMIREZ, R. Favela bairro and a new generation of housing programmes for the urban poor. *Geoforum*, v. 32, p. 521-531, 2001.
- SCHEPER-HUGHES, N.; BOURGOIS, P. *Foreword to goldstein D. Laughter out of place: Race, Class, Violence, and sexuality in a Rio Shantytown*. Berkeley: Los Angeles: University of California press, 2003. p. 13-17.
- SCHWEGLER, T. A. Take it from the top (down)? Rethinking Neoliberalism and political hierarchy in Mexico. *American Ethnologist*, v. 35, n. 4, p. 682-700, 2008.
- SCOTT, J. *Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: London: Yale University Press, 1998.
- SHELLER, M. The new Caribbean complexity: mobility systems, tourism and spatial rescaling. *Singapore journal of tropical Geography*, v. 30, p. 189-203, 2009.
- SOUSA, A. de. *Do mocambo a favela*. Recife 1920-1990. Joao Pessoa: Editora Universitária, 2003.
- SOUZA, F. de. The future of informal settlements: lessons in the legalization of disputed urban land in Recife, Brazil. *Geoforum*, v. 32, p. 483-492, 2001.
- \_\_\_\_\_. Security of land tenure revised: the case of CRRU in: Recife and Porto Alegre, Brazil. *Habitat international*, v. 28, p. 231-244, 2004.
- TEIXEIRA, A C et al. *Orçamento participativo: democratização da gestão pública e controle social: as experiências de participação popular na aplicação do dinheiro público municipal*. Rio de Janeiro: FASE, 2004.
- VALLADARES, L. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 5-34, 2000.
- WEBER, C. Introduction: design and citizenship. *Citizenship studies*, v. 14, n. 1, p. 1-16, 2010.
- WEYLAND, K. Neopopulism and neoliberalism in Latin America: how much affinity? *Third world quarterly*, v. 24, n. 6, p. 1095-1115, 2003.
- WORLD BANK. *Report no: 23331-BR: Project appraisal document on a proposed loan in the amount of US\$46.0 million to the state of Pernambuco, Brazil, with the guarantee of the Federal Republic of Brazil for the Recife urban upgrading project*. [S.l.: S.n.], 2003.



**REGIMES OF SPATIAL ORDERING IN BRAZIL:  
neoliberalism, leftist populism and modernist aesthetics  
in slum upgrading in Recife**

*Monique Nuijten, Martijn Koster, Pieter de Vries  
Augusto Antonio Campelo Cabral*

This article shows how regimes of spatial ordering are produced by the entangling of neoliberalism, leftist populism and modernist visions. It focuses on Prometrópolis, a slum upgrading project in Recife. In this project, the neoliberal dimension manifests in the idea that the state, private companies and citizens together are responsible for (re)constructing urban space, and that beneficiaries are autonomous citizens, taking responsibility for their new living environment. The leftist political dimension is seen in participatory procedures to involve the residents in the project. The modernist aesthetics informs the project design with the requirement to use the new space according to the standards of “modern civilization”. As our research shows, such a regime of spatial ordering clashes with the livelihoods of the residents. Furthermore, the participatory procedures fail to grant them any real influence in creating their environment. Consequently, these residents drastically reconstruct their estate, reappropriating the urban space and contesting the regime imposed upon them.

KEY WORDS: Favelas Urbanization. Urban Space. Participation. Neoliberalism. Socialism.

**LES RÉGIMES D'ORDONNANCEMENT SPATIAL AU  
BRÉSIL: la fusion du Néolibéralisme, du populisme de  
gauche et des visions modernistes dans l'urbanisation des  
favelas à Recife**

*Monique Nuijten, Martijn Koster, Pieter de Vries  
Augusto Antonio Campelo Cabral*

Cet article montre comment, au Brésil, les régimes d'ordonnement spatial sont produits par la jonction de trois forces: le néolibéralisme, la politique de gauche et les visions modernistes. Il se concentre sur le PROMÉTROPOLE, Programme d'Infrastructures dans les Aires à Faible Revenu de la Région Métropolitaine de Recife, programme financé par la Banque Mondiale. Dans ce projet, la dimension néolibérale est claire quant à l'idée que l'État, les entreprises privées et les citoyens sont conjointement responsables de la construction de l'espace urbain. En outre, on attend des bénéficiaires qu'ils se comportent comme des citoyens autonomes et qu'ils assument la responsabilité de leur nouvel environnement de vie. D'un autre côté, la dimension politique de la gauche nourrit l'idée que, grâce à des procédures participatives, le gouvernement devrait permettre à la population cible de prendre part au projet de sa conception à sa mise en œuvre. En échange on espère que les habitants maintiendront une relation de coopération avec le gouvernement. La troisième dimension consiste en l'adoption d'une esthétique moderniste - lignes droites, espaces ouverts et ordre visible - qui configure la conception du projet. L'exigence du gouvernement est que les habitants des favelas utilisent leurs maisons et leurs espaces publics selon les normes de la “civilisation moderne”. Cependant cette recherche montre que ce régime d'ordonnement spatial entre en conflit avec les modes de vie de la population urbaine pauvre qui peut même voir sa qualité de vie se détériorer à cause de ce genre d'intervention. De plus, contrairement à ce qui est affirmé, les procédures participatives ne permettent pas à la population cible d'avoir une véritable influence. Au final, les résidents reconstruisent résolument les espaces privés et publics des nouveaux quartiers résidentiels, en reprenant ainsi possession de cet espace urbain et en contestant le régime d'ordonnement spatial qui leur est imposé.

MOTS-CLÉS: Urbanisation des Favelas. Espace Urbain. Participation. Néolibéralisme. Socialisme.



# ATIVISMOS URBANOS EM SÃO PAULO<sup>1</sup>

*Heitor Frúgoli Jr. \**

Este artigo apresenta um balanço das ocupações plurais de espaços públicos de São Paulo, sobretudo naqueles em que ativistas (ou correlatos) têm lutado pela ampliação de direitos à cidade e seus equipamentos públicos. Tais ocupações se realizam por meio de redes de coletivos que envolvem estudantes, artistas, arquitetos, associações e vários outros agentes. Adota-se um enfoque voltado para a compreensão de certa genealogia de tais fenômenos – dos quais as jornadas de junho de 2013 representam uma referência indispensável –, bem como para a identificação dos principais desafios etnográficos para uma abordagem antropológica.

Palavras-chave: Etnografia. Antropologia da cidade. Ativismos. Práticas espaciais.

## INTRODUÇÃO

A cena contemporânea nos coloca frente a um período em que, indubitavelmente, a cidade e seus espaços públicos têm sido alvos de múltiplas apropriações e ocupações, o que tem suscitado diversos debates sobre uma espécie de expansão das relações dos habitantes com o contexto urbano, suas ruas e equipamentos.

Novas indagações sobre os significados do espaço público e de sua dimensão coletiva emergem e nos demandam aprofundamentos. Uma referência recorrente passa por David Harvey, que retoma, crítica e contemporaneamente, o tema do direito à cidade, cunhado por Henri Lefebvre (1969), por meio do enfoque nas dimensões recentes da crise do capitalismo, suas repercussões na reestruturação da vida urbana das grandes metrópoles e os

novos aspectos de natureza política que ocorrem numa escala global (Harvey, 2012). Mais que um tema, essas questões têm constituído uma agenda que desperta crescente interesse e prolifera em muitos âmbitos voltados para a compreensão de um gradiente de sentidos, bem como para as possibilidades de ação.

O conceito clássico de espaço público, que, em princípio, informa as novas emergências de direitos à cidade, é assinalado por uma significativa polissemia (Paquot, 2009), por abranger múltiplos fenômenos, que vão da produção da opinião pública aos usos cotidianos das ruas (Jacobs, [1961] 2003),<sup>2</sup> além do tipo de espaço público que decorre de uma série de interações (Frúgoli Junior, 2007; Joseph, [1998] 2005). Isso exige, portanto, uma circunscrição teórica prévia mais precisa, tendo em vista o escopo do presente artigo.

Como se verá adiante, uma referência básica passa pelas rupturas decorrentes das jornadas de junho de 2013, que “revelaram o descompasso entre o governo, o sistema político e as ruas”, bem como “confirmaram o espaço

\* Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia. Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, 1º andar, sala 1061, Cidade Universitária. Cep: 05508-010. São Paulo – São Paulo – Brasil. Caixa Postal 72042. hfrugoli@uol.com.br

<sup>1</sup> Tema já apresentado, entre 2015 e 2016, na UFBA, UnB, UFSCar, USP, Universidade de Leiden (Holanda) e CPF-SESC-SP; agradecimentos a todos os integrantes do Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC-USP), que coordena desde 2005, inscrito como grupo de pesquisa no CNPq.

<sup>2</sup> Para uma narrativa detalhada sobre o ativismo urbano de Jane Jacobs, ver Kanigel (2016).

público como o lugar privilegiado de participação direta do cidadão” (Schwarcz; Starling, 2015, p. 506). Temos, nessas duas passagens, significados sobre as ruas que transitam entre certo clamor popular e usos de determinados espaços para manifestações dessas demandas políticas. Mas a isso se pode acrescentar o próprio uso das ruas como prática espacial e política em si mesma (Certeau, [1994] 2012; Frehse, 2009), além das demandas pela ampliação de espaços públicos para diversos usos (cotidianos ou extracotidianos).

Na antropologia, um balanço abrangente de Sherry Ortner (2016) indica a emergência considerável, nos últimos anos, de abordagens situadas no campo da crítica, da resistência (pensada num sentido ampliado)<sup>3</sup> e do ativismo, com enfoque nas práticas de enfrentamento da crise ligada ao chamado neoliberalismo, algo delineado na análise já citada de Harvey (2012). Dentre os desafios etnográficos, cabe uma atenção especial ao modo como os próprios ativistas – agentes com foco especial nesse texto – fazem a cidade (Agier, 2017, p. 424-425), produzem seus mundos sociais (Velho, 1999) e teorizam sobre suas práticas, cujos léxicos, ainda que aparentemente próximos àqueles dos pesquisadores, revelam potencialmente diferenças a serem evidenciadas e analisadas.<sup>4</sup>

Em São Paulo, o tema do ativismo tem sido tratado notadamente na área do urbanismo, tanto através de estudos ou ensaios<sup>5</sup> quanto por parte dos próprios ativistas,<sup>6</sup> embora ainda faltem abordagens mais estruturadas nas

ciências humanas<sup>7</sup> ou, mais precisamente, na antropologia. Apesar de muitas práticas políticas serem alvos, há tempo, de investigações antropológicas,<sup>8</sup> pode-se dizer que o tema do ativismo urbano, por ser relativamente recente, ainda carece de estudos mais sistemáticos.

A dimensão eminentemente espacial de várias intervenções promovidas por tais coletivos implica pensar numa relação incontornável dos agentes entre si e deles com o espaço urbano (espaços públicos e equipamentos urbanos), ou seja, recorrer à ideia consolidada pela antropologia urbana de que a cidade não é um pano de fundo ou local neutro onde se dão tais ações, mas um contexto dinâmico com o qual os agentes efetivamente dialogam.<sup>9</sup>

Isso também implica, evidentemente, pensar nos desafios da realização da pesquisa etnográfica, ou, em outras palavras, fazer etnografias urbanas ligadas à capacidade de interagir com os sujeitos pesquisados com algum grau de observação participante para obter um conhecimento sobre tais fenômenos, dosando proximidade e distanciamento.<sup>10</sup>

O que seria, nessa perspectiva, o ativismo urbano, ou o que seriam os coletivos responsáveis pelas ações ligadas a ele? Essa questão remete, como já foi dito, à própria necessidade de circunscrever o ativismo nas especificidades e características que o diferenciam de outras práticas do passado, bem como de outras que se dão no próprio presente.<sup>11</sup> Há

<sup>7</sup> Exceção feita a estudos como o de Mesquita (2008), na área da História, além dos que serão mencionados adiante.

<sup>8</sup> Se pensarmos na área da antropologia urbana, podem-se mencionar todos aqueles estudos decorrentes das linhas de investigação abertas por Cardoso ([1986] 2011) ou Durham ([1986] 2004); para um panorama mais abrangente, ver Eckert (2010).

<sup>9</sup> Sem esgotar o tema, ver Arantes (2000), Magnani (2002) e Frúgoli Junior (2009).

<sup>10</sup> Ver, a respeito, Simmel ([1903] 2005), Joseph ([1998] 2005), Frúgoli Junior (2007) e Magnani (2009).

<sup>11</sup> Em seminário no GEAC-USP, em 2015, Julia Di Giovanni estabeleceu uma diferença pertinente entre militância – prática articulada a partidos, movimentos, com uma determinada hierarquia organizativa etc. – e ativismo – termo que antes praticamente não havia no Brasil, que se refere a ações mais diretas, que se dão, sobretudo, nas ruas, e que remetem a quadros não hierarquizados; para uma abordagem da autora, ver Di Giovanni (2015a).

<sup>3</sup> Isso envolveria etnografia crítica, novas etnografias sobre o capitalismo (incluindo perspectivas sobre políticas econômicas alternativas) e estudos etnográficos de movimentos sociais, englobando a questão da participação ativa do próprio antropólogo (Ortner, 2016, p. 65-66).

<sup>4</sup> Refiro-me, nesse último caso, aos comentários pertinentes de Mariana Cavalcanti a respeito, quando de sua participação como debatedora de uma das sessões do GT “Urbanidades possíveis nos múltiplos usos da rua” (coordenado por Cristina Patriota de Moura e por mim, durante o 41º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, out./2017).

<sup>5</sup> Apenas para um quadro introdutório, ver Wisnik (Folha de S. Paulo, p. 4-5, 15 nov.2015), Rolnik et al. (2014), Rolnik (20 abr. 2015) e Guerra (maio/2015).

<sup>6</sup> Ver, como exemplo, Sobral (O Estado de São Paulo, p. E5, 30 ago. 2015) e Carrapatoso (mar. 2016).

termos (ligados a práticas) usados nesses ativismos – como a expressão “ocupações”<sup>12</sup> – que integram um léxico já presente há tempos, em outros agrupamentos, como os sem-teto (Paterniani, 2016),<sup>13</sup> cabendo averiguar, então, quais seriam suas marcas distintivas.

## AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

A própria genealogia do tema deste artigo já traz desafios substanciais e, por ora, as jornadas de junho do 2013 serão consideradas como uma espécie de marco referencial no contexto brasileiro, a partir do qual um número crescente de coletivos e agrupamentos ativistas tem ocupado espaços públicos em várias cidades brasileiras, ainda que, como veremos adiante, tal evento não englobe o rol de práticas existentes, nem suas especificidades.

Isso também nos remete, num breve recuo temporal (Di Giovanni, 2015b),<sup>14</sup> a determinados eventos globais situados entre 2010 e 2011 (Gohn, 2014) que, de certo modo, informam e inspiram as referidas jornadas – como a “Primavera Árabe” (na Praça Tahrir, no Cairo, ou na Praça Mohamed Bouazizi, em Túnis), os “Indignados” (inicialmente em Madrid), ou o “Occupy Wall Street” (em Nova York) –, a partir dos quais se podem enfatizar certas peculiaridades brasileiras.<sup>15</sup>

<sup>12</sup> Para exemplificar, e longe de esgotar o tema, ver Senra, R. “Grupo de 120 artistas invade casarão abandonado na Rua da Consolação”. Folha de S. Paulo, S. Paulo, 21 fev. 2014, <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/02/1415444-grupo-de-120-artistas-invade-casarao-abandonado-na-rua-da-consolacao.shtml>, Acesso em: 4 ago.2016; Mekari, D. “Mesclando arte, cultura e resistência, Casa Amarela se estabelece como ‘quilombo urbano’ no centro de São Paulo”. Portal Aprendiz, São Paulo, 2 fev. 2016, <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2016/02/02/mesclando-arte-cultura-e-resistencia-casa-amarela-se-estabelece-como-quilombo-urbano-centro-de-sp/>.

<sup>13</sup> Para uma abordagem recente sobre os sem-teto na área central de São Paulo.

<sup>14</sup> Um recuo maior nos levaria aos encontros do Fórum Social Mundial (Porto Alegre, 2001-2005), que não serão aqui tratados.

<sup>15</sup> Sobre essa época, fala-se muito do Occupy Wall Street por causa da visibilidade global de Nova York, mas, alguns meses antes, os “Indignados” na Espanha já tinham uma atuação assinalável, ligada, no caso, à crise europeia, à falta de empregos e de perspectivas, sobretudo para a juventude, permeada pela contestação ao capitalismo (ver,

Figura 1 – Ocupação da Praça do Rossio (Lisboa) em maio de 2011, ligada às manifestações da época na Espanha e com a participação de ativistas espanhóis



Foto: Frúgoli Junior.

Nesse sentido, as chamadas jornadas de junho de 2013 constituiriam uma espécie de “divisor de águas” quanto às formas de manifestação política nas cidades brasileiras,<sup>16</sup> sobre as quais a abordagem antropológica de Damo e Oliven (2014) é esclarecedora quanto às principais marcas constitutivas. Constatase, ali, uma ampla conjunção de fatores, ligada, inicialmente, à atuação de coletivos juvenis (tanto em São Paulo, quanto em Porto Alegre) basicamente contra o aumento do preço dos ônibus, ligada, assim, aos direitos básicos de mobilidade urbana, com destaque para o Movimento Passe Livre (MPL).<sup>17</sup>

Posteriormente, esse movimento se expandiu para diversas cidades. Pode-se dizer que 17 de junho de 2013 foi o dia em que as manifestações se tornaram nacionais. Em São Paulo, quatro dias antes, houve uma repressão bastante violenta da Polícia Militar ao protesto a respeito, Gohn (2014) e Rolnik et al. (2014)). Eu estava em Lisboa na época (2011) e acompanhei, por algum tempo, a ocupação do Rossio, ligada, de algum modo, a tal movimento, que durou semanas (sobre os reflexos dos Indignados em Portugal, ver Raposo, 2014).

<sup>16</sup> Sem esgotar as múltiplas abordagens a respeito, ver o destaque a respeito das possíveis rupturas históricas em Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015, p. 505-506 e imagem 137) e no ensaio de Boris Fausto (2014, p. 173-180); sobre o período 2013-2014, ver Berenice Bento (2016, p. 159-178).

<sup>17</sup> O Movimento Passe Livre, contrário ao aumento da tarifa dos transportes metropolitanos, tem sido alvo de um conjunto de abordagens (ver Judensnaider et al., 2013; Novaes e Alvim, 2014; Rolnik et al., 2014; Hamburger, 2016); sobre as ações em Porto Alegre, ver Muhale (2014), e em Brasília, ver Saraiva (2017).

to organizado pelo MPL (Judensnaider *et al.*, 2013, p. 83-103). Isso ensejou uma manifestação com cerca de 100 mil participantes, que começou no Largo da Batata, em Pinheiros, e tomou diferentes direções. De acordo com Esther Hamburger (2016), parte dessa multidão caminhou deliberadamente para a Ponte Estaiada – obra de engenharia dispendiosa, situada na área sudoeste de São Paulo, com diversos edifícios corporativos – que compõe a cena de fundo de vários noticiários da Rede Globo sediada em São Paulo, ressaltando-se um aspecto performático ligado à busca deliberada de visibilidade na grande mídia.

Sem traçar aqui uma cronologia exaustiva dos acontecimentos, o fato é que tal dinâmica se expandiu por diversas metrópoles<sup>18</sup>, com múltiplos participantes, em que uma das bandeiras era o protesto contra os gastos públicos com a Copa do Mundo no Brasil no ano seguinte (2014), embora não se limitasse a isso.

No estudo já mencionado de Damo e Oliven (2014), destacam-se vários aspectos, como uma maior horizontalidade de decisões e a agilidade das convocações, incluindo o uso ampliado das redes sociais. Além disso, salienta-se o dinamismo das movimentações por diversos espaços urbanos (ruas, parques e praças, com forte efeito performático), em comparação às ações durante as “Diretas Já” (1984) ou “Fora Collor” (1992), em que todos se dirigiam a um comício num lugar central, com proeminente papel de sindicatos, partidos, entidades de classe e movimentos sociais – dentro da lógica da democracia representativa, com certa captura da polifonia das massas pela performance dos líderes. As jornadas de junho, por sua vez, teriam uma origem mais

imediate, ligada a movimentos sobre mobilidade urbana, com uma diversificação posterior radical, maior resistência à tradução, negociação e ressemantização políticas, além de forte enfrentamento do aparato policial, culminando na radicalização encarnada pelos *black blocs*.<sup>19</sup> Acrescentem-se a elas certo aspecto teatralizado, uma crescente individualização (dos ativistas aos “coxinhas”, na fase mais polimorfa e polifônica), e certa celebração do individualismo, com crescentes desavenças entre os próprios participantes (Damo; Oliven, 2014, p. 172-176).

De acordo com Gohn (2014, p. 7-8), entre junho e agosto de 2013, ocorreram manifestações em 483 cidades (com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Brasília), com cerca de 1 milhão de pessoas nas ruas em 20 de junho. Mas tal aumento de escala foi também acompanhado, como já foi frisado, por certa fragmentação entre os próprios participantes, como atestavam várias imagens das manifestações da época, em que proliferavam cartazes, que embora pudessem ser enquadrados em determinados eixos reivindicativos, apontavam para direções múltiplas, bem como para filiações políticas divergentes.<sup>20</sup>

Angela Alonso (2017), num balanço recente quanto aos desdobramentos das jornadas de junho, destaca, quanto a estilos de ativismo (correspondentes a repertórios de confronto), a existência de três agrupamentos: dois campos no âmbito da esquerda, “autono-

<sup>18</sup> No mesmo dia, uma forte manifestação tomou os arredores do Congresso Nacional em Brasília, e outra cercou a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, o que culminou numa invasão do edifício. Para Patrick Arley e Rudá Ricci (2014), o ativismo em Belo Horizonte tem conexões com a contracultura e o anarquismo, embora tenha resultado em uma “Assembleia Popular Horizontal”, que, entretanto, não atingiu seus objetivos. Segundo Bruno Cava (2014), no Rio de Janeiro, os protestos pautaram-se principalmente por ações contra o governo do estado e a câmara municipal; depois de 2013, é importante enfatizar a conexão entre os ativistas e as greves dos professores das escolas públicas.

<sup>19</sup> Sobre as performances dos *black blocs*, ver Vergara (2015). Para Dupuis-Déri ([2007] 2014), tais agentes, surgidos na Alemanha dos anos 1980, devem ser entendidos, sobretudo, como uma tática, sem programas ou membros permanentes, orientados para práticas radicais e performáticas contra o capitalismo e a polícia. De acordo com Solano e Manso (2014), muitos *black blocs* brasileiros enfatizam origens operárias como motivação para engajamento; mas, de acordo com Pablo Ortellado (apud Mena, F. “Por baixo dos panos”. *Folha de S. Paulo*, 21 fev. 2016, p. 3, Ilustríssima), eles provêm, principalmente, de classes médias (funcionários públicos, bancários ou graduandos).

<sup>20</sup> Ver por exemplo, a foto expressiva de Yasuyochi Chiba (em Recife) em Trezzi, H. e Bublitz, J. Radicais põem democracia à prova durante protestos pelo Brasil. *ZH Notícias*, <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/06/radicais-poem-democracia-a-prova-durante-protestos-pelo-brasil-4178296.html>. Acesso em: 20 jul. 2017.

mistas” e “socialistas”<sup>21</sup> – com ações voltadas para a ampliação de direitos sociais, cuja visibilidade decresceu no período pós-2013 – e “patriotas” (à direita), agregando liberais, críticos ao Estado e políticos, menos visíveis em 2013, mas que lideraram a oposição ao segundo governo de Dilma Rousseff e ao PT em 2015-2016, com ações nas ruas até o *impeachment* ou golpe (em agosto de 2016).

Nas sendas abertas pela última análise, pode-se reconhecer que, durante diversas manifestações pelo *impeachment*, a ocupação de espaços públicos realmente deixou de ser uma agenda monopolizada pela esquerda,<sup>22</sup> com o predomínio do verde e amarelo nas indumentárias e um conjunto de slogans e representações antes ausentes nas ruas, num fenômeno a ser aprofundado em seus significados e alcances.

Mas cabe ainda dizer que os eventos políticos ligados à grave crise brasileira em andamento, mais precisamente os episódios ligados ao processo de *impeachment* da presidente da república e seus desdobramentos, ensejaram uma série de novas práticas ativistas de contestação ao que foi entendido, majoritariamente, como uma modalidade de golpe de estado. Voltaram-se para o enfrentamento de uma reconfiguração política conservadora, assinalada pela supressão de uma série de direitos sociais, cujo rol de ações também merece abordagens mais sistemáticas: “Uma das grandes novidades é a existência de novos clamores em favor dos direitos civis, os ‘direitos à diferença’, evocados por uma série de movimentos sociais, como o movimento negro, o movimento LGBT, o movimento quilombola, o movimento feminista, entre tantos outros” (Schwarcz; Starling, 2015, p. 506).<sup>23</sup>

<sup>21</sup> “A apreçoada ‘novidade’ de 2013 veio do uso do repertório autonomista, de movimentos por justiça global, que repaginou símbolos e slogans anarquistas” (Alonso, 2017, p. 49).

<sup>22</sup> Aspecto, aliás, ressaltado por Pedro Arantes em debate promovido em parceria do GEAC-USP com o Centro de Pesquisa e Formação-SESC-SP, em set./2016 (ver <http://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/atividade/ativismos-e-cidade-dialogos-entre-coletivos-e-universidade>. Acesso em: 20 jul. 2017).

<sup>23</sup> Experimentos etnográficos a respeito de um conjunto diversificado de manifestações em São Paulo contra o gol-

Tal cenário ficou evidente durante a Virada Cultural de 2016 em São Paulo (evento cultural anual de 24 horas),<sup>24</sup> realizada durante o processo de *impeachment* ou golpe, que se tornou um espaço explícito de resistência política, uma espécie de termômetro da pulsão das ruas naquela conjuntura específica, tanto nas apresentações, como nas manifestações do público ali presente.

Figura 2 - Virada Cultural em São Paulo, 2016: protestos durante apresentação do Sarau da Cooperifa e também por parte do público



Fotos: Frúgoli Junior.

pe podem ser acessados em Nascimento e Olivar (2016); sobre o período, ver também Gohn (2017).

<sup>24</sup> Para uma entrevista concedida ao periódico eletrônico Nexojornal sobre a Virada Cultural de 2017, ver <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/20/Como-a-Virada-Cultural-revela-a-cidade-a-seus-habitantes-segundo-este-antrop%C3%B3logo>, Acesso em: 21 jul. 2017.

Mas fechemos essa parte com uma indagação etnográfica: se, do ponto de vista político, tais ações se tornam imprescindíveis, como pesquisar tal tema quando nos tornamos, de certo modo e crescentemente, ativistas? Como desenvolver uma escuta àqueles dos quais podemos discordar significativamente, por diversas razões?

## DESAFIOS PARA UMA PESQUISA ANTROPOLÓGICA SOBRE ATIVISMO URBANO EM SÃO PAULO

Pode-se dizer que outra forma de aproximação significativa com o tema dos ativismos urbanos veio da sala da aula nos últimos anos, ao ministrar disciplinas da graduação. Em diversas ocasiões, fui procurado por discentes interessados em pesquisar o tema, isso quando não eram eles mesmos participantes de algum coletivo. Ao mesmo tempo, tem sido possível constatar o aumento de matérias da mídia sobre o assunto, tanto sobre ações de coletivos em diversos espaços<sup>25</sup> como sobre a intensificação do uso de espaços públicos destinados usualmente apenas a pedestres,<sup>26</sup> sem falar de uma série práticas festivas nas ruas, antes inexistentes ou reduzidas.<sup>27</sup> Pode-se também men-

cionar, sem aprofundamento, o tema referente à recente implantação de ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas em São Paulo, decorrente de reivindicações de longo prazo, num processo que envolve lutas e negociações – em parte ligadas ao cicloativismo, num claro enfrentamento ao modelo de transporte centrado no automóvel – e que, certamente, se insere na temática da utilização ampliada dos espaços públicos.<sup>28</sup> Mesmo o carnaval de rua de São Paulo, prática mais recorrente nos últimos anos (ao contrário da forte tradição em muitas cidades brasileiras) pode também ser, em parte, entendido dentro dessa retomada mais ampla das ruas.<sup>29</sup>

Pode-se dizer, de forma sintética, retomando aqui aspectos da introdução, que diversas ações de coletivos em São Paulo, nos últimos, anos referem-se, sobretudo, aos direitos na vida cotidiana da cidade. Temos, aqui, certa inflexão no enfoque, pois se trata de práticas não apenas relacionadas a protestos, mas também com o propósito de obter mudanças concretas nos usos regulares dos espaços públicos. Várias dessas ações norteiam-se pela crítica a um modelo urbano baseado na primazia do uso do automóvel, o que leva, como já foi dito, à busca de áreas privadas ou avenidas que sejam abertas a pedestres e renomeadas, pontual ou definitivamente, de “parques”. Rei-

<sup>25</sup> Sem exaurir os temas, ver: Rossi, M. “São Paulo quer se apropriar de si mesma”, *El País Brasil*, [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/13/politica/1418479186\\_366653.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/13/politica/1418479186_366653.html), Acesso em: 21 jul. 2017; Wisnik, G. “Largo da Batata: sem desertos na cidade”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 12 abr. 2015, p. 2 (Ilustríssima); *Folha de S. Paulo*. “São Paulo precisa do parque Augusta?”. Lopes, M. A. R. “Não: Augusta periferia”; Pelbart, P. P. “Sim: Laboratório libertário”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 7/3/2015, p. A3; Seta, I.; Azevedo, V. “O papel das minas”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 29 maio e 4 jun. 2016, p. 20-27; Gragnani, J. “Jardineiros da cidade”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 23 jan. 2016, p. B8.

<sup>26</sup> No mesmo espírito da nota anterior, ver: Machado, L. “Áreas sob viadutos terão lojas e oficinas culturais”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 24 set. 2014, p. C5; Moura, D. “Coletivo de poetas e bandas de rua levam jazz à periferia”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 8 out. 2014, p. E8; Monteiro, A. “Minhocão será fechado aos carros todo sábado à tarde”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 6 jul. 2015, <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/07/1652407-minhocao-sera-fechado-aos-carros-todos-os-sabados.shtml>, acesso em 4/8/2016; *Folha de S. Paulo*, “Haddad ignora Promotoria e decide fechar Paulista”. S. Paulo, 16 out. 2015, p. B6.

<sup>27</sup> Ver: Senra, R. “Túnel embaixo da Praça Roosevelt vira pista de dança na madrugada”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 4 fev. 2014, [<sevelt-vira-pista-de-danca-na-madrugada.shtml>, acesso em 4 ago. 2014; Senra, R. “Prefeitura regulariza uso de túnel na Rua Augusta para festas”. \*Folha de S. Paulo\*, S. Paulo, 14 mar. 2014, <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/03/1425618-prefeitura-regulariza-uso-de-tunel-na-rua-augusta-para-festas.shtml>, acesso em 4 ago. 2016 \(sobre o “Buraco da Minhoca”, ver a pesquisa de Braga, 2014\); Martí, S. “Noites sem teto”. \*Folha de S. Paulo\*, S. Paulo, 23 nov. 2014, p. E1.](http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/02/1407371-tunel-debaixo-da-praca-roo-</a></p>
</div>
<div data-bbox=)

<sup>28</sup> Ver, sobre prioridade às ciclovias na gestão Haddad (2013-2016), Alonso et al. (2015) e Fior et al. (2016); para uma reflexão antropológica sobre o uso ampliado da bicicleta, ver Augé (2010).

<sup>29</sup> “Este Carnaval paulistano é uma manifestação sem bandeira. Nem a música nem a dança parecem essenciais; alguns usam fantasias, mas é uma realidade pedestre, em mais de um sentido, o que se encontra” (Coelho, M. “Carnaval à paulistana”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 22 fev. 2017, p. C6); ver também: *Folha de S. Paulo*, “Blocos reúnem 200 mil nas ruas de SP”. S. Paulo, 8 fev. 2015, p. C9; Bonduki, N. “O Carnaval nas ruas de São Paulo”. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 7 fev. 2016, p. A3; Mello, D. “Carnaval de rua em São Paulo confirmou anseio de ocupação dos espaços públicos”. Agência Brasil, 18 fev. 2016, <http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2016-02/crescimento-do-carnaval-de-rua-marca-mudanca-de-comportamento-em-sao-paulo>, Acesso em 21 jul. 2017.



vindica-se mais espaço para bicicletas através de ações do “cicloativismo”, bem como se demanda a promoção de festas, festivais e debates em áreas públicas e a melhoria de determinados espaços públicos.

**Figura 3 - Celebração Hare Krishna no “Parque Minhocão” num domingo de tarde (2016)**



Foto: Frígoli Junior.

Tendo em vista tudo que já foi exposto, e valendo-me da expressão cunhada por Marshall Berman sobre a necessidade incessante de se “ler os sinais nas ruas” (Berman, [1984] 2001, p. 191), trata-se, basicamente, de lançar um olhar etnográfico sobre o tema do ativismo urbano, dada a potencialidade que representa para enfoques renovados e aprofundados sobre a vida cidadina e a dimensão do conflito, inseparável do espaço público.

O enfoque se volta, sobretudo, para os agrupamentos (Herzfeld 2014)<sup>30</sup> que se organizam sob a forma de coletivos, para ações com certa continuidade, em determinados espaços

<sup>30</sup> Sobre as aproximações e os distanciamentos entre os conceitos de grupos e agrupamentos.

públicos da metrópole. Isso leva à circunscrição de diversos aspectos: as principais redes de relação envolvidas – incluindo as articulações entre os agentes de vários coletivos; as concepções de direitos (e de cidade) referenciais; as táticas praticadas para os fins pretendidos; o tipo de intervenção realizada e suas linguagens específicas; o alcance dos usos de tecnologias de comunicação; a trajetória socio-cultural dos principais organizadores; o exame das novas concepções de liderança num contexto de forte horizontalidade, *o que não implica evidentemente uma completa des-hierarquização*; o alcance e os limites das polifonias pretendidas em tais práticas; as complexas relações com o poder público, em suas distintas instâncias e planos decisórios; as articulações de tais práticas com conjunturas políticas mais abrangentes – períodos em que as reivindicações aumentam exponencialmente, com o risco de fragmentações que também as tornam bastante difusas.

A própria expressão ativismo (ou ativista) precisa ser examinada quanto ao seu alcance num plano êmico – e, por conseguinte, com o levantamento de outras autoconstruções identitárias –, o que reforça o exame cuidadoso da heterogeneidade e diversidade constitutivas do contexto em questão. Um aspecto a ser levado em conta diz respeito a um conjunto de ações nas quais haja intervenções regulares nos espaços da cidade, sem que os próprios agentes se entendam, necessariamente, como ativistas.

Um espaço de trocas sobre tais questões tem sido o Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC-USP), que tem incorporado o tema do ativismo urbano, sob a forma de seminários e debates,<sup>31</sup> além de contar com in-

<sup>31</sup> Em 2014, tivemos, na USP, a mesa “Ativismos urbanos do ponto de vista antropológico”, com integrantes do GEAC (com exceção de M. Machini): Daniel Caldeira (PPGAS-USP) abordou sua pesquisa na região do Largo da Batata; Gabriela Leal (PPGAS-USP) apresentou seu projeto “Vozes do Minhocão” – cf. <http://www.apraca.cc/vozes-do-minhoco/> (acesso em 21 jul. 2017); Heloíse Fruchi (Ciências Sociais-USP) discutiu cicloativismo sob uma perspectiva feminista; Mariana Machini (ligada ao Núcleo de Antropologia Urbana, NAU, PPGAS-USP) apresentou sua pesquisa sobre as hortas urbanas em São Paulo; Maurício Alcântara (Ciências Sociais, USP, ex-orientando de iniciação científica) relatou sua investigação sobre a confluência de ativis-

tegrantes que se dedicam, direta ou indiretamente, à investigação sobre o tema. Em dois eventos de 2016, foi possível introduzir e aprofundar questões aqui delineadas.<sup>32</sup>

No primeiro deles, contamos com a participação<sup>33</sup> de uma integrante do Movimento Ocupar Estelita (MOE), do Recife, que constitui, há anos, uma referência incontornável no campo do ativismo urbano, seja pela luta contra a construção de diversas torres residenciais numa importante área pública, o que levaria à privatização do Cais Estelita, seja por aglutinar, por meio da ocupação do espaço e das atividades culturais ali articuladas, uma confluência expressiva de agentes, em diálogo com diversos tópicos até aqui trabalhados.<sup>34</sup> Nessa ocasião, Larissa K. Montanhas, de 19 anos, afirmou, dentre outros aspectos, que o movimento tornara possível sua autoidentificação como mulher negra e pobre, tornando-se uma pessoa na sociedade, com direitos e planos profissionais. Ligada ao conjunto mais recente de ativistas do MOE, também frisou a crítica ao alcance dos partidos: “Quem é do PT não é do Estelita; nem de outros partidos”. São aspectos surpreendentes, na medida em que esperávamos que o MOE designasse alguém ligado mais diretamente às questões urbanas envolvidas, embora se deva reconhecer o desgaste dos alinhamentos com o PT e com a questão partidária mais ampla nos últimos anos.

Num debate com ativistas em outro evento já citado, novas falas deram profundidade aos temas até aqui tratados. Foi o caso de

mos no Centro Cultural São Paulo; por fim, houve comentários de Bianca Chizzolini (ex-orientanda de mestrado).

<sup>32</sup> Refiro-me ao já citado evento “Ativismos e cidade: diálogos entre coletivos e universidade” (set./2016), numa parceria com o CPF-SESC-SP, e ao Curso de Atualização da USP intitulado “Antropologia da cidade: activismos, táticas, insurgências” (set./ dez. 2016).

<sup>33</sup> Designada pelo próprio movimento.

<sup>34</sup> Como consta na página Movimento#OcupeEstelita, “Desejamos uma cidade mais inclusiva, que respeite pedestres, ciclistas, usuáris de transporte público, ambulantes, pessoas sem-teto, quem sofreu remoção pela Copa 2014, morador@s de áreas de baixa renda, mulheres, homens, LGBTs e dissidentes, crianças, adolescentes, e outros grupos sociais estigmatizados na sociedade” (ver [https://www.facebook.com/pg/MovimentoOcupeEstelita/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/MovimentoOcupeEstelita/about/?ref=page_internal), Acesso em: 18 jul. 2017).

Marcio Black, cientista político, produtor cultural e integrante do Coletivo Sistema Negro.<sup>35</sup> Nascido numa favela de Osasco (SP), graduou-se em Ciências Sociais na PUC-SP e depois concluiu o mestrado. Durante essa trajetória, veio a elaborar as especificidades de sua condição de negro e de classe média, e parte dessas elaborações se relacionam com sua atividade de organização de festas de rua,<sup>36</sup> em que aprendeu a se relacionar com uma série de agentes – representantes do poder público, residentes, moradores de rua, ambulantes – que tornam a rua um espaço *de* e *em* disputa. Mais recentemente, veio a participar, durante a gestão Haddad, da organização de eventos públicos de massa, como a “Virada Cultural”, ou o carnaval de rua, encarados por ele como uma tarefa política e estratégica de grande complexidade, dada a necessidade de mediação de múltiplos interesses em conflito.

Sinteticamente, sua fala complexifica uma questão recorrente nos debates sobre activismos em São Paulo, que, em geral, opõe ações em áreas mais centrais e equipadas por parte de coletivos de classe média, com formação universitária, que, conscientemente ou não, promoveriam uma espécie de “gentrificação” dos espaços públicos, enquanto que, nas áreas mais periféricas, tratar-se-ia de lutar por direitos ligados principalmente à vulnerabilidade de classe ou à identidade étnica.<sup>37</sup>

Para encerrar essa parte, relativa a falas que inspiram novas problematizações, pode-se

<sup>35</sup> Para mais detalhes, ver: <https://pt-br.facebook.com/sistemanegrodesom011/>. Acesso em: 18 jul. 2017.

<sup>36</sup> Envolvido com tal atividade desde 2008, ele acompanhou inclusive a mudança no léxico, da festa à ocupação.

<sup>37</sup> De fato, a primeira parte de um evento de 2015 – “Ativismos na cidade, fricções entre o público e o privado”, organizado por Guilherme Wisnik e Tiago Carrapatoso no Centro Universitário Maria Antônia – abriu a palavra apenas para a plateia, com uma perspectiva dialógica polifônica que revelou um conjunto heterogêneo de interesses, agendas e questões; apesar da abrangência do dissenso entre os participantes, ligado, em boa parte, à própria disputa pela legitimidade das práticas, ressaltou-se certa polaridade entre agrupamentos envolvidos com urbanismo ou estética, voltados ao uso cotidiano de espaços públicos (mais escolarizados e ligados às classes médias) e aqueles oriundos de áreas periféricas, mais vulneráveis e orientados para questões raciais ou de gênero (aspecto ressaltado por Wisnik, Folha de S. Paulo, p. 4-5, 15 nov. 2015).

também mencionar, ainda no mesmo evento, a fala de Talita Noguchi, cuja trajetória pessoal levou-a do ciclismo (prática cotidiana de mais de uma década) ao cicloativismo feminista; ela ressaltou, com relação à necessidade de expansão das ciclovias paulistanas, tanto o cuidado de se evitarem práticas higienistas, que desalojem a população de rua, quanto a necessidade da proteção e segurança de ciclistas mulheres ou transgêneros. Nesse sentido, além da infraestrutura, seria importante uma reforma estrutural do próprio patriarcado. Outro dado significativo é que ela é uma das sócias do *Las Magrelas*,<sup>38</sup> mistura de bar e bicicletaria, empreendimento que envolve ativismo e co-working,<sup>39</sup> com a realização de palestras, *workshops* e oficinas, o que complexifica certa relação dada entre ativismo e anticapitalismo, já que, mesmo num formato peculiar, tal iniciativa constituiria uma espécie de empreendimento.<sup>40</sup>

Na direção da conclusão deste artigo, outro desafio etnográfico diz respeito às variações conjunturais pelas quais os contextos analisados podem passar, quanto aos papéis desempenhados pelas gestões municipais. No caso paulistano, isso pode ser claramente exemplificado por certo contraste entre as gestões de Fernando Haddad (PT, 2013-2016) e João Doria Jr. (PSDB, 2017 em diante).

Numa comparação esquemática e enxuta, a primeira poderia ser caracterizada por priorizar a mobilidade urbana, o transporte público e a criação de ciclovias, bem como a criação de um programa para usuários de *crack*, com base na redução de danos. Embora Haddad tenha tido conflitos com as manifestantes das jornadas de junho – para ele, elas estiveram mais relacionadas com demandas da

direita do que com as de esquerda –, houve, posteriormente, atendimento de reivindicações políticas de vários coletivos de ativistas (Alonso *et al.*, 2015; Fior *et al.*, 2016). Já quanto ao atual prefeito, pode-se sublinhar a ênfase em si mesmo como um administrador (ao invés de político); sua prioridade se volta para o setor privado e a conseqüente busca de privatização de estádios, parques, bibliotecas e até mesmo de cemitérios públicos. Mantém um conflito explícito com vários coletivos, como aqueles ligados ao grafite, cujas obras sofreram diversos apagamentos, além da criminalização de praticantes<sup>41</sup> e de uma série de ações públicas marcadas pela espetacularização. Pode-se reconhecer que as conjunturas (não apenas locais, mas nacionais) de ambos os períodos apontam para configurações muito distintas quanto aos impactos nos contextos pesquisáveis.

Como já foi dito, um dos principais desafios dessa pesquisa passa pela articulação entre a necessidade de uma leitura muito precisa de nossa situação política – assinalada por uma crise sem precedentes e uma sistemática perda de direitos – e de engajamentos, o que, praticamente, interpela cada um de nós como potenciais ativistas.

Num momento em que na própria universidade somos chamados a múltiplas frentes de ação, não custa lembrar, com base em Daniel Cefaï (2010), que a própria etnografia – seja com agentes vulneráveis, seja com aqueles que enfrentam opressões – acarreta experiências impactantes, que podem inspirar novas soluções para problemas de ordem ética e política, sem falar que isso leva potencialmente à transformação de nós mesmos. Estamos, portanto, falando de um engajamento que não pode faltar: o engajamento etnográfico.

Recebido para publicação em 17 de outubro de 2017  
Aceito em 26 de novembro de 2017

<sup>38</sup> Ver detalhes em <http://projetodraft.com/las-magrelas/> e <http://canela.cc/talita-noguchi-las-magrelas/> (Acesso em: 21 jul. 2017).

<sup>39</sup> Perspectiva que envolveria maior autonomia profissional e maior inserção em redes, o que não será aqui objeto de problematização.

<sup>40</sup> Tema a ser aprofundado nas sendas do doutorado de Gleicy M. da Silva (2017), que aborda o empreendedorismo produzido por jovens negros no âmbito da Feira Preta de São Paulo, assinalada por cruzamentos entre lazer, celebração, consumo e engajamento.

<sup>41</sup> Aspectos que vêm sendo levantados pela pesquisa de mestrado em andamento de Gabriela Leal (PPGAS-USP).

## REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. "Onde se inventa a cidade do amanhã? Deslocamentos, margens e dinâmicas das fronteiras urbanas". In: GLEDHILL, John; HITA, Maria G.; PERELMAN, Mariano (Orgs.). *Disputas em torno do espaço urbano: processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade*. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 411-426.
- ALONSO, Angela. "A política das ruas". *Novos Estudos Cebrap Especial*, São Paulo, p. 49-58, jun. 2017. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/wp-content/uploads/2017/06/A-POL%C3%8DTICA-DAS-RUAS-PRÓTESTOS-EM-S%C3%83O-PAULO-DE-DILMA-A-TEMER-Angela-Alonso.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- \_\_\_\_\_. et al. "Novos Estudos Cebrap entrevista Fernando Haddad". *Novos Estudos*, São Paulo, n. 103, p. 11-31, nov.2015.
- ARANTES, Antônio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.
- ARLEY, Patrick; RICCI, Rudá. *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*. Belo Horizonte: Letramento, 2014.
- AUGÉ, Marc. *Éloge de la bicyclette*. Paris: Éd. Payot & Rivages, 2010.
- BENTO, Berenice. *Estrangeira: uma paraíba em Nova Iorque*. São Paulo: Annablume, 2016.
- BERMAN, Marshall. "Os sinais nas ruas" [1984]. In: \_\_\_\_\_. *Aventuras no marxismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 172-191.
- BRAGA, Gibran T. "'Na rua não se paga entrada': estilo, sexualidade e política em baladas de rua". In: 38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, out./2014. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/spg-1/spg20-1/9311-na-rua-nao-se-paga-entrada-estilo-sexualidade-e-politica-em-baladas-de-rua/file>. Acesso em: 1º jul. 2017.
- CARDOSO, Ruth. "Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método". 1 ed. [1986]. In: CALDEIRA, Teresa P. R. (Org.) *Ruth Cardoso: obra reunida*. São Paulo: Mameluco, 2011. p. 210-220.
- CARRAPATOSO, Thiago. "A um passo da cidadania". *Contraste*, São Paulo, n. 4, p. 22-33, mar./2016.
- CAVA, Bruno. *A multidão foi ao deserto*. São Paulo: Annablume, 2014.
- CEFAÏ, Daniel. "L'engagement ethnographique (Introduction)". In: \_\_\_\_\_. (Ed.). *L'engagement ethnographique*. Paris: Éd. EHESS, 2010. p. 7-21.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. [1994]. Petrópolis: Vozes, 2012.
- DAMO, Arlei S.; OLIVEN, Ruben G. "A rebeldia festiva". In: \_\_\_\_\_. *Megaeventos esportivos no Brasil*. Campinas: Armazém do Ipê, 2014. p. 163-185.
- DURHAM, Eunice R. "A pesquisa antropológica com populações urbanas" [1986]. In: THOMAZ, Omar R. (Org.) *Eunice R. Durham. A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 357-376.
- DI GIOVANNI, Julia R. "Artes de abrir espaço. Apontamentos para a análise de práticas em trânsito entre arte e ativismo". *Cadernos de Arte e Antropologia*, Salvador, v. 4, n. 2, p. 13-27, 2015a. Disponível em: <https://cadernosaa.revues.org/911>. Acesso em: 1/12/2016
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do outro mundo: o fórum social mundial em Porto Alegre*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2015b.
- DUPUIS-DÉRI, Francis. *Black Blocs*. [2007]. São Paulo: Veneta, 2014.
- ECKERT, Cornelia. "Cidade e política: nas trilhas de uma antropologia da e na cidade no Brasil". In: MARTINS, Carlos B.; DUARTE, Luis F. D. (Orgs.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 155-196.
- FAUSTO, Boris. "Jornadas de junho". In: \_\_\_\_\_. *O brilho do bronze*. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 173-180.
- FIOR, Ana C. et al. "Entrevista com Fernando Haddad". *Contraste*, São Paulo, n. 4, p. 132-154, mar./2016.
- FREHSE, Fraya. "Usos da rua". In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério P. (Orgs.) *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 151-170.
- FRÚGOLI JUNIOR, H. "A cidade no diálogo entre disciplinas". In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério P. (Orgs.) *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 53-67.
- \_\_\_\_\_. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- GOHN, Maria da G. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e nas praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez, 2017.
- GUERRA, Abílio. "Parque Augusta: razão e destempero". *Minha cidade (Vitruvius)*, São Paulo, ano 15, maio 2015. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/15.178/5500>. Acesso em: 15 maio 2015.
- HAMBURGER, Esther. "Saímos do Facebook?" In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JUNIOR, Heitor (Orgs.) *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: Ed. 34/Fapesp, 2016. p. 293-319.
- HARVEY, David. "O direito à cidade". *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: [www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf](http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf). Acesso em: 1º maio 2013.
- HERZFELD, Michael. "Fronteiras/nódulos/agrupamentos". In: \_\_\_\_\_. *Antropologia: prática teórica na cultura e na sociedade*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 172-193.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. [1961]. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- JOSEPH, Isaac. "A respeito do bom uso da Escola de Chicago". [1998]. In: VALLADARES, Lúcia P. (Org.) *A Escola de Chicago: impactos de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. UFMG/IUPERJ, 2005. p. 91-128.
- JUDENSNAIDER, Elena et al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.
- KANIGEL, Robert. *Eyes in the street: the life of Jane Jacobs*. New York: Alfred A. Knopf, 2016.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- MAGNANI, José G. C. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun./2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf>. Acesso em: 01 maio 2013.
- \_\_\_\_\_. "Etnografia urbana". In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério P. (Orgs.) *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 101-133.
- MESQUITA, André L. *Insurgências poéticas: arte ativista e ação coletiva (1990-2000)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da USP.
- MUHALE, Miguel J. *Lutar, criar poder popular: uma perspectiva etnográfica do bloco de lutas pelo transporte*

- público em Porto Alegre/RS. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS.
- NASCIMENTO, Silvana; OLIVAR, José M. (Orgs.) "Dossiê 'Narrativas urbanas em tempos perturbadores: uma introdução'". *Ponto Urbe*, São Paulo, n. 18, 2016. Disponível em: <https://pontourbe.revues.org/3131>. Acesso em: 1º mar. 2017.
- NOVAES, Regina; ALVIM, Rosilene. "Movimentos, redes e novos coletivos juvenis". In: LOPES, José S. L.; HEREDIA, Beatriz (Orgs.) *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação*. Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Altos Estudos, 2014. p. 269-301.
- ORTNER, Sherry B. "Dark Anthropology and its others. Theory since the eighties". *HAU: journal of ethnographic theory*, Chicago, v. 6, n. 1, p. 47-73, 2016. Disponível em: <https://www.haujournal.org/index.php/hau/article/view/hau6.1.004/2239> Acesso em: 1º jul. 2017.
- PATERNIANI, Stella Z. "Quem não luta, tá morto: política e vida no centro da cidade". In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JUNIOR, Heitor (Orgs.) *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: Ed. 34/Fapesp, 2016. p. 321-347.
- PAQUOT, Thierry. *L'espace public*. Paris: Ed. La Découverte, 2009.
- RAPOSO, Paulo. "Festa e performance em espaço público: tomar a rua!". *Ilha*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 89-114, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2014v16n2p89/33458>. Acesso em: 15 maio 2015.
- ROLNIK, Raquel. "Ocupe Estelita e o novo ativismo". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 abr. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/raquelrolnik/2015/04/1618763-ocupe-estelita-e-o-novo-ativismo.shtml>. Acesso em: 6 maio 2016.
- \_\_\_\_\_. *et al. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior/Tinta Vermelha, 2014.
- SARAIWA, Leila. *Não leve flores: crônicas etnográficas junto ao Movimento Passe Livre-DF*. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB.
- SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.
- SILVA, Gleicy M. *Empreendimentos sociais, negócios culturais: uma etnografia das relações entre economia e política a partir da Feira Preta em São Paulo*. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP.
- SIMMEL, Georg. "As grandes cidades e a vida do espírito" [1903]. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, out./2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v11n2/27459.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2007
- SOBRAL, Laura. "Primavera paulistana". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 ago. 2015. p. E5.
- SOLANO, Esther; MANSO, Bruno P. *A verdadeira história da tática Black Bloc*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.
- VERGARA, Camile. "Corpo transgressão: a violência traduzida nas performances do Coletivo Coiote, Bloco Livre Reciclato e Black Blocs". *Cadernos de Arte e Antropologia*, Salvador, v. 4, n. 2, p. 105-123, 2015. Disponível em: <https://cadernosaa.revues.org/970>. Acesso em: 3 abril 2016.
- VELHO, Gilberto. "Os mundos de Copacabana". In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 11-23.
- WISNIK, Guilherme. "A cidade apropriada: o ativismo urbano e o valor de uso do espaço público". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 nov. 2015. p. 4-5.

## URBAN ACTIVISM IN SÃO PAULO

*Hector Frúgoli Jr.*

This paper presents a summary of the diverse occupations of public spaces in São Paulo, especially those in which activists (or similar) have been fighting for the expansion of rights to the city and its public facilities. These occupations are carried out by networks of collectives comprising students, artists, architects, associations and many other agents. A focus has been adopted on the understanding of a certain genealogy of these phenomena – of which the days of June 2013 represent an indispensable reference – as well as on the identification of the main ethnographic challenges to the anthropological approach.

KEYWORDS: Ethnography. Anthropology of the city. Activism. Spatial practices.

## ACTIVISMES URBAINS À SAO PAULO

*Heitor Frúgoli Jr.*

Cet article présente un bilan des occupations plurielles dans les espaces publics de São Paulo, surtout de ceux où les militants (ou apparentés) se sont battus pour l'expansion des droits à la ville et à ses équipements publics. Ce genre d'occupations se fait par des réseaux de collectifs comprenant des étudiants, des artistes, des architectes, des associations et divers autres agents. L'accent est mis sur la compréhension d'une certaine généalogie de tels phénomènes – où les journées de Juin 2013 sont une référence indispensable – ainsi que sur l'identification des principaux défis ethnographiques pour une approche anthropologique.

MOTS-CLÉS: Ethnographie. Anthropologie de la ville. Activismes. Pratiques spatiales.

# DISPUTAS EN TORNO AL USO DEL ESPACIO PÚBLICO EN BUENOS AIRES

## DISPUTAS SOBRE O USO DO ESPAÇO PÚBLICO EM BUENOS AIRES

Mariano D. Perelman\*

En este trabajo, me interesa centrar en la producción y pugna en torno a la ilegalidad de vendedores ambulantes y recolectores informales de basura. Abordar las actividades a partir de los ilegalismos, y ellos en relación a la desigualdad social, permite comprender los modos en que los sujetos legítimos se construyen en el espacio público. Ello permite repensar los procesos de legalidad o ilegalidad como algo dado, mostrando los juegos de poder existentes alrededor de actividades, pero sobre todo de sujetos legítimos. También permite comprender el entramado de relaciones sociales que no pueden entenderse como formas legales o ilegales estáticas. Atender a las dinámicas y a las acciones, el modo en que son presentadas, justificadas, nos da pistas sobre el modo en que ciertas actividades y ciertos grupos sociales luchan por el uso del espacio público y por acceder a la reproducción social en un sentido amplio, como formas dignas y legítimas de ganarse la vida.

**PALABRAS CLAVES:** Buenos Aires. Recolectores de residuos. Venta ambulante. Ilegalismos. Disputas urbanas.

Neste trabalho, meu interesse é focalizar a produção e a luta em torno da ilegalidade de vendedores ambulantes e coletores informais de lixo. Abordar as atividades a partir das ilegalidades e tais ilegalidades em relação à desigualdade social permite compreender o modo como os sujeitos legítimos se constroem no espaço público. Isso permite repensar os processos de legalidade ou ilegalidade como algo dado, mostrando os jogos de poder existentes em torno de atividades, mas, sobretudo, de sujeitos legítimos. Também permite compreender a teia de relações sociais que não podem ser entendidas como formais legais ou ilegais estáticas. Atender às dinâmicas e às ações, o modo como são apresentadas nos dá pistas sobre o modo como certas atividades e certos grupos sociais lutam pelo uso do espaço público e para ter acesso à reprodução em sentido amplo, com formas dignas e legítimas de ganhar a vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Buenos Aires. Colectores de resíduos. Venda ambulante. Ilegalidades. Disputas urbanas.

### INTRODUCCIÓN

El espacio público es, para grandes sectores de la población, un componente central de la reproducción de la vida. En un mismo espacio, no todas las personas ni todas las actividades tienen la misma aceptación. Más aún, no todo trabajo callejero – por llamar de forma genérica a los modos de ganarse la vida en la que el uso del espacio público es central – suele visibilizarse socialmente como tal. Antes bien, existen pugnas por el uso del espacio público, que pueden incluir desde el transitar al habitar.

En otros trabajos me he centrado en la producción de la desigualdad a partir de las temporalidades espaciales (Perelman, 2017) y de los modos en que los espacios morales contribuyen a diferentes formas de estar en la ciudad (Perelman, 2011a). En este trabajo, me

interesa centrar en la producción y pugna en torno a la ilegalidad de vendedores ambulantes y recolectores informales de residuos.<sup>1</sup>

Renoldi (2015, p. 419-420), retomando a Foucault, refiere a ilegalismos para dar cuenta de

la combinación de acciones, objetos y decisiones que permiten esquivar el orden punitivo a partir de estrategias que no necesariamente están por fuera del dominio de los instrumentos legales. Pero, forzando un poco esta primera idea, podemos pensar los ilegalismos como las prácticas que crean cierta autonomía en la tirantez explícita con los bienes jurídicos tutelados por la ley.

Los ilegalismos, continúa, “disputan diferentes órdenes, que pueden no responder a los modelos defendidos por el Estado de derecho y, sin embargo, se sostienen en las tramas de la administración estatal, aunque no siempre exista la conciencia de que tales prác-

<sup>1</sup> En Brasil, se los conoce como *catadores de lixo*. La actividad de recolección ha recibido diferentes nombres en Buenos Aires: cirujeo, cartoneros urbanos, recuperadores de residuos. Si bien no concuerdo con la diferenciación entre formal e informal, utilizaré esta categoría para diferenciarlos de los empleados de las empresas contratadas para realizar la recolección de residuos.

\* Universidad de Buenos Aires (UBA). Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Instituto Gino Germani. Uruburu 950, 6° piso of. 16. (1114). Buenos Aires – Argentina. mdperelman@conicet.gov.ar

ticas son punibles (pues pasan como favores, cuando alguien que debería reprimir facilita ciertas iniciativas, o simplemente como emprendimientos rentables)” (Renoldi, 2015, p. 419-420). De esta forma, pensar en términos de ilegalismos para estos casos permite comprender el modo en que se regulan formas de vivir y de hacer uso de la ciudad. Centrarse en las relaciones entre lo legal y lo ilegal permite comprender una parte importante- aunque no toda - del modo en que se regulan estas actividades.

Los ilegalismos pueden producir inseguridad en los modos de ganarse la vida. Telles (2012, p. 29) ha marcado “essa ampla circulação de bens, produtos e populações que transitam nesses mercados depende, em grande medida, dos agenciamentos políticos que se fazem justamente nas dobras do legal-ilegal, formal-informal” y que no pueden comprenderse sin tener en cuenta los juegos de poder. Todo ello nos habla de

um mundo urbano alterado e redefinido por formas contemporâneas de produção e circulação de riquezas, que ativam os circuitos da chamada economia informal, que mobilizam as várias figuras do trabalho precário e se processam nas fronteiras incertas do formal e informal, legal e ilegal, também o ilícito (Telles, 2012, p. 27).

Si bien existen diferentes combinaciones de “legalidades e ilegalidades”, no todas las actividades suelen ser apreciadas a uno de los dos polos imaginarios. Digo apreciadas porque existen diferentes formas de construir lo ilegal o, su reverso, lo legal. Ello está basado no sólo en fundamentos legales. Los argumentos morales y (o) políticos son piezas claves en la construcción de estas formas de vida precarias.

Así, no todo el uso del espacio público está sujeto a cuestionamiento. Ahora bien, para un gran grupo de personas los (intentos de) negación de formas de ganarse la vida en el espacio público operan de diversas maneras. Más aún, algunas formas de estar, de vivir, de acceder a la reproducción social son ilegalizadas por las prácticas policiales y de otros actores, como lo demuestra Pita (2012b) para

el caso de los vendedores ambulantes senegaleses en Buenos Aires. A la inversa, el uso del espacio público ilegal – como el que realizan cientos de comercios en la ciudad para promocionar productos, estacionar vehículos, instalar mesas, etc. – puede pasar desapercibido.

Cuando las relaciones se establecen como formas rituales de interacción (Cefaï, 2011; Feltran, 2016; Goffman, 1970; Perelman, 2010), las negociaciones se realizan de forma cotidiana. Pero, al mismo tiempo, plantean una forma específica de relación que contribuye a la inseguridad social de las personas. La inseguridad puede pensarse como una forma de gobierno, y también como un modo de diferenciar prácticas económicas (de L’Estoile, 2017). Algunas prácticas económicas – aun siendo “ilegales” – son permitidas. Otras prácticas económicas – aun siendo legales – son perseguidas. Las prácticas que no son vistas como tal generan inseguridad social en tanto son (o pueden ser) perseguidas.

Así, los ilegalismos generan y mantienen relaciones sociales específicas que, en algunos casos, producen una legalidad precaria (Pires, 2017). También producen fuertes relaciones de afinidad entre esas mismas personas. Los ilegalismos contribuyen a la apropiación desigual de bienes (Reygadas, 2008). Esto me lleva a no partir de una diferenciación tajante entre prácticas legales e ilegales. O prefijar actores, unos actuando dentro de la legalidad y otros fuera de ella. Me parece más fructífero, en todo caso, mostrar los usos del derecho en un sentido amplio. Ello posibilita mostrar la hechura de la producción de ilegalidades como campo de disputa en el que las relaciones sociales construyen – argumentativamente y prácticamente – a los sujetos en ilegales.

El discurso y la construcción de la legalidad aparecen como un argumento moral central en los modos de usar la ciudad y de las prácticas de obtención de dinero. Ellos, como ha desarrollado Telles (2012), es necesario analizarlo en el marco de un juego de poder.

Una mirada que cruce la desigualdad,



los ilegalismos y las prácticas económicas (entendiendo los procesos de trabajo como parte de ellas) contribuirá a comprender los procesos de complejos de diferenciación social y desigualdad urbana en la actualidad.

Resulta difícil cuantificar la cantidad de personas que se ganan la vida vendiendo en el espacio público o recolectando residuos. Como han notado los investigadores que se dedican al tema, el crecimiento de ambas tareas ha sido notable. Ello ha sido producto de diferentes procesos. Las actividades requieren un importante grado de conocimiento y de relaciones entre los actores, así como la realización de las tareas implica elecciones y evaluaciones morales encargadas en marcos de experiencia, expectativas y formas de ver el mundo (de L'Estoile, 2014; Narotzky, Besnier, 2014; Perelman, 2011a). No es “entrar y salir” como, en algunos casos, suele decirse. Como desarrollaré, los ilegalismos son formas de relaciones sociales. Son ellas producto de disputas y negociaciones cotidianas constituidas en argumentos morales. En el apartado siguiente, referiré a la recolección informal de residuos para luego centrarme en la venta ambulante.

## RECOLECCIÓN INFORMAL EN BUENOS AIRES

El crecimiento de la recolección informal de residuos comenzó con la crisis de trabajo, crecimiento de la pobreza y el aumento del precio de los materiales reutilizables a comienzos de siglo XXI. La presencia de personas dedicadas a la recolección informal se hizo evidente con la crisis de 2001 o, para ser más preciso, con los resultados de la aplicación de políticas neoliberales a partir de la última dictadura cívico-militar (1976-1983) y desarrolladas durante la década de 1990 con los gobiernos de Menem (1989-1999) y de De la Rúa (1999-2001). A ello debe agregarse la política de residuos implementada en la ciudad, que contribuyó y posibilitó la recolección informal

de forma masiva (Paiva; Perelman, 2008).

El actual modo de recolección tiene su origen en 1977, cuando la dictadura cívico-militar cambió el sistema de incineración domiciliar y de depósito en basurales a cielo abierto (conocidos como “las Quemadas”) por el de enterramientos en rellenos sanitarios. A partir de entonces, la recolección formal se ha realizado – con ciertas modulaciones como la aparición de contenedores en la vía pública – “puerta a puerta”, de domingo a viernes, en el horario nocturno. Esto implicó una radical transformación de los comportamientos en el mercado informal de residuos. Hasta los tiempos de La Quema y la incineración, la basura debía buscarse en los márgenes de la ciudad. En la actualidad, en cambio, es en los barrios céntricos donde se recolecta. Más aún, es en los barrios con mayor densidad de población de clase media y alta en donde las basuras son “de mejor calidad” y más abundantes, provocando una mayor presencia de cartoneros.

La nueva localización de los residuos implicó el florecimiento de una serie de establecimientos de compra y venta apostados en lugares estratégicos, como las adyacencias de las estaciones de ferrocarriles (medio de transporte utilizado por una gran cantidad de cirujas para trasladarse desde sus hogares en el conurbano bonaerense y los barrios céntricos de la ciudad). Asimismo, promovió la generación de relaciones con los vecinos. Es innegable que, dentro del circuito de la recolección de materiales recuperables, los objetos y las personas cruzan las fronteras de lo legal y lo ilegal de diferentes formas. Y también pasan por diferentes regímenes de legitimidad. Los cartoneros venden lo recolectado a los depósitos que, a su vez, venden a otros comercios, hasta que el producto llegue a fábricas que los reutilizan. En este proceso, “las cosas” pasan de la recolección informal, luego son vendidas sin pagar impuestos (otras son cosas robadas), hasta llegar a la industria que produce bienes que son reintroducidos en el mercado formal. Se trata de diferentes tipos de informalidades e

ilegalidades. La permisibilidad en los circuitos (y de los circuitos) depende de los juegos de poder. Este transitar por las calles en busca de residuos ha generado tanto “tolerancia” como conflictos entre vecinos y cartoneros a los que referiré más adelante.

Volviendo al comienzo del trabajo de campo en 2002, la actividad estaba prohibida. Entre varios cambios en el sistema de recolección, una ordenanza de 1977 declaraba que, una vez puestos en las veredas, los residuos eran propiedad de la empresa recolectora.

Tanto fue así que el actual presidente de la Nación, Mauricio Macri, y por entonces candidato a Jefe de Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, declaró, en 2002, que a los cartoneros había que llevárselos presos por estar robando la basura.<sup>2</sup> La ilegalidad de la recolección informal era esgrimida por el entonces candidato como un argumento legal. Durante ese mismo año, el legislador porteño Eduardo Valdés pidió la declaración de inconstitucionalidad de la ordenanza bajo argumentos en torno a que se estaba negando el derecho al trabajo. Según el legislador, en un contexto de crisis, los cartoneros no salían a robar, sino a “crear trabajo”. Aquí, el argumento era tanto legal como moral. Según el legislador, las ordenanzas 33581 y 39874 vedaban “a los recolectores informales, conocidos socialmente como cartoneros, valerse del material recuperable de las bolsas de basura susceptible de ser reciclada, como fuente importante de ingresos para este sector excluido del sistema formal de trabajo” (Audiencia, 2002) y colisionarían con el derecho a trabajar (art.14 y 14 bis, CN, art. 6 del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales, art. 23 de la Declaración Universal de Derechos Humanos, art. 14 de la Declaración Americana de los Derechos y Deberes del Hombre y arts. 17 y 43 de la CCBA).<sup>3</sup>

El Fiscal General de la ciudad, en la audiencia en contra de este argumento, esgrimía uno moral: la prohibición del *cirujeo*<sup>4</sup> no podía ir en contra del derecho constitucional al trabajo simplemente porque, para el fiscal, el *cirujeo* no era un trabajo. (Ver Perelman (2011a).

Las repercusiones del argumento legal de Macri generaron fuertes reacciones de diferentes actores. Si bien no existió un consenso general sobre la “legalidad” de la actividad, se cuestionó fuertemente la idea de que los cartoneros no robaban basura: ¿Quién podía “robar” algo que no tenía (supuestamente) valor y que era desechado? El argumento sobre el trabajo de los cartoneros, en cambio, fue puesto en el centro de la escena, no como un argumento legal, sino como uno moral: no toda actividad era digna de ser hecha para ganarse la vida. No cualquier tarea podía ser llamada trabajo. Simultáneamente, la “ilegalidad” de los cartoneros fue construida tanto por la policía como por un importante número de *vecinos* de los barrios en los que recolectaban.

Uno de los primeros espacios institucionales en los que hice trabajo de campo durante 2002 y 2003 fue la Mesa de Diálogo en la Secretaría de Medio Ambiente de la ciudad. Ella funcionaba como un espacio articulador entre los referentes de grupos cartoneros y el Gobierno de la ciudad. Uno de los problemas principales que surgía semanalmente era las dificultades que tenían para recolectar: “Sólo queremos que nos dejen trabajar en paz”, solía yo escuchar.

El dejar trabajar en paz era diferente según los grupos. Los carreros – las personas que se dedicaban a la recolección en carretas tiradas por carros a caballo – reclamaban que los dejen circular en paz. La tracción a sangre<sup>5</sup> estaba prohibida en la ciudad y, cuando no les negaban la entrada a la ciudad – cuestión rela-

<sup>2</sup> “A los recolectores informales de basura los vamos a sacar de la calle”, La Nación 27 de agosto de 2002 Reportaje a Mauricio Macri. (Rey, 2002).

<sup>3</sup> La audiencia pública se desarrolló el 11 de noviembre de 2002. Ver expediente n° 1542/02 “Valdés Eduardo Félix c/ GCBA s/ acción declarativa de inconstitucionalidad”.

<sup>4</sup> Durante varias décadas, se conocía como *cirujeo* a la actividad de recolectar informalmente residuos de la basura. Luego de la crisis de 2001, se fueron generalizando otras formas de nominar la tarea, en especial como cartonero.

<sup>5</sup> La tracción a sangre refiere a los vehículos sin motor, diferentes a la bicicleta, en los que se incluye a los carros tirados por caballos.

tivamente sencilla de controlar en la zona sur, donde la ciudad está dividida de la provincia por un río – muchos recolectores eran detenidos e incluso los caballos confiscados. Esto fue particularmente problemático para los carreros –cartoneros que realizaban su actividad con carros tirados por caballos – que venían desarrollando la actividad desde hacía varios años, o incluso décadas, sin persecuciones. Si hasta ese entonces un modo de circular prohibido era permitido, la masividad de cartoneros en la ciudad hizo que los carreros empiecen a ser perseguidos. Con la masificación, se modificó la estabilidad de las relaciones en la recolección en su conjunto.

Para los cartoneros que recolectaban a pie, en cambio, existía otra construcción de ilegalidad. Si bien – como dije – la recolección de residuos en las aceras estaba prohibida, la mayor parte de las detenciones no referían a ello, sino a la aplicación de figuras de los edictos policiales como las de vagancia o merodeo (que refiere a la actividad caminar por las inmediaciones de algún lugar con el supuesto fin de robar algo). Podría resultar extraña la apelación a esas figuras laxas. Lo que me llamaba la atención era que los edictos policiales habían sido derogados en 1998. En la ciudad de Buenos Aires, hasta su derogación en 1996, los edictos policiales fueron una serie de figuras que describían con escasa precisión y castigaban con rigor tanto el desorden moral o político (Tiscornia, 2008).<sup>6</sup> Es, entonces, el derecho

<sup>6</sup> Los edictos eran atribuciones de los jefes de policía (lo que daba cierta autonomía – avalada por el poder legislativo y judicial – a la política). La construcción de la peligrosidad a partir del análisis del poder de policía es importante en tanto, como dice Tiscornia (2008), “el poder de policía, hijo de la ilustración y del estado moderno – como bien lo señalara Foucault (1990) – es una forma de racionalidad, cuyo proceso de expansión en el campo social se imbrica en relaciones de poder locales, reconocibles en cada estado, nación o provincia, y en sus historias particulares. Como racionalidad, trasciende la institución policía, pero, al mismo tiempo, se encarna en ella, en sus prácticas, reglamentos e ideología. Así, en Argentina, los sistemas contravencionales – provinciales y federal – y las figuras afines, han concurrido en la creación progresiva de una especie particular de ‘derecho de policía’. En su origen, este poder administrativo coactivo es una técnica de gobierno. Como tal, prefiere, antes que el uso de la fuerza explícito, obligar al encauzamiento de conductas, ‘domesticar’ las relaciones entre los hombres, ‘civilizar’ las costumbres públicas y privadas.” (Tiscornia, 2008, p. 4-5).

de policía (Pita, 2012b; Tiscornia, 2008) el que transforma el accionar de los cartoneros, aunque mas no sea momentáneamente, en ilegales. La persecución continuó una vez derogada la prohibición de recolección.<sup>7</sup>

Ahora, como bien lo ha marcado Pita, es importante

mostrar que, antes que indagar en la legalidad o ilegalidad de ciertas prácticas [...] de describir y analizar por una parte, los modos en que la gestión policial opera la *administración de grupos de población*, [...] que implica la puesta en juego de regulaciones de lo más diversas en las que los procedimientos formales y legales son unos de tantos, siendo estos incluso en ocasiones, elementos de/en una negociación informal. Y por la otra, de dar cuenta de que esas formas de administración y regulación son las que hacen posible la configuración de espacios, ‘territorios’ que hemos dado en llamar *territorios sociales y morales de control* (Pita, 2012a, p. 185-186, grifo da autora).

Estos territorios sociales y morales de poder dan cuenta de la construcción de un “otro” en el espacio público, y permiten un uso diferencial y problemático de la ciudad. Los cartoneros no pasan desapercibidos en la ciudad. La persecución de la policía estaba dirigida a la actividad en sí, pero, sobre todo, a las personas que la realizaban. Eran personas que estaban “fuera de lugar”.

Esta intervención policial también se configuraba a partir de las relaciones con otros actores. Ello terminaba configurando una ilegalidad legal. De hecho, tanto el accionar policial como el de los otros actores iba configurando una defensa moral del espacio ante personas que no debían estar allí. Esta nueva geografía moral de la basura ha ido constituyendo lugares aceptados y otros impugnados para vecinos y cartoneros.

Analizando el caso de la ciudad de Buenos Aires, Whitson (2011) ha marcado que la geografía de la basura permite ver relaciones de poder, la construcción de identidades y sen-

<sup>7</sup> Los debates en torno al código de convivencia urbano dan cuenta de este accionar policial y de cierto sentido (común) en torno a la construcción y control de las poblaciones “peligrosas” (ver, por ejemplo, Boy, 2017; Tiscornia, 2004).

tidos. La presencia de cartoneros recolectando en los barrios porteños de clase media profundizó la idea de que la basura (y ciertos actores sociales asociados a ella) pertenece a “otro lado”. Los cartoneros buscan adecuarse a esos espacios morales en los que son vistos como extranjeros (Cosacov; Perelman, 2015; Perelman, 2010). Son las prácticas de afinidad con los vecinos los que van configurando formas de negación del uso del espacio no sólo denunciando sino también negando dar residuos con los que puedan sobrevivir. (Perelman, 2011b).

Muchos *vecinos* se quejaban de la mera presencia de los *cartoneros* y los culpaban de un presunto crecimiento de robos en el barrio. “Los *cartoneros* van mirando los autos, cuando ven la oportunidad te roban el estéreo”, “hacen de campana para los chorros”, “vienen a robar”, “lo que llevan en los carros es robado”, fueron algunas de las frases que hemos escuchado frecuentemente de algunos *vecinos* del barrio cuando hablaban de los *cartoneros*. Otros los acusaban de la creciente suciedad en las calles: “rompen las bolsas, dejan todo tirado, nos les importa nada”, suele escucharse por las noches o las mañanas. “Son sucios, esparcen mugre por todas partes ¡Mirá como está la vereda! Esto es un desastre” se quejaban otros. También los carros eran tema de disputa.<sup>8</sup>

Ahora bien, la idea de la geografía de la basura, como organizadora de relaciones sociales en donde es la basura el vector organizador, no permite ver las otras dinámicas presentes. Una lectura que cruce las diferentes formas de negación y negociación y que permite comprender que los territorios morales van más allá de la basura. No quiero decir, con ello, que la recolección no se pueda transformar en un argumento moral de negociación. De hecho, tiene un poder central. Sin embargo, la aplicación de los edictos aun derogados en vez de la apelación de la ordenanza (entonces vigente)

<sup>8</sup> Las prácticas que se generaron no pueden ser vistas sólo a partir del conflicto. Muchos vecinos comenzaron a separar residuos, buscaban ayudar a los cartoneros. Otros se sentían más seguros ante la presencia nocturna de los recolectores a los que comenzaron a conocer de forma personal.

y la persecución luego de ser ésta derogada, puede mostrarnos otras explicaciones. Por un lado, esa autonomía del poder de policía que reproduce formas y conductas instituidas. Por el otro, y por esa misma razón, iguala (construye) a los cartoneros a la par de otros grupos sociales “peligrosos” a partir de la construcción de territorios sociales y morales de control policial (Pita, 2012b). También las relaciones políticas y de poder, los negocios atrás de la basura están presentes. Por una parte, en la discusión pública, varios actores veían a la basura como un elemento sin valor alguno, como un simple deshecho. Por otra parte, otros actores sociales (como las empresas encargadas de la recolección) pugnaban por defender un negocio millonario.

En las acciones de los vecinos, de la policía, de recolectores y otros actores, existe un posicionamiento moral en torno a la actividad y a la presencia de los cartoneros. Todo ello terminó configurando la construcción del espacio de trabajo de los cartoneros como un espacio desigual.

Son los argumentos y los posicionamientos morales (en los que la legalidad e ilegalidad navegan) los que terminan construyendo el centro de las disputas por el uso del espacio público. Van configurando formas de acceder, permanecer y transitar por él. Se van sedimentando sobre formas presentes de acceder al territorio. Así, se van configurando temporalidades de la desigualdad espacial. O sea, las propias dinámicas y temporalidades de la espacialidad se van entrelazando con nuevos procesos.

Como he desarrollado en otro lugar (Perelman, 2010), los cartoneros no logran el derecho al anonimato que sí gozan los vecinos o transeúntes. Más bien todo lo contrario. Esos reconocimientos no sólo son inescandibles sino que son necesarios para la recepción de la basura y la generación de relaciones estables. Ello implica la visibilización ante la policía y los vecinos que generan rechazos y, a la vez, posibilita la generación de relaciones estables y predictibilidad del cirujeo en tanto modo de

vida. Esto es: la visibilización produce rechazos al tiempo que reconocimientos para poder acceder a residuos y otros elementos que los vecinos quieren desechar. Más aún, con el paso del tiempo, esa visibilización fue exigida por la legislación.

Los recolectores buscan instalarse también ya sea como legales o como legítimos. Uno de los modos en que los recolectores buscan contrarrestar el discurso represivo o expulsivo es el de posicionarse de dos maneras. Por un lado, en contraposición con otras formas “ilegales” de vida, que, a su vez, serían también – para los recolectores – ilegítimas como el robo. Por otro lado, se configuran como personas con utilidad social: no son sólo cartoneros, sino también recuperadores de materiales reciclables que cuidan el medio ambiente.

He de marcar aquí una fuerte diferencia entre los vendedores y los recolectores. Como desarrollaré a continuación, mientras que la venta ambulante como problema público se inscribió en la línea de la ilegalidad, la recolección informal fue constituida en relación al cuidado del medio ambiente. Así, los sucesivos gobiernos fomentaron la organización de cooperativas de trabajo que funcionaron tanto como una forma de mejorar las muy precarias condiciones de vida de los recolectores, así como de condenarlas a ellas. Y digo condenarlas porque, a diferencia del caso de los vendedores, el cirujeo ha sido, para muchos, un camino no buscado que se ha ido naturalizando.

## LA VENTA AMBULANTE

Si, en el caso de la recolección informal, el proceso ha sido buscar la “laboralización” y legalización de la actividad, desde hace tiempo algunos grupos han instalado la cuestión de venta callejera como un problema público ligado a la “ilegalidad”. La Cámara Argentina de Comercio (CAC), por ejemplo, realiza regularmente “informes de venta ilegal a nivel nacional”, confeccionando un “índice” en el que “mide”

la cantidad de puestos “ilegales” en las calles. Algo similar realiza la Cámara Argentina de Mediana Empresa (CAME), quien también agencia en contra de “saladitas”, “puestos en saladitas” y “manteros”.<sup>9</sup> Con la asunción de Mauricio Macri como presidente de la Nación, la persecución de los vendedores creció notablemente. Así, durante el 2016 y en los primeros días del 2017, la Ciudad de Buenos Aires fue objeto de desalojos masivos de personas dedicadas a la venta callejera en la ciudad.<sup>10</sup>

Si los cartoneros fueron apareciendo como parte de una crisis de trabajo, el caso de los vendedores ambulantes no remite solamente a ello. No se debe a los *altos costos* del empleo formal y no son sólo producto de la *crisis del trabajo* de comienzo de siglo. De hecho, el crecimiento de la venta ambulante se dio con el crecimiento del empleo y del consumo. Y, en parte, porque el crecimiento económico vivido durante los gobiernos kirchneristas (2003-2015) fomentó el consumo masivo.

Visto en su conjunto, la venta ambulante no ha tenido el mismo nivel de persecución. Mi interés ha estado puesto en grupos de vendedores que han tenido otra forma de inscribirse en el espacio público urbano. Me refiero a los que venden en los trenes y en los ómnibus, donde la convivencia entre actores ha sido menos problemática que en la venta callejera.

Al igual que en el caso del cirujeo, los vendedores, sabiendo de las posibles persecuciones, generan relaciones en busca de generar formas de estabilidad. Así como en el caso de la recolección informal, los productos pasan por diferentes manos y “status”. Algu-

<sup>9</sup> La idea de saladita hace alusión a La Salada, que es un complejo ferial ubicado en el conurbano de la ciudad, en el Partido de Lomas de Zamora. Se ha referido a él como el “mercado ilegal más grande de América Latina”. El predio donde funciona tiene alrededor de 20 hectáreas, se comercializan diferentes productos; la de manteros, por su parte, refiere al modo en que se establece el espacio de venta y colocan los productos sobre la acera, en una manta o paño.

<sup>10</sup> Las políticas del gobierno nacional de Macri han generado nuevas incertidumbres en el trabajo callejero. Los terribles y brutales desalojos desarrollados en 2016 y 2017 han generado trastrocamientos e incertidumbres que serán necesarios indagar. Ellos han mostrado – a diferencia de lo descripto aquí – los límites a ciertas negociaciones y modos de acceder a la ciudad.

nos salen de grandes fábricas del mercado formal, van a comercios mayoristas, donde los vendedores compran para luego vender “informalmente”. Otros son productos *piratas* y pasan por diferentes fases de “ilegalidad”.

En el caso de los que ofrecen productos en la vía pública, los comerciantes de locales se han quejado de una competencia desleal. También ha sido cuestionado el uso del espacio público para la venta de productos. Los que venden en los trenes están sujetos a otras relaciones y a otros discursos (y a otras disputas), aun cuando los productos ofrecidos puedan ser los mismos. Con esto quiero decir que no son las cosas ni las personas en sí las que dan cuenta de la legalidad o ilegalidad de la venta ambulante, sino las relaciones que se establecen y el modo en que se constituyen las actividades en tanto problema público.

Las diferentes formas de venta implican distintos tipos de *arreglos* con la policía, relaciones con otros vendedores, con los comerciantes o con los compradores.<sup>11</sup> También los juegos de poder aquí son centrales, como lo documenta Pita (2012a, 2012b) en torno a la venta callejera.

Una tarde, mientras caminaba por un andén de una concurrida estación de trenes de la zona sur de la ciudad con un vendedor, dos policías, en bicicleta, frenaron en un puesto de diarios. La cara de Juan, el vendedor, decía todo. ¿Qué hacían esos policías a quién él no conocía? Luego me confesó que, cuando aparecen policías, tiene miedo de que vengan a pedir dinero o que no los dejen trabajar. Si bien en la actualidad los vendedores de los trenes raramente han estado expuestos a la persecución, la venta, como una forma de ilegalismo, contribuye a este derecho precario al que se refiere Pires (2017). Juan es un *busca*, un vendedor ambulante del grupo de personas que se jacta de no *arreglar* con la policía.<sup>12</sup> Muchos

*buscas* saben que la posibilidad de que aparezca la policía y confisque sus cosas es real. En otros tiempos, han vivido fuertes momentos de persecución. Ello repercute en formas organizativas y en la construcción de lealtades con otros actores (Perelman, 2013). Al igual que en el caso de la recolección, las relaciones personales son centrales.

A diferencia de la calle, los que se dedican a ofrecer no “compiten” con otros vendedores que se legitiman a partir de la legalidad. En las estaciones, existen vendedores que pertenecen a negocios concesionados, como los vendedores de alimentos. Ante ellos, los vendedores ambulantes tienen una relación ambivalente. Se consideran diferentes. No existe lealtad ante ellos. En cambio, sí existen obligaciones para con los otros vendedores ambulantes con los que negocian los espacios, los productos y el precio a vender.

Las relaciones exceden a los vendedores, que son parte de una configuración social en las que otros actores (los guardas, el personal de seguridad, los pasajeros) son parte.

Son los propios vendedores – entre los que se mantienen las lealtades – los que se construyen como personal que mantiene la seguridad en los trenes. Durante el trabajo de campo, varias veces escuché hablar a los vendedores ambulantes sobre el rol social que cumplen, tanto en la venta como en el modo en que “limpian” la línea de tren. “Acá no hay chorros, nosotros nos encargamos que no haya pungas. Si vemos a alguno, lo sacamos a patadas”. No todos los vendedores se dedican a “limpiar”, como algunos me decían. La espacialidad de la venta, las formas de organización y de relaciones entre los actores hacen posible esta forma de regulación de la actividad.

Estando en una actividad que es permitida, aunque la legalidad suele disputarse, los vendedores se construyen como parte del control del espacio. Ello genera, sin embargo, un

mienzan todos los días solo con el dinero necesario para comprar mercadería para la venta. Los vendedores reivindicaban la falta de ataduras y la libertad de la tarea, el no “arreglar” con la policía (ver Perelman 2013).

<sup>11</sup> Sobre los arreglos y las coimas, ver Pires (2010).

<sup>12</sup> La distinción entre un *busca* y otros vendedores se produce a partir de una serie de prácticas y valores morales que hacen de la venta ambulante un modo de vida. *Busca* proviene de *busca vidas*. Muchos de estos vendedores co-

efecto contradictorio. Para los vendedores, es una forma de reivindicar su lugar en la línea a partir de la construcción de una superioridad moral en relación a otros vendedores. Los vendedores, a partir de “limpiar” y controlar que nadie robe o se comporte indebidamente, logran constituirse como moralmente superiores a otros vendedores que sólo se dedican a ofrecer productos en la línea y, más aún, a los que se ganan la vida siendo carteristas.<sup>13</sup>

Para ello, deben buscar formas de “cerrar” el espacio. Y ello los vuelve a poner en un status de ilegalidad ante la mirada de otros. Una tarde, charlando con un vendedor ambulante, me habló de la existencia de *mafias*. Pero, a diferencia de la mirada de los medios de comunicación y de algunos usuarios,<sup>14</sup> no era para referirse a las presentes en Buenos Aires, sino a las de la costa atlántica bonaerense, donde muchos de los vendedores van a hacer “temporada” de verano en las playas. Para él, las *mafias* eran las que cobraban a los vendedores para poder trabajar, las que, si uno no pagaba, no dejaban vender sus productos. Las mafias, me contaba, cobran un precio diferencial por la exclusividad para ofrecer un producto.

Son la generación de relaciones personales necesarias para la fijación de precios, diferenciar horarios y zonas de venta, dividir productos a vender, etc. que tiene efectos en la noción misma de legitimidad hacia fuera, que es transformada discursivamente en ilegalidad (como *mafias*). Nuevamente no es del todo importante si las relaciones son legales o ilegales en sí mismas, sino en el ámbito discursivo donde se inscriben. Como es sabido, las palabras tienen fuerza, el decir algo tiene una capacidad performativa que lo inscribe en una arena específica de discusión: hablar de mafias inscribe las prácticas organizativas en el ámbito de lo ilícito.

<sup>13</sup> Carterista hace alusión al robo de billeteras de los bolsillos o de bolsos o carteras sin que el robado se dé cuenta.

<sup>14</sup> Es sintomático de ello una experiencia reciente. Una estudiante de periodismo en 2015 me contactó al leer mi trabajo sobre venta ambulante. Quería hacer un trabajo periodístico. Si bien me dijo que le había gustado mi trabajo, decía que “debía haber algo más” y que quería denunciar las mafias.

En la venta ambulante, estos pasos por las fronteras porosas y la transitividad de personas entre lo legal e ilegal, como plantea Telles (2009), son constantes. Y si bien las personas no suelen tener problemas en hacerlo, tienen efectos cotidianos en el modo en que se producen las interacciones y se constituyen sentidos que luego son reapropiados para interactuar.

Appadurai (2015) ha distinguido entre la circulación de las formas y las formas de circulación. Las formas darían cuenta de una “familia de fenómenos que incluyen estilos, técnicas o géneros que pueden estar habitados por voces, contenidos, mensajes y materiales específicos”. (Appadurai, 2015, p. 96). Appadurai está pensando en ciertos discursos y formas “globales”, como la nación, la novela, pero también la idea de violencia. Las formas de circulación, por su parte, refieren a los circuitos, las velocidades y las escalas en que las cosas, las personas, las palabras se mueven. Pensemos en la legalidad como forma y el modo en que ella circula. Pensemos, entonces, también, en que esa forma, al circular los discursos, las cosas y las personas, puede cambiar de status y de forma. Las formas circulan y se instalan de manera diferencial según quién las realiza y los entramados y luchas de poder existentes. Así, la venta ambulante en trenes tiene una configuración diferente a la de la venta en la calle, lo que posibilita las formas de trabajo, así como otros discursos entre lo que es lícito y lo que no lo es. Mientras la venta en las calles es configurada como ilegal, la que se realiza en trenes es configurada como informal. Atender a los juegos de poder permite apreciar los usos diferenciales de la legalidad,<sup>15</sup> la ilegalidad y la legitimidad e ilegitimidad de las prácticas. Procesos que están constantemente en negociación y tensión, pero también producen formas de relación y creación del lazo social asi-

<sup>15</sup> El trabajo de María Pita sobre los vendedores ambulantes senegaleses en Buenos Aires es iluminador en ese sentido. En ese caso, la nacionalidad de los vendedores es central en la construcción de territorios sociales y morales de control policial que “falamos de uma distribuição desigual da legalidade e dos direitos”. (Pita, 2012b, p. 132).

métrico<sup>16</sup> que produce desigualdad social.

## A MODO DE CIERRE

Pensar en ilegalismos exige, de alguna forma, centrarse en el plano relacional e interaccional.<sup>17</sup> Abordar la venta ambulante y la recolección informal de residuos a partir de los ilegalismos, y ellos en relación a la desigualdad social, permite comprender los modos en que los sujetos legítimos se construyen en el espacio público. Ello permite correr el eje de los procesos de legalidad o ilegalidad como algo dado, mostrando los juegos de poder existentes alrededor de actividades, pero, sobre todo, de sujetos legítimos. También permite comprender el entramado de relaciones sociales que no pueden entenderse como formas legales o ilegales estáticas. Y, mucho menos, como formas privadas de moral (amorales) o de “mala moral” (inmorales). Antes bien, estas relaciones son re enmarcadas en un sentido ordinario de lo que es correcto y justo. Estas acciones se reconstruyen a partir de una percepción moral ordenada a partir de situaciones concretas mientras son ellas vividas y practicadas (Cefaï; Gardella, 2011).

Este texto buscó contribuir en la comprensión de la producción de la desigualdad a partir de indagar en las fronteras porosas que existen entre lo legal e ilegal, legítimo e ilegítimo, que son resultado de disputas sobre el espacio público. A su vez, estas disputas se van sedimentando en argumentos morales espacializados y generando nuevas disputas e ilegalismos. Se van constituyendo tolerancias e intolerancias, legitimidades e ilegitimidades.

A su vez, el escrito buscó contribuir a

comprender las diferentes dinámicas que se producen en la disputa por el uso del espacio público y de la negociación que se genera cotidianamente más allá de los actos de negación extrema, de desalojo o de expulsión.<sup>18</sup> Atender a las dinámicas y a las acciones, el modo en que son presentadas, justificadas, nos da pistas sobre el modo en que ciertas actividades y ciertos grupos sociales pugnan por el uso del espacio público y por acceder a la reproducción social en un sentido amplio, como formas dignas y legítimas de ganarse la vida.

Como dije, la recolección informal y la venta ambulante, en la ciudad, adquieren distintas formas e incluyen a diferentes grupos sociales. Los procesos descriptos contribuyen a los procesos de diferenciación social. Como desarrollé, la producción de (i)legalismos permite dar cuenta del modo en que una misma actividad puede o no ser perseguida o estar sujeta a intervención más allá de su legalidad, ya que ella está en juego. También mostré que los argumentos sobre la legalidad o ilegalidad se activan en función de juegos morales y de evaluaciones morales sobre lo que es lícito hacer y lo que no lo es. Pero estas relaciones y estos juegos de poder contribuyen a la construcción de la precariedad social en la que el uso del espacio urbano puede y tiene que ser justificado y que demarca cuáles son los cuerpos y prácticas apropiadas para cada territorio.

Recebido para publicação em 17 de outubro de 2017  
Aceito em 21 de novembro de 2017

## REFERENCIAS

APPADURAI, A. *El futuro como hecho cultural: ensayos sobre la condición global*. Buenos Aires: FCE, 2015. 433 p.

AUDIENCIA publica sobre cartoneros. 2002. Disponible: <<http://argentina.indymedia.org/news/2002/11/60451.php?theme=default>>. Acceso en: 20 marzo 2015.

Boy, M. Espacios en disputa: tensiones en torno a la reforma del Código de Convivencia. Buenos Aires (2004). *Espacialidades: revista de temas contemporáneos sobre lugares, política y cultura*, v. 7, n. 1, enero/jun. 2017.

<sup>18</sup> Sobre esta perspectiva ver (Feltran, 2016)

<sup>16</sup> Si bien los procesos son diferentes y la asimetría causada por los procesos de intervención – como formas de control y gestión del espacio público – así como los procedimientos “institucionales” son muy distintos, esta idea es retomada del estudio del servicio de emergencia social de París, descripto por Cefaï, Gardella (2011).

<sup>17</sup> Para una crítica sobre el modo en que se piensa la desigualdad meramente como estructura, interacción o individualismo ver Reygadas (2004).



- CEFAÍ, D. Remarques conclusives. Vers une ethnographie (du) politique: décrire des ordres d'interaction, analyser des situations sociales. En: M. Berger, CEFAÍ, D.; GAYET-VIAUD, C. (Ed.). *Du civil au politique ethnographies du vivre-ensemble*. Bruxelles: New York: P.I.E. Peter Lang, 2011. p. 545-598.
- CEFAÍ, D.; GARDELLA, É. *L'Urgence sociale en action: ethnographie du Samu social de Paris*. Paris: La Découverte, 2011. 576 p.
- COSACOV, N.; PERELMAN, M. D. Struggles over the Use of Public Space: exploring Moralities and Narratives of Inequality: cartoneros and vecinos in Buenos Aires. *Journal of Latin American studies*, v. 47, n. 3, p. 521-542, 2015.
- DE LESTOILE, B. de. Money is Good, but a friend is better: uncertainty, orientation to the Future, and "the economy". *Current anthropology*, v. 55, n. (S9), S62-S73, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Is "the economy" really real? economic framework, economic metaphors and beyond*, 2017. En el prelo.
- FELTRAN, G. S. La guerre au quotidien. *L'Homme: revue française d'anthropologie*, n. 219-220, p. 93-113, 2016.
- GOFFMAN, E. *Ritual de la interacción*. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1970.
- NAROTZKY, S.; BESNIER, N. Crisis, value, and hope: rethinking the economy: an introduction to supplement 9, *Current anthropology*, v. 55, n. (S9), S4-S16, 2014.
- PAIVA, V.; PERELMAN, M. D. Recolección y recuperación informal de residuos: la perspectiva de la teoría ambiental y de las políticas públicas: ciudad de Buenos Aires 2001-2007. *Cuaderno urbano*, v. 7, p. 35-54, 2008.
- PERELMAN, M. D. El cirujeo en la ciudad de Buenos Aires: visibilización, estigma y confianza. *AIBR: Revista de Antropología iberoamericana*, v. 5, n. 1, p. 94-125, 2010.
- \_\_\_\_\_. La construcción de la idea de trabajo digno en los cirujas de la ciudad de Buenos Aires. *Intersecciones en antropología*, v. 12, n. 1, p. 69-8, 2011a.
- \_\_\_\_\_. La estabilización en el cirujeo de la ciudad de Buenos Aires: una aproximación desde la antropología. *Desarrollo económico*, v. 51, n. 201, p. 35-57, 2011b.
- \_\_\_\_\_. Trabajar en los trenes: la venta ambulante en la ciudad de Buenos Aires. *Horizontes antropológicos*, v.19, n.39, p. 179-204, 2013.
- \_\_\_\_\_. Pensando la desigualdad urbana desde el trabajo callejero. En: BOY, M.; PERELMAN, M. D. (Ed.). *Fronteras en la ciudad:(re)producción de desigualdades y conflictos*. Buenos Aires: Teseo, 2017. p. 19-44.
- PIRES, L. *Arreglar não é pedir arrego: uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos* no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- \_\_\_\_\_. Precários e perigosos: possíveis relações entre formalidade e informalidade em processos de administração de conflitos no Rio de Janeiro. En: GLEDHILL, J.; HITA, M. G.; PERELMAN, M., *Disputas em torno do espaço urbano processos de produção: construção e apropriação da cidade*. Salvador: EDUFBA, 2017.
- PITA, M. V. Mitologías porteñas en torno al poder policial: policía, contravenciones y gestión de ilegalismos en la ciudad de Buenos Aires. *La Biblioteca*, v. 12, p. 182-209, 2012a.
- \_\_\_\_\_. Poder de policía e administração de grupos sociais: o caso dos vendedores ambulantes senegaleses na cidade autônoma de Buenos Aires. En: AZAÍ, C.; KESSLER, G.; TELLES, V. S. *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte: Fino Traco, 2012b. p. 109-140.
- RENOLDI, B. Negotiating place and value: geographies of waste and scavenging in Buenos Aires. *Etnográfica: Revista do centro em rede de investigação em Antropologia*, v. 19, n. 3, p. 417-440, 2015.
- REY, A. "A los recolectores informales de basura los vamos a sacar de la calle". Disponible: <<https://www.lanacion.com.ar/425929-a-los-recolectores-informales-de-basura-los-vamos-a-sacar-de-la-calle>>. Acceso en: 7 mayo 2010.
- REYGADAS, L. Las redes de la desigualdad: un enfoque multidimensional. *Política y cultura*, v. 22, p. 7-25, 2004.
- \_\_\_\_\_. *La apropiación: destejendo las redes de la desigualdad*. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; México: Universidad Autónoma, 2008.
- TELLES, V. da S. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. *Dilemas: Revista de estudos de conflito e controle social*, v.2, n. 5-6, 97-126, 2009.
- \_\_\_\_\_. Jogos de poder nas dobras do legal e ilegal: anotações de um percurso de pesquisa. En: AZAÍ, C.; KESSLER, G.; TELLES, V. S. (Org.). *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte: Fino Traco, 2012. p. 27-55.
- TISCORNIA, S. (Comp.). *Burocracias y violencia: estudios de antropología jurídica*. Buenos Aires: Antropofagia y Facultad de Filosofía y Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Activismo de los derechos humanos y burocracias estatales: el caso Walter Bulacio*. Buenos Aires: Editores del Puerto y CELS, 2008.
- WHITSON, R. Negotiating place and value: geographies of waste and scavenging in Buenos Aires. *Antipode*, v. 43, n. 4, p. 1404-1433, 2011.

## STRUGGLES OVER THE USE OF PUBLIC SPACE IN BUENOS AIRES

*Mariano D. Perelman*

In this article I focus on production and struggles around the illegality of street vendors and informal garbage collectors. Addressing activities from *illegalism* and the relation to social inequality allow us to understand the ways in which legitimate subjects are constructed in public space. This position allows thinking legality or illegality as a processes instead of something given and showing the existing power struggles around activities. It also allows understanding the network of social relationships that cannot be understood as static legal or illegal forms. Attending to dynamics and actions, and the way in which they are presented and justified, gives us clues of the way in which certain activities and certain social groups fight for the use of public space and for accessing social reproduction in a broad sense: as worthy and legitimate ways of make a living.

KEY-WORDS: Buenos Aires. Garbage collectors. Ambulant vending. Illegalisms. Urban struggles. Public space

## CONFLITS SUR L'UTILISATION DE L'ESPACE PUBLIC A BUENOS AIRES

*Mariano D. Perelman*

Cet article centre son intérêt dans la production et le conflit autour de l'illégalité des collecteurs informels de déchets et vendeurs ambulants. Enquêter les activités à partir de ses illégalismes en relation avec l'inégalité sociale permet une compréhension des modes dans lesquels des sujets légitimes se construisent eux-mêmes dans l'espace public. Ainsi, nous pouvons réfléchir sur les procès de légalité ou d'illégalité comme quelque chose qui n'est pas donnée, en montrant les jeux de pouvoir autour des activités. Cela permet aussi comprendre le réseau des liens sociales qui ne peut pas être compris comme des formes légales ou illégales extatiques. Focaliser l'attention dans les dynamiques et les actions, dans les façons qu'elles sont présentées, justifiées, nous donne des éléments pour mieux comprendre les modes dans lesquels certaines activités et certains groupes sociaux luttent pour l'utilisation de l'espace publique et pour avoir accès à la reproduction sociale comme forme digne et légitime de gagner leurs vies.

MOTS-CLÉS: Buenos Aires. Collecteurs informels de déchets. Vendeurs ambulants. Illégalismes. Conflits urbains. Espace public.

## “BASTA TÁ DO LADO” – a construção social do envolvido com o crime<sup>1</sup>

Fátima Regina Cecchetto\*  
 Jacqueline de Oliveira Muniz\*\*  
 Rodrigo de Araujo Monteiro\*\*\*

Partindo do trabalho etnográfico e entrevistas grupais com jovens de duas favelas cariocas, o artigo problematiza a categoria *envolvido-com* (retirada da linguagem cotidiana) o *crime e suas serventias*, como um dispositivo de controle social itinerante que fabrica fronteiras móveis que desigualam os desiguais. Isso evidencia como essa noção tem sido mobilizada na distribuição seletiva de vigilância e de punição das juventudes da periferia. Discutem-se suas funcionalidades na regulação das trajetórias e percursos identitários, evidenciando a trama de rotulações que põe em operação deslizamentos de sentido entre as noções de “bandido” e “vulnerável”. Analisa-se o acionamento de moralidades que justificam a gerência de si dos favelados. Revela uma ambição de tutela policial maximizada pelo apetite de criminalização não só dos indivíduos, mas também de seus vínculos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Envolvimento. Juventudes. Controle social. Vigilância. Vulnerabilidade social.

### INTRODUÇÃO

Este texto surgiu da inquietação dos autores acerca do uso, cada vez mais disseminado, da expressão *envolvido-com*,<sup>2</sup> ou envolvimento, como um expediente de fabricação de nexos causais, percebidos como comprometedores, entre as pessoas e suas interações. É instigante o rendimento dessas categorias nas práticas discursivas de controle, vigilância e

correção. Suas serventias ganham relevo como uma nova forma de rotulação criminal, sobretudo quando acionadas para situar as juventudes pobres do Rio de Janeiro. Tomou-se como rumo analítico a compreensão das diferentes dimensões de uma acusação presente no cotidiano dos jovens de favela: a do envolvimento-com-o-crime, focalizando o plano estrutural em que se manifesta, bem como os espaços e as relações que o afetam e contaminam.

A categoria *envolvido-com* tem sido acionada em contextos atravessados por sociabilidades alimentadas por desconfiança e suspeição recíprocas. Esse é o caso do mundo da política e do chamado “submundo do crime”. No discurso popular, um e outro mundo produziram os “bandidos” de colarinho-branco e os bandidos comuns. Contudo, esses últimos, uma vez reconhecidos como totalmente *envolvidos-com* a criminalidade, seriam os “matáveis”. Seriam proprietários de vidas desqualificadas (Agamben, 2002) ou de vidas desperdiçadas que dispensariam reabilitação (Baumann, 2005). A insígnia de *envolvido-com* mobiliza vigilâncias difusas e controles estendidos sobre e entre os grupos sociais, em especial os subalternizados.

\* Instituto Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública (FIOCRUZ). Av. Brasil, 4365. Cep: 21040-900. Mangueiras – Rio de Janeiro – Brasil. face.fiocruz@gmail.com

\*\* Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (InEAC). Departamento de Segurança Pública (DSP). Rua: Professor Hernani Melo, 84. Ingá. Cep: 24210-130. Niterói – Rio de Janeiro – Brasil. jacquelineoliveira.muniz@gmail.com

\*\*\* Universidade Federal Fluminense (UFF). Departamento de Ciências Sociais. Rua: José do Patrocínio, 71, Centro. Cep: 28010-385. Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro – Brasil. rodearmo@yahoo.com.br

<sup>1</sup> Este artigo contou com o apoio do Projeto P&D intitulado Mapa de Percepção de Risco, realizado no âmbito do NE-PEAC, UFF, em parceria com a ENEL S.A., com a participação de Jacqueline de Oliveira Muniz como pesquisadora. Adotou-se o critério de ordem alfabética para a apresentação dos autores em função da equivalência de suas contribuições.

<sup>2</sup> Adota-se, nessa expressão, o itálico, como uma forma de distinguir a categoria e seus modos de uso.

Sua instrumentalidade cobre uma vasta área de classificação, rompendo com uma visão ontológica do desvio e seu modo de subjetivação. Comporta intensidade e flexibilidade em sua aplicação aos indivíduos, de forma a criminalizar toda interação, interina ou duradoura, em qualquer dimensão da vida social.

As manobras de sentido e os efeitos desse modo suspeitoso de classificar foram objetos de pesquisa etnográfica realizada em duas favelas cariocas, o Complexo do Alemão e o Morro do Falet, entre 2016 e 2017. As atividades de pesquisa envolveram conversas informais e entrevistas grupais com 15 jovens de ambos os sexos e cores, visitas por eles guiadas às comunidades, participação em festas e em seus momentos de lazer. As idas ao campo foram mediadas por líderes comunitários que serviram como uma ponte até os jovens, participantes ou não de projetos sociais.

As localidades pesquisadas apresentam distinções face às hierarquias de prestígio e de acesso à infraestrutura urbana na cidade do Rio de Janeiro. A divisão em Zona Sul e Zona Norte<sup>3</sup> serve como uma referência para os deslocamentos físicos e simbólicos dos sujeitos pela cidade. O Complexo do Alemão, conjunto de favelas localizado na Zona Norte, é populoso e menos aparelhado em termos urbanísticos e sociais.<sup>4</sup> O morro do Falet, situado em uma região central, é menos povoado e próximo a bairros com maior acesso a equipamentos sociais de turismo e lazer.<sup>5</sup> Um ponto de contato entre essas localidades seria o fato de terem sido implantadas, entre 2011 e 2012, as UPP (Unidades de Polícia Pacificadora),<sup>6</sup> cujos dramas e tramas foram re-

memorados nos encontros.

O artigo está estruturado em duas partes. A primeira – *Sorria, você está sendo vigiado: controles itinerantes, vigilâncias ampliadas e desconfianças recíprocas na favela* – se inicia com um relato etnográfico sobre a chegada ao campo. A partir desse percurso, problematiza-se o caráter multidimensional, itinerante e difuso dos controles e das vigilâncias, pondo em evidência a constituição horizontal e vertical de cercas, bem como as manobras realizadas pelos sujeitos para reafirmar ou romper suas fronteiras. Revelam-se políticas de sentido orientadas pelas representações do medo, que alimentam a memória social relacionada com o território-favela. São colocadas sob escrutínio as engrenagens que movimentam as dinâmicas de suspeição nas narrativas sobre os favelados. Na segunda parte – *Sorria, você está sendo envolvido: manobras de uma sociabilidade sob suspeita* –, o eixo fundamental é a economia política do ser, ficar ou estar envolvido. Descreve-se a dinâmica da produção de controles estendidos e de vigilâncias difusas que a acusação de *envolvido-com* circunscreve. Desvela-se o funcionamento de sua engrenagem classificatória como empreendimento moral, anunciando seus meios de funcionamento e seus modos de manejo das finalidades que lhe conferem serventias.

## **SORRIA, VOCÊ ESTÁ SENDO VI- GIADO: controles itinerantes, vigi- lâncias ampliadas e desconfianças recíprocas**

Final de tarde. Uma missão: “tirar favela”.<sup>7</sup> Um desafio: corrida com obstáculos. Uma disposição: ouvir recusas do aplicativo *Uber* e de taxistas. Um alerta: “Cuidado! Esse destino está em uma área com maior risco de crime”.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> Tirar e medir favela se referem à circulação na favela e são usados por moradores, traficantes e policiais.

<sup>8</sup> A identificação de áreas de risco pelo aplicativo de navegação Waze teve início nas Olimpíadas, em 2016.

<sup>3</sup> No Rio de Janeiro associa-se: Zona Sul com riqueza e Zona Norte com pobreza.

<sup>4</sup> O Complexo do Alemão tem cerca de 70 mil habitantes e é formado por mais de 15 localidades. <<http://riocomovamos.org.br/indicadores-regionalizados/regiao/complexo-alemao/>>.

<sup>5</sup> O morro da Falet integra um complexo que inclui favelas de vários bairros do centro da cidade. <<http://www.upprj.com/index.php/localizacao/localizacao-interna/Coroa%20%7C%20Fallet%20%7C%20Fogueteiro>>.

<sup>6</sup> Segundo a Polícia Militar, 38 UPPs foram instaladas, cobrindo 264 territórios com cerca de 1,5 milhão de pessoas. <[http://www.upprj.com/index.php/o\\_que\\_e\\_upp](http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp)>.

Uma novidade: navegadores para dispositivos móveis previnem o usuário quanto a “pôr sua vida em risco, entrando errado na comunidade”. Uma justificativa: “o aplicativo está mandando não subir não”. Uma frustração: mais uma corrida cancelada! Na quarta tentativa, entre dedos cruzados e mensagens trocadas no WhatsApp sobre a dificuldade de chegar, ocorre o aceite do motorista do *99 Taxi*: “É perigoso, mas te levo lá”. Partiu Santa Teresa. Partiu Falet.

Comunidade adentro, inaugura-se um silêncio pontuado pelos PM (policiais militares) com fuzis na divisa do morro e entremeado por falas monossilábicas. Percurso acima, sob tensão: será que vai dar para entrar e sair? O que vem pela frente? Confronto armado? Bala perdida? Blitz policial? Barreira do tráfico? A reputação partilhada sobre o território-favela revela-se por meio de imagens negativas que tomam a mente de imediato e de modo díspar. Cliques sucessivos de uma memória social que se faz desiludida para melhor servir à gestão pragmática do desengano (Muniz; Mello, 2015; Nora, 1993; Pollak, 1989). Um efeito de cálculo para manejar com um presente em desencanto, percebido como se estivesse sob ataque do imprevisto. Um presente refém da provisoriedade, que emerge da violência vista “por quem não é daqui” como subterrânea e latente, e que se acredita sedimentar o chão da favela. Violência concebida como ontológica e atávica, identificada desde seu embrião, lá na sociabilidade dos jovens subalternos, no DNA das comunidades populares, tão ao agrado de uma sociologia evolucionária, de senso comum.<sup>9</sup> “Isso aí não tem conserto”, dizia o *rap* do motorista que seguia ritmado pelo apontar com o queixo os sinais dos perigos na paisagem periférica. “Toda favela é assim”: a chapa esquentada de uma hora para outra, fazendo o morro tremer com abalos de sua gente incontida e com as cismas dos seus donos ressabiados. “Aqui não dá para vacilar”, advertia o motorista acionando o passado vivido, plantado de fora e

situado ao longe, através de lembranças anunciadas em formato de *lead* de jornal: “Corpo de motorista do Uber foi encontrado na favela”; “Guerra de facções deixou 8 mortos aqui”; “Turista italiano foi assassinado deste lado ao entrar por engano”. Chamadas de capa saltavam em fila da sua boca e faziam um coreográfico *looping* de ameaças por sobre nossas cabeças. Repetições, em voz gutural e solene, apresentavam dramaticidade aos enunciados. E lhes conferiam um estatuto de verdade, repercussiva e trágica, tão bastante de si que não se deixaria relativizar pelos fatos e contextos que lhes deram causa. Uma aflição em ritmo crescente transbordava a cada ruela virada, reverberando a convicção de que o GPS “joga você, sem querer, lá dentro da favela”. Mas, como se tratava de querer estar no Falet, toda atenção se voltou para achar o “Instituto”<sup>10</sup> o mais rápido possível e encerrar a corrida da agonia.

Chegamos sãos e salvos ao local de encontro com os jovens. Resultado provável, porém menos rendoso à economia política da insegurança, fundamentada na disseminação de ameaças difusas, que serve a propagação de ondas de agravamento do temor (Muniz; Mello, 2015; Taussig, 1993). Esse modo repercutido de se constituir um discurso de verdade põe em operação a conversão da chance objetiva de vitimização em perigo simbólico que retroalimenta o medo e propaga ameaças difusas. Um dado evento é revestido por camadas de notícias que, constituídas por uma contabilidade de juízos morais tomados como universais, encobrem o cálculo probabilístico do risco e vaticinam a magnitude do perigo enunciado. Isso se dá pela repetição de sínteses conclusivas apartadas das evidências e dos contextos que as fundamentam. A cadeia de causalidade, construída por motivos pessoais e provas particulares, é estrategicamente omitida, restando, na superfície do discurso, o encadeamento de convicções narradas como

<sup>9</sup> A essas visões contrapõem-se Silva (2004), Zaluar (1985) e Misse (2011).

<sup>10</sup> Instituto Nando é Vida, no Falet, desenvolvia o projeto social no qual os entrevistados participavam. Em fevereiro de 2017 suas atividades foram encerradas por falta de recursos.

a realidade mais concreta. Revela-se uma engrenagem de ocultações do alcance explicativo das associações enviesadas efetuadas entre favela, juventude pobre e violência.

Nas falas de boas vindas, os responsáveis pelos projetos sociais explicitam que aguardavam preocupados a chegada dos professores. “Já estava preparado para descer e pegar vocês lá embaixo”, esclarece um deles. Momento ritual de empatia pela vivência partilhada de percalços comuns:

imagine o que é a gente passar por isto todo dia! Eles falam que não dá para levar nem pegar. Não importa se é uma idosa, um morador carregando compra. O jeito é dar o endereço lá debaixo e subir de carona, de van ou de moto-taxi.

Uma lição dolorosamente aprendida pelos moradores de favela: para fazer uso do direito de ir e vir, é fundamental saber manobrar, desde cedo, com os dispositivos internalizados de discriminação socioespacial (Goffman, 1988; Wacquant, 2001). Ao longo dos caminhos da mobilidade social, muitos são os pedágios montados para conferir os passaportes sociais dos moradores de favela em seus deslocamentos físicos e simbólicos pela cidade.

Pegar um táxi, a gente faz várias tentativas antes de pegar o taxi. É na quarta ou quinta. E agora o Uber também não quer subir, tanto para pegar a gente aqui como para levar para outro lugar. Só lá embaixo (Rapaz do Falet).

Diversas são as cercas itinerantes erigidas para garantir locomoções reversas que ambicionam mandar os indivíduos de volta ao final da fila da ascensão social (Hita; Gledhill, 2010). Várias são as fronteiras nômades constituídas para produzir controle do movimento e da circulação, lugar, por excelência, de produção de segurança (Foucault, 2008). São paradas móveis situadas mais aquém das entradas e saídas da comunidade, postadas mais além das expectativas de acesso aos bens urbanos e de ascensão social de seus integrantes.<sup>11</sup> Para

<sup>11</sup> Sobre as formas de apropriação do espaço urbano, ver Magnani (1998), Frúgoli (2006), Ágier (2011) e Augé (2012).

experimentar a cidade e expandir horizontes, é preciso aprender a escapular dos aparatos de controle que inscrevem (re)destinações no corpo e na alma dos indivíduos da favela, assim como introduzem cláusulas de barreira para a mobilidade social e cláusulas na memória de grupo. Evidencia-se o rendimento dessas máquinas de dar flagrantes, que descobrem quem estaria fora do seu lugar, e plantam estratégias para confirmar, recobrando esse mesmo lugar estigmatizado como verdadeiro.

Eu passei uma situação com um amigo, quando a gente ia para praia, porque eles posam de riquinhos, são todos playboys, e eu estava lá com eles e aí eles foram parados, aí mostrou a identidade e (a polícia) olhou: Pode ir, pode ir! Eu fiquei parada assim: “Ah, se fosse no morro, ia tomar muita [...] (Moça do Falet).

Vigiar para produzir controle sobre as mudanças de *status quo* e as tentativas realizadas pelos jovens de favela. Vigiar para detectar jogos de aparência (Bourdieu, 2007), desmascarar e devolver ao lugar social de origem aqueles que conseguem saltar por sobre as cercas andarilhas da polícia e de outros mecanismos de vigilância, correção e contenção seletivas (Foucault, 1999).

Vamos fazer uma comparação, que se um dos envolvidos na investigação da Lava Jato for surpreendido com bandido, vai dizer que não é nada demais, simplesmente um encontro para tomar um café e nada acontecerá. Mas se o mesmo acontecer com algum deles ou qualquer outro morador de comunidade, o desenrolar será bem diferente, provavelmente terminando na cadeia (Moça do Complexo do Alemão).

Outra lição importante para os entrevistados é saber lidar com um ambiente atravessado por desconfianças recíprocas e por suspeições maximizadas. Na comunidade, há uma multiplicação dos olhos que tudo veem, de cabeças que de todos sabem e de línguas autorizadas a falar muito, mas de alguns poucos mortais.

As idas ao Alemão e ao Falet aconteceram em alto verão. Um calor intenso e sem tréguas podia ser sentido. Não havia muitas pessoas caminhando pelas ruas, becos e vielas próximos

ao trajeto que fizemos para chegar aos pontos de encontro. E não há nada de extraordinário ou de exótico nisso. Nunca estive em cartaz, no mundo real, aquela imagem folclórica de favela animada, com gente pobre e feliz, colocando seus costumes em exibição para passantes e turistas (Freire-Medeiros, 2009).

As almas residentes no Rio de Janeiro, familiarizadas com temperaturas elevadas, adquirem a prática de procurar sombra e água fresca na rua, no trabalho ou em casa. Porém o peso do ar sobre nossas cabeças, especialmente no Alemão, parecia muito maior do que o barômetro seria capaz de medir. A pressão da atmosfera era de outra natureza: um estado de vigília entre os que por lá vivem e circulam. O céu é sentido como um teto de chumbo rebaixado. E o chão parecia se levantar com erupções de um subterrâneo de práticas ilegais e clandestinas. Negócios mais ou menos tolerados pelos guardiões da Pena e da Espada do Estado, mais ou menos visíveis aos olhos da sociedade. E que chegam à superfície como um magma composto de traição, vingança, acertos de conta, alianças, patrocínio de eventos, promoção de festejos, agrados e outros “fechamentos”,<sup>12</sup> Um clima de ressaca física e moral sinalizava que, de véspera, ocorrera, como de hábito, a combinação da fúria de uma provocação armada com o som de uma festa, ao pulsar do “batidão” do funk. Tudo junto e misturado nos relatos do dia seguinte: gente disposta a guerrear, gente marcada para morrer, gente querendo só curtir, coisas de matar, coisas de beber, coisas de comer, coisas para dançar, coisas para resenhar. Diz um jovem do Falet: “Aqui é um lugar que pode estar o tiro-teio que for que a gente se sente seguro”.

Poucos se arriscavam ao sol e ao receio para “medir favela” de lá para cá e de cá para lá. Seguindo o nosso destino, avistam-se silhuetas deslizando em *slow motion* por trás das cortinas, vultos passando em fragmentos pelos vidros enlameados dos basculantes. Um sistema

de alarme com olhos mágicos detecta: “Gente de fora subindo”. Percebe-se a presença dispersa de vigilantes ocultos em estado de atenção. Portas, janelas e cortinas cerradas apontam para a primeira linha de manutenção do ar refrigerado, um alívio de primeira necessidade propiciado, em boa medida, pelo gato de luz.<sup>13</sup> Portas, janelas e cortinas entreabertas, somente um pouco ou de quando em vez, indicam a primeira linha de defesa da privacidade, da reserva dos dados pessoais e da vida privada, ali em situação continuada de escassez.

No interior das favelas, a habilidade de um mortal para gerenciar sua exposição e o acesso dos outros à informação sobre si pode corresponder à delicada arte de autopolicia-mento. Para muitos, o simples estender do braço em uma janela ou na laje pode alcançar o interior da casa do vizinho. Com uma curta mirada, desinteressada, enquadra-se a intimidade alheia no sofá da sala ou na cama de casal. Parece ser preciso se esforçar bastante para não ficar sabendo o que acontece ao lado e ao redor. Do contrário, acaba-se como plateia diária da vida cotidiana da vizinhança, tornando-se, de algum modo, afetado, enredado e, por fim, *envolvido-com*, querendo ou não, com o que acontece na favela para dentro. E isso vai das desavenças domésticas, passando pelo que acontece nas festas e comemorações, chegando até os movimentos do tráfico e às operações da polícia.

Se o ar parece denso, o espaço parece condensado, mais estreito e sob o alcance de um olhar estrito. Um convite à curiosidade bisbilhoteira e à gerência da vida pessoal de antemão devassada. Como não estar *envolvido-com*? A possibilidade de exposição continuada do que se passa “porta para dentro” e “para fora” aponta uma invasão em 360°, um avançar sobre os limites do outro em 3D, no estilo do Programa *Big Brother*. Porém, com uma problemática questão: morador de favela se faz observável sem seu consentimento. A autorização para sentir em conjunto a sua vida privada lhe é im-

<sup>12</sup> Termo usado por jovens, que designa aliança, acordo entre partes ou reconhecimento de parceria.

<sup>13</sup> O *bypass* ou furto de energia se espalhou pela cidade. Nas favelas, há o apoio do tráfico ou da milícia.

posta por constrangimentos, como as formas de ocupação urbana e de dominação ali existentes.

Como não se ver envolvido? Assiste-se a uma teatralidade elevada ao seu exagero, até naquelas atitudes mais simples, de pouca importância. Tem-se a impressão de que o recurso à encenação exasperada de si mesmo (Foucault, 1988), acionado pelos moradores de favela, serve como uma escaramuça na administração dos conflitos diante de um expectador-censor à espreita de um vacilo. Qualquer vacilo que sirva como alegação moral para aplicar alguma punição por apenas “ser cria da comunidade”. Essa encenação aprisiona as expectativas de quem vigia ao estereótipo desenhado, produzindo alguma distância protetora entre a personagem querida como mais verdadeira e a encenação de seu papel como menos real.

Nas favelas visitadas, não se tem como experimentar plenamente, com tão curta distância física e moral, o anonimato cosmopolita no espaço público e a discrição polida no espaço privado. Ambos creditados ao comportamento civilizado vindo de fora (Elias, 1994). Entre um e outro, tem-se uma mistura do que é privado e do que é comum. Sua manobra é particularizada, caso a caso, segundo um código de conduta que dá conta do que deve ser segredo e do que se pode explicitar. Na favela, tudo se viu ou ouviu dizer. Mas as frases sobre o que se sabe são estrategicamente ditas de maneira a revelar sem se comprometer. Caminha-se na corda bamba das circunstâncias, do que é contingente, por meio do uso cauteloso e relativizado da categoria “depende”. Dependendo do que se fala, para quem se fala, de quem se fala, do lugar de onde se fala, do momento para se falar. Enfim, “tudo tem um depende”, um calcular milimétrico e exaustivo, para navegar na circunstância e tentar seguir à risca o traçado fugaz das cercas – e podem ser várias – que circunscrevem os limites do que pode ser conversado.

Observa-se o acionamento de retóricas defensivas, constituídas sob um clima de ameaças estendidas que estão no ar, vindas de toda

parte como rumores e disseminadas por toda gente como boatos (Elias; Scotson, 2000). Cansaço e ironia misturam-se ao ter de depor, mais uma vez e de novo, sobre as mesmas questões para os mesmos interrogadores, os PMs da proximidade indesejada por eles próprios e pelos moradores da favela (Muniz; Mello, 2015).

Eu ia de moto e aí veio a viatura e parou na minha frente e já veio atrás de mim, apontando a arma e falando encosta aí, tá vindo da onde? Tá indo pra onde? Estou indo para casa agora e ele: “Ah tá” e olhou na minha cara (Rapaz do Falet).

A batalha de palavras entre interrogado (favelado) e interrogador (polícia) constitui-se como uma gincana discursiva, cínica e arriscada, em que o sujeito perseguido liberta-se de sua situação de caça, matando as charadas sobre sua perseguição. Nela se espera que os suspeitos de sempre – “freios de camburão” – reproduzam pantomimas indicando subserviência ou formas de deferência que reiterem o lugar autoritário de autoridade e respostas ensaiadas do tipo *bypass* para o mesmo repertório batido de perguntas. Está indo para onde? Está vindo de onde? Está fazendo o que aqui? O que você tem aí na mochila? Quem é o chefe do tráfico? Jogo de abordagens para marcar e fazer não esquecer quem tem o mando, quem está no controle da situação. Aprende-se a ter um cuidado com a palavra. Um cuidado para se preservar protegendo, mesmo que a contragosto, os autores da ação de censura ou da caçada à palavra autorizada (Bourdieu, 2008). Quem são? Os governantes dos silêncios de fala que exercem o recurso da coerção armada sobre a linguagem das palavras e dos corpos, uma manobra tática para reafirmar seu domínio e que contam com olheiros vindos de dentro de comunidades populares. Poder de ordenação sobre o que pode ser dito pelo poder das armas que dobram as línguas e silenciam condutas. “Disseram aí que foram eles”. Eles quem? PM ou bandido? Frases com sujeitos ocultos e indeterminados buscam afastar o risco iminente de se ver confundido com um delator. Mas po-



dem trazer para mais perto a acusação, sempre presente, de ser *envolvido-com* o crime. Daí frases sob censura, “papos retos” que mais parecem acrobacias linguísticas, da “arte de falar e não dizer”.

- P. Esses que morreram eram moradores?
- R. Todos moradores. Foi no mesmo dia, mas não foi no mesmo momento.
- P. Qual foi a explicação que eles deram?
- R. Não tem explicação.
- P. Porque eles morreram?
- R. Porque eles quiseram matar.
- P. Eles poderiam ser chamados de “envolvidos”?
- R. Alguns poderiam ser chamados de “envolvidos”, agora não posso te afirmar. Tinha um que eu tenho certeza que não era, era moto-táxi. (Conversa com Rapaz do Falet).

O largo uso feito das reticências e das referências de duplo sentido tanto sinaliza que se tem algo escondido por detrás da fala, quanto indica que o falante pode “ter algo a esconder”. O ato de fala, em si mesmo, é um ato sob vigilância. Nesse cenário, em que se apresentam proximidades apriorísticas com pessoas, situações e lugares, e, até bem pouco tempo, a proximidade forçada da UPP, negocia-se diante de intimidades impostas: saber demais da vida na favela é sinal de perigo, saber de menos também. Em uma realidade vivida em estado presente de atenção, saber corresponderia a esconder, esconder corresponderia a dever satisfação à autoridade da vez: o policial, o militante ou o traficante. Quem esconde envolvido é, e quem se vê envolvido está em fuga da verdade de quem exerce soberania territorial ou de quem impõe a lei e a ordem.

Na favela *Big Brother*, todos observam e são observados de cima, de baixo, de lado e ao redor. Todo mundo precisa vigiar quem vigia. Um mundo em estado de alerta, conformado por testemunhas oculares, em que se vivenciam relações nuas sob os holofotes das ferramentas de controle social. Com seus bastidores crus escancarados, sem lugar de descanso com olhos fechados, os moradores de favela colocam-se à flor de sua pele. Principalmente

diante das variadas formas sofridas de assédio para contar uma verdade, constituir uma prova, no limite, contra o seu próprio lugar social e seu próprio mundo. A desconfortável posição de testemunha tem esse rendimento como fonte ambulante e ambígua de informação a ser extorquida (Amorim; Kant de Lima; Mendes, 2005; Foucault, 2008). Uma serventia que traz consigo a possibilidade, calculada como uma acusação iminente, de ser taxado como delator da palavra maldita que não devia ter sido falada, sob qualquer custo. Testemunha e X9 (alcaguete) são dois lados de um mesmo lugar de risco ali latente: aquele de se ver e ser reconhecido como *envolvido-com* alguém, com alguma situação, com alguma coisa.

Ser um jovem de favela é saber ver para não ser visto, é conhecer bem para não ser reconhecido. Resistir para sobreviver, diante do medo de sobrar frente ao medo de morrer (Novaes, 2006). Isso significa conseguir atravessar as camadas de vigilância (Baumann, 2014) que se sobrepõem e geram um efeito cumulativo de controle. Não se trata apenas dos controles verticais exercidos pela polícia ou pelo crime e que vivificam relações assimétricas de poder. Mas de outros deles, aqueles exercidos horizontalmente, entre os próprios moradores, visitantes, prestadores de serviço, etc. Uma assimilação da autovigilância para dentro, para consigo mesmo e entre pares. Engrenagens latitudinais e longitudinais expandem os apetites de controle que se contradizem e potencializam a constituição de espaços de convivência atravessados por suspeições mútuas.

O morador fala por trás do bandidinho. Bandido mesmo não é falado.

O Envolvido é cria da comunidade. Ele se envolve, mas a gente não discrimina.

Envolvido? Tá do lado, tá no meio, tá perto, parou para falar e o X9 tirou uma foto, tá envolvido. Aqui é visto e lá fora é mais visto.

Aqui a gente sabe quem é envolvido ou não. O X9 foi lá em casa, me filmou. Ele não é porra nenhuma. (Rapazes e moças do Complexo do Alemão).

Os deslocamentos dentro e fora da favela são marcados pela experimentação de uma ameaça ampliada com total cobertura em 4G. Sobressaltos, suor frio, coração acelerado pontuam o medo de acontecer preso em uma cerca ou impossibilitado de conseguir dela escapar. Sensações de claustrofobia e de agorafobia misturam-se numa realidade exposta à sobre-vigilância internalizada entre iguais. Favelas em um regime político de ordem continuada de exceção (Agamben, 2015).

Os círculos de confiança entre os jovens de favela parecem estar mais estreitos a ponto de poderem passar despercebidos pelas porosidades, atalhos abertos nas cercas também construídas por seu próprio mundo. Restritos aos microespaços das relações familiares e das poucas amizades construídas pela participação nos projetos sociais, eles ampliam sua relação com o mundo e seu próprio mundo pelas redes sociais (Monteiro, 2011). Eles são parte dos “nativos digitais” ou da “geração smartphone”. Conectados com o que acontece dentro e fora da comunidade, eles “têm o mundo na palma da mão”, tal como nas propagandas das tecnologias móveis. Eles têm os olhares de seus perfis, vídeos, fotos, mensagens, gravações de voz a seu favor. Como testemunhas de seu próprio mundo, tornam-se realidades reveladas de sua existência transfronteira. Eles têm seus registros em nuvens contra si. Repertório de materialidades, indícios de suas trajetórias, que se fazem provas de suas itinerâncias, pertencimentos e adesões, e que podem vir a ser trazidas como evidências de algum “envolvimento”.

Meu irmão, que é trabalhador e honesto, está passando na rua próximo ao bandido; caso meu irmão o cumprimente e passar a polícia ou algum “X9” tirar foto e mandar para as autoridades, meu irmão já será considerado bandido também (Rapaz do Complexo do Alemão).

A tríade de direitos que ambicionam circunscrever a privacidade no mundo virtual não se realiza no asfalto e muito menos nas favelas. Direitos de não ser violado, de não ser registrado e de não ser reconhecido ou ter seus

registros pessoais publicados subordinam-se às exigências políticas por cada vez mais controle e às demandas morais cada vez mais discriminatórias por proteção. Falet e Alemão com seus *selfies*: Sorriam, vocês estão sendo vigiados!

## SORRIA, VOCE ESTÁ SENDO ENVOLVIDO. MANOBRAS DE UMA SOCIABILIDADE SOB SUSPEITA

Você tem medo do quê? Medo do filminho enquanto passava perto “da boca”, ou de uma guarnição da PM. Medo da gravação de voz enquanto dava um cumprimento forçado ao pessoal do movimento, ou respondia a uma indagação do policial. Medo da foto enquanto fumava um baseado ou zoava no caminho do baile *funk*. Muitos medos, vários receios para se ocupar em um tempo de conexões virtuais e de vigilância líquida (Baumann, 2014). “Imagine se isso viralizar na internet ou cair no smartphone errado?” E “se for parar nas mãos armadas dos donos do morro, dos PM ou dos X9?” Como manter-se conectado e não deixar rastros de si? Experimenta-se o receio do registro, da memória, do momento único eternizado como “prova” contra um, contra alguns ou vários deles, os jovens de favela, no Rio de Janeiro. Fiscalizar as conversas no *WhatsApp* tem aparecido como a mais nova modalidade de vigilância dos “meninos” do tráfico que invadem e dos “homens” da polícia que ocupam. Entre invasões e ocupações, reproduz-se o pedágio a ser pago: deixa-me ver, está falando o que e com quem aí? É parte do exercício de conviver na comunidade, viver com alguma dose de desconfiança em relação a quem é de fora, mas também com quem é de dentro. Isso corresponde a uma gestão cotidiana e diferenciada de riscos cuja principal chave interpretativa é o medo de ser identificado como *envolvido-com* o crime.

Envolvido: um modo de estar, ficar ou ser? Uma forma de (re)produzir cercas e pe-

dágios sociais móveis. Funciona como um dispositivo itinerante de incriminação. Promete, no imediato de seu acionamento, oferecer conforto emocional e proteção moral àqueles situados como estabelecidos (Becker, 2008), ao definir uma linha de justificação causal entre o passado, o presente e o futuro dos sujeitos apreendidos em sua rede classificatória. Esta é uma categoria acusatória a serviço da produção de controles estendidos e de vigilâncias difusas, cuja virtude primeira é ir cada vez mais além, em sua disposição classificatória: envolvido pode ser um efeito passageiro, um estado, uma etapa, uma condição, um destino. E pode muito mais, já que busca avançar da intenção expressa e consciente até o desejo implícito e inconsciente dos indivíduos sob incriminação. Caminha-se de uma reação natural do instinto até a manifestação cultural da vontade, oferecendo matizes que se encaixem em cada situação em que a categoria é acionada. Por isso, se ouve dizer que o “meio onde vivem” faz dos jovens pobres “bandidos natos”, ou vulneráveis com um suscetível “pé na criminalidade”. Em defesa da sociedade, o que importa é apreender, isto é, aprender a saber aprisionar os indivíduos aqui e ali, em seus próprios movimentos, deslocando-os, fazendo-os circular por entre confinamentos provisórios e sob os radares situacionais de controle social.

A categoria *envolvido-com* opera como uma válvula distribuidora de sentidos negociados, cuja eficácia simbólica está em adequar-se a cada situação vivida, de acordo com cada sujeito, conforme cada situação e segundo cada lugar. Sua elasticidade e flexibilidade permitem identificar traços específicos e reconhecer padrões comuns entre indivíduos, suas interações, intenções e trajetos. Revela uma engrenagem dinâmica transversal a todos os segmentos sociais, que se adequa às moralidades de produção de controle e de justiça, desde as que apoiam sua persecução em provas técnicas até as que emprestam materialidade aos seus juízos morais. É uma expressão, cujo rendimento classificatório é tão persuasivo que

caiu no gosto do senso comum. *Envolvido-com* tem sido acionada, nos diversos ambientes e contextos sociais, para antecipar o julgamento de políticos e empresários relacionados aos escândalos de corrupção, e para orientar as estratégias de comunicação social da Polícia Federal, da Justiça e da Corte Suprema.<sup>14</sup> É também acionada para predizer e justificar o juízo final desejado para as personagens cotidianas relatadas nos casos de criminalidade violenta noticiados nas mídias e redes sociais. É, ainda, mobilizada para antever o tipo de sanção esperada para as personagens de novelas, séries, etc. que, de algum modo, romperam com a expectativa social pretendida como hegemônica.

É suficiente conjecturar sobre a possibilidade de alguma interação para que se possa constituir uma convicção sobre a existência de algum envolvimento, cujo sinal negativo aponta, quando por menos, para um risco passível de salvação e, quando por muito, para uma ameaça a ser eliminada. Vai-se da imposição corretiva ao extermínio. Onde exista alguma intriga, picuinha ou divergência, pode-se fazer aparecer quem está envolvido com quem ou com alguma coisa. *Envolvido-com* traz um lastro de verdade percebida como mais verdadeira, uma vez que essa categoria não se restringe a rotular indivíduos, mas incorpora, sobretudo, suas relações. A engrenagem do envolvimento tem como ambição criminalizar os vínculos sociais e, com eles, as expectativas da sociabilidade e os interesses nos modos de convivência social. É por isso que esse dispositivo se faz tão preditivo, trazendo consigo a satisfação, por vezes vingativa e despeitada, de uma certeza acreditada, convicta. No extremo de sua capacidade operativa, revela-se uma armadilha: tem-se que todos nós estaremos ou seremos, em algum momento, envolvidos. Se viver em sociedade é interagir, e se interagir é envolver-se, então conviver em sociedade é estar envolvido. Sorria, você está sendo envol-

<sup>14</sup> A Lei 12.850/2013, que normatiza a “colaboração premiada”, ajudou na consolidação da ideia de envolvimento que levariam à necessidade de ampliar os mecanismos de controle, correção e punição.

vido em uma narrativa que ambiciona acertar sempre, porque se funda num truísmo cuja engenhosidade está em colocar-se a serviço do controle e da vigilância.

Tal como elucidado por Macedo (2015), a tradução normativa de uma agenda pública corresponde à construção de um consenso técnico-político que não só reduz a problemática ao que é conveniente ao *status quo* do mundo legal, como também retrata uma defasagem temporal em relação à produção acadêmica sobre a questão positivada em lei. Não foi diferente com as recentes mudanças na nossa legislação penal que, segundo a autora, se apoiam na criminologia da “defesa social”, há muito já refutada pela reflexão crítica do direito penal e pelas perspectivas contemporâneas das ciências sociais. Uma mudança foi a alteração do Art. 288 do Código Penal Brasileiro, proposta pela lei 12.850 de 2013. Substituiu-se “quadrilha ou bando” por “associação criminosa”, com a seguinte redação:

**Associação criminosa**

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos

Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente (Brasil, 2013, grifo nosso).

A nova tipificação criminal é mais abrangente, já que a noção de associação não se limita a caracterização de um grupo com um propósito comum. Diz respeito a toda forma de união, aproximação, colaboração, conexão, ligação, enfim, a todo tipo de relação. Por sua vez, essa relação é também mais inclusiva, podendo ser ocasional ou constante, episódica ou continuada. Sua dimensão restritiva estaria na intenção criminosa, sendo essa finalidade o aspecto que fundamenta a seletividade do olhar dos mecanismos de controle e vigilância. Qualificar uma interação como criminosa depende do arbítrio de quem define, de seu poder de nomear diante do campo de ameaças, desconfianças e suspeições em que se encontra inscrito. A fronteira com o que possa ser reconheci-

do como uma arbitrariedade é tênue, e tende a deslocar-se conforme as barganhas do sentido de autoridade e das formas de seu exercício. Em termos instrumentais, o substituto pragmático do tipo penal “associação criminosa”, no presente das práticas policiais, é o “envolvimento”, que varia quanto à sua natureza e grau para também ser abrangente. Pode-se dizer que a construção social do envolvido é um empreendimento moral da lei equacionada, no asfalto e na favela, ponderado pelas distintas razões que nos atravessam: as razões etárias, de cor, de gênero, de classe, de renda, e as que mais servirem para desigualar os desiguais.

Cada vez mais onipresente nas representações sobre as causas e consequências das “violências” e da “criminalidade”, o constructo *envolvimento* explora as ambiguidades, o “lusco-fusco” das interações e dos marcadores sociais, produzindo, simultaneamente, enquadramentos fugidios e estanques. Pode ser compreendido como um novo modo de rotulação que recicla as ideologias sobre as classes perigosas (Chalhoub, 1996) e parcela da juventude pobre. Estar ou ser envolvido pode aparecer como um momento passageiro ou uma identidade substantiva, permitindo a proliferação de gradações que vivificam estereótipos e preconceitos conforme o sujeito e a situação. Põe em circulação deslizamentos entre os estados provisórios (“estar envolvido”), momentâneos (“ficar envolvido”) ou permanentes (“ser envolvido”). São movimentos que transitam pelas noções de “vulnerável”, “suspeito” e “bandido”, que são manejadas a cada próximo encontro com a polícia.<sup>15</sup>

Inventariar e reinventar posições na cena interativa é o modo pelo qual os jovens de favela, com radar ligado, manobram os significados da categoria *envolvido-com*, dentro e fora de seus locais de moradia. Essa tomada de posição pode ser sintetizada como uma

<sup>15</sup> Na perspectiva da sujeição criminal elaborada por Misse (2011), há um agravamento progressivo do processo de subjetivação do crime que engendra, em cada época, um tipo social: já foi o malandro, o marginal, o vagabundo, agora o bandido-trafficante. Esses tipos se afastam da categoria *envolvido-com*, pois ela não corresponde a um tipo social, mas a um tipo de interação social.

economia política do envolvimento, um modo operativo transversal e manifesto em situações diversas, que circunscreve um conjunto de táticas de como se manter a salvo de acusações, seja pelo excesso de proximidade ou de distância das cercas que os envolvem. De que lado eles estão? De que lado não estar agora? Tem-se uma averiguação rotineira de credenciais, uma lista exaustiva de autoverificação. No trajeto entre casa, trabalho e casa, no uso do transporte alternativo, na procura por emprego, na volta da escola, no recôndito das interações afetivo-sexuais, é sempre preciso apresentar-se e representar-se como *não-envolvido*. O que pode ajudar a aliviar a condição de morador de favela, quando abordado pela PM? Portar uma bíblia? Trajar uma camisa de projeto social? Usar roupas e acessórios modestos, que não destoem da condição de pobre honesto? Ter o corpo e a cor de pele “certos”? Tudo isso na esperança de ser capaz de manejar a constante suspeição que paira sobre suas cabeças.

Salta das línguas dos jovens entrevistados do Falet e do Alemão, em tons de revolta, humor, resignação e deboche, uma espécie de manual de como se livrar da imagem de envolvido diante da polícia, percebida por eles como a principal guardiã das entradas e saídas da estratificação social. Esse tutorial é apresentado pelo que se deve evitar, ou não se deve fazer, ou portar. Um código de etiqueta a revelar as boas maneiras esperadas de quem já traz a vantagem social da origem favelada e não branca.

São algumas recomendações para rapazes e moças, especialmente para jovens pretos e mestiços. Vestimentas de funkeiro, *rapper* ou *Mc*, assim como cabelos com cortes ou-sados, *dread* ou descoloridos, soam provocativos. Adereços com cores chamativas (tênis, esmaltes, batons, óculos espelhados), bijuterias e joias são lidos como afrontosos. Objetos pessoais “de grife” podem ser interpretados como abuso, uma intenção ostentatória. Nessa mesma lógica, correntes e pulseiras de ouro, smartphones de marca de prestígio e vestimentas esportivas famosas podem ser vistos

como “produto de roubo” e, por derivação, como materialidades do envolvimento com o crime. A mesma preocupação as moças e os rapazes de favela devem ter com os bens de consumo de suas casas. A “linha branca” ou básica dos eletrodomésticos, com aparência de nova, também pode ser um indício de “presente do tráfico”, assim como carnes de primeira, laticínios e cerveja mais cara na geladeira podem indicar algum “serviço prestado” ao crime. Moças muito arrumadas podem ser vistas como “mulheres de bandidos”. Rapazes com expressões corporais expansivas e linguagem carregada com gírias podem ser vistos como olheiros do tráfico. Já a “pinta de maconheiro” deve ser um distintivo reservado para gente de fora, para as moças e rapazes da Zona Sul ou do asfalto. Por último, a cartilha informal dos bons modos recitada pelos jovens revela a necessidade de cuidados extras com objetos que são vistos pela polícia como “disfarces usados por marginais”. São eles: carteiras de trabalho e de estudante, bíblia e camisetas de projeto. Ao levar ao pé da letra as dicas aqui ilustradas, pode-se constatar que todos os ingredientes simbólicos que informam rupturas estéticas, valorativas e comportamentais e que configuram os lugares sociais das juventudes são objetos de vigília e ortopedia moral. A exuberância, a extravagância e a deriva próprias da experimentação juvenil seriam vistas como ameaçadoras ao projeto civilizatório idealizado para as comunidades populares. Parece que lá, na favela, não se pode ser jovem, mas tão somente um trabalhador pobre e esforçado.

As formas encontradas pelos jovens para contornar os confinamentos que se apresentam em seus trajetos não os muniram de uma blindagem socioeconômica que lhes permitisse ignorar essas cercas e ultrapassá-las sem correr ou colocar em risco parentes e amigos. A autonomia para transpor as aporias do ser ou estar envolvido mostra-se relativa. E aí, faz o que então? A saída é “ficar dentro de casa?” – indaga um dos jovens entrevistados. O empreendimento tem sido o de forjar aberturas para

a experimentação de formas de sociabilidade juvenil, inscritas em um mundo cosmopolita e globalizado, por meio das quais as imagens convencionais associadas a ser um ou uma jovem de periferia sejam superadas.

Uma das estratégias fundamentais para os jovens de favela em fuga da alcunha de *envolvido-com* é tentar abrir uma fenda nas malhas do controle policial. É a polícia que, a cada abordagem, a cada tomada de território, reforça sua posição de fiscal das regras do seu próprio jogo e do jogo de sustentação do *status quo*. É a polícia que, mais imediatamente, faz saber, faz lembrar que há pedágios a serem pagos para entrar, permanecer ou sair dos mundos sociais. Diga-me onde anda, com quem fala e o que faz, e te ditarei quem és! Essa alegoria sintetiza a percepção que os jovens do Falet e do Alemão têm do tipo de controle que a polícia exerce sobre eles. O poder (delegado) de polícia é vivido ali, na expectativa de sua presença, na sua chegada e na forma concreta de sua ação, como o poder (autonomizado) do policial que “barra” (interpela) para averiguação, os mesmos jovens de sempre.

Falar da polícia é falar, com muita mágoa e algum humor cáustico, dos constantes levantes de muros e de como ultrapassá-los, abrindo pequenas brechas, com menor dano possível. Os PM, ou simplesmente “eles”, aparecem na linguagem dos jovens como a cerca das cercas que “surgem do nada”, em todo e em qualquer lugar, para fazer o trabalho deles: atemorizar a favela, tratando todo mundo como bandido, sem distinção.

Os PM já têm o conceito de que os moradores das comunidades do complexo são bandidos e “mulher é piranha”. Este estigma não se limita as UPPs. Todos os policiais do Rio de Janeiro enxergam os moradores de comunidade como bandidos (Rapaz do Complexo do Alemão).

Um tom acalorado de denúncia contra os maus usos e abusos policiais tomou conta da conversa com os jovens entrevistados. Eram momentos-catarse, que funcionavam como testemunhos-verdade e serviam como contra-

ponto às tentativas de fuga do contato com a polícia. E ela, na sua “doutrina tático-operacional” e na realidade sensível de suas práticas, corresponde a muitas polícias em uma só PM. Para os jovens, tem-se, na favela, a oferta de um cardápio exclusivo de meios desmedidos de força. Não há interesse de fazer policiamento ostensivo, mas apenas uma “repressão amadora e mal intencionada”. Tem-se a PM da operação policial, a PM do choque, a PM do “caveirão”, a PM da ronda, a PM do forjado, a PM da UPP. Essa última é também reconhecida como a “PM da decepção”, porque a ela se creditava a esperança na mudança para melhor da atuação policial nas favelas.

Ainda que os jovens entrevistados reconheçam níveis diferenciados de violência, física e simbólica nas atuações das várias PM nas favelas, eles identificam um ponto em comum entre elas que seria a discriminação socioespacial e o preconceito racial. Uma caracterização das PM que se aproxima da imagem criada por Caetano Veloso na música Haiti. Quase pretos e quase brancos, dando porrada em quase brancos e quase pretos que, de tão pobres, são vistos e tratados todos como pretos.

Sofremos preconceito por sermos de comunidade. As formas de se expressar sejam na forma de se vestir falar também influenciam na discriminação (Moça do Falet).

A “sociologia da polícia” construída pelos entrevistados lança mão de noções saídas das teorias sociais do desvio, do crime e da violência. Ao tratarem do *modus operandi* das PM, eles acionam uma lista recorrente de expressões como estigma, rotulação, etiqueta, estereótipo, discriminação. Uma apropriação simbólica tanto das representações que se fazem presentes nos discursos que ambicionam hegemonia de sentido, quanto das categorias que se pretendem analíticas na narrativa crítica das ciências sociais. Revela-se uma política de sentido que se beneficia da reflexividade para transformar o que se inaugura como uma retórica de acusação em uma tática discursiva de defesa. Um

expediente de tomada de assalto por dentro da linguagem, como agradaria a Foucault (1998), revelando resistência onde há poder. Uma estratégia de manipulação da identidade deteriorada, como compreenderia Goffman (1998), demonstrando a existência do poder dos fracos.

A incorporação e o uso de alegorias que apontam para práticas discriminatórias, excludentes e desiguais correspondem a um aprendizado realizado pelos jovens quando de sua inserção no mundo dos projetos sociais. Esse léxico está na linguagem autorizada, falada e escrita, dos operadores sociais. É parte da textualidade das políticas sociais e da contextualização de seus conteúdos voltados para a favela. São palavras-ação que emprestam visibilidade a causas, registram processos de luta e de construção de legitimidade para o seu ingresso na agenda pública. Constituem uma forma de socialização política no manejo das rotulações.

As experiências com a rotulação de *envolvido-com* emergem em um interjogo que estabelece alianças de ocasião entre jovens e os conduz a ter de elaborar uma cartografia dos lados para poder transitar pelas cancelas da PM e dos traficantes. Ela se traduz em diversas manobras realizadas pelos territórios físicos e simbólicos na busca da adequada distância para dentro. Entre os moradores da favela, revela-se o cálculo estratégico sobre os modos de fazer ver ao outro a sua inscrição. Esses procedimentos de regulação e remanejamento operados pelos jovens exigem sagacidade para negociar brechas, diante da percepção de uma acusação latente de colaboração com um inimigo da vez, polícia, milícia ou a facção: olhou? Cumprimentou? Xnovou (delatou)!

Qualquer que seja o lado, o *envolvido-com* também pode ser “o cara que não colabora”, que nada ou pouco tem a informar. Um manejador dos indícios, um “abusado” que escape das cercas. Do lado de lá da ordem pública da PM das operações policiais, quem passa perto do crime do lado dele está. Do lado de cá das ordens do “tráfico”, quem passa muito longe do movimento, com algum dos

seus inimigos está. O controle armado da PM e do tráfico, por meios distintos, partilha de uma mesma lógica: produzir envolvimento que promovam alianças, mesmo forçadas, que possam contribuir para a estabilização de seu poder no território-favela.

A cartografia dos lados para onde olhar (ou não) e se mover (ou não) implica tráfegar em várias direções, da maior ou menor proximidade. Envolve tensões entre esses polos e dilemas nas escolhas do tipo de distanciamento possível a ser representado diante de um contexto de ameaças latentes e da violência como um horizonte. Isso é mais perceptível quando os entrevistados aludem às redes de convivência na favela e, por sua vez, aos princípios de amizade que, em certas circunstâncias, são devotados aos chamados “bandidos”, nas localidades onde ocorre o crime-negócio (Zaluar, 2004).

O sentido da amizade como sinal de proximidade é realçado e possibilita a coreografia de práticas performáticas que encenam, *in acto*, lealdades possíveis em uma arena de vigilâncias horizontalizadas: saudações longas, toques em partes do corpo, olhares confirmadores, sorrisos abertos, acenos manuais. Tais indícios, estampados no corpo, se prestam ao reconhecimento público da existência de uma ligação privada. Nasceram no mesmo lugar, se conhecem desde crianças, estudaram juntos, são alegações que justificam as expressões obrigatórias das deferências e que apontam para a ambiguidade das engrenagens do envolvimento e a produção de aparente continuidade de vínculos precariamente constituídos. A franquia ocupacional exercida pelo poder armado possibilita a redefinição da identidade de “bandido”, forçando o acionamento de uma conexão horizontal situada antes do ingresso na vida do crime. A horizontalidade, assim forçada, releva a interdependência desigual que se dilui na obrigação de reconhecer e de retribuir a gentileza de uma congratulação.

Estava no baile e vi um amigo de infância que estava com a bazuca. Eleveio me cumprimentar. Eu não vou parar de falar com as pessoas por estarem

na bandidagem. Se alguém da bandidagem falar comigo e eu não responder, vão achar que eu estou em acordo com a polícia ou com outra facção (Rapaz do Complexo do Alemão).

Pela figuração da amizade abre-se uma cadeia de trocas e um cortejo de amabilidades que convivem com a contínua cobrança de pedágios e demandas por filiações e adensamentos. A adesão às regras de lealdade não é “cega”, mas manobrada face à eterna suspeição mobilizadora dos distintos graus de envolvimento. Daí uma gestão de si para que os de fora saibam de que lado os que são de dentro estão ou precisam ficar. “Nem precisa estar do lado” para ser alvo de vereditos acusatórios amplificados pelos mecanismos de controle a céu aberto, sempre atentos aos “fechamentos” com os inimigos, seja a polícia ou os do bando rival. A simples insinuação de traição, ou a identificação de uma “mudança de lado”, calibra a tensão para a destruição segundo os códigos ditados pelos aliados. “Ah, eles têm as leis deles”. É uma sentença conformada que está na boca de muitos moradores das favelas sobre o tribunal do tráfico (Dias, 2012; Feltran, 2016; Vital, 2015). Ser amigo dos amigos da “facção” é deixar à mostra as lealdades primárias, dar provas constantes da proibidade a quem está próximo, ampliando seu capital de proteção para dentro, mesmo que provisório, face aos desafios que enfrentam: medo de morrer, medo de sobrar!<sup>16</sup>

A categoria *envolvido-com* traz consigo uma engenhosidade cuja eficácia se distingue da categoria classe perigosa. Sua modernidade está na manifestação gerencial de um individualismo de mercado. Através dela se consegue o que nem Cesare Lombroso imaginava em sua ambição de classificar o tipo criminoso: pôr no banco dos réus a própria interação social. Por meio da noção *envolvido-com* ambiciona-se criminalizar os indivíduos e sua transitividade entre realidades sociais.

Se, por um lado, *envolvido-com* aparece

como novidade na narrativa contemporânea de controle do crime, por outro lado, não há novidade alguma na associação histórica de discursos criminológicos entre juventudes pobres e crime. Tem-se uma associação perversa, instantânea, há muito internalizada, entre jovem de favela e “crime organizado”. Um olhar político que conjuga evolução com salvação, identificando uma gênese comum, embrionária: ambos têm a mesma origem, seja na sua “natureza humana”, seja do lugar de onde se é natural. Ontologias a serviço do controle. Insinua-se uma moralidade específica que busca dar conta da trajetória desviante, suas causas e efeitos. O que serve para justificar distintas formas de intervenção corretiva, seja pela inclusão tutelada de alguns, seja pela exclusão deliberada de outros matáveis, seja pela indiferença diante dos muitos que não “fizeram por merecer” o projeto social salvador ou a morte redentora.

Ao examinar as representações que hoje se oferecem à questão do envolvimento dos jovens com o crime, revela-se um confronto com outro processo de rotulação que orienta e justifica políticas e projetos sociais cujo foco são indivíduos nos quais se “cola” o adjetivo “vulneráveis” a uma vida criminosa. O termo em si (como “envolvido”) também contém um juízo de que existe um grau maior de exposição a riscos e perigos que atinge determinadas pessoas e grupos frente a outros. Evoca a mesma conotação negativa, ainda que menos orientada para uma perspectiva individualizante, aliviando sua carga moral. Assim, o candidato ideal dos projetos sociais – um recurso profílico à criminalidade (ainda que implícito) – não deve “ser envolvido” com ações criminalizáveis. Mas, é desejável que o candidato seja classificado como em “situação de vulnerabilidade” ao envolvimento, para justificar as iniciativas construídas para sua inclusão. É como se o atributo *envolvido-com* remetesse a uma questão individual e a vulnerabilidade reconhecesse o caráter estrutural do desvio ou do comportamento desviante. Não é à toa que os

<sup>16</sup> Sobre estilos de masculinidade e seus dispositivos invisíveis, ver: Cecchetto (2004).



projetos sociais acionam a gramática da escassez de oportunidades de trabalho e renda para a juventude pobre. Não é à toa que os elegíveis para os projetos sociais vão precisar mostrar merecimento, convertendo-se em uma vítima empreendedora de seu resgate social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maio de 2017. Dois meses antes, um vídeo circulou no *WhatsApp*, mostrando a execução de dois rapazes perto de uma escola municipal na Zona Norte do Rio.<sup>17</sup> Deitados no chão, um deles ainda tentou se levantar antes de ser alvejado mortalmente pelo policial. O ato surpreendeu e embaralhou as vozes dos vizinhos que filmavam a cena de uma janela indiscreta. Quanto pior a experiência do real, maiores as possibilidades de edição e disseminação virtuais. O cenário era de mais um confronto entre PMs e suspeitos, que já tinha produzido uma vítima naquela manhã: Maria Eduarda, 13 anos, baleada dentro da mesma escola enquanto corria dos tiros. A morte da adolescente causou revolta na internet, por tratar-se de “um inocente”. As mortes dos jovens nem tanto. Seus marcadores sociais podiam indicar algum “envolvimento com o crime”. Na dúvida, se “marginais” ou não, os discursos temerosos mantêm-se leais à engrenagem do *envolvido-com*. Trazem à cena da linguagem conjecturas sobre um passado idealizado (“eles foram envolvidos”), um presente ameaçado (eles podiam estar se envolvendo) ou um futuro determinado (eles serão envolvidos). Os PMs flagrados foram presos e respondem por homicídio qualificado. Dois rapazes e uma menina, agora “só na estatística”, elevam o número de mortes por intervenção policial.<sup>18</sup>

As mortes foram vistas como “covardia”, mas não por todos e nem por muito tempo. “Estar na guerra contra o crime” é viver excep-

cionalidades como rotina e se convencer da necessidade de um governo continuado de exceção para os outros de nós, lá longe nas “áreas conflagradas”, ali nas “comunidades de risco”, nos territórios-favela.

Os rapazes mortos mobilizaram falas condenatórias sobre suas identidades. A potência da reverberação é sentida pela ausência de outros adjetivos negativos sobre sua condição já suficiente de “bandidos”. Uma acusação totalizadora que funciona como chancela para a execução extrajudicial consentida, dada de forma explícita e informalmente. Como terapia para os “irrecuperáveis”, seria imperioso menos uma polícia ostensiva e mais uma polícia ostentatória de seu poder beligerante.

Duas vidas, dor de alguns próximos e muitos *likes* de desconhecidos. As práticas de limpeza social fazem parte do jogo publicitário e plebiscitário das opiniões instantâneas em rede, estimuladas a sair do armário pelo agravamento intencional do temor. Elas são vistas como mais produtivas diante da “escalada da violência”. Seriam mais eficazes já que são aplicáveis no calor dos acontecimentos e produtoras de justiça rápida, ainda que vingativa. Seriam mais econômicas, já que se acredita que reduziriam, pela eliminação dos inabilitados, os gastos futuros com o social, a segurança, a justiça, a prisão, etc.

É no contexto de desconfianças recíprocas e perseguição diversificada de envolvimento que prosperam apoios à violência estatal. Tal performance dá satisfação moral aos adeptos da senda punitiva. Serve como alívio imediato do assédio moral que eles acreditam viver ao se verem “forçados a conviver” com a alteridade: sorria, você *não* será uma vítima das razões de segurança se não for enquadrado como *envolvido-com*. Sorria no canto da boca, pois não há garantias de onde as cancelas andarilhas que separam os “cidadãos de bem” dos zé-ninguém vão estar, e se há vaga para mais um.

O rendimento da expressão *envolvido-com* despertou nossa reflexão sobre os seus

<sup>17</sup> Ver: Soares (2017).

<sup>18</sup> Sobre mortes violentas de cidadãos e policiais ver (Anuário brasileiro de segurança pública, 2016).

usos e as manobras dos moradores de favela. Esses manejos põem em relevo questões sobre a juventude pobre, seus modos de inserção na cidade e seus distintos mundos. Fornecem pistas sobre as dinâmicas de inclusão ou exclusão, as funcionalidades dos dispositivos de controle e seus efeitos nas trajetórias e subjetividades daqueles que vivenciam mobilidades reversas na estratificação social. O acionamento da categoria acusatória *envolvido-com* faz aparecer um saber prático que calcula como manejar com as diversas cercas, negociando com os agentes de controle as brechas para fuga dos medos de sobrar e de morrer. Uma acusação como força motriz a movimentar uma economia psíquica e política entre os jovens de favela. Um achado contido na expressão repetida por todos os jovens entrevistados e que deu origem ao título desse artigo: “Basta estar do lado”, para se tornar um *envolvido-com*. Essa expressão basta para apontar o peso do estigma que os jovens de favela carregam e precisam superar por morarem em áreas sob tutela extensiva e continuada de agentes estatais e grupos criminosos.

Os jovens seguem abrindo brechas nas variadas cercas existentes por meio do lazer, da arte, da religião, da tecnologia e da inserção em projetos sociais. Constroem seus caminhos sempre alertas, para nem estar perto nem longe demais do lado que precisam ficar, numa gestão cotidiana de si que pondera as sujeições de uns e as tiranias de outros que estão à sua volta.

Recebido para publicação em 17 de outubro de 2017  
Aceito em 28 de novembro de 2017

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *Estado de exceção: [Homo Sacer, II, I]*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. 117 p.
- AGIER, M. *Antropologia da cidade. lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011. 216 p.
- AMORIM, M. S.; KANT DE LIMA, R.; MENDES, R. L. T. *Ensaios sobre a igualdade jurídica: acesso à justiça criminal e direito de cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/storage/10\\_anuario\\_site\\_18-11-2016-retificado.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- AUGÉ, M. *Não Lugares*: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 2012. 111 p.
- BAUMANN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 176p.
- \_\_\_\_\_. *Vigilância Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2014, 160p.
- BECKER, H. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 232 p.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP, 2007, 556p.
- \_\_\_\_\_. *Economia das trocas lingüísticas*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 430 p.
- BRASIL. Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/112850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112850.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 272 p.
- CECCHETTO, F. *Violência e estilos de Masculinidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- DIAS, C. N. *PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência*. São Paulo: Saraiva, 2012, 456 p.
- ELIAS, N. *“O processo civilizador”*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.
- ELIAS, N; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 224p.
- FELTRAN, G. Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo. In: ROLNIK, Raquel; FERNANDES, Ana (Org.). *Cidades*. Rio de Janeiro: Funarte, 2016. p. 1-21. (Coleção ensaios brasileiros contemporâneos).
- FREIRE-MEDEIROS, B. *Gringo na laje: produção, circulação e consumo da favela turística*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 164 p.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988. 149 p.
- \_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 1998, 158 p.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 379 p.
- \_\_\_\_\_. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 572 p.
- FRÚGOLI, JR. H. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Edusp, 2006. 264 p.
- GOFFMAN, E. *Estigma. Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988. 158 p.
- HITA, M.; Gledhill, J. Antropologia na análise de situações periféricas urbanas. *Caderno metrop.*, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 189-209, jan./jun. 2010.
- MACEDO, B. Defesa social e segurança pública: desafios

- para a implantação de políticas públicas de Segurança no Brasil. 2015. Projeto de pós-doutorado (Pós-doutorado) – Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro, Niterói, 2015.
- MAGNANI, J. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: UNESP, 1998. 166 p.
- MISSE, M. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 40, v. 19, p. 13-25, oct. 2011.
- MONTEIRO, R. Socio-sporting projects, violence prevention and suburban youth in the city of Rio de Janeiro. *Vibrant*, Brasília, v. 7, n. 2, p. 166-193, 2011.
- MUNIZ, J.; MELLO, J. Nem Tão Perto, Nem tão longe: o dilema da construção da autoridade policial nas UPPs. *Civitas: revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 44-65, 2015, p. 44-65.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista projeto história* 10, São Paulo, p. 7-29, dez. 1993.
- NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I.; EUGÊNIO, F. (Org.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 105-121.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RIO como vamos. [20--]. Disponível em: <<http://riocomovamos.org.br/indicadores-regionalizados/regiao/complexo-alemao/>>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- RIO DE JANEIRO. UPP – Unidade de Polícia Pacificadora. [20--]. Disponível em: <<http://www.upprj.com/index.php/localizacao/localizacao-interna/Coroa%20%7C%20Fallet%20%7C%20Fogueteiro>>. Acesso em: 30 mar. 2017.
- SILVA, L. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.
- SOARES, Rafael. PMS flagrados executando dois homens são envolvidos em 37 autos de resistência. Extra, 2017. Disponível em: <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/pms-flagrados-executando-dois-homens-sao-envolvidos-em-37-autos-de-resistencia-21141468.html#ixzz4gs7clUr4>>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- TAUSSIG, M. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem*: um estudo sobre o terror e a cura. Local: Paz e Terra, 1993.
- VITAL, C. *Oração de traficante*. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2015. 432 p.
- WACQUANT, Loïc J. Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, 2001.
- ZALUAR, A. *A máquina e a revolta*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985. p. 270.
- \_\_\_\_\_. A. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 445.

**“BASTA TÁ DO LADO”. THE SOCIAL  
CONSTRUCTION OF THOSE INVOLVED IN  
CRIME**

*Fátima Regina Cecchetto  
Jacqueline de Oliveira Muniz  
Rodrigo de Araujo Monteiro*

Based on the ethnographic work and group interviews with young people from two Rio de Janeiro favelas, this article problematizes the category ‘involved-with (taken from the everyday language) crime and its services’, as a fluid social control device that creates moving borders which serve to “unequalize” the unequal. This shows how this notion has been mobilized in the selective distribution of surveillance and punishment of youths in the suburbs. Its functionalities are discussed in the regulation of trajectories and identity paths, highlighting a profiling web that ends up blurring the meaning between the notions of “criminal” and “vulnerable.” The activation of moralities that justify the self-management of the favela inhabitants is analyzed. It reveals an ambition of police custody maximized by the appetite for criminalization not only of individuals, but also of their social relations.

KEYWORDS: Involvement. Youths. Social control. Surveillance. Social vulnerability.

**“IL SUFFIT D’ETRE A COTE.” LA  
CONSTRUCTION SOCIALE DE CELUI MELE AU  
CRIME**

*Fátima Regina Cecchetto  
Jacqueline de Oliveira Muniz  
Rodrigo de Araujo Monteiro*

En se basant sur les travaux ethnographiques et les interviews de groupe avec des jeunes de deux favelas de Rio de Janeiro, l’article pose le problème de la catégorie mêlé au (extrait du langage courant) crime et à ses services, en tant que dispositif de contrôle social itinérant qui édifie des frontières mobiles qui inégalent les inégaux. Cela montre bien comment cette notion a été mobilisée dans la distribution sélective de la vigilance et de la punition des jeunes de la périphérie. L’article présente ses fonctionnalités dans la régulation des trajectoires et des parcours identitaires en mettant en évidence toute une série d’étiquetages qui entraînent des glissements de sens entre les notions de “bandit” et de “vulnérable”. Il analyse la mise en place de moralités qui justifient la gestion des habitants des favelas par eux-mêmes. Il révèle une ambition de tutelle policière maximisée par l’appétit de criminalisation, non seulement des individus mais aussi de leurs liens sociaux.

MOTS-CLÉS: Implication. Jeunes. Contrôle social. Surveillance. Vulnérabilité sociale.

# JOVENS NA POLÍTICA NA ATUALIDADE – uma nova cultura de participação

Maria da Glória Gohn\*

O artigo aborda a participação de jovens em ações coletivas como protagonistas na esfera pública, pondo em destaque, também, algumas políticas públicas que têm tratado de questões de seu cotidiano, como as reformas na área da educação. Indaga-se sobre lugar dos jovens nessas políticas, a partir das ocupações em escolas públicas no período. A meta final é analisar o impacto da ação desses jovens na sociedade e nas políticas públicas, destacando a cultura política criada (ou ressignificada) e a renovação operada na questão da participação dos jovens a partir do uso das redes midiáticas. A base de dados advém de pesquisa realizada em sites da Internet, em redes de jovens, e dados da mídia impressa em São Paulo, entre 2013 e 2017. Autores do referencial teórico utilizado são Charles Tilly, Doug MacAdam, S. Tarrow, e Klaus Eder. Outros marcos interpretativos foram encontrados em autores de teorias renovadas do socialismo libertário, defensores de teorias autonomistas, culturalistas e da resistência civil.

PALAVRAS-CHAVE: Jovens. Ativismo digital. Participação lutas pela educação. Políticas públicas e jovens.

## APRESENTAÇÃO

Pesquisas realizadas no início dos anos de 2010 apontaram que 80% dos jovens residentes no Cone Sul viviam no Brasil, que concentrava 50% dos jovens da América Latina. Essa cifra correspondia a 34 milhões de jovens, dentre os quais, 50,5% homens e 52,9% negros. Destacam-se ainda os seguintes dados: 28,2 milhões (83%) moravam na zona urbana e 5,9 milhões (17%) na zona rural; 20 milhões viviam em famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo; 1,3 milhões de jovens eram analfabetos, dentre os quais 900 mil negros (Roggero, 2012). Na atualidade esses índices se ampliaram, acrescidos pelo fato de que o número de desempregados é maior entre os jovens. A crise não os afeta apenas do ponto de vista econômico, mas também no âmbito político-cultural. Recessão, corrupção e violência formam um caldo que destrói a confiança e a esperança no futuro. Entre os jovens com escolaridade

alta e que já atuam como profissionais no mercado de trabalho, ao final de 2015, pesquisa da Consultoria Deloitte Brasil (2015) registrou que 48% desses jovens estavam preocupados com a estabilidade nos empregos, deixando de lado a *modus operandi* dessa geração, então denominada como Y, imbuída ou capturada pela lógica da racionalidade neoliberal, que, desde a década de 1990, tinha a mudança, a busca de inovações, e o empreendedorismo como paradigmas de vida. Ou seja, a conjuntura econômica da década de 2010 afeta os jovens de todas as camadas sociais e abriu espaço para que eles olhassem para a política, para os partidos e para o comportamento dos políticos, que passam a ser rejeitados e criticados.

Destacamos, neste artigo, uma das faces do modo de ser do jovem na atualidade: sua participação sociopolítica e cultural em coletivos, movimentos sociais ou órgãos públicos como os Conselhos. O interesse pelos jovens decorre da constatação de sua participação majoritária nas manifestações de protesto que vêm ocorrendo em espaços públicos no Brasil, desde 2013. O artigo objetiva apresentar um estudo sobre o papel dos jovens na cena pública brasi-

\* Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Departamento de Educação. Cidade Universitária Zeferino Vaz. Campinas – São Paulo – Brasil. mgohn@uol.com.br

leira a partir de 2013, destacando suas práticas em dois cenários: nas manifestações nas ruas e nas ocupações em escolas públicas da educação básica, como estudantes. A escolha desses cenários decorre da importância e visibilidade das ações juvenis, as quais, partindo de demandas localizadas (mobilidade urbana em junho de 2013 e contra as reformas na educação, em 2015 e 2016). Em 2013, os jovens souberam sensibilizar e mobilizar outras camadas da população, que saíram às ruas para apoiar suas demandas (contra o aumento das tarifas de transporte). Rapidamente, as manifestações ampliaram o repertório de reivindicações para outros pontos e áreas, gerando questionamentos sobre políticas públicas, modos de gestão e políticos vigentes. O artigo apresenta os valores e os princípios que fundamentaram suas práticas, assim como as matrizes discursivas daqueles jovens, representados especialmente pelo Movimento Passe Livre (MPL), com perfil mais “autonomista”. Os desdobramentos das ações de 2013, a partir de 2014, levou ao surgimento de outras correntes político-ideológicas de organização dos jovens, de cunho liberal ou conservador, tais como o Vem Pra Rua (VPR) e o Movimento Brasil Livre (MBL), analisados neste artigo. Nas lutas no campo da educação básica, especialmente das escolas públicas, a partir de 2015, o artigo foca as demandas, práticas e princípios dos estudantes, e suas relações com os jovens participantes de 2013.

Nossa hipótese é a de que há elementos comuns que articulam as práticas dos jovens nos cenários selecionados. Primeiramente, destacam-se os direitos (Dahl, 2001). Quer seja para obtê-los, no caso da mobilidade urbana e da educação, quer seja para alterá-los, ou até suprimi-los (caso do MBL), o que está em pauta são os direitos. Em segundo lugar, os direitos em pauta são direitos modernos, onde se destaca uma cultura política (Eder, 1992) que os inspira e que é construída no processo. Essa cultura alicerça-se em pressupostos advindos de concepções do moderno, e não da modernidade. O moderno, aqui, é visto por meio das

pautas que remetem às ações e modos de ser e estar dos indivíduos na sociedade, tais como as pautas de gênero, raça, religião, autonomia, liberdades civis e públicas etc. Os jovens demandam “igualdade não somente nas condições de vida e oportunidades, mas também, de participação e liberdade” (Scalon, 2013, p.184). As pautas da modernização, advindas dos anos de 1940, a partir da segunda era Vargas, focalizam o desenvolvimento do país, a economia, os índices quantitativos da produção industrial e outras; valorizam a ideia de progresso, visto como a substituição do modo de viver cotidiano segundo tradições, pelo modo de vida focado no consumo.

As fontes de dados deste artigo advêm de veículos da mídia, especialmente a escrita e a *On-line* (Jornais *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo*), sites das redes sociais de movimentos, coletivos e organizações sociais de jovens, além de pesquisas realizadas por institutos de estudos sobre opinião pública, como o Ibope ou laboratórios universitários de acompanhamento da mídia. Todo material selecionado está catalogado em arquivos de dados próprios, organizados desde 2013.

O desenvolvimento deste artigo tem três momentos. Inicialmente, problematiza o que entendemos por jovens na atualidade e o poder das redes e mídias sociais nas suas atuais formas coletivas de ação; em seguida, apresentam-se as performances e valores dos jovens nas manifestações nas ruas de 2013 a 2017 no Brasil. Finaliza-se com a análise da luta dos jovens estudantes no campo da educação básica, formal.

## JOVENS E JUVENTUDE – conceitos, estudos e políticas públicas

Partimos de conceitos já desenvolvidos em publicação anterior sobre os jovens e aqui reproduzimos um dos trechos básicos:

O conceito de juventude, associado à condição de ser jovem, aparece na literatura sociológica sob dois eixos articulatórios de questões, problemas e

características. O primeiro é decorrente do pertencimento a uma dada faixa etária (onde também não há consenso), com ênfase em aspectos geracionais de uma determinada fase de vida. O segundo destaca aspectos socioeconômicos e culturais determinados pela situação de classe social. Alguns autores afirmam que se deve falar no plural, juventudes, porque há múltiplas diferenças. Sposito (2003) constrói outras dimensões para a categoria jovem, tais como condição juvenil e situação juvenil. Essas categorias referem-se ao modo como a sociedade constitui e atribui significados à juventude em determinadas estruturas sociais, históricas e culturais, dentro de escalas e hierarquias sociais (Gohn, 2013b, p. 205-206).

Na atualidade, os jovens e a juventude continuam a desafiar teóricos e teorias em suas análises. Autores como Dayrell (2009), Abramo (2005), Scalon (2013), Carrano (1999), Diógenes (2004) e Spósito (2009), entre outros, também têm se dedicado ao estudo dos jovens no Brasil, particularmente no campo da educação formal. Em todos esses autores, quer se destaquem os atributos positivos da juventude, associados à inovação e à criatividade, portadores de mudança social, quer se destaquem os atributos negativos, associados a problemas “da idade” ou as condições de vulnerabilidade socioeconômica (galeras da periferia), há certo modelo ideal de comportamento do “ser jovem”. São raros os estudos a exemplo de (Scalon, 2013) que focam as práticas e os comportamentos dos jovens segundo uma lógica mais societal, de reinvenção da cultura política existente, de criação de relações que apontam perspectivas para a mudança e transformação social, adentrando o campo de novos direitos sociais, políticos e culturais; ou, ao contrário, nas práticas e discursos que negam direitos já conquistados e postulam a volta a contextos que enfraquecem a democracia. Os jovens também já foram analisados sob a ótica dos efeitos da superproteção, ou como os “mauricinhos”, que, em passado remoto, também já foram denominados de “juventude transviada”, imortalizada em filme protagonizado por James Dean.

Os jovens, na atualidade, também po-

dem ser estudados em seus vários papéis sociais: estudantes e produtores de arte em galerias, blogs, redes sociais etc. Essas práticas e comportamentos levam, tanto em 1968 como na atualidade, à temática dos coletivos e dos movimentos sociais. O mundo globalizado vive, hoje, novo ciclo de protestos com contestações políticas (Tilly; Tarrow, 2007), similares aos da década 1960, embora com outros temas, outras formas de mobilização, e distintas conjunturas políticas e econômicas. Mas os impactos e efeitos na sociedade e nos governos só os vemos similares naquela década.

O uso da internet é um dos principais elementos de diferenciação, pois, de um lado, ela tem revolucionado a forma de a sociedade civil se comunicar, e, de outro, a forma de os indivíduos interagirem. Ela propicia o acesso à informação, antes monopólio de grupos e instituições ou acessível apenas a poucos. Mas a seleção, focalização e decodificação dessa informação é feita não apenas pelos indivíduos isolados: há uma pluralidade de atores e agentes disputando a interpretação e o significado dos fatos e dados. É aqui que entram as redes sociais, os coletivos e os movimentos sociais com grande poder de formação da opinião pública. Eles não apenas decodificam, mas também codificam os problemas e conflitos a partir de temáticas em torno das quais se articulam.

O poder das redes vai além da mobilização. Elas impactam no caráter da ação coletiva desenvolvida. A Internet tem alterado a formação, a articulação e a atuação dos movimentos sociais, gerando impactos e resultados diferentes na sociedade e nos próprios movimentos, segundo áreas territoriais, com impacto maior nas regiões urbanas, dadas as dificuldades de acessibilidade nas zonas rurais. Mas apenas a localização geográfica não explica porque muitos movimentos rurais têm as sedes de suas organizações no urbano. Daí entra outro fator – a forma de organização.

Aqui, podem-se observar dois ângulos de abordagem sobre os jovens: de um lado, a partir da sociedade e, de outro lado, a partir do

poder público. Na sociedade civil, destacam-se os movimentos, os coletivos e as organizações consideradas movimentistas. Os movimentos clássicos, de luta pela terra, por moradia, ou os sindicatos, contam pouco com a participação dos jovens e, usualmente, se organizam de forma tradicional, no rural ou no urbano. Eles têm concepções e estruturas organizacionais mais centralizadas, focalizadas em líderes ou lideranças. Eles também se articulam em redes e usam internet, mas o ambiente virtual é apenas uma ferramenta de apoio e não um vetor ou veículo básico de comunicação e interação. As articulações são mais dirigidas, fechadas, são mais homogêneas, entre pares. Internamente, organizam-se via departamentos ou setores (jovens, mulheres ou temáticas e problemas), mas dentro de uma linha com cultura organizacional homogênea. Agregam-se em identidades fixas, não se reinventam. Suas bases de apoio têm força midiática, mas desempenham um papel mais figurativo em termos das relações internas de poder, no interior do movimento. Desenvolvem formas de solidariedade interna, mas realizam poucas transformações na forma centralizada de operar seus repertórios e de se relacionar com os jovens, com outros movimentos, com a sociedade, ou com governos.

Na atualidade, há outras formas de ação coletiva com participação dos jovens, com o uso intenso da internet, que fogem completamente do padrão que acabamos de descrever. São os coletivos de jovens. Os coletivos, ao contrário de movimentos ou outras formas mais tradicionais, são agrupamentos fluidos, fragmentados, horizontais, e muitos têm a autonomia e a horizontalidade como valores e princípios básicos. Coletivos autodenominam-se como *ativistas* e não militantes de organizações. Vivem experiências e experimentações que podem ser tópicas ou mais permanentes, fragmentadas, ou mais articuladas.

Um coletivo poderá desenvolver práticas contestatórias ou não, dependendo de seu perfil e das estruturas relacionais existen-

tes entre os jovens. Eles contestam e renovam práticas e valores estabelecidos por meio de sua cultura. Na atualidade, os jovens aderem mais aos coletivos do que aos movimentos sociais, por não se identificarem com sua forma nem com seus métodos de ação, os quais repudiam. Os coletivos criam novas dinâmicas da ação coletiva, mas discursiva, estratégica e de confronto de ideias e valores (Snow; Benford, 2000). Há grande influência de ideários anarquistas e libertários entre os coletivos, especialmente no campo da cultura. Um coletivo pode se transformar em movimento social, ou autodenominar-se movimento, ou articular-se a um conjunto de outros coletivos que configuram um movimento social. Ou, ainda, podem negar a forma de movimento social por considerá-la presa aos modelos tradicionais de fazer política. Mas há, também, coletivos que se juntam ou dão apoio a determinados movimentos, que se estruturam de forma mais livre, como o Movimento Passe Livre, analisado neste texto.

A denominação “organizações movimentistas” constitui uma terminologia que criamos (Gohn, 2017a) para caracterizar grupos de jovens que se aglutinam ao redor de alguns líderes ou formadores de opinião, os quais elaboram um plano de atividades e o executam sob a ótica de uma corporação. Como exemplo, citamos o “Vem Pra Rua”, que teve importância capital na convocação e realização das megamanifestações de rua no Brasil, em 2015 e 2016. Seus fundamentos são de inspiração liberal, e tais organizações buscam influenciar a opinião pública via a defesa de alguns lemas e bandeiras, como o ataque contra a corrupção. Apresentam-se como portadoras da renovação no campo das práticas políticas, contando com apoio de grupos empresariais, e criam ou apoiam entidades voltadas para o que denomina “empoderamento dos jovens” por meio de cursos ou de atividades no campo de Terceiro Setor. Ainda como exemplo, pode-se citar a entidade “Agora”, que tem o apoio do apresentador de televisão Luciano Huck. Essas entidades contam com apoio também no cam-



po espiritual, tais como o de Sri Prem Baba, um brasileiro que se tornou líder humanitário e mestre espiritual em Rishikesh, na Índia, dedicado à meditação e à prática da yoga. Foi o primeiro brasileiro a dirigir um Ashram na Índia. Em 2013, ele fundou o instituto Awaken Love e criou o que denomina como um “movimento global” com o intuito de orientar as relações humanas e a prosperidade (ver: <https://www.sriprembaba.org/en/biography/>).

Para completar a caracterização da atuação pública dos jovens, temos de citar as esferas públicas ligadas ao poder público. Observa-se que, na primeira década deste século, inúmeros programas e projetos de inclusão social foram formulados e implementados por órgãos governamentais, dirigidos a grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Dentre eles, incluem-se o Bolsa Família, as políticas de aumento do salário mínimo e as inúmeras conferências nacionais temáticas em áreas do serviço público que resultaram em novas políticas sociais. Um grande sistema de participação institucionalizado foi instituído com conselhos, câmaras, fóruns, conferências nacionais etc., com representantes do governo e da sociedade civil. Mas alguns pontos básicos estavam presentes de modo insuficiente no foco principal dessas políticas, como os jovens (de qualquer classe social), as camadas médias da população e as formas de participação social *online*, com uso das novas tecnologias, que não eram usuais (com exceção de alguns programas e políticas públicas, como o Orçamento Participativo, em alguns setores e cidades).

Na realidade as autoridades governamentais tiveram (e têm) dificuldade de dialogar com os jovens porque, na primeira década do novo século, optaram pelas formas institucionalizadas de participação civil, dadas por conselhos, câmaras e grandes conferências nacionais em políticas específicas dirigidas a mulheres, juventude, afrodescendentes ou áreas temáticas como alimentação etc. Muitos representantes da sociedade civil organizada que atuam nessas estruturas institucionaliza-

das advêm dos movimentos, a partir da onda de novos movimentos sociais que sacudiu o país ao final dos anos de 1970 e 1980 e parte dos 90. Para eles a cidadania é uma vida política atrelada ao Estado à medida que seria ele o responsável pela construção de práticas institucionalizadas dentro das estruturas estatais ou nos níveis intermediários, o chamado público não estatal. Entretanto a máquina burocrática estatal e muitos gestores públicos, e mesmo os representantes institucionais civis, não acompanharam as mudanças operadas no campo social, especialmente as novas formas de sociabilidade e comunicação geradas pelas redes e mídias sociais. Não se sintonizaram com os jovens ou não perceberam que eles, em sua grande maioria, saíram às ruas em manifestações, como em 2013, mas não têm o estado ou o poder público estatal como meta de participação, porque seus referenciais sobre a cidadania são outros, especialmente os autonomistas, em que a cidadania é civil, cidadã, não institucionalizada. Ela é construída a partir da experiência e não da participação em modelos organizados, pautados pelos órgãos públicos. A cultura política que eles têm e reconstróem cotidianamente advêm de práticas experimentais e não de códigos ou programas oficiais. Estamos de acordo com Falchetti (2017) quando afirma:

... uma hipótese a ser desenvolvida é a de que o autonomismo se vincula a uma reinvenção da ação coletiva, em que os formatos são mais fluídos. Ou seja, importam menos as estruturas fixadas e mais as experiências criadoras, de modo que os movimentos estariam existindo mais na construção coletiva que circula por meio dos atores e práticas, do que nas organizações que formalizam. Portanto, é uma concepção de ação coletiva no sentido mais literal de movimento, como um fluxo de ideias, causas, práticas, experiências e agentes. Esse talvez seja o sentido da emergência cada vez mais comum de ‘coletivos’ em lugar dos ‘movimentos sociais’ estruturados, uma mudança fortalecida e muito evidente desde junho de 2013, especialmente dentro da temática urbana (Falchetti, 2017, p 18).

Com isso, concluímos o primeiro tópi-

co deste artigo, constatando que a grande revolução operada na forma de comunicação entre os indivíduos jovens – com o desenvolvimento e o consumo das novas tecnologias, especialmente a internet e o uso dos aparelhos móveis, geradores de grande potencial de mobilização da sociedade civil – criou novas formas de sociabilidade na sociedade civil, longe das estruturas estatais institucionalizadas. Por isso, em junho de 2013, quando grupos de jovens atraíram multidões às ruas, por meio da convocação em mídias sociais, o poder público foi um dos grandes ausentes, pois também se surpreendeu com a irrupção dos protestos. Criou-se um clima político em que não havia mediadores entre os manifestantes e os poderes constituídos, ou seja, não havia interlocutores. O diálogo não fluía, pois apenas a polícia se fez presente nos atos de violência contra os manifestantes. Portanto, entender e dialogar com os jovens pode ser uma das variáveis importantes, capaz de explicar por que, raramente, os jovens participam de políticas públicas. Mas há variáveis mais fortes, decorrentes de filosofias e princípios de vida, como veremos a seguir.

## JOVENS NAS RUAS A PARTIR DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL

O segundo momento deste artigo se inicia com a análise das manifestações de junho de 2013. No Brasil, elas fazem parte de novas formas de associativismo urbano entre jovens escolarizados, com origem predominante em camadas médias, conectados por redes digitais. Pesquisas indicam que a maioria deles é organizada horizontalmente, atuando em coletivos ou novíssimos movimentos sociais. São críticos das formas tradicionais da política, tal como se apresentam na atualidade, especialmente por meio de partidos e sindicatos. Alguns pregam a autonomia em relação àquelas formas e negam a política partidária, mas não o Estado e a Política com P maiúsculo (Alon-

so, 2017; Bucci, 2016; Gohn, 2014; Ortellado, 2013; Singer, 2013; Solano, 2014;).

As manifestações de junho de 2013, organizadas a partir da convocação de grupos de jovens, atribuíram novos significados às lutas sociais. Antes de junho 2013, pesquisas já indicavam o protagonismo dos jovens nas redes sociais. Pesquisa do Datafolha, realizada em junho de 2013, constatou que, nas manifestações em São Paulo, a maioria dos participantes tinha diploma universitário (77%) e menos de 25 anos (53%). Pesquisa nacional realizada pelo IBOPE, no mesmo período, corrobora o perfil acima delineado: a idade predominante estava na faixa de 14 a 24 anos (43%). Entre 14 e 29 anos de idade, a soma sobe para 63% do total (IBOPE, Pesquisa Manifestantes, 20/06/2013), o que configura um novo ciclo no campo das mobilizações da sociedade civil no Brasil. Elas afetaram o campo da política e a correlação das forças político-partidárias foi tensionada. A democracia ampliou-se e abrigou grupos e movimentos com outros repertórios, outras linguagens e *performances* diferentes das usuais nas ruas até então, onde se observava a hegemonia de movimentos clássicos (liderados por sindicatos e movimentos populares de lutas pela terra e por moradia), ou bandeiras dos “novos” movimentos advindos da década de 1980 (com demanda identitárias de gênero, raça, sexo, faixa etária, ou demandas ambientalistas). Novíssimos movimentos sociais ganharam os holofotes da mídia em junho de 2013, com demandas e propostas na área da mobilidade urbana que ultrapassavam o local e remetiam para outras formas de gestão da coisa pública. Grupos de jovens, inspirados por ideais dos autonomistas, entram em cena, na figura do Movimento Passe Livre (MPL).

Falchetti destaca o papel do autonomismo nos movimentos de 2013. Diz ela:

Ideologicamente, o autonomismo se localiza dentro da tradição libertária, abrangendo pensadores e militantes que refletem e aderem à autonomia como princípio-chave de organização e ação política. É possível identificar determinados elementos anar-

quistas e marxistas no ativismo autonomista, por vezes, misturando fontes e referências dos diferentes campos teóricos. Muitos movimentos contêm membros das distintas orientações, como é o caso do próprio MPL. Internamente ele é composto por um pequeno grupo de militantes de um amplo espectro social que congrega punks, feministas, professores, artistas, estudantes, trabalhadores e desempregados, em sua maioria, jovens, usuários do transporte. Há uma rotatividade relativa dentro do movimento, o que envolve uma variação grande no perfil dos manifestantes, de modo que a identidade está mais na partilha dos princípios organizativos e de ação (Falchetti, 2017, p. 12).

Alonso e Mische (2016) também registram mudanças no perfil e no referencial ideológico dos jovens ativistas na atualidade. Dizem:

... o ‘campo de ação autonomista’ incorporou demandas de orientação do ‘campo socialista’, mas rejeitou suas formas de organização, aproximando-se de elementos presentes nos protestos internacionais recentes. Podemos notar que, dentre as características observadas, alguns elementos remetem às formas de organização anarquistas, contrárias à hierarquia, à centralização do poder, à representação e a lideranças, daí o horizontalismo, a independência política e a ação direta, sem lutar pela tomada do poder. Outras características são recentes e estão presentes em outras mobilizações globais: a relação simbiótica com a internet e a mídia social; a capacidade e rapidez das mobilizações; a heterogeneidade dos participantes, a maioria desvinculada de organizações; o caráter artesanal dos cartazes; uma alta participação de jovens; e a tomada das ruas e ocupação dos espaços urbanos (Alonso; Mische, 2016, p. 5).

Os movimentos sociais dos jovens autonomistas da década de 2010 são herdeiros dos movimentos antiglobalização dos anos de 1990-2000. Na realidade, seus antecessores devem ser buscados na década de 1960. Maio de 68, na França, foi uma expressão desses grupos e ideais, assim como a Internacional Situacionista de Guy Debord (1995). No Brasil, dado contexto do regime militar vigente, o que entrou para a história como marcante foi mais a luta política dos estudantes contra a ditadura, mas não se pode esquecer o movimento da contracultura do período, que extrapolou o campo artístico. Também no final dos anos de

1970 e 1980, os autonomistas estiveram atuantes, por exemplo, com a revista *Desvios*, e nos trabalhos de Eder Sader (1988). Na atualidade, eles reúnem minorias que se organizam de forma transnacional, com pautas que contêm certo “espírito global” e podem ser acionadas em qualquer lugar do mundo. Muitos deles se inspiram em ideias libertárias, advindas do *revival* de algumas formas renovadas do anarquismo, no século XXI (Day, 2005).

Grande parte desses grupos nega a estrutura hierárquica dos movimentos tradicionais e os modelos de representação que culminam em líderes capazes de negociar com Estado e de serem capturados pelos interesses do poder institucional.[...] Horizontalidade, autogestão, ausência de lideranças ou de intelectuais orgânicos, autonomia, transversalidade temática, foco na ampliação de liberdades e ampla utilização das redes sociais digitais são algumas das novidades mais evidentes... (Augusto; Rosa; Resende, 2016, p. 21, 26).

Pode-se dizer que junho de 2013 levou a transformações político-culturais no sentido de criar novos valores e pontos de vista nos jovens participantes e na sociedade em geral. Um dos grandes legados foi a legitimação do protesto social nas ruas como forma de busca por mudanças conjunturais. Foram protestos que negaram a política partidária, a forma como ela é praticada no país, embora os participantes não se definissem como apolíticos. Foi plantada e difundida, para a sociedade, especialmente pela mídia, a semente da não política como um valor, e uma nova representação da cultura política formou-se a partir desse valor. Observamos que, a partir de 2014, portanto em curto prazo, as transformações de 2013 geraram novos enunciados e novos grupos surgiram, introduzindo novidades na *performance* dos protestos, com outros focos e alvos em suas ações, trabalhando o repertório da não política contra a corrupção, focados em determinados políticos e partidos. Grupos conservadores, reacionários e neoliberais, denominados “patriotas” por Alonso (2017), ganharam espaço nas convocações via redes sociais para atos de protestos nas ruas.

Portanto, há profundas diferenças entre os jovens que iniciaram as primeiras convocações para as manifestações em junho de 2013, e outros grupos de jovens que, a partir de 2014, criaram outros tipos de mobilizações e outros repertórios, focados no plano político do governo federal, no processo que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Os novos grupos eu os denomino de organizações movimentistas, porque são ativistas basicamente virtuais, que convocam manifestações em determinados momentos em função de interesses de pautas construídas com foco no poder político central do país. Mas temos de nos lembrar de que foram esses grupos que levaram milhões de cidadãos brasileiros às ruas, nas maiores manifestações já registradas na história do país (Gohn, 2017a). Eles cresceram e se multiplicaram. Criaram associações e realizaram encontros e congressos, a exemplo do MBL. Alguns líderes entraram para a política partidária, foram eleitos para cargos públicos e disputam cargos nas eleições de 2018. A maioria desses grupos tem pautas liberais ou conservadoras, critica a atuação do estado na economia e apoiam lutas com repertórios de retirada de direitos, especialmente direitos sociais modernos, que dizem respeito ao corpo, à sexualidade, à religião etc. Tais grupos têm pautas liberais e focam suas críticas na corrupção, na necessidade de mudanças no estado, no governo, apoiando as operações jurídicas em andamento, como a Operação Lava a Jato. Com isso, conquistam a opinião pública por conta do momento político vigente desde 2014.

Na onda de manifestações majoritárias de jovens ocorridas no Brasil entre 2013 e 2017, destacam-se, ainda, as formas aglutinadas em “coletivos”, tais como o “Ocupa Estelita”, no Recife. Dentre aqueles que se identificam com a forma “movimento social”, o Levante Popular da Juventude, atuante em vários estados brasileiros, especialmente no Rio Grande do Sul, é um bom exemplo. Ocupa Estelita e Levante Popular da Juventude têm perfil sociopolítico diferente e até oposto. O primeiro é alinhado com propos-

tas autonomistas, e o segundo segue na trilha dos movimentos político partidarizados. O ano de 2016 notabilizou-se também pelas práticas de “escrachos” – ações-relâmpago realizadas por grupos de jovens autonomistas, em locais de visibilidade ou de residência de políticos.

Após 2013 os coletivos e os movimentos autonomistas continuaram a realizar encontros e a se concentrar-se em repertórios inspirados em utopias, como a mobilidade urbana livre, escolas livres etc. Em 2017, a repressão sobre algumas lideranças dos autonomistas ou processos judiciais fizeram com que recusassem ou concentrassem esforços na luta contra o Projeto Escola Sem Partido. Nessa conjuntura, indaga-se: e o MPL, que lhe ocorreu após junho de 2013? Ele não desapareceu, mas perdeu o protagonismo. Houve divisões internas, dissidências, e o Movimento mudou sua estratégia de ação, voltando-se para a periferia e não mais apenas para as ruas centrais da cidade. O MPL apoiou manifestações contra a Copa em 2014, e realizou atos pontuais em janeiro de 2015, 2016 e 2017. Em janeiro de 2018, voltou a protagonizar vários atos de destaque no centro de São Paulo, contra o novo aumento da tarifa de ônibus. Para nós, os principais legados do MPL são seus elementos estruturantes, a saber: a forma de organização em coletivos horizontais, com ação direta, flexíveis, sem ter as amarras hierárquicas de uma associação formal; o primado da cultura como eixo organizador de suas demandas, lastreada numa utopia, num ideal, o passe livre para todos; uma postura apartidária (não antipartidária ou apolítica); e o caráter educativo não formal que suas práticas geram. Tudo isso são elementos que fundamentam o campo dos “autonomistas”, dentro do novo ciclo de protesto político brasileiro de 2013 a 2017.

Em síntese: um breve olhar sobre os movimentos dos jovens a partir de junho de 2013 leva-nos a observar: há múltiplos processos de subjetivação na construção dos sujeitos em ação – os acontecimentos no calor da hora provocam reações que geram novas frentes da

ação coletiva. A composição dessas frentes é complexa, diversificada, com múltiplos atores, propostas e concepções sobre a política, a sociedade e o governo. As emoções dos indivíduos e dos coletivos ganham destaque nos protestos políticos e podem assumir papel ativo da construção do social. Muitos dos que protestaram negaram a política partidária atual. Contudo não basta focar nos indivíduos, nas organizações e nos eventos de protesto, como bem disse Diani (2003). É preciso observar também a multiplicidade de laços entre os diferentes atores, episódios ocorridos na conjuntura sociopolítica e cultural paralelos aos eventos que poderão lhes dar sentido e direção. A pluralidade de indivíduos, grupos e organizações presentes nas manifestações com predominância dos jovens deve ser analisada pelas redes de compartilhamento de crenças e pertencimentos, pelas interações informais e pelas identidades coletivas que vão construindo. Os conflitos político-culturais dos manifestantes, especialmente no caso dos jovens, na atualidade, devem ser lidos com chaves analíticas diferentes das que foram utilizadas para analisar os denominados novos movimentos sociais identitários nas décadas de 1980 a 2000. Esses últimos atuavam inspirados por ideais de emancipação e direitos coletivos básicos. Os atuais também focam direitos, mas organizam-se de forma diferente. Autonomia não é estar de “costas para o estado”, como foram denominadas muitas ações populares na década de 1970-1980, apoiadas pelo setor progressista do clero cristão. Autonomia, na atualidade, para uma grande parcela dos jovens, como os que participam no MPL, é ter autodeterminação, longe de grupos partidários, sindicais ou religiosos.

## OS JOVENS ESTUDANTES E AS LUTAS PELA EDUCAÇÃO

No cenário dos protestos dos jovens no Brasil, registra-se, a partir de 2013, a irrupção de um novo ciclo de protestos, em que se des-

taca a área da educação, pela ação de estudantes da escola pública em cidades do Estado de São Paulo, em Curitiba, Goiânia, Rio de Janeiro, Porto Alegre etc. O estudo desses protestos nos leva diretamente ao terceiro e último momento deste artigo, a exemplificação de um ponto central do texto: o impacto da ação desses jovens na sociedade e nas políticas públicas destacando a cultura política criada (ou ressignificada) e a renovação operada na questão da participação dos jovens a partir do uso das redes midiáticas.

Um dado novo entrou em pauta nas lutas por direitos dos jovens, no campo da educação, ao demandarem não apenas o acesso às escolas, ou “mais educação”, como no passado, mas demandarem educação com qualidade, para além dos discursos e retóricas dos planos e promessas de políticos e dirigentes. Na diversidade de demandas focalizadas, observam-se redes temáticas lutando por mudanças sociais no combate às desigualdades sociais e clamando por políticas públicas; educação de jovens e adultos; multiculturalismo e mudanças culturais; juventude e educação; educação no campo; educação popular; movimentos negros; movimentos indígenas; inclusão digital etc.

É importante lembrar que a relação entre movimento social e educação é antiga e ocorre de várias formas: a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais em contato com instituições educacionais; no próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações na sociedade; e no interior dos movimentos, pelas aprendizagens adquiridas pelos participantes e pelos projetos socioeducativos formulados e desenvolvidos pelos próprios movimentos, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A novidade deste século é a proliferação de coletivos autônomos, dentro de unidades educacionais, organizados ao redor de múltiplas causas ou atividades operativas. O maior número se encontra nas universidades, e sobre isso há poucas pesquisas ainda.

Afirmamos, acima, que as recentes mo-

bilizações de jovens nas ruas, especialmente a partir de junho de 2013 (Gohn, 2014), e as lutas e movimentos pela educação, ocorridos no âmbito das escolas de ensino médio, na rede pública de ensino básico e do ensino técnico, juntas, configuram um novo ciclo político de protestos no Brasil. No campo da educação formal, a novidade que o novo ciclo apresenta é o setor da área educacional onde se localiza: mobilizações e ocupações de “secundaristas” (termo ainda utilizado, originário do passado, dos antigos ginásios que sucediam às escolas primárias, mas que envolviam também os cursos que davam sequência ao ginásio, que eram o clássico, o científico, o normal e o comercial ou técnico). A principal entidade dessa categoria de estudantes ainda utiliza o termo secundarista: a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas). Certamente não é a primeira vez, na história política brasileira, que os secundaristas demarcam lugares na cena pública, a exemplo das décadas de 1950 e de 1960. A configuração organizacional trouxe algumas inovações na atual forma do protesto dos estudantes, com ocupações das escolas e manifestações nas ruas com performances tópicas e específicas (por exemplo, o “*seat down*”: sentarem-se em cadeiras e carteiras escolares em cruzamentos de avenidas de grande trânsito e visibilidade). Observa-se uma ampliação do repertório de demandas dos jovens secundaristas em relação aos jovens nas ruas em junho de 2013, os quais priorizavam a mobilidade urbana. Charles Tilly (1986) descreve as mudanças no repertório da ação social da seguinte forma:

Toda população tem um repertório limitado de ações coletivas: formas distintas de agir coletivamente em relação a interesses partilhados. No nosso tempo, por exemplo, a maior parte das pessoas sabe como participar de uma campanha eleitoral, como integrar-se a um grupo de interesses, organizar um abaixo-assinado, fazer uma greve ou uma reunião ou montar uma rede de influências. Essas variedades da ação constituem um repertório [...] as pessoas conhecem as regras gerais da ação relativamente bem e variam suas formas de acordo com o objetivo almejado (Tilly, 1986, apud Avritzer, p. 10).

Em 2016 e 2017, houve movimentos de estudantes contra as reformas no ensino médio, contra as ETECs (Escolas de Ensino Técnico) paulistas, contra o projeto “Escola Sem Partido”, contra retirada de conteúdos sobre a questão de gênero no currículo escolar, contra PEC 241 (PEC 55 Senado) etc. (vide Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016; Cattani, 2017;). No novo ciclo de mobilizações pela educação, tanto no caso das ocupações de escolas públicas em 2015, como no caso das ETECs em 2016, uma característica de junho de 2013 se repete: a falta de mediadores e a ausência de lideranças, ainda que haja uma organização e uma divisão interna de tarefas, em que apenas alguns estudantes têm a atribuição de se comunicar com a imprensa, dar entrevistas etc. O elemento comum é o fato de ser um movimento autonomista, tema já tratado no segundo momento deste artigo. Os movimentos autonomistas devem ser incluídos entre os novíssimos movimentos, pela forma de agir, pelas inovações que trazem e pelo uso intensivo das redes sociais para toda organização, embora os princípios ideológicos sejam antigos. Registre-se também que os estudantes tiveram como fonte de inspiração o movimento pela educação ocorrido anos atrás no Chile, tanto na chamada “Revolta dos Pinguins”, da década de 2000, assim como nas ocupações que vêm ocorrendo na década de 2010, no Chile e na Argentina. Cartilhas e matérias sobre como fazer e como organizar uma ocupação foram os meios para difundir aqueles ideais. Certamente que se devem considerar as diferenças de contexto, entre Brasil e Chile.

A seguir, para exemplificar, destacam-se as ocupações de escolas públicas, ocorridas em 2015 e 2016 em várias partes do país, especialmente no Estado de São Paulo, contra a reforma do ensino médio e contra a PEC 55.

## LUTAS PELA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO – 2015-2016

O repertório das demandas, no caso de São Paulo em 2015, focou em um item: contra

o plano de reorganização das escolas estaduais paulistas, que levaria, entre outras consequências, ao fechamento de inúmeras unidades. Na ocasião, a situação de tensão social criada pelos estudantes, com a paralisação ou ocupação de quase 200 escolas, levou o governo do Estado de São Paulo a recuar. A resistência contra a reforma do ensino paulista gerou o “Movimento não fechem minha escola”.

Pode-se datar o início dos conflitos em outubro de 2015, quando o então Secretário Estadual da Educação anunciou um projeto que abrangia:

162 municípios, 1.464 escolas das 5.147 unidades existentes, passariam pelo processo [da reforma], somadas a 1.443 unidades que já mantinham segmento único, 2.197 passariam a atender a alunos exclusivamente de um ciclo de ensino. Delas, 832 destinadas aos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), 566 para os anos finais do Fundamental (6º ao 9º ano) e 799 para o Ensino Médio. Com isso, seria necessária a transferência de 311.000 estudantes. Estimava-se que 74 mil professores sofreriam algum tipo de mudança. [...] 94 prédios ficariam ociosos por conta da transferência automática dos estudantes. De forma que 94 escolas seriam fechadas. No entanto, declarou que 66 destas construções serão utilizadas para outras atividades da pasta (Silva, 2016 p. 110 e 120).

O projeto de reestruturação sofreu forte resistência dos estudantes secundaristas, que promoveram um grande movimento de ocupação em mais de 200 escolas durante cerca de 60 dias. Segundo Paes e Pipano:

A primeira escola a reagir ao “plano desorganizador”, como foi chamado pelos estudantes, foi a Escola Estadual Diadema, no ABC paulista, no dia 9 de novembro, cerca de um mês e meio após as primeiras declarações da Secretaria. No dia seguinte, a Escola Fernão Dias, em Pinheiros, Zona Oeste de São Paulo, foi tomada pelos estudantes tornando-se uma espécie de “escola-modelo”. Nos próximos dias, as ocupações passariam a se capilarizar de maneira não ordenada, e extremamente rápida, por todo o estado. Norteados pela palavra de ordem “Não fechem nossa escola!”, os estudantes ocuparam as unidades de ensino trancando portões, vigiando janelas e acessos, encastelando-se nas unidades e fazendo

uma defesa radical pela sobrevivência do espaço escolar, agora em disputa (Paes; Pipano, 2017, p. 11).

A resistência dos estudantes, no entanto, transbordou a contestação ao plano de reorganização e colocou em evidência outros temas relacionados às escolas públicas no Estado. A pauta estudantil foi sendo ampliada no processo, com denúncias referentes à falta de relações democráticas na escola, à precariedade das escolas e à falta de professores. Aulas livres e debates nas escolas ocupadas, durante o período da ocupação, inseriram temas como: relações de gênero, racismo e homofobia, entre outros. O movimento fez emergir questões e temas não abarcados pelo modelo gerencial proposto pela secretaria.

Desvinculados de partidos políticos, sindicatos ou mesmo de associações estudantis historicamente constituídas, como a UNE, as ‘escolas em luta’ ganharam a adesão e o apoio dos pais, de uma grande maioria de professores e diretores, assim como de várias camadas da sociedade civil. Em poucas semanas, um mapa disponibilizado no Google, alimentado voluntariamente em tempo real, sem ‘donos’ ou chancelas, descrevia a situação das escolas ocupadas, com listas de itens de alimentação, limpeza e higiene, além de pedidos de solidariedade e apoio. Um formulário na web circulava entre advogados e professores que poderiam prestar seus serviços, sem honorários, auxiliando os estudantes com os processos jurídicos e ministrando aulas para garantir a manutenção do cotidiano de ensino. Imagens transbordavam das páginas do Facebook a partir de vídeos caseiros produzidos através de seus tablets e smartphones, precariamente editados ou imediatamente divulgados pelo Youtube como estratégias de proteção e combate. Páginas como ‘O Mal-Educado’, ‘Território Livre’ e ‘Não fechem minha escola’ tratavam de noticiar o que a mídia hegemônica insistia em ignorar, embora a pregnância do evento já guiasse a agenda setting de todo o país (Paes; Pipano, 2017, p.11-12).

Durante o período das ocupações, inúmeras vezes houve confronto ou cerceamento da polícia aos estudantes, incluindo prisões. O impacto dos atos e manifestações dos estudantes na mídia, na sociedade (comunidade de pais, associações educacionais e movimentos

sociais da área da educação tais como Cenpec, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Todos Pela Educação, MTST etc.) e no governo estadual foi grande. O Ministério Público Estadual posicionou-se no sentido de recomendar ao governo o encerramento da reorganização, por entender que ela visava à economia de recursos e não à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Os embates tiveram também momentos de tensão, quando pontos e contrapontos se chocaram frente a ordens jurídicas. Assim, um oficial de justiça se pronunciou durante a desocupação de uma escola:

“É uma decisão do juiz que tem que ser cumprida. Decisão de juiz a gente não contesta. O juiz manda em todos nós”. [...] “Nós estamos querendo resolver a situação de uma forma pacífica. A manifestação de vocês é assegurada constitucionalmente, só que o juiz diz assim: nos termos da constituição, o direito de ir e vir é legítimo. O direito meu termina onde começa o direito seu”. [...]. Enquanto a oficial de justiça tentava explicitar a situação informando que eles deveriam deixar a escola, desocupando-a imediatamente, em conformidade com o que prega a lei, os estudantes respondem com palavras de ordem – “Onde estão os nossos direitos?” Curioso aqui pensar que os estudantes, ao reivindicarem a presença do conselho tutelar ou mesmo de seus direitos enquanto menores, restituem o Estado e suas formas de “assujeitamento” (Paes; Pipano, 2017, p. 19-20).

A situação de tensão social criada pelos estudantes com a paralisação e ocupação de quase 200 escolas levou o governo do Estado de São Paulo a recuar. Em 04/12/2015, por meio o Decreto 61.692, revogou-se o Decreto 61.672, e o Governador Geraldo Alckmin anunciou que o processo de reorganização das escolas para 2016 estava adiado. A reforma foi, portanto, suspensa, e o decreto que transferia funcionários foi revogado em 05/12/2015. O secretário estadual da educação foi trocado E, por fim, em 08/12/2015, a Resolução SE 56 revogou a Resolução SE54/2015 da Secretaria Estadual de Educação do ESP (Silva, 2016).

Segundo Piolli, o Plano de Reorganização foi adiado em razão da resistência estudantil e da intervenção do Ministério Público e da

Defensoria Pública do Estado (Piolli; Pereira; Mesko, 2016, p 24).

A resistência contra a reforma do ensino paulista gerou outro movimento social em 2016, o “Movimento não fechem minha escola”, que se notabilizou também pelas práticas de “Escrachos” em locais de visibilidade ou perto da residência de políticos.

Um grande campo de pesquisa está se abrindo a partir das lutas pela educação dos secundaristas no Brasil e em outros países. Trata-se da análise do papel das correntes anarquistas e autonomistas junto aos jovens estudantes e a revalorização da participação social fora de instituições estatais ou estruturas formais.

Além dos fundamentos teóricos e ideológicos inspiradores dos secundaristas, será importante também realizar, em futuro breve, uma agenda de estudos comparativos, tanto no próprio país, como com países da América Latina, especialmente Chile e Argentina. É importante registrar que as cartilhas do movimento secundarista chileno serviram de modelo e inspiração aos secundaristas brasileiros (traduzida para o português por um membro do coletivo ‘Mal-Educado’, grupo de apoio ao MPL). Há uma grande diferença, entretanto, nos processos históricos. Lá, no Chile, as ocupações de escolas foram anteriores à crise política e econômica; no Brasil, foi concomitante.

Vale ver o registro de algumas avaliações sobre o movimento dos estudantes no Chile, em estudos recentes, lembrando que eles foram anteriores e inspiraram muitos dos estudantes brasileiros:

... el movimiento estudiantil ha emergido como el actor central de un conjunto de movimientos populares que demandan cambios sustantivos a un régimen político y económico heredado de la dictadura. La irrupción de la protesta estudiantil ha tenido importante repercusión internacional, no obstante su incidencia en materia de transformaciones sociopolíticas profundas es todavía limitada (Von Bülow; Bidegain, 2015).

Ainda no campo da educação, não podemos nos esquecer dos protestos e atos de re-



sistência contra o Projeto Escola Sem Partido, que conta com o apoio do Movimento Brasil Livre (MBL). Pagni, Carvalho e Gallo (2016) apresentam excelente análise dos alvos e questionamentos do Projeto ao afirmar:

... o programa Escola Sem Partido ignora um dos princípios primordiais da educação liberal ainda em vigor, que não pode ser acusado de “esquerda”. Filósofos liberais como John Dewey e Hannah Arendt viram a educação escolar como um lugar não somente de transmissão da cultura para as crianças e jovens, de ingresso às tradições e ao mundo, com toda pluralidade que o caracteriza, como também de renovação cultural e dos sentidos da comunidade em que vivem com vistas a promover o crescimento e o confronto com as gerações mais velhas [...] Mais importante de que o valor dado ao conhecimento científico e à tecnologia por ambas as concepções em foco, o que concorre efetivamente para a formação dos atores dessa instituição é o aprendizado do pensar reflexivo (Dewey) e a capacidade de julgar (Arendt). Elas se aproximam, assim, de uma noção de crítica inauguradora da modernidade, desde Immanuel Kant, que não se restringe à transmissão do saber e à circulação da informação das escolas atuais, mas compreende atitudes capazes de se problematizar a tradição e de criar outras formas de existência. São essas atitudes, denominadas de crítica, responsáveis por emancipar os homens, por liberá-los das formas de governo instituídas e de criarem outras capazes de promover o progresso da sociedade, ou, de não querer ser governado dessa forma – para usar uma expressão Michel Foucault – que parece ser o principal alvo dos questionamentos da Escola Sem Partido (Pagni; Carvalho; Gallo, 2016, p.1-2).

## CONCLUSÕES: desafios para entender os jovens neste novo milênio

Este artigo apresentou um cenário novo de atuação dos jovens no Brasil, via análise de manifestações de protestos nas ruas e protestos na área da educação. Observamos que as ações coletivas são múltiplas e diversificadas, partindo de grupos de jovens pertencentes a diferentes camadas sociais com ideologias e princípios filosóficos também diversificados, quando não

opostos. Vários grupos são coletivos que se organizam de forma transnacional, com pautas que se repetem em vários outros países e que podem ser acionadas em qualquer lugar do mundo. Muitos deles se inspiram em ideias libertárias, advindas do *revival* de algumas formas do anarquismo, no século XX, revistas no século XXI (Day, 2005). Junto com a ascensão ou o retorno das pautas libertárias dos autonomistas, temos também o surgimento de organizações movimentistas de jovens de perfil liberal ou conservador. Todos esses grupos protagonizaram a organização dos protestos nas ruas brasileiras entre 2013 e 2018, com repertórios de pautas, demandas e práticas diferenciadas. Diferenciadas também são “as culturas políticas” que ou ajudam a construir ou alicerçam, no sentido dado por Klaus Eder (1992), a coexistência de culturas políticas num mesmo tempo histórico, com visões e valores diferentes.

Observamos que as lutas e movimentos pela educação são antigos, mas, às vezes, mostram-se invisíveis perante a sociedade mais geral e só recentemente ganharam visibilidade na mídia. Todos os movimentos sociais sempre têm um caráter educativo. Usualmente, os sindicatos dos professores e o movimento dos estudantes são os protagonistas que entram em cena com maior frequência. Mas lutas e demandas pela educação não se resumem ao território das escolas, seus estudantes e profissionais. Lutas pela educação dizem respeito a toda sociedade, e ao poder público, certamente.

A educação, de um modo geral, e a escola, de forma específica, têm sido lembradas como possibilidades de espaço civilizatório numa era de violência, medo e descrença. A escola pode ser polo de formação de cidadãos ativos a partir de interações compartilhadas entre a escola e a comunidade civil organizada. As lutas pela educação podem ser o alicerce dessa nova história. A premissa fundamental que defendemos, há alguns anos, é que a participação da sociedade civil nas lutas pela educação não é para substituir o Estado, mas para que ele cumpra seu dever: propiciar educação de e com

QUALIDADE para todos. E essa é a pauta dos jovens na atualidade: educação com qualidade.

Os atuais movimentos na área da educação devem ser analisados sob a ótica das mudanças operadas no conjunto de outros movimentos sociais contemporâneos, pois eles são diferentes dos movimentos operários, assim como diferem dos movimentos populares dos anos 80 e 90 do século passado, que lutaram por condições de vida, especialmente no meio urbano. Lutavam pela emancipação, inspirados por teorias emancipatórias que tinham como meta o acesso aos direitos para todos, dentro de uma sociedade que crescia e se modernizava, onde o progresso material era, muitas vezes, confundido com progresso social.

A onda dos “novos movimentos sociais”, iniciada no século passado –organizada em torno de questões de gênero, etnia, faixa etária, ou questões ambientais, etc. –, ampliou-se e, hoje, essas questões também adentraram as escolas com as temáticas de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidades especiais, meio ambiente, qualidade de vida, segurança pública, paz, direitos humanos, direitos culturais, etc. Mas essa ampliação se deu sob a inspiração de outros paradigmas: a do moderno, da emancipação do indivíduo e não mais do grupo. Autonomia para autodefinir a que grupo sexual pertence, por exemplo. E esse tipo de repertório leva não apenas a demandas por novas políticas públicas. Leva também a lutas e tensões entre os grupos e movimentos organizados da sociedade, portadores de referências político-ideológicas distintas. Não podemos nos esquecer: os movimentos sociais, em si, são fontes e agências de produção de saberes.

Olhando para o futuro, detectamos a importância de ampliar os estudos sobre as redes de mídias sociais e a cultura digital para entender a cultura política e a nova cidadania dos jovens, assim como as possibilidades de uma democracia digital – aquela que tenta dialogar com a geração digital e que poderá combinar outras formas de democracia, especialmente

a representativa, com a democracia direta via *on-line*. É preciso atentar para o futuro da democracia e os novos tipos de cultura política que estão sendo construídos, e para suas possibilidades de desenvolvimento, incluindo as novas formas de participação dos jovens e seus novíssimos movimentos ou coletivos, num cenário de queda da representação partidária. A recuperação de instituições públicas desgastadas é algo necessário, mas seu caráter mais ou menos democrático está em aberto e poderá ser o fortalecimento da democracia, como também a perda de direitos e o enfraquecimento da democracia, com órgãos não democráticos para o controle e regulação dos cidadãos. Por isso, destacamos que os movimentos e coletivos de jovens, na atualidade, não são homogêneos: alguns adotam práticas democráticas e tentam pautar novos direitos sociais (passe livre, por exemplo); outros tensionam e enfraquecem a democracia, ao questionar direitos, como projetos do tipo “Escola sem Partido” e outros.

Para concluir, uma citação recente de Boltanski, com a qual concordamos e creio ser um estímulo para continuar a seguir a trilha dos jovens. Diz ele:

Eu penso que nós devemos seguir o processo da construção social, as maneiras com que as próprias pessoas constroem o mundo. Inicialmente, cada experiência é particular, não há nada além de singularidades no mundo. As pessoas vão então compartilhar essas experiências, torná-las equivalentes, dar-lhes uma linguagem, transformá-las em demandas e tentar construir propostas e reivindicações, bem como modificações da realidade e dos formatos em que a realidade se baseia. É muito interessante seguir o mais rigorosamente possível as operações de qualificação e crítica, bem como a forma como os vários elementos da realidade são construídos e desconstruídos (Boltanski, 2017, p. 10).

Recebido para publicação em 11 de abril de 2017  
Aceito em 01 de fevereiro de 2018

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.) *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ALONSO, Angela. A política das ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. especial: Dinâmicas da crise, p. 49-58, jun. 2017.
- ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, [sl.], p. 1-11, 16 Mar. 2016.
- AUGUSTO, Acácio; ROSA, Pablo Ornelas; RESENDE, Paulo Edgar da Rocha. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, SP, v.21, n. 40, p.21-37, jan./jun. 2016.
- AVRITZER, L. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. *Portal da ANPOCS*.
- BUCCI, E. *A forma bruta dos protestos: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- BOLTANSKI, Luc. Questionando a realidade. [Uma entrevista]. *Revista Diálogo Global*, [s.l.], v. 7, n.1, p.10, mar. 2017. Disponível em: <http://isa-global-dialogue.net/wp-content/uploads/2017/03/v7i1-portuguese.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2017.
- BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. *Eccos Revista Científica*, São Paulo, v. 11, p. 97-121, 2009.
- CAMPOS, Antônia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016.
- CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Angra de tantos reis: práticas educativas e jovens na cidade*. 1999. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense.
- DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Brasília: Ed. UNB, 2001.
- DAY, Richard J. F. *Gramsci is dead: anarchist currents in the newest social movements*. Londres: Pluto Press, 2005
- DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez (Org). *Múltiplos olhares sobre a educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG. 1996. p.136- 161.
- \_\_\_\_\_. A escola faz a juventude? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educ. Soc.* Campinas, v.28, p. 1105-1128, 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso: 20 dez. 2009.
- DAYRELL, Juarez. et al. Juventude e escola. In: SPOSITO, Marília Pontes. *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1995.
- DELANEY, Kevin. *The New York Times. Folha de São Paulo*, p. 1, 13 Feb. 2012.
- DIANI, Mario; McADAM, Doug (Eds.) *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- DIÓGENES, Glória. Imagem e cidade: trilhas juvenis. In: GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. (Org.) *Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- EDER, Klaus. "Culture and Politics" In: Honneth, A et al., *Cultural political interventions in the unfinished project of enlightenment*. Cambridge, MIT Press. 1992.
- FALCHETTI, Cristhiane. Da institucionalização da participação à emergência do autonomismo: tendências recentes da ação coletiva no Brasil. In: CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, Lima, Peru: LASA, 2017.
- GAUTHIER, Madeleine; GUILHAUME, Jean-Francois. *Définition de la jeunesse ? D'un bout à l'autre du monde*. Canadá: IQCR, 1999
- GOHN, Maria da Glória. *Sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo: Cortez, 2013a.
- GOHN, Maria da Glória. Os Jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. *Revista Brasileira de Sociologia*, São Paulo, v.1, p.205-218, 2013b.
- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014
- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações e protestos no Brasil. correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez Editora, 2017a
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 12. ed. São Paulo: Loyola Edições, 2017b.
- LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 35-57, 2005.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILL Y, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- NOGUEIRA, M. A. *Um estado para a sociedade*. São Paulo: Cortez, 2005.
- PAIS, Jose Machado. *Jovens e cidadania. sociologia, problemas e práticas*, n. 49, 2005, p. 53-70.
- ORTELLADO, P. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER, Elena. et al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.
- PAES, Bruno Teixeira e PIPANO, Isaac. *Escolas de luta: cenas da política e educação Educação Temática Digital* Campinas, São Paulo, v.19 n.1 p. 3-25, jan./mar. 2017.
- PAGNI, Pedro Angelo F; CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Sílvio. *O programa escola sem partido e a destruição de uma das virtudes modernas da escola*. [internet]. Rio de Janeiro: Anpad, 2016.
- PEREIRA, Cláudia; ROCHA, Everardo; PEREIRA, Miguel. Tempos de juventude: ontem e hoje, as representações do jovem na publicidade e no cinema. *ALCEU*, [s.l.], v. 10, n. 19, p. 5-15, jul. /dez. 2009.
- PIOLLI, Evaldo; PEREIRA, Luciano; MESKO, Andressa de Sousa Rodrigues A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. *Crítica Educativa*, Sorocaba/SP, v. 2, n. 1, p. 21-35, jan./jun. 2016.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed.34, 2012.
- ROCHA, Rose de Melo. Cenários e práticas comunicacionais emergentes na América Latina: reflexões sobre culturas juvenis, mídia e consumo. *Rumores Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídias*, São Paulo, n. 2. jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www3.usp.br/rumores/atual.asp>. Acesso: 17 abr. 2010.
- ROGGERO, Rose. 2013. *Políticas sociais para a juventude*. São Paulo: Uninove, 2012.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCALON, Celi. Juventude, igualdade e protestos. *Revista*

- Brasileira de Sociologia*, Aracajú, v. 1, n. 2, p.79-204, jul./dez. 2013.
- SILVA, Andreia de Oliveira. “A participação de estudantes do ensino médio de escolas públicas da região de caieiras/SP em movimentos sociais”. fev. de 2016. Tese (Doutorado)-Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
- SINGER, André. “Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.
- SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Framing Processes and social movements: an overview and assessment. *Ann rev. sociol.*, Palo Alto, v. 26, p. 611-639, 2000.
- SOLANO, Esther; MANSO, Bruno. Paes; NOVAES, Willian. *M@scAr@d@s: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Blocs*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.
- SOUSA, M. Ricardo de. *Os caminhos da anarquia, uma reflexão sobre as alternativas libertárias em tempos sombrios*. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2011.
- SPÓSITO, Marília. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*, Universidade de São Paulo, USP, n.5, v 1-2, p.161-178, 1994.
- \_\_\_\_\_(Org.) *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- TILLY, Charles. *The Contentious French*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.
- TILLY, Charles; TARROW Sidney. *Contentious politics*. Boulder/USA: ParadigmPublis, 2007.
- TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma. Para compreender o mundo hoje*. Petrópolis, Vozes, 2006.
- VON BÜLOW, Marisa; BIDEGAIN, Germán. “It takes two to tango: students, political parties, and protest in Chile (2005-2013)”, em: Paul Almeida e Allen Cordero Ulate, *handbook of social movements across Latin America*, New York: Springer, 2015, p. 179-194.

**YOUTH IN CURRENT POLITICS – A NEW  
CULTURE OF PARTICIPATION**

*Maria da Glória Gohn*

This article covers the participation of young people in collective actions as protagonists in the public sphere, highlighting some public policies that have dealt with issues of their daily lives, such as the reforms in education. The place of youths in these policies is questioned, in light of the occupation of public schools in the period. The ultimate goal is to analyze the impact of the action of these young people in the society and in public policies, emphasizing the political culture created (or redefined) and operated on the issue of youth participation through the use of media networks. The database is originated from research conducted on Internet websites, youth networks, and print media data in São Paulo between 2013 and 2017. The authors of the theoretical reference used are Charles Tilly, Doug MacAdam, S. Tarrow, and Klaus Eder. Other interpretive milestones were found of authors of renewed theories of libertarian socialism, advocates of autonomist, culturalist, and civil resistance theories.

**KEYWORDS:** Youths. Digital activism. Participation in fights for education. Public policy and youths.

**LES JEUNES DANS LA POLITIQUE  
D'AUJOURD'HUI – UNE NOUVELLE CULTURE  
DE PARTICIPATION**

*Maria da Glória Gohn*

L'article aborde la participation des jeunes à des actions collectives en tant que protagonistes dans la sphère publique et met aussi en évidence quelques politiques publiques qui ont traité des questions de leur vie quotidienne, telles que les réformes dans le domaine de l'éducation. On s'enquiert de la place des jeunes dans ces politiques, en prenant en considération les occupations dans les écoles publiques au cours de cette période. L'objectif final est d'analyser l'impact de l'action de ces jeunes dans la société et au sein des politiques publiques, en soulignant la culture politique créée (ou re-signifiée) et le renouvellement qui a eu lieu au niveau de la participation des jeunes par l'utilisation des réseaux de médias. La base des données provient de recherches menées sur des sites Internet, des réseaux de jeunes et des données issues de la presse à Sao Paulo entre 2013 et 2017. Les auteurs références du cadre théorique utilisé sont Charles Tilly, Doug MacAdam, S. Tarrow et Klaus. Eder. D'autres jalons interprétatifs ont été trouvés chez des auteurs de nouvelles théories du socialisme libertaire, défenseurs des théories autonomistes, culturalistes et de la résistance civile.

**MOTS-CLÉS:** Les jeunes. Activisme numérique. Participation. Lutttes pour l'éducation. Les Politiques publiques et les jeunes.



# LA DETERMINACIÓN DEL “ELEMENTO HISTÓRICO Y MORAL” DEL VALOR DE LA FUERZA DE TRABAJO

## A DETERMINAÇÃO DO “ELEMENTO HISTÓRICO E MORAL” DO VALOR DA FORÇA DE TRABALHO

*Gastón Caligaris\**

*Guido Starosta\*\**

El objetivo de este artículo es discutir la interpretación marxista dominante respecto del significado de lo que Marx llamó el “elemento histórico y moral” del valor de la fuerza de trabajo y ofrecer una lectura alternativa que sea consistente con los fundamentos de la crítica marxiana de la economía política. Para tal fin, en la primera parte del artículo, se realiza una crítica de dicha interpretación basada en el reconocimiento de su génesis histórica y su filiación con la base textual y fundamentos de la crítica marxiana de la economía política. En la segunda parte, se realiza una reconstrucción crítica del legado de Marx respecto a la determinación del valor de la fuerza de trabajo y se presenta una resignificación del elemento histórico y moral en cuestión.

PALABRAS CLAVE: Elemento histórico y moral. Valor de la fuerza de trabajo. Debates marxistas. Teoría marxista del salario.

O objetivo deste artigo é discutir a interpretação marxista dominante sobre o significado do que Marx chamou de “elemento histórico e moral” do valor da força de trabalho e oferecer uma leitura alternativa atrelada aos fundamentos da crítica marxiana da economia política. Para tanto, na primeira parte do artigo, realizamos uma crítica da interpretação acima citada, baseada no reconhecimento de sua gênese histórica e sua filiação com a base textual e com os fundamentos da crítica marxiana da economia política. Na segunda parte, realizamos uma reconstrução crítica do legado de Marx quanto à determinação do valor da força de trabalho e apresentamos uma ressignificação do elemento histórico e moral em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Elemento histórico e moral. Valor da força de trabalho. Debates marxistas. Teoria marxista do salário.

La explicación marxiana del salario ha sido largamente discutida entre críticos y seguidores de Marx desde fines del siglo XIX. Entre otros aspectos, desde fines de la década de 1970 se ha puesto en discusión: la tendencia histórica de la magnitud de los salarios (Baumol, 1983; Hollander, 1984), el grado de diferenciación de los mismos (Bowles; Gintis, 1977; Himmelweit, 1984), el papel del trabajo doméstico en la determinación del salario (Himmelweit; Mohun, 1977; Smith, 1978) e, incluso, la naturaleza mercantil de la fuerza de trabajo que subyace a la relación salarial (Arthur, 2006; Mavroudeas, 2001; Mohun, 1994). En este artículo, nos interesa volver sobre un punto que ha sido relegado y que, sin embargo, es crucial en la explicación marxiana del valor

de la fuerza de trabajo: lo que Marx ha denominado el “elemento histórico y moral” del valor de la fuerza de trabajo (Marx, [1867] 1999a, v. 1, p. 208). Como veremos, la ausencia de la discusión de este punto en los debates marxistas contemporáneos se debe a la existencia de un consenso implícito generalizado respecto al papel que juega dicho elemento en la explicación marxiana del valor de la fuerza de trabajo y al factor que lo determina. En pocas palabras, para la gran mayoría de los marxistas el “elemento histórico y moral” del valor de la fuerza de trabajo remite a un consumo que trasciende la reproducción de los atributos productivos de los trabajadores y está determinado por la lucha de clases. Así, según esta interpretación, el valor de la fuerza de trabajo está finalmente determinado tanto por la reposición del desgaste material de la fuerza de trabajo como por la lucha de clases, siendo ambos factores recíprocamente independientes.

El objetivo de este artículo es poner en cuestión este consenso general y ofrecer una alternativa consistente con los fundamentos

\* Universidad Nacional de Quilmes. Departamento de Economía y Administración. Roque Sáenz Peña 352, B1876BXD. Bernal – Buenos Aires – Argentina. [gaston.caligaris@unq.edu.ar](mailto:gaston.caligaris@unq.edu.ar)

\*\* Universidad Nacional de Quilmes. Departamento de Economía y Administración. Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Roque Sáenz Peña 352, B1876BXD. Bernal – Buenos Aires – Argentina. [guido.starosta@unq.edu.ar](mailto:guido.starosta@unq.edu.ar)

de la crítica marxiana de la economía política. En particular, nos proponemos cuestionar a la concepción que presenta a la reproducción material de los obreros y la lucha de clases como dos factores independientes que determinan la cantidad y el tipo de valores de uso que consume la clase obrera. Ante todo, veremos que, a pesar de su extendida aceptación entre los marxistas, esta interpretación no se deduce naturalmente del legado de Marx. Más aún, ni siquiera encuentra evidencia textual sólida en su obra. Pero, además y fundamentalmente, veremos que, al separar en este aspecto al valor de la fuerza de trabajo de su determinación material, este enfoque acaba por romper la conexión necesaria e inmanente entre materialidad y forma social que es propia de la sociedad capitalista. En contraposición, sostendremos que, al igual que ocurre con el llamado “elemento físico” del valor de la fuerza de trabajo, el “elemento histórico y moral” remite a un consumo de valores de uso que permite la reproducción de determinados atributos productivos del obrero requeridos por las formas materiales del proceso de producción capitalista. Sobre esta base, adicionalmente argumentaremos que el “elemento histórico y moral” del valor de la fuerza de trabajo no está determinado por la lucha de clases, sino por las necesidades de la acumulación de capital. Dicho polémicamente, sostendremos que la lucha de clases no *determina* en nada al valor de la fuerza de trabajo, sino que únicamente hace a la *forma de realización* del mismo.

### **GÉNESIS Y DIFUSIÓN DEL CONSENSO MARXISTA SOBRE EL SIGNIFICADO DEL “ELEMENTO HISTÓRICO Y MORAL” DEL VALOR DE LA FUERZA DE TRABAJO**

La génesis histórica del consenso marxista actual sobre el significado del “elemento histórico y moral” del valor de la fuerza de trabajo puede situarse, cuando menos, en las

controversias sobre la explicación marxiana del salario a la que dio lugar el debate sobre la “teoría del empobrecimiento” de la clase obrera, desarrollado dentro de la socialdemocracia alemana a principios del siglo XX. El punto de partida de este debate fue el cuestionamiento de lo que Eduard Bernstein, el principal portavoz de la posición revisionista, llamó la “teoría del derrumbe”, imperante entre los marxistas, según la cual la superación del capitalismo dependía, entre otros determinantes, de la existencia de un “empobrecimiento” creciente de la clase obrera que motivase la acción revolucionaria de las masas (Bernstein, [1898] 1982a). Al respecto, Bernstein señalaba que la realidad de la evolución histórica del capitalismo, en los años posteriores a la muerte de Marx, mostraba más bien una tendencia contraria en el nivel de vida de la clase obrera. Los salarios, sugería este autor, aumentaban porque crecía la productividad del trabajo, y los obreros lograban conquistar una mayor participación en el producto social (Bernstein, [1899] 1982b). Frente a esta crítica, los marxistas ortodoxos procuraron ratificar la tendencia histórica al empobrecimiento de la clase obrera, afirmando que, o bien se trataba de un fenómeno “relativo” al nivel de riqueza social disponible (Kautsky, [1899] 1966; Plejanov, [1901] 1964), o bien se realizaría en el “futuro” cuando el capitalismo se desarrollara mundialmente (Luxemburg, [1899] 2010). Este tipo de respuestas, sin embargo, dejaba pendiente la explicación del aumento efectivo de los salarios reales, reconocido por los mismos marxistas. En este punto, insistía Bernstein, el principal problema de los marxistas era que reducían la determinación de los salarios a “términos puramente económicos”, cuando la realidad empírica de su evolución mostraba que estaban determinados por la “lucha de clases”, un fenómeno que Marx ya había advertido, aunque no desarrollado, precisamente al referirse al “elemento histórico y moral” del valor de la fuerza de trabajo (Bernstein, [1901] 1904, p. 71).



De acuerdo a Tugán-Baranovsky, el otro célebre crítico de Marx de aquella época, frente a la evidencia persistente de la suba de los salarios reales, en los años subsiguientes, los marxistas se vieron forzados a abandonar la explicación del salario por el valor de los “medios de subsistencia físicamente indispensables”, que subyacía a la “teoría del empobrecimiento”, para pasar a explicarlo por “las condiciones de vida” de la clase obrera, que dependen del “nivel cultural de un país”, esto es, por lo que Marx consideraba el “elemento histórico y moral” del valor de la fuerza de trabajo (Tugan-Baranowsky, 1913, p. 19). Al igual que Bernstein, este autor consideraba que ambas explicaciones estaban presentes en la crítica marxiana de la economía política, pero que eran mutuamente excluyentes (Tugan-Baranowsky, 1913). Más aún, consideraba que la explicación por las “condiciones de vida” de la clase obrera no sólo era incompatible con la “teoría del empobrecimiento”, cualquiera sea su versión, sino en sí misma “tautológica” (Tugan-Baranowsky, 1913, p. 20). Esta vez, sin embargo, del lado de los marxistas ortodoxos se alcanzó a forjar una respuesta que procuró captar la unidad de la explicación marxiana del valor de la fuerza de trabajo y tornarla compatible con la evidencia histórica de la suba de los salarios reales. El primero en plantearla fue Bucharin (1914, p. 112), precisamente en respuesta a este crítico de Marx:

El señor Tugan-Baranowsky presenta el siguiente dilema: o la ‘teoría del valor’ o el ‘elemento social’. Pero [...] la teoría del valor trabajo no entra en ningún conflicto con los ‘elementos sociales’ en el sentido de la lucha de clases. [...] Todo incremento sostenido en las necesidades de la clase trabajadora y su consecuente aumento del valor de la fuerza de trabajo se lleva a cabo a través de la lucha de clases del proletariado. [...] Cuando salario incrementado (resultado de una lucha de clases exitosa) se sostiene en el tiempo, entonces la fuerza de trabajo dada se transforma en una fuerza de trabajo cualitativamente diferente; paralelamente, hay un segundo proceso: el salario dado, como precio de la fuerza de trabajo, deviene el valor de la fuerza de trabajo.

En otras palabras, para Bucharin, el aumento de los salarios del último medio siglo se explicaba porque la clase obrera había tenido la fuerza política para imponer mejores condiciones de vida y éstas habían pasado a formar parte del “elemento histórico y moral” del valor de la fuerza de trabajo. En consecuencia, la suba de los salarios no contradecía la determinación económica de los mismos por la tendencia del valor de la fuerza de trabajo. Así, la “teoría del empobrecimiento” (relativo o futuro) de la clase obrera, necesaria finalmente para explicar la superación del capitalismo, quedaba a salvaguarda enteramente. Para esta misma época, Luxemburg presentó una interpretación similar en su célebre *Curso de Economía Política* impartido en la Escuela Central de la Socialdemocracia alemana. Según esta autora,

La principal función de los sindicatos consiste [...] en remplazar el mínimo fisiológico por el mínimo social, es decir, por un nivel de vida y de cultura determinados de los trabajadores. [...] La gran importancia económica de la socialdemocracia reside en que, sacudiendo espiritual y políticamente a las amplias masas de los trabajadores, eleva su nivel cultural y, con ello, sus necesidades económicas (Luxemburg, [1909-17] 1972, p. 228).

En suma, al igual que en el caso de los críticos de Marx, según esta interpretación, el “elemento histórico y moral” del valor de la fuerza de trabajo no está vinculado con la reproducción de determinados atributos productivos de los trabajadores, sino con el “nivel de vida” conseguido mediante la lucha de clases. Sin embargo, en contraposición a los críticos, esta interpretación considera que, en la medida en que toda transformación en el “elemento histórico y moral” redundaba precisamente en una alteración del “valor” de la fuerza de trabajo, el reconocimiento de este determinante no compromete la “teoría del valor” ni la determinación “económica” del salario.

En este punto, cabe mencionar lo que, en este mismo contexto, constituyó, quizás, la única excepción a este “consenso marxista” emergente. Nos referimos a la contribución de

Henryk Grossman, quien, en las consideraciones finales de su célebre *La Ley de la Acumulación y del Derrumbe del Sistema Capitalista*, resalta correctamente la relación entre la intensificación del trabajo y el incremento en el valor de la fuerza de trabajo, mostrando, así, en oposición a los marxistas, la existencia de una determinación material subyacente al éxito de las luchas obreras en torno a los salarios reales, lo cual constituía una explicación alternativa al innegable fenómeno empírico de la mejora en las condiciones de vida de la clase obrera (Grossmann, [1929] 1979). Sin embargo, la concepción de Grossmann era reduccionista e unilateral, porque explicaba la suba del salario real exclusivamente por la mayor intensidad de trabajo. Adicionalmente, poco o nada tenía para aportar respecto del “elemento histórico y moral” del valor de la fuerza de trabajo, cuya presencia, en la obra de Marx, no podía ignorarse. Como sea, el hecho es que la crítica de Grossmann a las posiciones de los marxistas intervinientes en el debate no tuvo mayor impacto.

Así, la aceptación y la naturalización de la interpretación de Bucharin y Luxemburg respecto del significado del “elemento histórico y moral” y, por lo tanto, de la determinación misma del valor de la fuerza de trabajo fueron desarrollándose con el pasar de los años hasta convertirse en una suerte de “saber convencional” entre los marxistas, sin que se reconozca sus autores originales ni la controversia de la cual resulta. Por ejemplo, ya en 1927, Maurice Dobb presentaba como un hecho incontrovertible que, según Marx, el valor de la fuerza de trabajo estaba regulado “en un sentido único por el elemento histórico social” y que, por consiguiente, “cuando los sindicatos tratan [...] de hacer subir el nivel de salarios [...] su acción misma es parte del ‘elemento social’ y las ventajas que se logran ayudan a moldear el ‘patrón de vida’ tradicional para el futuro” (Dobb, [1927] 1986, p. 86). Del mismo modo, en las décadas siguientes, esta interpretación reaparece igualmente incuestionada en au-

tores tan influyentes y disímiles como Meek (1956), Rosdolsky ([1968] 1989), Mandel ([1976] 1998) y Althusser ([1970] 2011), entre otros. Modernamente, Lebowitz ([1992] 2005), Lapidés (1998) y Mavroudeas (2001) pueden citarse como exponentes paradigmáticos de la reproducción de este “saber convencional” en la medida en que discuten la cuestión explícitamente y en extenso. Pero también se la encuentra repetidamente en varios autores presentada al pasar; véase, por ejemplo, Bellofiore (2004) y Heinrich ([2004] 2008).

### LOS PROBLEMAS DEL CONSENSO MARXISTA SOBRE EL SIGNIFICADO DEL “ELEMENTO HISTÓRICO Y MORAL” DEL VALOR DE LA FUERZA DE TRABAJO

Un primer punto a resaltar es que la idea de que el “elemento histórico y moral” del valor de la fuerza de trabajo está determinado por la lucha de clases no tiene soporte textual alguno en la obra de Marx. No existe un solo pasaje en *El Capital*, ni en cualquiera de sus borradores, en donde se pueda leer ésta vinculación. Más aún, no hay ningún pasaje en donde se afirme que la cantidad y el tipo de los medios de subsistencia que consume la clase obrera resultan del balance de fuerza entre las clases. En cambio, lo único que sostiene Marx explícitamente respecto del “elemento histórico y moral” es que expresa las “condiciones bajo las cuales se ha formado” *históricamente* “la clase de los trabajadores libres” de un país, esto es, las condiciones de reproducción específicas de cada fragmento nacional de la clase obrera global que han sido heredadas de relaciones sociales pre-capitalistas correspondientes a su génesis histórica (Marx, 1999a, v. 1, p. 208).

Para imputar a Marx la idea de que es la “lucha de clases” la que determina el “elemento histórico y moral” del valor de la fuerza de trabajo, los marxistas suelen referir a la conocida conferencia *Salario, precio y ganancia*,

donde Marx discute precisamente el vínculo entre los salarios y la lucha de clases (la citada contribución de Lapidés (1998) quizás sea la más elaborada en este sentido). Sin embargo, una lectura detenida de este texto tampoco arroja una evidencia textual sólida a favor de esta interpretación. En estas páginas, Marx sostiene únicamente que la “fijación” del “grado efectivo” de la “*tasa de ganancia*” se establece por la “pugna incesante entre capital y trabajo”, estando su máximo dado por el “mínimo físico del salario y por el máximo físico de la jornada de trabajo” (Marx, [1865] 1987, p. 507), esto es, únicamente por el “elemento puramente físico” del valor de la fuerza de trabajo. Por lo tanto, lo único que puede afirmarse respecto a la lucha de clases es que Marx busca discutir hasta qué punto esta lucha lleva el nivel efectivo del *salario* hasta el valor pleno de la fuerza de trabajo que, como lo había indicado en párrafos precedentes, incluye el “nivel de vida tradicional” por encima del mínimo físico, esto es, el “elemento histórico y moral”. En ningún caso, sin embargo, se lee que la lucha de clases determine, por sí misma, dicho “nivel de vida”.

En relación a la evidencia textual disponible, hay otro punto problemático en la interpretación dominante, esencialmente de naturaleza metodológica. De acuerdo a esta lectura dominante, el “elemento histórico y moral” completa la determinación del valor de la fuerza de trabajo. Sin embargo, Marx introduce esta consideración a la altura de la exposición de la transformación del dinero en capital, donde aún está considerando la “subsumción formal” del trabajo en el capital. Esto significa que, en esa etapa de la exposición, la determinación del valor de la fuerza de trabajo es aún una “presuposición externa” al movimiento del capital. En efecto, ocurre que, en dicha etapa expositiva, el proceso de trabajo en sí mismo, y por lo tanto, también la materialidad de los atributos productivos de los trabajadores, no son todavía “puestos” por el propio movimiento del capital. En este sentido, se puede argumentar que, de acuerdo al método

de Marx, la determinación del valor de la fuerza de trabajo no se puede completar a este nivel de abstracción, sino que implica necesariamente una concretización ulterior que avance desde la subsumción formal del trabajo al capital a la real, y de ésta a la reproducción del capital social global. Dicho de otro modo, en la medida en que el movimiento de la acumulación de capital no aparezca poniendo por sí mismo las condiciones de reproducción de la clase obrera, el valor de la fuerza de trabajo no puede todavía determinarse concretamente.

Pero el principal problema del consenso marxista respecto del significado del “elemento histórico y moral” no es de naturaleza exegética, sino de consistencia con los fundamentos de la crítica de la economía política. En primer lugar, si se desvincula el “elemento histórico y moral” de la reproducción de los atributos productivos de los trabajadores y, por lo tanto, de las condiciones en que se gasta la fuerza de trabajo en el proceso de producción, se rompe la conexión necesaria entre la reproducción del capital como relación social enajenada y la materialidad del proceso de producción y consumo sociales, conexión en torno a la cual gira precisamente toda la crítica marxiana de la economía política (Kicillof; Starosta, 2007). En segundo lugar, al dejar al “elemento histórico y moral” sujeto a los vaivenes de la lucha de clases, se pierde toda base objetiva para su determinación. En este sentido, esta interpretación no resulta finalmente distinta de los enfoques que directamente consideran que el salario está determinado únicamente por la lucha de clases, tal como es el caso de los referidos críticos de Marx que inician el debate sobre la teoría marxiana del salario y, más recientemente, el de la teoría marxista de la determinación política del salario de raigambre *operarista* (Cleaver, [1979] 1985; Negri, [1979] 2001). Finalmente, es evidente que esta interpretación, al menos en lo que respecta a la relación entre el salario y la lucha de clases, invierte el curso de la determinación del vínculo entre las relaciones económicas y políticas que

fundamenta la crítica de la economía política (Iñigo Carrera, 2012).

## LOS DETERMINANTES DEL VALOR DE LA FUERZA DE TRABAJO EN LA CRÍTICA MARXIANA DE LA ECONOMÍA POLÍTICA

Comencemos por la formulación más simple que ofrece Marx de la determinación del valor de la mercancía fuerza de trabajo: “el *valor de la fuerza de trabajo* se resuelve en el *valor de determinada suma de medios de subsistencia*” (Marx, 1999a, v. 1, p. 209). En este punto, el eje de su argumento es que la cantidad y cualidad de la canasta de mercancías que constituyen el valor de la mercancía fuerza de trabajo se determina por lo que es “necesario para mantener al obrero, esto es, para mantener su vida como trabajador, de modo que, habiendo trabajado hoy, sea capaz de repetir el mismo proceso bajo las mismas condiciones al día siguiente” (Marx, [1861-63] 1988, p. 42). O bien, tal como lo expresa en *El Capital*, “la suma de los medios de subsistencia, pues, tiene que alcanzar para mantener al individuo laborioso *en cuanto tal*, en su *condición normal* de vida” (Marx, 1999a, v. 1, p. 208, énfasis agregado). De esta definición simple se derivan varias cuestiones relevantes para nuestra discusión.

Ante todo, esto implica que lo que está en juego, en el consumo obrero, es la (re)producción de “los músculos, nervios, huesos, cerebro, etc. de [los] obreros” (Marx, 1999a, v. 2, p. 705) que portan materialmente “el conjunto de las facultades físicas y mentales que existen en la corporeidad, en la personalidad viva de un ser humano y que [se] pone[n] en movimiento cuando [se] produce[n] valores de uso de cualquier índole” (Marx, 1999a, v. 1, p. 203). En otras palabras, mediante la apropiación de esos valores de uso, el obrero (re)produce la materialidad de su subjetividad productiva que, como Marx descubrió ya en 1844, no es otra cosa que su “ser genérico” como

“individuo humano” (Marx, [1844] 1999b, p. 110). En este sentido, este consumo reproduce, ante todo, la materialidad de los atributos específicamente humanos del individuo: su conciencia y voluntad productivas, es decir, lo que “distingue ventajosamente al peor maestro albañil de la mejor abeja” (Marx, 1999a, v. 1, p. 216). En suma, esto significa que el “monto y la cualidad de los medios de subsistencia y, en consecuencia, también el grado las necesidades” de los obreros, no pueden tener más determinación material que la reproducción de la forma específica que adquiera la “habilidad, aptitud y fuerza encerrada en el cuerpo vivo del obrero [...] a cierto nivel de civilización” (Marx, 1988, p. 45, 50-51).<sup>1</sup>

Por otra parte, esta definición simple del valor de la fuerza de trabajo abre la pregunta respecto a qué entendía Marx por “condición normal de vida” del trabajador. Una primera respuesta evidente, y por cierto explícita en las referencias textuales, es que esta “condición normal” pasa por el hecho de que el trabajador asalariado sea capaz de actuar en el proceso laboral en el que usualmente participa y, más específicamente, de repetir esta participación en las mismas condiciones que el día anterior. En este punto, en varios pasajes, Marx parece apuntar únicamente a la reconstitución *física* del trabajador asalariado. Por ejemplo, en *El Capital* se refiere a estas condiciones como el “vigor” y la “salud” del obrero, y, en los *Manuscritos 1861-1863*, agrega su “vitalidad en general” (Marx, 1999a, 1988). Estas formulaciones pueden llevar a asociar el estado normal de la fuerza de trabajo solamente con el llamado elemento “físico” del valor de la fuerza de trabajo. Sin embargo, dos argumentos se oponen a esta lectura.

En primer lugar, en los citados manuscritos preparatorios, Marx aclara que “no es ne-

<sup>1</sup> Aunque no sin ambigüedades, la conexión entre el consumo y la reproducción de la subjetividad productiva de los obreros puede encontrarse en el trabajo pionero de Aglietta ([1976] 1991). De acuerdo a este autor, “el consumo” de los trabajadores es un proceso sujeto “a una lógica general de reconstitución de las fuerzas gastadas en las prácticas sociales y de conservación de las capacidades y actitudes implicadas por las relaciones sociales de las que los sujetos son el apoyo” (Aglietta, 1991, p. 134).

cesario mencionar aquí que la cabeza pertenece al cuerpo tanto como las manos” (Marx, 1988, p. 51). Esto significa que la condición normal de vida del trabajador no sólo incluye plenas capacidades físicas sino también capacidades “*mentales*” que, en conjunto, constituyen la unidad de la fuerza de trabajo. Esto es evidente en la medida en que el trabajo concreto realizado por ciertos obreros involucra principalmente una actividad intelectual; por ejemplo, el trabajo académico. Pero, en segundo lugar, Marx es categórico en *El Capital* cuando afirma que, si “el precio de la fuerza de trabajo cae” hasta el “límite mínimo”, dado por “el valor de los medios de subsistencia físicamente indispensables”, esto significa que la fuerza de trabajo “cae por debajo de su valor, pues, en tal caso, sólo puede mantenerse y desarrollarse bajo una forma *atrofiada*” (Marx, 1999a, v. 1, p. 210). En consecuencia, de esto se deriva que, para Marx, la “condición normal de vida” del obrero, en cuanto “individuo laborioso”, trasciende el llamado elemento físico del valor de la fuerza de trabajo.

En efecto, los atributos productivos de los obreros, y, por lo tanto, su subjetividad productiva no se pueden delimitar a los estrictamente necesarios para realizar el proceso de trabajo en un restringido sentido “técnico”, esto es, simplemente a los conocimientos específicos requeridos para la realización de tareas productivas determinadas. En cambio, estos atributos deben comprender igualmente lo que, respetando la terminología de Marx sobre el “elemento histórico y moral” del valor de la fuerza de trabajo, podemos llamar atributos productivos “morales”. Nos referimos, con esto, al conjunto de formas de conciencia, actitudes y disposiciones que *también* deben ponerse “en movimiento” cuando el obrero “produce valores de uso de cualquier índole”. Por supuesto, estos “atributos morales” no son naturales sino “productos históricos” y, por consiguiente, varían con el “nivel cultural” alcanzado por la sociedad. Más aún, incluso se puede decir que ellos difieren para cada órga-

no parcial del obrero colectivo, de acuerdo con las diferentes funciones productivas que cada uno realiza bajo el mando del capital. Pero, específicamente, estos “atributos morales” incluyen, primordial y genéricamente, aquello que, como se ha procurado argumentar en otro lugar, constituye la forma más general de subjetividad asumida por la conciencia enajenada del individuo humano en el modo de producción capitalista, a saber: la libertad personal del productor de mercancías (Starosta, 2016; véase especialmente, Iñigo Carrera, 2007). Esta libertad respecto de las relaciones directas de autoridad y sujeción – que, en palabras de Marx en los *Grundrisse*, no es otra cosa que la forma concreta de la “subordinación” de los individuos a un “poder social” objetivado (Marx, [1858-57] 1997, p. 84-85) – no es simplemente una forma abstractamente ideológica, jurídica o cultural. Es, en primer lugar y principalmente, una determinación material de la subjetividad productiva del individuo humano, una *capacidad o fuerza productiva*.

Precisemos este punto considerando la comparación que hace Marx entre el obrero asalariado y el esclavo. Cuando analiza el proceso de trabajo bajo el comando del capital, Marx comienza mostrando que la libre subjetividad del obrero asalariado sufre, en relación con la del productor simple de mercancías, una mutilación de su capacidad productiva para organizar el proceso directo de producción. En efecto, la primera manifestación de la determinación específica del proceso de trabajo bajo el mando del capital es que “el obrero trabaja *bajo el control del capitalista*, a quien pertenece el trabajo de aquél” (Marx, 1999a, v. 1, p. 224). En otras palabras, el capitalista ahora *personifica*, en nombre de su capital, a la *conciencia productiva* de la *unidad* del proceso de trabajo del obrero. En este sentido, comparado con el productor simple de mercancías con el que empieza la exposición dialéctica, el trabajador asalariado experimenta una pérdida relativa del control sobre el carácter individual del trabajo que constituye la determinación

material específica de su libertad. Sin embargo, Marx señala, en una nota al pie, que, a diferencia del caso de la reducción del esclavo a un *instrumentum vocale*, en la antigüedad, esta mutilación material de este aspecto de la subjetividad productiva del trabajador asalariado no es total (Marx, 1999a, v. 1). Aunque a través de su control directo “el capitalista vela porque el trabajo se efectúe de la debida manera y los medios de producción se empleen con arreglo al fin asignado”, en última instancia, la responsabilidad individual de que ello suceda recae en el asalariado (Marx, 1999a, v. 1, p. 224). Esto permite la introducción de medios de producción más complejos y sofisticados *vis-à-vis* los modos de producción basados en la esclavitud, donde sólo se pueden “emplear únicamente los instrumentos de trabajo más toscos y pesados”, ya que el esclavo “hace sentir al animal y la herramienta que no es su igual [...] maltratándolos y destrozándolos *con amore*” (Marx, 1999a, v. 1, p. 238). En otros términos, el sentido de responsabilidad individual que caracteriza al sujeto libre moderno es, en sí mismo, una fuerza productiva, en tanto que expande el alcance y la cualidad de los medios de producción que pueden ponerse en movimiento en el proceso directo de producción.

Este punto es desarrollado por Marx con más detalle en sus borradores conocidos como *Resultados del proceso inmediato de producción*. En esas páginas, Marx observa desde un principio que, aunque “el proceso laboral, desde el punto de vista tecnológico, se efectúa exactamente como antes, sólo que ahora como proceso laboral subordinado al capital”, la subsunción formal del trabajo en el capital ya conlleva un desarrollo material de las fuerzas productivas (Marx, [1864-65] 2000, p. 61). Así, la nueva forma social de “coerción que apunta a la producción de plustrabajo [...] acrecienta la continuidad e intensidad del trabajo” y “es más propicia al desarrollo de las variaciones en la capacidad de trabajo y con ello a la diferenciación de los modos de trabajo y de adquisición” (Marx, 2000, p. 62). El siguiente pasaje

de este mismo texto capta elocuente y concisamente la determinación de la “conciencia de libertad” del trabajador asalariado como un atributo productivo específico en comparación a la situación del esclavo:

En comparación con el artesano independiente que trabaja para clientes desconocidos [...], es natural que aumente la continuidad del trabajador que labora para el capitalista, cuyo trabajo no reconoce límites en la necesidad eventual de tales o cuales customers, sino únicamente en la necesidad de explotación que tiene el capital que le da empleo. Confrontado con el [del] esclavo, este trabajo se vuelve más productivo, por ser más intenso; el esclavo, en efecto, sólo trabaja bajo el acicate del temor exterior, y no para su *existencia* – que no le pertenece, aunque sin embargo le está *garantizada* –, mientras que el trabajador libre trabaja para sus necesidades [...]. La conciencia (o más bien la *ilusión*) de una determinación personal libre, de la libertad, así como el sentimiento [...] (conciencia) de responsabilidad [...] anejo a aquélla, hacen de éste un trabajador mucho mejor que aquél. El trabajador libre, efectivamente, como cualquier otro vendedor de mercancía, es responsable por la mercancía que suministra, y que debe suministrar a cierto nivel de calidad si no quiere ceder el campo a otros vendedores de mercancías del mismo género [...]. La *continuidad de la relación* entre el esclavo y el esclavista es tal que en ella el primero se mantiene sujeto por coerción directa. El trabajador libre, por el contrario, está obligado a mantener él mismo la relación, ya que su existencia y la de los suyos depende de que renueve continuamente la venta de su capacidad de trabajo al capitalista (Marx, 2000, p. 68).

Marx profundiza luego este desarrollo tanto por el contenido como por la forma de salario del valor de la fuerza de trabajo, que permite “libertad de movimientos dentro de estrechos límites [...] para la *individualidad* del obrero” (Marx, 2000, p. 69) en la determinación de la singularidad de sus condiciones de reproducción. Así, el valor de la fuerza de trabajo *promedio* de la clase obrera en su conjunto se compone de valores *diversos* de la fuerza de trabajo correspondiente a los órganos del obrero colectivo de diferente complejidad; el salario oscila cíclicamente en torno al valor de la fuerza de trabajo; y, finalmente, aún

“dentro de la *misma* rama laboral”, los salarios individuales varían “según la diligencia, habilidad, vigor, etc., del obrero, y, sin duda, esas diferencias están determinadas hasta cierto punto por la medida de su rendimiento personal”. “De esta suerte”, concluye Marx, “la cuantía del salario varía por obra de su propio trabajo y de la calidad individual de este último” (Marx, 2000, p. 69). Esto contrasta con las condiciones de reproducción material del esclavo, para quien “el salario mínimo aparece como una magnitud constante”, dentro de “límites predestinados, independientes de su propio trabajo, determinados por sus necesidades puramente físicas” (Marx, 2000, p. 68-69). Las cualidades productivas individuales, como la fuerza física o el talento particular, “pueden elevar el *valor venal* de su persona, pero esto a él no le va ni le viene”, dado que no afecta sus condiciones de reproducción (Marx, 2000, p. 69). En suma, Marx concluye que “todas estas relaciones modificadas hacen que la actividad del trabajador libre sea más intensa, continua, móvil y competente que la del esclavo, aparte que lo capacitan para una acción histórica muy diferente” (Marx, 2000, p. 70).

¿Qué implicancias tiene todo este desarrollo respecto de la determinación más simple del valor de la fuerza de trabajo que consideramos más arriba? Si la libertad del obrero es un atributo productivo suyo tanto como lo es cualquier otra habilidad técnica específica que tenga, entonces la misma debe ser (re)producida materialmente, tal como ocurre con la habilidad técnica; esto es, tiene que ser (re) producida mediante el consumo de determinados valores de uso. En consecuencia, para que el proceso de producción capitalista se efectúe normalmente, entonces el “monto y la cualidad de los medios de subsistencia, y en consecuencia también el grado las necesidades” (Marx, 1988, p. 45) de los obreros debe incluir igualmente las mercancías que, tanto en sus atributos como en su forma de apropiación práctica, reproduzcan la forma de libertad personal bajo la cual se realiza la subsunción

impersonal del obrero al capital. En este texto que analizamos, Marx indica esto resaltando que, en la medida en que el asalariado “actúa como agente libre” cuando adquiere mercancías, “es responsable por la manera en que gasta su salario [y] *aprende a autodominarse, a diferencia del esclavo*, que necesita de un amo” (Marx, 2000, p. 70). Asimismo, en este contexto, señala que, “a modo de ejemplo, los periódicos se cuentan entre los medios de subsistencia necesarios para el trabajador urbano inglés”; esto es, un valor de uso ideológico que, en términos generales, es obviamente superfluo para la reproducción de las habilidades técnicas específicas de los obreros, pero crucial para la reproducción material de su conciencia libre (Marx, 2000, p. 70). En suma, el proceso de consumo individual del obrero no solo involucra su auto-producción como portador de ciertas habilidades y conocimientos técnicos, sino también como un sujeto productivo personalmente libre. Los “medios de subsistencia necesarios” de los obreros deben incluir, por tanto, todos los valores de uso requeridos para la reproducción de sus atributos productivos materiales en su unidad, esto es, tanto los “técnicos” como los “morales”.

## EL SIGNIFICADO DEL “ELEMENTO HISTÓRICO Y MORAL”

Dado este análisis de los determinantes del valor de la fuerza de trabajo, quisiéramos sugerir una resignificación de lo que Marx buscó decir con la distinción entre el elemento “físico” y el “histórico y moral” del valor de la fuerza de trabajo. Dicho brevemente, el primer elemento corresponde, en líneas generales, a la (re)producción de la dimensión estrictamente “técnica” de la fuerza de trabajo tal como lo indicamos más arriba; esto es, la (re)producción de las habilidades específicas que demanda el proceso de trabajo en el que actúa el obrero. En este punto, estamos simplemente siguiendo la letra del texto de Marx y, de hecho, existen

pocos desacuerdos entre los comentaristas al respecto. En cambio, en relación al elemento “histórico y moral”, nuestro argumento es que este otro componente del nivel de vida de los obreros condensa el conjunto *materialmente determinado* de valores de uso que son cualitativa y cuantitativamente necesarios para (re) producir los atributos productivos de éstos en tanto trabajadores libres que, a través de esta libertad, afirman su sujeción objetiva al movimiento autonomizado del producto de su propio trabajo, esto es, al movimiento del capital.<sup>2</sup>

Aunque obviamente no constituye en sí misma una evidencia textual definitiva, a la luz de esta resignificación del “elemento histórico y moral” del valor de la fuerza de trabajo, nos parece sugestivo que, en su exposición, Marx sostenga que este elemento refleja “las condiciones bajo las cuales se ha formado la clase de los trabajadores *libres*, y por tanto de sus hábitos y aspiraciones vitales” (Marx, 1999a, v. 1, p. 208, énfasis agregado). En otras palabras, se puede leer aquí que dicho elemento refleja la génesis del asalariado, no simplemente como individuo trabajador, sino en su determinación *históricamente específica* de trabajador *libre*. Así, si la valorización del capital se basa específicamente en la explotación de las potencias productivas del obrero *personalmente libre*, la libertad del obrero no es un mero velo ideológico o jurídico que oscurece la realidad de la explotación en el proceso directo de producción, sino asimismo una determinación histórica de la subjetividad productiva.

Como es evidente, esta lectura del significado del “elemento histórico y moral” del valor de la fuerza de trabajo se contrapone directamente al referido “saber convencional” marxista según el cual este elemento está determinado por la lucha de clases. Pero hay

un aspecto más en que nuestra lectura difiere de la concepción marxista dominante. Según señalamos más arriba, para esta concepción, el “elemento histórico y moral” del valor de la fuerza de trabajo y, por tanto, este valor mismo se determina al nivel de la *subsunción formal* del trabajo en el capital. Y, en efecto, por nuestra parte, hasta aquí hemos seguido a Marx en la discusión de las determinaciones del valor de la fuerza de trabajo correspondiente a este nivel de abstracción. Esto es, nos hemos limitado a considerar al elemento “físico” y, en particular, al “histórico y moral” del valor de la fuerza de trabajo, como expresión de la reproducción de atributos productivos demandados por un proceso de trabajo que no aún no fue subsumido y modificado realmente por el capital. De ahí que, siguiendo a Marx, hemos considerado al “monto *medio de los medios de subsistencia necesarios*”, “en un país determinado y en un período determinado” como una magnitud “dada” (Marx, 1999a, v. 1, p. 208). Sin embargo, Marx aclara también en este punto que, por más que este monto pueda tomarse provisoriamente como un “dato sabido”, los “medios de subsistencia que necesita el trabajador para vivir como trabajador difiere de un país a otro y de un nivel de civilización a otro” (Marx, 1988, p. 44). La investigación dialéctica sistemática del valor de la fuerza de trabajo, y, en particular, de su “elemento histórico y moral”, debe, por tanto, incluir una explicación del principio dinámico de transformación material que rige dichas diferencias. Esta dinámica transformativa no puede tener otra fuente que el automovimiento del capital, que, a esta altura de la exposición, ya fue revelado como el sujeto enajenado del proceso de vida humano, en vistas de la producción de plusvalor. De este modo, una investigación completa del valor de la fuerza de trabajo debe incluir la *internalización y transformación* de sus determinaciones como un momento *inmanente* al proceso de valorización y reproducción ampliada del capital. En otras palabras, debe explorar las implicancias de la subsunción *real* del trabajo

<sup>2</sup> Aglietta llega a incluir, en la reproducción de la fuerza de trabajo, procesos que “sustentan relaciones de sociales de naturaleza ideológica” a los que considera “de existencia tan ‘material’ como las relaciones económicas”. No obstante, su concepción estructuralista lo lleva a sostener que dichas relaciones “no están directamente influenciadas por las relaciones de producción”, perdiendo de vista, de este modo, el vínculo material interno entre los procesos de producción y consumo sociales (Aglietta, 1991, p. 134).



al capital para la determinación del valor de la fuerza de trabajo.

En *El Capital*, Marx se concentró en el examen del impacto de la subsunción real en el valor de la fuerza de trabajo, principalmente a través del análisis de los cambios relacionados en la *productividad del trabajo*; esto es, en el efecto sobre dicho valor que tiene el abaratamiento de los valores de uso que entran en el consumo obrero. Sin embargo, desafortunadamente lo mismo no puede decirse respecto del efecto sobre “los llamados requerimientos básicos para la vida y el modo de su satisfacción”, que “dependen en gran medida del nivel de civilización de la sociedad” y son, por tanto, “productos de la historia” (Marx, 1988, p. 44). En efecto, aunque pueden encontrarse desperdigados algunos elementos para esta investigación, Marx no abordó, de un modo sistemático, las determinaciones cualitativas y cuantitativas de los *patrones variantes de consumo de la clase obrera*. No obstante, recuperando dichos elementos, puede formularse un programa de investigación coherente que busque el contenido de tales determinaciones en las formas históricamente cambiantes de la subjetividad productiva de los obreros asalariados, a su vez resultantes de las diferentes bases materiales de la producción de plusvalor relativo.<sup>3</sup>

Este programa de investigación es, ante todo, perfectamente consistente con las determinaciones del valor de la fuerza de trabajo que Marx efectivamente desarrolló de modo sistemático. Como vimos, para Marx, el proceso de consumo individual no tiene otro contenido que la producción y reproducción de la materialidad de la subjetividad productiva de los asalariados. Por tanto, al subsumir y modificar el proceso de trabajo con el objeto de producir plusvalor relativo, el capital también

transforma los requerimientos de atributos físicos e intelectuales que deben ser puestos en acción para producir una masa de valores de uso preñados de plusvalor. Además, el capital modifica, consecuentemente, la combinación normal promedio de las magnitudes intensivas y extensivas del gasto de fuerza de trabajo en el proceso directo de producción. En pocas palabras, con cada ciclo de renovación de las bases técnicas generales del proceso de valorización, el capital revoluciona la subjetividad productiva de los diferentes órganos del obrero colectivo. Ahora bien, *esta transformación sólo puede resultar de, y ser reproducida por, la mutación de la “norma de consumo” de la clase obrera.*<sup>4</sup>

Como es evidente, esta transformación no solo involucra el elemento técnico del valor de la fuerza de trabajo. Las nuevas condiciones de producción conllevan también, y especialmente, un cambio del conjunto de los “requerimientos básicos para la vida” y los “modos de su satisfacción” que corresponden a lo que aquí hemos llamado atributos “morales” de los trabajadores. Esto es, las bases materiales históricamente cambiantes del proceso de valorización demandan especialmente una transformación en las diferentes formas concretas a través de las cuales los asalariados afirman su libertad personal en el proceso de producción. Y estas diferentes capacidades también necesitan ser producidas y reproducidas mediante un patrón de consumo modificado. Así, a medida que la subjetividad productiva de los obreros deviene progresivamente un resultado cada vez más puro de la reproducción autónoma del capital social global, las condiciones históricas correspondientes a la génesis de los obreros como trabajadores libres devienen cada vez más residuales para la determinación del valor de la fuerza de trabajo. En pocas

<sup>3</sup> Ben Fine es uno de los pocos marxistas que analiza extensamente “el mundo del consumo” en el capitalismo (Fine, 2002). Sin embargo, no plantea que haya una vinculación directa entre las formas materiales del proceso de, trabajo capitalista y los “patrones de consumo”. En otra obra, este autor señala que el consumo de los obreros no puede reducirse a “factores económicos únicamente” (Fine, 1998, p. 183). Sin embargo, no especifica cuáles son los otros factores ni cómo se determinan.

<sup>4</sup> Si bien Aglietta presenta inicialmente un fundamento material para la “norma de consumo” obrero, sus análisis concretos no son consecuentes con esta premisa teórica. Así, la modificación de la “norma de consumo del fordismo” es atribuida a la resolución del desequilibrio entre el sector productor de medios de producción y el de medios de consumo en el contexto de un régimen de acumulación “intensivo”, en lugar de remitirla a las transformaciones materiales del proceso de trabajo (Aglietta, 1991, p. 181-182).

palabras, a medida que el capital avanza en la subsunción real del proceso de trabajo, internaliza la determinación del elemento “histórico y moral” del valor de la fuerza de trabajo.

## VALOR DE LA FUERZA DE TRABAJO Y LUCHA DE CLASES

En contraste con nuestra lectura de la explicación marxiana del valor de la fuerza de trabajo, los marxistas tienden a reducir la conexión entre las condiciones de reproducción de la fuerza de trabajo y el proceso de producción capitalista al componente físico y técnico del consumo de los obreros. Así, todos los medios de subsistencia que no aparecen vinculados directamente con la reconstitución física y técnica de la fuerza de trabajo se los considera completamente desvinculados de la materialidad del proceso de trabajo capitalista. Luego, como hemos visto, el llamado por Marx “elemento histórico y moral” del valor de la fuerza de trabajo es presentado como un fenómeno que está *materialmente indeterminado* y sujeto al resultado contingente de la lucha de clases. A su vez, bajo este enfoque los obreros y los capitalistas no son vistos como personificaciones de necesidades antagónicas de la reproducción del capital social global, sino como sujetos políticos abstractamente libres que persiguen la satisfacción de sus intereses y necesidades de clase.

El enfoque que procuramos presentar en este artículo, implica una lectura completamente opuesta de la conexión entre la determinación del valor de la fuerza de trabajo y la lucha de clases. Específicamente, nuestro argumento es que las condiciones materiales del proceso de reproducción del capital constituyen el *contenido* de la determinación del valor de la fuerza de trabajo. Lo hacen, como hemos visto, en tanto que determinan las diferentes formas de la subjetividad productiva que componen el obrero colectivo y, en consecuencia, la cantidad y el tipo de medios de subsistencia que los obreros necesitan consu-

mir para producir y reproducir sus atributos productivos. Sobre esta base, la lucha de clases deviene la *forma* necesaria que *mediatiza* el establecimiento de dicha unidad material entre los requisitos productivos y de consumo obrero de la reproducción del capital social global. Nótese que este rol necesario de mediación de la lucha de clases en la *fijación* concreta (en oposición a su *determinación*) del nivel normal de vida de los trabajadores, no atañe únicamente al “elemento histórico y moral”. Corresponde, en cambio, a la canasta de consumo obrero *en su totalidad*, es decir, incluyendo asimismo elemento físico y técnico. En otras palabras, no hay ningún valor de uso que entre en la determinación del valor de la fuerza de trabajo cuyo consumo no se *asegure a través* de la lucha de los obreros en cuanto clase. Y, a la inversa, no hay ningún valor de uso consumido por los obreros que no se *determine* por los requerimientos materiales del proceso de valorización del capital social total.

Desde un punto de vista textual, esta perspectiva es consistente con la única evidencia que Marx dejó sobre esta cuestión en sus obras. Por un lado, hemos mencionado ya brevemente sus comentarios en *Salario, Precio y Ganancia*, el único texto en el que discute *explícitamente* la conexión entre la lucha de clases y la determinación del valor de la fuerza de trabajo. Por otro lado, como se ha procurado demostrar detalladamente en otro lugar, una reconstrucción cuidadosa del capítulo VIII de *El Capital* tiende a respaldar y confirmar esta lectura (Caligaris, 2012; Starosta, 2016). De acuerdo a la explicación de Marx en esas páginas, la lucha entre la clase obrera y la clase capitalista en torno a la duración de la jornada laboral, no es un proceso autodeterminado cuyo resultado es contingente, sino más bien una *relación social mediadora* que fuerza al Estado capitalista a fijar límites legales para que se establezca una jornada laboral *normal*. A su vez, el contenido de esta normalidad no está indeterminado. A medida que la exposición dialéctica avanza, surge que la duración nor-

mal de la jornada laboral está *materialmente determinada* por las condiciones en las cuales la fuerza de trabajo es consumida por el capital en el proceso de producción: una “jornada laboral normal”, sostiene Marx, es aquella que no lleva al “*agotamiento y muerte prematuros de la fuerza de trabajo misma*” (Marx, 1999a, v. 1, p. 320). En consecuencia, la lucha de clases en torno a la duración de la jornada laboral, en primera y en última instancia, no tiene más papel que el de realizar la necesidad del propio capital de que haya una jornada laboral normal y de que, en consecuencia, el pago de la fuerza de trabajo se realice por su valor completo.

Más sustantivamente, se puede decir que el reconocimiento de que la lucha de clases no es más que la *forma* en que se realiza el *contenido* que constituye el valor de la fuerza de trabajo es, en definitiva, un corolario necesario de reconocer al capital social global como el sujeto enajenado del proceso de reproducción de la vida social (Marx, 1999a, v. 2; Iñigo Carrera [2003] 2013). En efecto, el capital es tal sujeto enajenado no simplemente por subsumir como un momento suyo al *proceso de producción* de valores de uso para la vida humana, sino por subsumir igualmente al *proceso de consumo* de esos mismos valores de uso, lo cual precisamente repone los atributos productivos de los trabajadores que son necesarios para poner en marcha un nuevo ciclo de producción. El “consumo individual del obrero”, sostiene categóricamente Marx, es “un elemento de la producción y reproducción del capital, ya se efectúe [...] dentro o fuera del proceso laboral” (Marx, 1999a, v. 2, p. 703-704). Por lo tanto, el contenido cualitativo del consumo social no se puede derivar de la lucha de clases. Afirmar que el consumo social no depende exclusivamente de los requerimientos de la reproducción del capital implica romper precisamente la conexión existente entre el proceso de metabolismo humano y su forma social históricamente determinada de realizarse. En otras palabras, implica fundar las necesidades de los trabajadores, y, por

tanto, su lucha como clase, en una abstracta determinación antropológica de la especie humana. En contraste, de acuerdo a nuestra lectura, cuando los trabajadores luchan como clase, no actúan en su determinación abstracta como seres humanos, sino como *personificaciones* de la única mercancía que poseen y, en tal condición, simplemente como ejecutores del establecimiento de la unidad material del capital social global. Por supuesto, el desafío que pone delante esta lectura del vínculo entre determinación económica y la lucha de clases es descubrir la necesidad de la acción revolucionaria superadora del modo de producción capitalista. Pero lo que es seguro es que esta necesidad, tal como indica Marx en reiteradas ocasiones, no brota de la determinación del valor de la fuerza de trabajo.

## CONCLUSIÓN

En este artículo, hemos buscado cuestionar el consenso marxista actual sobre el significado del “elemento histórico y moral” del valor de la fuerza de trabajo y ofrecer una lectura alternativa consistente con los fundamentos de la crítica marxiana de la economía política. Hemos visto que, según este consenso, dicho elemento remite a un consumo obrero que no responde a la reproducción de los atributos productivos de la fuerza de trabajo, sino a un “nivel de vida” determinado por la lucha de clases. Ante todo, encontramos que este consenso no es “natural” sino que surge, a principios del siglo XX, puntualmente de la respuesta ofrecida por los marxistas ortodoxos a las objeciones realizadas por los críticos de Marx a la “teoría marxista de salario”. Y tan poco “natural” es este consenso que, como también hemos mostrado, no encuentra una base textual sólida en la obra de Marx. Más relevante aún, hemos visto que el principal problema de esta lectura de la crítica marxiana es que, al desvincular el valor de la fuerza de trabajo a la reproducción material de los atri-

butos productivos de los trabajadores, rompe la conexión entre el proceso de metabolismo humano y su forma social históricamente determinada de organizarse.

En contraste, hemos argumentado que, al igual que el llamado “elemento físico del valor de la fuerza de trabajo, el “elemento histórico y moral” está determinado por la necesidad de producir y reproducir los atributos productivos que requiere de los obreros el proceso de acumulación de capital. Nuestro argumento principal es que la especificidad de este elemento corresponde al carácter del obrero asalariado como un individuo libre de toda relación de dependencia personal. En pocas palabras, que la condición de individuo libre constituye, en sí misma, una fuerza productiva propia del trabajador asalariado. En consecuencia, este trabajador necesita reproducir su “conciencia libre” como lo hace con cualquier otro atributo productivo suyo, esto es, consumiendo valores específicos de uso que permitan su reproducción. A la luz de estos desarrollos, y en contraste con el referido consenso marxista, sostuvimos que la lucha de clases debe ser vista no como determinante del valor de la fuerza de trabajo, sino como la forma social específica a través de la cual se realiza concretamente dicho valor.

Recebido para publicação em 04 de abril de 2017  
Aceito em 08 de fevereiro de 2018

## BIBLIOGRAFÍA

- AGLIETTA, M. *Regulación y crisis del capitalismo: la experiencia de los Estados Unidos*. 1ª edición [1976]. Madrid: Siglo XXI, 1991.
- ALTHUSSER, L. Ideología y aparatos ideológicos del Estado (notas para una investigación). In: \_\_\_\_\_. *La filosofía como arma de la revolución*. 1ª edición [1970]. México: Siglo XXI, 2011. p. 102-151.
- ARTHUR, C. J. The Inner Totality. *Historical Materialism*, v. 14, n. 3, p. 85-111, 2006.
- BAUMOL, W. J. Marx and the Iron Law of Wages. *The american economic review*, v. 73, n. 2, p. 303-308, mayo 1983.
- BELLOFIORE, R. Marx and the Macro-monetary Foundation of Microeconomics. In: \_\_\_\_\_. TAYLOR, N. *The constitution of capital: essays of Marx's Capital*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004. v. 1, p. 170-216.
- BERNSTEIN, E. La teoría del derrumbe y la política colonial. In: \_\_\_\_\_. *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia*. 1ª edición [1898]. México: Siglo XXI, 1982. p. 66-76.
- \_\_\_\_\_. *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia*. 1ª edición [1899]. México: Siglo XXI, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Theorie und Geschichte des Sozialismus*. 1ª edición [1901]. Berlín: Ferd. Dümmlers Verlagsbuchhandlung, 1904.
- BOWLES, S.; GINTIS, H. The Marxian theory of value and heterogeneous labour. *Cambridge journal of economics*, v. 1, n. 2, p. 173-192, 1977.
- BUCHARIN, N. I. Eine Ökonomie ohne Wert. *Die neue Zeit: wochenschrift der deutschen sozialdemokratie*, v. 32, n. 1, p. 806-816, 1914.
- CALIGARIS, G. Clases sociales, lucha de clases y Estado en el desarrollo de la crítica de la economía política. In: \_\_\_\_\_. FITZSIMONS, A. *Relaciones económicas y políticas: aportes para el estudio de su unidad con base en la obra de Karl Marx*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires: Facultad de Ciencias Económicas, 2012. p. 72-91.
- CLEAVER, H. *Una lectura política de “El Capital”*. 1ª edición [1979]. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- DOBB, M. *Salarios*. 1ª edición [1927]. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- FINE, B. *Labour market theory: a constructive reassessment*. London: Routledge, 1998.
- \_\_\_\_\_. *The world of consumption: the material and cultural revisited*. London: Routledge, 2002.
- GROSSMANN, H. *La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista*. 1ª edición [1929]. México: Siglo XXI, 1979.
- HEINRICH, M. *Crítica de la economía política: una introducción a El Capital de Marx*. 1ª edición [2004]. Madrid: Escolar y Mayo Editores, 2008.
- HIMMELWEIT, S. Value relations and divisions within the working class. *Science & society*, v. 48, n. 3, p. 323-343, 1984.
- \_\_\_\_\_. MOHUN, S. Domestic labour and capital. *Cambridge journal of economics*, v. 1, n. 1, p. 15-31, 1977.
- HOLLANDER, S. Marx and Malthusianism: Marx's secular path of Wages. *The american economic review*, v. 74, n. 1, p. 139-151, 1984.
- IÑIGO CARRERA, J. *Conocer el capital hoy: usar críticamente El Capital: la mercancía, o la conciencia libre como forma de la conciencia enajenada*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2007. v. 1.
- \_\_\_\_\_. El capital: determinación económica y subjetividad política. *Crítica Jurídica: revista latinoamericana de Política, Filosofía y Derecho*, n. 34, p. 51-69, 2012.
- \_\_\_\_\_. *El capital: razón histórica, sujeto revolucionario y conciencia*. 1ª edición [2003]. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.
- KAUTSKY, K. *La doctrina socialista: replica al libro de Eduardo Bernstein socialismo teórico y socialismo práctico*. 1ª edición [1899]. Buenos Aires: Claridad, 1966.
- KICILLOF, A.; STAROSTA, G. On Materiality and social form: a political critique of Rubin's Value-Form theory. *Historical materialism*, v. 15, n. 3, p. 9-43, 2007.
- LAPIDES, K. *Marx's wage theory in historical perspective*. New York: Praeger Publishers, 1998.

- LEBOWITZ, M. A. *Más allá de El Capital: la economía política de la clase obrera en Marx*. 1ª edición [1992]. Madrid: Akal, 2005.
- LUXEMBURG, R. *Introducción a la economía política*. 1ª edición [1907-17]. Córdoba: PyP, 1972.
- \_\_\_\_\_. *¿Reforma o revolución?* 1ª edición [1899]. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2010.
- MANDEL, E. *Cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx*. 1ª edición [1976]. México: Siglo XXI, 1998.
- MARX, K. Salario, precio y ganancia. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Escritos económicos menores*. [1865]. México: Fondo de Cultura Económica, 1987. p. 467-510.
- \_\_\_\_\_. Economic manuscript of 1861-63. In: \_\_\_\_\_; ENGELS, F. *Karl Marx and Friedrich Engels Collected Works*. 1ª edición [1861-63]. London: Lawrence and Wishart, 1988. v. 30.
- \_\_\_\_\_. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. 1ª edición [1858-57]. México: Siglo XXI, 1997. v. 1.
- \_\_\_\_\_. *El capital: crítica de la economía política*. 1ª edición [1867]. México: Siglo XXI, 1999a. t. 1, v. 1-2.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos: economía y filosofía*. 1ª edición [1844]. Madrid: Alianza, 1999b.
- \_\_\_\_\_. *El capital: libro I, capítulo VI (inédito): resultados del proceso inmediato de producción*. 1ª edición [1864-65]. México: Siglo XXI, 2000.
- MAVROUDEAS, S. The monetary equivalent of labour and certain issues regarding money and the value of labour-power. *Economie appliquée*, v. 54, n. 1, p. 37-54, 2001.
- MEEK, R. L. *Studies in the labour theory of value*. London: Lawrence & Wishart, 1956.
- MOHUN, S. A Re(in)statement of the labour theory of value. *Cambridge journal of economics*, v. 18, n. 4, p. 391-412, 1994.
- NEGRI, A. *Marx más allá de Marx*. 1ª edición [1979]. Madrid: Akal, 2001.
- PLEJANOV, G. Crítica de nuestros críticos. In: \_\_\_\_\_. *Obras escogidas*. 1ª edición [1901]. Buenos Aires: Quetzal, 1964. t. 2. p. 105-222.
- ROSDOLSKY, R. *Génesis y estructura de El Capital de Marx*. 1ª edición [1968]. México: Siglo XXI, 1989.
- SMITH, P. Domestic labour and Marx's theory of value. In: KUHN, A.; WOLPE, A. *Feminism and materialism: women and modes of production*. London: Routledge & Kegan Paul, 1978. p. 199-219.
- STAROSTA, G. *Marx's Capital, method and revolutionary subjectivity*. Leiden: Brill, 2016.
- TUGAN-BARANOWSKY, M. *Soziale theorie der Verteilung*. Berlin: Verlag von Julius Springer, 1913.

**THE DETERMINATION OF THE “HISTORIC AND MORAL ELEMENT” OF THE VALUE OF LABOUR POWER**

*Gastón Caligaris  
Guido Starosta*

The aim of this article is to challenge the prevailing Marxist interpretation of what Marx called the “historical and moral component” of the value of labour-power, and to offer an alternative reading which is consistent with the foundations of the critique of political economy. In order to do so, the first part of the article develops a critique of the aforementioned Marxist view, on the basis of a reconstruction of its historical genesis, its support on textual evidence from Marx’s works and its theoretical consistency with the foundations of the critique of political economy. Subsequently, the second part of the article undertakes a critical reconstruction of Marx’s legacy on the determination of the value of labour-power and proposes a reconsideration of the meaning of its so-called “historical and moral” component.

**KEYWORDS:** Historical and moral element. Value of labour-power. Marxist debates. Marx’s theory of wages.

**LA DÉTERMINATION DE L’“ÉLÉMENT HISTORIQUE ET MORAL” DE LA VALEUR DE LA FORCE DE TRAVAIL**

*Gastón Caligaris  
Guido Starosta*

L’objectif de cet article est de discuter de l’interprétation marxiste dominante de ce que Marx appelait “l’élément historique et moral” de la valeur de la force de travail et d’offrir une lecture alternative liée aux fondements de la critique marxienne de l’économie politique. Pour ce faire, dans la première partie de l’article nous critiquons l’interprétation susmentionnée, fondée sur la reconnaissance de sa genèse historique et son affiliation à la base textuelle et aux fondements de la critique marxienne de l’économie politique. Dans la deuxième partie, nous effectuons une reconstruction critique de l’héritage de Marx concernant la détermination de la valeur de la force de travail et nous y présentons une nouvelle signification de l’élément historique et moral en question.

**MOTS-CLÉS:** Élément historique et moral. Valeur de la force de travail. Débats marxistes. Théorie marxiste du salaire.

# CONFLITO E REGULAÇÃO DAS ÁGUAS NO BRASIL – a experiência do Salitre

*Renata Alvarez Rossi\**  
*Elisabete Santos\*\**

Neste texto, discute-se a dimensão política dos conflitos socioambientais que envolvem as águas no Brasil, no atual contexto da Lei das Águas (Lei Federal Nº 9.433/97), considerando, especificamente, como tais conflitos se configuram na bacia do Rio Salitre, localizada ao Norte do estado da Bahia, historicamente caracterizada pela escassez. A metodologia utilizada consistiu em análise bibliográfica, discussão de dados secundários e de pesquisa direta com sujeitos sociais e representantes de organizações que atuam na referida região. A principal conclusão do estudo é que, no Brasil, os conflitos em torno das águas geralmente são caracterizados a partir de uma perspectiva pretensamente técnica, pela relação entre demanda e oferta por água, bem de sua regulação, de caráter explicitamente político, ou seja, que remete a formas de apropriação e a relações de poder que privilegiam interesses dos grandes usuários, sendo a bacia do Salitre considerada como típica.

PALAVRAS-CHAVE: Águas. Conflito. Socioambiental. Regulação. Salitre.

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho, analisa-se a dimensão política dos conflitos socioambientais que envolvem as águas no Brasil, no atual contexto da Lei das Águas (Lei Federal nº 9.433/97), e, especificamente, como tais conflitos se configuram na bacia do Rio Salitre, localizada ao norte do estado da Bahia, historicamente caracterizada pela escassez. Essa abordagem se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre conflito e regulação das águas num país que possui a maior reserva de água doce do mundo e que também convive com situações de extrema escassez. Discute-se, aqui, a tese de que os conflitos em torno das águas no Brasil, geralmente caracterizados a partir de uma perspectiva pretensamente técnica, como resultado da relação entre demanda e oferta por água, bem como de como sua regu-

lação, têm um caráter explicitamente político, ou seja, nos remetem a formas de apropriação e relações de poder que privilegiam interesses dos grandes usuários, sendo a bacia do Salitre considerada como típica. O modelo de regulação em curso, particularmente instituído por meio da Lei Federal nº 9.433/97, apesar de avançar no processo de descentralização da gestão, pouco tem contribuído para o equacionamento dos referidos conflitos, sendo a Bacia do Salitre um exemplo de como a ação de organizações de trabalhadores rurais se contrapõe a interesses e práticas econômicas geradoras de conflito e produtoras de escassez.

Estruturam esse trabalho os conceitos de conflito socioambiental e regulação. Na reflexão empreendida, um diálogo é estabelecido com os trabalhos de autores como Alketa Peci, Francis Wolff, Henri Acserald, Esteban Castro e Andrea Zhouiri. O método de pesquisa utilizado consistiu na análise de dados secundários de textos e relatórios técnicos e na realização de entrevistas semidirigidas com sujeitos sociais envolvidos, de forma direta ou indireta, em situações de conflito na Bacia do Rio Salitre. Com este trabalho, espera-se contribuir

\* Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social – Ciags.

Av. Reitor Miguel Calmon s/n. Cep: 40.110-903. Vale do Canela – Salvador – Bahia – Brasil. renatarossi2011@gmail.com

\*\* Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. Departamento de Finanças e Política Pública.

Av. Reitor Miguel Calmon s/n. Cep: 40.110-903. Vale do Canela – Salvador – Bahia – Brasil. betesantos@ufba.br

para a produção de conhecimento sobre aspectos estruturantes que conformam experiências particulares de gestão das águas, produzindo subsídios para a constituição de novos modelos de gestão e de novas possibilidades de exercício da cidadania, capazes de viabilizar o acesso democrático às águas, bem como a defesa e a recuperação desse bem finito e essencial à vida.

## CONFLITO SOCIOAMBIENTAL E REGULAÇÃO

A literatura sobre o conceito de conflito é vasta, e muitas de suas vertentes guardam um forte vínculo com a tradição positivista, sobretudo com a percepção de que o conflito é um elemento anômico e disfuncional, a ser extirpado ou domado. Quando associado ao qualificativo “ambiental”, esse sentido ganha maior expressão pelo fato de ter como referência, às vezes, uma noção romântica e idílica da natureza, concebida originalmente em estado de equilíbrio, situação rompida pela ação do homem. Muitas dessas abordagens partem do pressuposto de que a presença do conflito é resultante do descompasso entre demanda e oferta, da ausência de instituições voltadas ao disciplinamento dos conflitos ou do seu funcionamento inadequado, da falta de liderança ou de formação técnica, ou mesmo do não recurso à técnica ou à ciência como elemento estruturante de gestão (Castro, 2010). Esse tipo de abordagem, em geral, vem acompanhado de recomendações relativas à reestruturação organizacional, à capacitação técnica e a processos de “negociação” (Acserald, 2004, p. 10). Tais percepções, muitas vezes, têm a pretensão de solucionar conflitos socioambientais através da identificação de formas mais adequadas de gestão da escassez, da qualificação técnica e da melhoria do desempenho organizacional, da crítica ao desperdício e ao consumismo, da administração mais eficaz ou eficiente das externalidades negativas das atividades econômicas, tornando “sustentável” as formas de

apropriação dos elementos e bens ambientais.

Dentre as variadas abordagens situadas nesse campo teórico, destacam-se aquelas inspiradas na economia neoclássica, que tentam explicar a crise e os conflitos socioambientais a partir de uma genérica noção de escassez e da problematização da relação entre oferta e demanda de recursos naturais. Um marco importante nesse tipo de debate é a publicação, em 1972, do Relatório Meadows, ou Relatório do Clube de Roma, como ficou conhecido, que coloca a noção de escassez no centro do debate sobre as condições de produção e reprodução do capitalismo. O referido Relatório chama a atenção para os impactos ambientais resultantes do processo de acumulação e o potencial de conflito gerado pelo uso intensivo de recursos naturais. Assim, no contexto de crise dos anos setenta, colocou-se em questão a lógica de acumulação fordista, geradora de desequilíbrios ambientais, emergindo uma discussão sobre alternativas dentro do próprio sistema para o equacionamento dos limites ao crescimento econômico. Nesse caso específico, o equacionamento dos conflitos socioambientais deveria se dar pela regulação da demanda, através da mudança nos padrões de consumo e da administração da oferta, com a identificação de novas fontes de recursos, condição necessária à ampliação dos limites de crescimento econômico de então. De uma maneira geral, as soluções para os conflitos socioambientais são atribuídas à gestão dos recursos, à tecnologia e às instituições do próprio sistema.

Essa forma de conceituação e de tentativa de equacionamento do conflito socioambiental despolitiza o debate teórico e resulta no que autores como Francis Wolff (2014) chamam de fetichização da ciência e da técnica, além da “cientificização” da gestão, por atribuir-lhes competências que elas efetivamente não têm. Assim circunscritos, tais argumentos e proposições se convertem em artifícios retóricos e retiram do debate sobre conflito socioambiental o caráter de classe das distintas formas de apropriação da natureza e do perma-



nente conflito entre interesses, públicos, coletivos, difusos e privados, no atual contexto das sociedades produtoras de mercadorias. É exatamente nessa crítica que as noções de conflito e de política se encontram. A explicitação dessa relação tem como requisito teórico e prático a retomada da crítica das tentativas de cientificação da gestão e do debate sobre a natureza política dos conflitos socioambientais.

As análises dos incontáveis registros de conflitos socioambientais nas últimas décadas demonstram uma clivagem entre classes sociais nas distintas formas de apropriação dos recursos da natureza, sobretudo quando se coloca em questão a assimétrica relação entre valor de uso e valor de troca de elementos da natureza, convertidos em bens ambientais (Wolff, 2014). Várias são as tentativas de caracterização e equacionamento do conflito socioambiental que colocam a dimensão propriamente política no centro do debate. A título de exemplo, teóricos e militantes do movimento de justiça ambiental defendem a tese de não ser possível compreender os conflitos ambientais sem colocar, em primeiro plano, a natureza das relações sociais que estruturam a sociedade moderna. Isso significa que a relação entre homem e natureza se encontra mediada (alguns definem como subordinada) pelas relações sociais e de classes, consideradas como estruturantes e, conseqüentemente, como determinantes das situações de conflito ambiental (Acserald, 2004). Esses conflitos se materializam em embates que envolvem, por exemplo, interesses privados de corporações transnacionais e interesses públicos ou, melhor dizendo, interesses coletivos e difusos (Castro, 2009). Para essa vertente de análise, os incontáveis registros de conflito, nas últimas décadas, resultam, na verdade, das desiguais formas de uso e de acesso aos recursos naturais e dos efeitos provocados por uma economia fundada na obsolescência programada, no uso predatório da natureza e na acumulação (Zhour; Laschefski, 2010).

Quando falamos de conflito socioambiental, portanto, estamos, por exemplo, nos

referindo: ao comprometimento da qualidade das águas e do ar, resultante de atividades mineradoras e fabris; à destruição da vegetação, fruto de processos de urbanização predatórios e excludentes; ao esgotamento de recursos não renováveis; e à alteração radical de processos biológicos, em geral motivados pela lógica da acumulação. Nesse cenário, merecem destaque as relações de conflito entre o “moderno” e o “tradicional”, entre as relações sociais voltadas para a produção, em larga escala, de mercadorias ou infraestrutura produtiva (geração de energia, sistema viário, exploração de minério e petróleo e irrigação para a produção de biocombustíveis) e aquelas voltadas para a manutenção de modos de vida e de produção baseados em relações familiares, que são autônomas em relação à dinâmica do grande empreendimento agrícola, na maioria das vezes voltadas para a produção de *commodities*, e de cooperativas – a exemplo das comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e de agricultores familiares (Laschefski, 2010; Pereira; Penido, 2010; Sevá Filho, 2010).

Desse modo, ao qualificar o conflito ambiental como resultante de formas particulares de apropriação dos recursos ambientais que envolvem o embate entre interesses privados, públicos e comuns, entre o “moderno” e o “tradicional”, estamos afirmando que os conflitos resultam “desta rede intrincada de processos socioecológicos e políticos que põem, inelutavelmente, a natureza no interior do campo dos conflitos sociais” (Acserald, 2004, p. 9) e colocam em questão as conseqüências da conversão da ciência em força produtiva. O que efetivamente está em jogo quando nos reportamos à noção de conflito socioambiental, portanto, é a possibilidade ou impossibilidade de compatibilizar economia e ambiente, interesses público, coletivo, difuso e privado, no atual contexto de produção e reprodução social.

A noção de conflito socioambiental a que nos reportamos neste trabalho diz respeito, particularmente, ao embate, aberto, direto ou velado, entre os distintos interesses que gi-

ram em torno da apropriação das águas. Assim posto, esse conceito nos reporta às dimensões concretas e objetivas, como também às subjetivas referentes ao acesso às águas no atual contexto de crise e escassez e busca articular os aspectos naturais e sociais, colocando a dimensão política em primeiro plano. Em sendo assim, colocamos em questão também o modelo de regulação ambiental difundido por instituições nacionais e internacionais, como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), amplamente adotado por muitos países, sobretudo aqueles situados na periferia do capitalismo. Tal modelo apela para a instituição de recursos técnicos e organizacionais, de instrumentos econômicos na gestão de conflitos, buscando esmaecer contradições estruturais no uso e na apropriação da natureza.

## CONFLITO E REGULAÇÃO – A LEI DAS ÁGUAS (LEI FEDERAL Nº 9.433/1997)

A regulação dos conflitos socioambientais no Brasil tem como uma das suas principais referências a Lei das Águas, instituída nos anos noventa do século passado, no contexto de um amplo programa neoliberal de renovação de paradigmas da gestão pública. A flexibilização do papel do Estado como regulador – tanto de questões relacionadas à dinâmica da economia (em particular, a regulação sobre a concorrência e seus efeitos para a sociedade), como daquelas relacionadas à oferta de serviços públicos e garantia de direitos – se materializou, do ponto de vista institucional, dentre outras formas, na constituição das agências reguladoras. O modelo de agência adotado no Brasil teve como fonte de inspiração a experiência norte-americana, sobretudo pela determinação de atribuir a essas instituições independência política em relação às decisões sobre temas estruturantes da economia, condição considerada como fundamental para a eficiente alocação dos recursos em um

contexto de forte presença do Estado na regulação social, como ficou marcada a experiência do *New Deal* (Peci, 2007).

No entanto, no Brasil, a criação das agências reguladoras se diferencia da experiência norte-americana e de outros países, em primeiro lugar, por não ter havido um processo amplo de discussão sobre o modelo de regulação. Segundo Peci (2007), em nossa experiência, “o primeiro passo foi o encaminhamento das leis e, depois, a discussão sobre os conceitos básicos do modelo” (Peci, 2007, p. 80). Em segundo lugar, na experiência brasileira, o afastamento das agências da dinâmica política significou a ampliação do espaço do mercado em substituição à burocracia estatal, inclusive com a privatização da oferta de serviços públicos – com destaque para os serviços de saúde, educação, telecomunicações – e das indústrias de base, com vistas à promoção da chamada eficiência econômica, acompanhada de um amplo programa de flexibilização de direitos sociais, com destaque para a precarização do trabalho. Ainda, segundo Peci (2007), não existiu, no Brasil, uma política regulatória, mas um processo de criação de novas instituições, guiado pelo que a autora qualifica como *mimetismo* de formas institucionais, sobretudo pela ausência de construção de consensos políticos, envolvendo a sociedade, em torno do modelo.

O fato é que, no contexto da Reforma do Estado brasileiro, a autonomia, a independência e a flexibilidade dos órgãos reguladores aproximaram a gestão pública dos princípios da gestão privada, sem a ampliação de direitos e o exercício de controle sobre a economia, em um período de forte crise econômica, desemprego e tensão social. Assim, mesmo prevendo instrumentos participativos, como colegiados de tomada de decisões, as agências reguladoras não se constituíram em espaços efetivamente públicos e democráticos, mas, ao contrário, catalisaram o processo de enfraquecimento das atribuições do Estado como agente de regulação (o que só reforça o seu caráter de classe social). Além disso, a implantação de novas instituições, combinada com a ausência

de uma política regulatória (de qualquer natureza) resultou em modelos de gestão anódinos, marcados pela indefinição entre instrumentos típicos da administração direta e instrumentos baseados nos princípios gerenciais. Talvez devêssemos tão somente ressaltar o caráter de classe da “regulação” que se instituiu. Essa talvez seja exatamente a regulação necessária à retomada do processo de acumulação em um momento histórico no qual a escassez das águas passa a se constituir, simultaneamente, em um fator limitante do desenvolvimento e também em uma oportunidade de negócio.

Nesse contexto, com o propósito de regular a implementação dos instrumentos de gestão previstos na Lei das Águas (Lei Federal nº 9.433/1997), é constituída a Agência Nacional das Águas (ANA). Portanto, a ANA é a responsável pelo planejamento dos usos das águas, pelo monitoramento de sua disponibilidade, pela outorga do direito de uso e de regulamentar a cobrança pelo uso da água bruta, Instrumento Econômico (IEs) de gestão que substitui (ou, segundo algumas leituras, complementa) os instrumentos de Comando e Controle (C&C), que passa a ser a marca mais característica do que qualificamos como flexibilização da regulação das águas. Também é atribuição da ANA o estímulo à constituição de Comitês de Bacias, espaços colegiados de decisão e gestão das águas, previstos no novo modelo de regulação.

Vários têm sido os desafios enfrentados pelo Estado e pela sociedade no processo de implementação da Lei das Águas, particularmente em relação a seus objetivos e fundamentos. Merece destaque o questionamento de teóricos e de movimentos sociais acerca de um dos fundamentos da referida lei, segundo o qual a água se constitui em um bem econômico. Essa mesma lei afirma ainda o princípio de que a água é um direito e que é preciso garantir o seu acesso a todos. Mas, afinal de contas, como compatibilizar a condição de bem público, de acesso universal, e a condição de bem econômico, uma vez que a lógica econômica

nos reporta ao embate entre oferta e demanda e, principalmente, à subordinação do valor de uso ao valor de troca?

Do ponto de vista operacional, um dos principais desafios postos pelo novo paradigma instituído pela Lei das Águas é o estímulo a seu uso múltiplo. Entretanto, segundo o Relatório “Conjuntura dos Recursos Hídricos”, em sua mais recente versão (2014), da vazão de água consumida no país (836m<sup>3</sup>/segundo), 72% destinam-se à irrigação. Os usos animal, abastecimento urbano, industrial e abastecimento rural aparecem com 11%, 9%, 7% e 1%, respectivamente.

Além de ter os usos múltiplos como objetivo e os instrumentos econômicos como fundamento, a Lei das Águas traz inovações relativas ao modelo de governança, com destaque para a criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, concebidos como uma espécie de “parlamento das águas”, no qual participariam representantes dos governos, dos usuários (dos diversos setores econômicos) e sociedade civil na decisão sobre os usos, a cobrança pelo uso de água bruta, a definição de preços a serem cobrados, as ações para conservação, dentre outros temas de relevância para a bacia. No entanto, é farta a literatura que discute o significado da descentralização no contexto de flexibilização da gestão pública, questionando o significado da gestão local, ou de governo local, como espaço próximo dos cidadãos e, portanto, mais democrático. Refletindo sobre esse processo, Francisco de Oliveira (2001) ressalta que, embora a ideia de governo e de desenvolvimento local possa criar um “lôcus interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum”, ela também pode “inserir-se numa estratégia de descentralização que agrave as desigualdades”, sem que, ademais, signifique a ampliação da democracia (Oliveira, 2001, p.18).

A experiência de gestão das águas não escapa a esse dilema, visto que, como considera Martins (2003), “a democracia formal, presente na estrutura dos comitês, não resiste às relações de poder estabelecidas nos territó-

rios” (Martins, 2003, p. 37), de modo que, em diversas experiências, é possível observar, por um lado, inúmeras dificuldades – de ordem estrutural e política – para o exercício da manifestação de interesses divergentes por parte da sociedade civil e, por outro, a captura dos fóruns pelos interesses economicamente dominantes. Essa possibilidade de “captura” é visível em experiências como a da bacia do rio Paraíba do Sul, onde, segundo os estudos de Abers e Keck (2004), é marcante a incidência de grupos economicamente mais influentes, “pois se trata de uma das regiões mais dinâmicas e industrializadas do Brasil, onde os interesses econômicos são poderosos e organizados” (Abers; Keck, 2004, p. 60).

Vistos desse modo, os comitês de bacias se revelam como espaços funcionais onde conflitos precisam ser negociados e atenuados, além de serem legitimadas as decisões tomadas sobre os diversos interesses que se enfrentam em torno dos usos das águas, e não exatamente como um espaço coletivo de formulação e efetivamente de tomada de decisões. Aqui, portanto, descentralização, participação e democracia não convergem, necessariamente.

É nesse contexto que organismos multilaterais de financiamento, a exemplo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, passam a recomendar e a condicionar empréstimos a países periféricos à constituição de mecanismos de regulação de conflitos que, pelo seu caráter ideológico, não têm sido capazes de responder ao acirramento dos embates que envolvem distintos interesses sobre a apropriação e uso dos bens ambientais, a exemplo do que iremos verificar na análise dos conflitos sobre as águas na experiência na Bacia do Rio Salitre.

## ÁGUA, CONFLITO E ESTADO NO BRASIL – A EXPERIÊNCIA DO RIO SALITRE

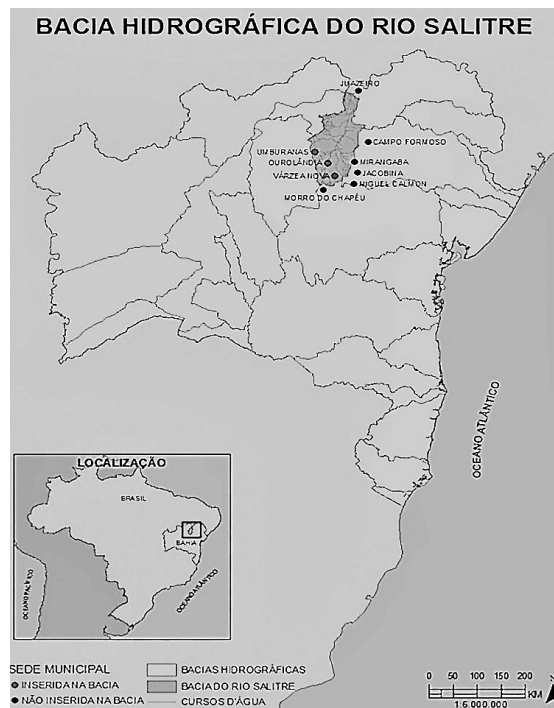
Discutiremos, nesta seção, dados relativos aos conflitos socioambientais e à regu-

lação no Brasil, com especial ênfase na Bacia do Salitre, com o objetivo de aprofundar a discussão sobre a tese de que os conflitos em torno das águas e sua regulação têm um caráter predominantemente político. A associação de dados secundários com a produção de dados primários, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, permitiu a articulação de elementos de caráter objetivo e subjetivo, além da apreensão de dimensões sociais e políticas sobre a regulação das águas, o que se reflete nos processos de participação na formulação e implementação da política das águas, bem como naqueles de construção das representações de interesses públicos e privados.

As entrevistas foram realizadas com representantes dos órgãos e instituições responsáveis pela formulação e implementação da política das águas (Agência Nacional de Águas, CODEVASF) e com representantes dos segmentos estudados (trabalhadores rurais sem terra, comunidades tradicionais e empresários do agronegócio), além de pesquisadores sobre o tema. Foram considerados interlocutores relevantes, em cada um desses segmentos, aqueles que estavam mais diretamente envolvidos com as questões suscitadas pelo trabalho e com os conceitos nele implicados, isto é, representantes que, na prática, discutem e se relacionam com os conflitos referentes à regulação das águas, bem como aqueles que participam de sua gestão.

A bacia hidrográfica do Rio Salitre está localizada ao norte do Estado da Bahia, em região de clima semiárido que integra o chamado Polígono das Secas no Nordeste brasileiro. A bacia possui 13.467,93 km<sup>2</sup> de área de drenagem, isto é, de área para onde as águas das chuvas convergem, formando o rio principal e seus afluentes, com 640 km de perímetro, cujos limites integram parte de oito municípios – Jacobina, Juazeiro, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Ouro-lândia, Campo Formoso, Mirangaba e Umburanas – e, integralmente, o município Várzea Nova<sup>1</sup> (Figura 1).

<sup>1</sup> Não há dados precisos que informem o percentual da

**Figura 1 – Localização da Bacia Hidrográfica do Salitre**

Fonte: Águas Brasil (2014)

O leito do principal rio da bacia, o Rio Salitre, possui 333,24km de extensão, e está situado entre os municípios de Morro do Chapéu, onde está sua nascente, e Juazeiro, onde deságua no Rio São Francisco. Além do Salitre, compõem a bacia o Rio Vereda da Caatinga da Moura, o Rio Pacuí e o Rio Escurial. Lugar de pouca chuva, de média que varia de 400 a 800 mm por ano, concentrada nos meses de janeiro a abril, estima-se que, no total, 460 mil pessoas vivem nos municípios que integram a bacia,<sup>2</sup>

área de cada município dentro dos limites da bacia. Segundo o estudo realizado pelo GRH/UFBA (2002), aproximadamente 40% do município de Campo Formoso integra a bacia, e Mirangaba, Ouro-lândia e Várzea Nova possuem a sede dentro de seus limites. A ausência dessa informação impacta no recorte mais preciso de dados demográficos e de acesso aos serviços públicos. Como alternativa para este trabalho, optamos por traçar o perfil da bacia a partir dos dados do conjunto dos municípios, o que nos permite ter um panorama geral da região. Entretanto, é fundamental o aprofundamento de estudos que levem em consideração o recorte da bacia, tendo em vista a consolidação de sua condição de unidade de gestão, conforme define a Lei das Águas (Lei no. 9.433/1997).

<sup>2</sup> Nem todos os municípios integram totalmente a bacia. Segundo informações do INEMA (2014), 96.951 habitantes vivem em seu limite. Em relação aos demais dados, optamos por traçar o perfil da região na qual a bacia se insere utilizando dados do conjunto dos municípios que a integram (total e parcialmente), devido à inexistência de dados relativos à bacia.

preservando uma condição essencialmente rural, apesar do incremento da urbanização capitaneado pelo município de Juazeiro – cidade que comporta cerca de 40% dos habitantes da bacia. Em municípios como Campo Formoso, Ouro-lândia, Mirangaba e Umburanas, por exemplo, mais da metade da população se encontra na zona rural.<sup>3</sup>

A história da região do Rio Salitre é passada por conflitos que envolvem distintas formas de relação com a terra e com a água. Mais recentemente, a incorporação de modernas tecnologias de produção no cenário do semiárido tem aprofundado a exclusão de trabalhadores rurais, afastando-os das promessas do desenvolvimento econômico. O capital agrário, representado pelo agronegócio, como em nenhum outro tempo, ultrapassa fronteiras regionais e avança sobre o semiárido. Modernos instrumentos de gestão governamentais modificam – sem, necessariamente, transformar – o papel do Estado na regulação de relações sociais historicamente contraditórias e, por isso mesmo, conflituosas. O discurso oficial, tendo o Estado como promotor do desenvolvimento, enfoca a geração de emprego e renda para o camponês, uma narrativa aparentemente mais justa e inclusiva em tempos de democracia. Entretanto, o modelo implementado é o de produção de *commodities*, que se concretiza pela concentração de água e terra.

Nesse contexto, a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Salitre catalisa a formação do interesse público do trabalhador rural na região, isto é, a capacidade de organização coletiva voltada para a vida em comum, aqui representada pela unidade dos trabalhadores rurais em torno da água e da terra como meio de produção e reprodução da vida, em contraposição ao interesse privado, que tem, na água e na terra, os meios de acumulação de lucros. É na organi-

<sup>3</sup> São os seguintes os percentuais da população rural nos municípios da bacia: Campo Formoso, 62,7%; Ouro-lândia, 61,4%; Umburanas, 55,8%; Mirangaba, 51,6%; Morro do Chapéu, 42,4; Miguel Calmon, 39,3; Várzea Nova, 34,6; Jacobina, 29,5; e Juazeiro, 18,8 (IBGE, 2010).

zação coletiva do MST que deságuam as esperanças do povo salitreiro, ao contestar a apropriação daquelas terras e daquelas águas com as quais possui uma relação de identidade, de pertencimento e de resistência à submissão ao trabalho assalariado.

A história do Salitre, portanto, é a história da empreitada rumo ao desenvolvimento capitalista no campo, que não mede esforços para todo tipo de avanço, inclusive (sem nenhuma pretensão épica) sobre os modos de vida do “sertanejo”, que diverge e resiste. Mas, afinal de contas, quem ganha e quem perde quando as terras e as águas do Salitre se tornam objeto de múltiplos interesses?

### A luta pela água no Brasil e no Salitre

O “Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil”, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz; Fase, 2013), registra várias situações de comprometimento da qualidade das águas no país.<sup>4</sup> O Mapa descreve situações de conflitos que envolvem o assoreamento e a extinção de nascentes pelo desmatamento e ocupação das margens e do leito de rios, revelando a intensidade na utilização dos bens ambientais e a geração de danos ao ambiente. O referido trabalho destaca o significado social de tais danos ambientais, sobretudo pelo fato de que, em muitas situações, os principais atingidos pelo comprometimento da qualidade das águas e pela escassez são comunidades que vivem no entorno, com destaque para pequenos produtores, agricultores familiares e de subsistência, comunidades tradicionais, entre as quais se destacam comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e gerazeiros. São comunidades que sofrem pela

desigualdade no acesso à terra, às águas e aos serviços públicos, como energia elétrica, habitação, saúde, educação, o que tem alimentado o histórico êxodo dos mais jovens e a exposição à exploração do trabalho em situações precárias, muitas vezes em condições análogas à da escravidão (Fiocruz; Fase, 2013).

Segundo as experiências catalogadas pelo referido Mapa, a mobilização dessas comunidades tem ocorrido através de ações diretas e de articulações com movimentos sociais, sindicatos, organizações nacionais e internacionais. Destaca-se, ainda, a violência praticada pelas empresas em relação às comunidades, com o uso da força privada, da coerção, de ameaças e desalojamentos. Em experiências relatadas no Mapa, é marcante a presença do Estado no financiamento de grandes empreendimentos, provocando deslocamentos e aprofundando os conflitos em torno do acesso às águas.

Em trabalho elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) no ano de 2015, foram registrados, no Brasil, cerca de um conflito por água ou relacionado com as águas a cada três dias, envolvendo 42.337 famílias e 211.685 pessoas (CPT, 2002, 2015).<sup>5</sup> Apesar da condição confortável em termos de quantidade de água no país, os principais elementos desencadeadores de conflito são a desigualdade no acesso, o comprometimento da qualidade ou a poluição de corpos d’água.

Conflitos relacionados à apropriação particular da água ocorrem por meio do barramento, de desvios de cursos d’água em propriedades de domínio privado, diminuindo ou impedindo o acesso em pontos ao longo dos rios (Malvezzi, 2015). Trata-se da construção de grandes obras hidráulicas de geração de energia e de captação de água para o uso por

<sup>4</sup> Além da CPT, outras iniciativas, no âmbito da academia e de entidades sociais, têm buscado identificar e caracterizar situações de conflitos ambientais e pela água. Uma dessas experiências é o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2013), elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), com o apoio do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde (MS).

<sup>5</sup> São os seguintes os casos de conflito/número de famílias envolvidas no período de 2003 a 2015, registrados pela CPT: 2003: 20 casos/9.601 famílias; 2004: 60 casos/21.449 famílias; 2005: 71 casos/32.463 famílias; 2006: 45 casos/13.072 famílias; 2007: 87 casos/32.747 famílias; 2008: 46 casos/27.156 famílias; 2009: 45 casos/40.335 famílias; 2010: 87 casos/39.442 famílias; 2011: 68 casos/27.571 famílias; 2012: 79 casos/31.874 famílias; 2013: 93 casos/26.967 famílias; 2014: 127 casos/42.815 famílias; 2015: 135 casos/42.337 famílias (CPT, 2015).

empreendimentos privados, como ocorre nos perímetros de irrigação, muitos deles localizados em regiões semiáridas, como aquelas no entorno do Rio São Francisco. Ou ainda estão relacionados à atividade de mineração, a construção de barragens e açudes, a exemplo da implantação da Usina de Belo Monte no Pará e o rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da empresa Mineradora Samarco, no município de Mariana em Minas Gerais. Nos últimos dez anos, o estado do Pará registrou o maior número de famílias (11.885) envolvidas em conflito, ou seja, 28,1%, sobretudo em decorrência da Construção da Hidrelétrica de Belo Monte e da atividade de mineração. Em segundo lugar, está o Rio de Janeiro com 19,4% (8.210 famílias), estando os conflitos relacionados à implantação do complexo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico. Em terceiro lugar, o estado de Minas Gerais, que registrou o envolvimento de 16,3% das famílias (6.907), em decorrência de conflitos em torno da construção de barragens, açudes e da atividade de mineração. Em seguida aparecem os estados de Pernambuco, com 6.110 (14,4%) e Bahia 2.687 (6,3%), com conflitos relacionados ao uso das águas. Já no ano de 2015, os estados de Minas Gerais e Bahia registraram os maiores números de ocorrências: 54 e 27 casos, respectivamente, seguidos pelo Pará, com 15 ocorrências (CPT, 2015).

**Figura 2 – Famílias envolvidas em conflito de água por estado da Federação**



Fonte: Elaboração própria, dados da CPT (2015)

Na Bahia, os conflitos pelas águas envolvem comunidades remanescentes de quilombos, indígenas, comunidades de fundo e fecho de pasto, ribeirinhos, pescadores, posseiros,

pequenos proprietários de terra e assentados de reforma agrária. Neste último caso, envolve movimentos de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (CPT, 2014). Parte dos registros mais recentes de conflitos pela água ocorridos no estado tem relação com a prolongada estiagem, que teve início em 2012, quando 220 dos 417 municípios do estado decretaram situação de emergência (Bahia, 2014). Nessa situação foram registradas perdas totais de lavouras e animais, e o aumento da migração.

Na bacia do Rio São Francisco, em particular na bacia do rio Salitre, um de seus afluentes, os conflitos pelas águas ocorrem como resultado das históricas desigualdades no acesso, sendo acirrados com o incremento da atividade agrícola nos Perímetros de Irrigação implementados pelo governo federal através da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), envolvendo empresas privadas do agronegócio, em especial os setores de frutas e de cana-de-açúcar. O uso intensivo das águas do Salitre para irrigação, exemplo raro de rio perene no semiárido, provocou sua completa exaustão, comprometendo as condições de permanência na terra das comunidades que tradicionalmente viviam em seu entorno.

Vários estudos têm identificado conflitos associados às desigualdades no acesso à água e à terra nessa região, sobretudo, em função do acesso privilegiado à água por empreendimentos privados que restringem o abastecimento da população, a qual que recorre ao abastecimento através de carros pipa, disponibilizados pelos poderes públicos municipais (Geografar, 2011).<sup>6</sup> Essa situação tem levado à mobilização e à organização de comunidades atingidas pela escassez das águas. Como foi registrado no Mapa de Conflitos Ambientais (2013), “em

<sup>6</sup> Segundo trabalho realizado pelo Grupo de Pesquisa Geografar da UFBA (2011), muitos são os exemplos de conflitos em torno do barramento de água considerada, na maioria das vezes, como salobra e de péssima qualidade: Riacho Salitre, Alfavaca; Riacho Salitre; Riacho Salitre, Arame; Riacho Salitre, Campo dos Cavalos; Riacho Salitre, Cural Novo – Bananeira; Riacho Salitre, Horto; Riacho Salitre, Recanto; Riacho Salitre, Sabiá I; Riacho Salitre, Sabiá II.

épocas de seca extrema, muitas famílias dessas comunidades têm recorrido à destruição da rede elétrica como forma de parar o bombeamento realizado rio acima e permitir que parte da água chegue às suas terras ou plantações, o que gera um contínuo clima de discórdia e violência na região” (Fiocruz; Fase, 2013).

O conflito entre trabalhadores rurais e os empreendimentos no Salitre, na Bahia, é um exemplo de que a modernização da economia, no Semiárido, pouco mudou as tradicionais formas de apropriação da água e da terra nessa região (o dono da terra é o dono da água), com efeitos sobre o aprofundamento da separação dos trabalhadores dos seus meios de vida, tornando-os permanentemente subordinados ao trabalho precarizado, como parceiros, meeiros e, finalmente, como operários da terra.

Segundo relato de um salitreiro:

Eu convivi muito com o pessoal mais velho. Naquele tempo, se trabalhava com a cana e se produzia rapadura. Eles alegavam que era um tempo bom. Ao mesmo tempo, diziam que era um tempo atrasado, que só compravam uma roupa, um calçado, de ano em ano, para ir para uma festa. [...] Uma parte deles tinha o que comer. Tinham rapadura para comer e vender, coco seco para levar para Juazeiro para trazer alimentos para os filhos. Passavam três dias e eles chegavam com arroz, feijão, farinha para dar de comer para os que ficaram [...]. Eles tinham a cana na beira do rio, tinham garapa da cana, rapadura, plantavam cebola, abóbora, irrigavam com uma cuia que se chamava passadeira. Ficavam espanando água. Plantavam batata na vazão, na umidade do rio e achavam que era tempo de fartura” (P. S. Entrevista, Salitre, dez. 2014).

Tais relações têm sido modificadas com a inserção do camponês, do trabalhador do Salitre na economia de mercado que avança sobre a região. O depoimento de um salitreiro que trabalhava nessas condições relata as diferentes formas de inserção produtiva em função da dificuldade de acesso à água e à terra:

A gente trabalhava sempre de empregado para os outros, de empregado diarista para os japoneses. O primeiro pessoal que botou irrigação aqui no Vale do Salitre foram os japoneses, que moram aqui na

Fazenda Arizona. A gente estava por aí na beira do rio perambulando e viemos para cá, para o Salitre. Terra boa... A gente veio para cá e começou a trabalhar como empregado para eles. No Salitre, começou a faltar água e eu comecei a trabalhar de meeiro, fui trabalhar em Sento Sé [...]. Fomos trabalhar de meeiro lá e eu ganhei um dinheirinho, comprei um pedacinho de terra do patrão e fiquei trabalhando. Trabalhamos uns três anos e depois eu retornei para cá. Vim de lá e comprei pedacinho de terra aqui. Aí vieram aquelas questões bancárias. Fiz o financiamento para investir na plantação, para ter manga, para ter maracujá, para ter pinha, para ter atemoia e para ter goiaba. Morreu tudo de sede. Até a algaroba morreu de sede lá. A seca entrou. Três anos de seca, liquidou tudo” (A. L. Entrevista, Juazeiro, dez. 2014).

As diferenças nas relações de trabalho entre pequenos proprietários minifundistas, parceiros, meeiros e diaristas são marcadas, fundamentalmente, pela relação com a terra e, por extensão, com a água. As relações de produção tradicionais foram sendo suplantadas no Salitre com o avanço das relações de mercado, em particular com o avanço da monocultura de cana-de-açúcar e da fruticultura irrigada, sendo o aumento da demanda de água por esses setores da economia o principal fator que inviabiliza a permanência do trabalhador rural na terra. Esse conflito fica claro em depoimento dos salitreiros:

Em minha fazenda [...] plantei, com sacrifício, 12 hectares de manga, dois de limão, sem custo de banco. Depois eu resolvi fazer um empréstimo no banco e colocar gotejo para economizar e, no fim, fiquei endividado. Até hoje estou endividado porque morreu tudo por falta de água” (P.S. Entrevista, Salitre, dez./2014).

Em outro depoimento:

A gente plantava para sobrevivência mesmo. Pouca coisa porque a gente não tinha condição de avançar muito [...]. A realidade começou a mudar quando começou a faltar água. Os grandes produtores usavam a água para irrigar e tiravam a água da gente sobreviver. A gente plantava para a sobrevivência e os grandes tiravam [...] A gente tinha uma arezinha de banana para sobrevivência e morreu de sede porque não teve mais água, o vizinho tirava toda. Foi desse jeito. A situação foi séria” (M. G. Entrevista, Salitre, dez. 2014).



Sem água e sem-terra, ou seja, sem condições de manter-se no campo, a migração para as cidades ou o trabalho nas grandes plantações passam a ser a alternativa de sobrevivência do salitreiro. Em suma, os conflitos pelas águas envolvem disputas entre diversos usos e expressam a desigual correlação de forças entre proprietários de terras e de empreendimentos privados, como aqueles dos ramos do agronegócio, da indústria, da mineração e das hidroelétricas e, por outro lado, comunidades tradicionais, como indígenas, ribeirinhos, além de pescadores e trabalhadores rurais. A identificação dos sujeitos, da disputa entre os diversos usos, revela a dimensão política dos conflitos, ressaltando o embate entre distintos interesses que envolvem, por um lado, a necessidade do acesso às águas para a sobrevivência e manutenção de modos de vida e, por outro, o interesse pela água como insumo produtivo, que se apropria de bens comuns para a produção de riqueza apropriada de forma privada.

## ADMINISTRANDO CONFLITOS

Os dados que registram o aumento de conflitos socioambientais no Brasil, exemplificado com a experiência do Salitre, atestam a natureza política da regulação das águas no país. Como foi anteriormente destacado, a implantação do referido Perímetro de Irrigação gerou expectativas na população local em relação à possibilidade de desenvolvimento regional. Embora o discurso oficial enfatizasse a possibilidade de participação de trabalhadores rurais vinculados à agricultura familiar, o que ocorreu, na prática, foi a destinação dos lotes irrigados para grandes e médios produtores, em geral, aqueles com capacidade de investimento, conforme declaração de representante da CODEVASF: "... se o agricultor não tiver tino empresarial, não adianta incluí-lo no Perímetro" (G. C. Entrevista. Juazeiro, 02/2014).

Nesse cenário, a CODEVASF teve um papel estruturante na produção e regulação

dos conflitos socioambientais na referida bacia. Questionado sobre a possibilidade de incorporar a agricultura familiar no Projeto, o representante da CODEVASF afirma que o fundamental, na implementação do Perímetro Irrigado, é o atendimento aos critérios técnicos através da seleção das propostas com melhores perspectivas de produção e de produtividade (G. C. Entrevista. Juazeiro, 2014). A narrativa que persegue a produtividade exclui, na prática, os agricultores familiares e, particularmente, os salitreiros. O modelo de produção baseado na monocultura e no uso de agrotóxicos – incompatível com o modo de produção camponês – somado à dificuldade de acesso a crédito para investimentos selam a primazia do latifúndio e do agronegócio no Projeto Salitre.

Um morador da região, fazendo comentários sobre as promessas de integração no Perímetro, afirma: "Eu me iludi. Nós pensávamos que, quando se implantasse o Projeto Salitre, nós iríamos ter acesso à terra e à água, mas não tivemos. A concepção do Projeto Salitre foi para as grandes empresas" (D. V. Entrevista. Juazeiro, 2013). Por outro lado, consumada a implantação do Perímetro, a presença dos trabalhadores rurais – que, no caso do Salitre, organizaram uma ocupação de parte do terreno com cerca de 400 famílias mobilizadas com o apoio do MST – torna-se um incômodo, um empecilho ao desenvolvimento do Projeto. Segundo representante da CODEVASF, um dos principais problemas enfrentado no Perímetro Irrigado do Salitre "é a presença dos Sem Terra" (G. C. Entrevista. Salvador, 2014). O entrevistado é enfático ao afirmar que a presença do Movimento é um entrave ao seu pleno funcionamento, uma vez que "a ocupação de lotes pelo Movimento dos Sem Terra desestimula os empresários a investir no Perímetro" (G. C. Entrevista. Salvador, fev. 2014). O representante da Agroindústrias do Vale do São Francisco S/A (AGROVALE), com posição semelhante, afirma que, no local ocupado pelo MST, "poderíamos estar produzindo 125 mil toneladas de cana por ano. Se eu tenho um faturamento de

R\$120,00 por tonelada de cana, representa R\$ 15.000.000,00 perdidos no faturamento da empresa por ano (G.H. Entrevista, Juazeiro, 2015). Ainda segundo o entrevistado, o impasse gera um ambiente de conflito: "... ninguém pode tricar, passar. A gente não passa nem perto. É uma guerra" (G. H. Entrevista, Juazeiro, jul. 2015).

Na ocupação do Perímetro Irrigado, os trabalhadores rurais organizados no MST retratam o papel que a agricultura camponesa ocupa no conjunto da produção do campo, com destaque para a produção de alimentos, em oposição à produção de *commodities*, como é o caso dos biocombustíveis. Segundo representante do MST, a ocupação do Projeto Salitre tem um significado político:

Quando a gente ocupa o Perímetro, a gente está fazendo o enfrentamento com o agronegócio, com o capital. E estamos no semiárido, onde já tem uma questão forte da luta pela água. Tem aqui organizações que lutam pela água, mas o Movimento se diferencia porque, para nós, a água corre por cima da terra. Então, nós temos que lutar pela terra e pela água e entrar na terra onde já tem água. Onde tem terra e água e não tem gente? Nos perímetros irrigados. Se você for lá onde a AGROVALE planta quase 5.000 hectares de cana, não tem "um pé de gente". Tem só dois pistoleiros tomando conta e as canas... Água, terra e gente. Foi isso que o MST descobriu: que é possível fazer esse enfrentamento. É o lugar exato para fazer o enfrentamento, porque o conflito é real. Não é projeto futuro. Lá já tem água, já tem a terra. Então, é real, por mais que não gostem que a gente esteja lá, vão dizer o quê? Que o que a gente produz não é produção? Quem mais vendeu no CE-ASA nestes últimos dois anos foram os sem-terra" (D. R. Entrevista, Juazeiro, jul. 2015).

Nesse cenário, o principal sujeito da regulação é a CODEVASF, associada e articulada com órgãos estaduais e federais. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre, criado em 2006, ocupa um lugar secundário, assim como é incidental a referência a órgãos envolvidos na regulação e na gestão das águas, ou a instrumentos de regulação previstos na Política Nacional das Águas na mediação ou equacionamento dos conflitos.

Por outro lado, segundo representante da Agência Nacional de Águas, a partir da deliberação de um processo de "negociação social" envolvendo os setores participantes do Comitê da Bacia do São Francisco, o setor agropecuário, maior usuário de água, se beneficia de "desconto de 97,5% em relação aos valores cobrados dos demais setores (aplicação do multiplicador Kt, ou seja, são 40 vezes menores que dos demais setores) e, assim, sua contribuição é de apenas 11% do valor total cobrado" (Ana, 2013, p. 248). Como resultado, segundo o entrevistado, "tanto os agricultores com mais de 1.000 hectares irrigados (grandes propriedades) quanto os agricultores com menos de 5 hectares irrigados (pequenas propriedades) pagam menos de R\$ 10/hectare/ano pelo uso da água, independentemente da sua eficiência na utilização dos recursos hídricos e independentemente do valor agregado pela água à sua produção (G. B. Entrevista, Salvador, ago. 2015).

Nesse contexto, documentos oficiais elaborados pela ANA limitam a abordagem ao tema dos conflitos na Bacia do Rio Salitre como um fato decorrente de balanços desfavoráveis entre oferta e demanda por água, sem que sejam referidas as razões para esse desequilíbrio. Segundo a Resolução nº 707/2004 da Agência Nacional de Águas, que trata dos procedimentos de natureza técnica e administrativa que orientam a análise de pedidos de outorga, o conflito de natureza quantitativa "será caracterizado pela relação entre demandas, estimadas por cadastros ou por dados secundários, relativas a consumos, captações ou vazões necessárias à manutenção de níveis d'água adequados ao uso e à disponibilidade hídrica" (ANA, 2014, p.5). Já o conflito de natureza qualitativa será caracterizado, segundo a mesma Resolução, "pela relação entre vazões necessárias à diluição de poluentes ou cargas de poluentes, estimadas por cadastros ou por dados secundários, e a disponibilidade hídrica" (ANA, 2014, p. 5). O controle do balanço hídrico, segundo a ANA (2013), por sua vez, deve "sistematizar o procedimento de balan-

ção hídrico em um ambiente computacional de forma a calcular os indicadores nas situações menos críticas (em que o potencial de conflito é baixo) de forma automática, e, com isso, possibilitar que os especialistas antes alocados nesta tarefa pudessem focar em soluções para bacias mais críticas” (ANA, 2013, p. 44).

Em documentos como a “Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil” (2009, 2011, 2013, 2014), referência oficial na discussão dos desafios da gestão das águas, os diversos usos das águas são mencionados como fonte potencial de conflitos sem que, no entanto, sejam qualificados os usuários, em termos políticos e econômicos, e seus interesses. Essa ausência torna-se ainda mais problemática quando a Política Nacional das Águas delega a arbitragem de situações de conflitos – além do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), instância máxima do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) – aos Comitês de Bacias, cujas fragilidades, tanto de natureza institucional como política, podem inviabilizar uma efetiva atuação no sentido do equacionamento dos conflitos. Desse modo, as medidas adotadas em situações de conflitos, como a *alocação negociada de águas* – processo no qual os usuários decidem “com base nas previsões da disponibilidade hídrica nos meses subsequentes às chuvas, o quanto de água poderá ser utilizada por cada usuário ou setores usuários ao longo de determinado tempo” (ANA, 2013, p. 328) – e as campanhas de fiscalização visando a garantir a prioridade do abastecimento humano em situações de profundo estresse hídrico correm o risco de atuar tão somente nos efeitos e não exatamente nas causas dos embates.

Autores como Castro (2010), Zhouri (2010) e Laschefski (2005), além de Acserald (2004), têm feito uma reflexão crítica sobre o modo como os agentes da regulação ambiental têm tratado os conflitos relacionados com as águas no país, com a ênfase na situação de escassez. São justificadas as medidas que, ao final de contas, privilegiam grandes interesses eco-

nômicos sem responder a questões de natureza essencialmente política. Esteban Castro (2010) menciona experiências de conflitos no México, onde a condição naturalmente árida de certas regiões nem sempre foi a causa para conflitos, enquanto que, regiões em condição confortável em termos de quantidade de água, eram enfrentados fortes embates pelo acesso e uso das águas (Castro, 2010). Por essa razão, para Castro:

... explicar os conflitos pela água exige incorporar a dimensão social na análise e avançar no desenvolvimento de arranjos interdisciplinares que permitam identificar a interação entre os processos físico-naturais e sociais posto que não é possível dar por explicados estes conflitos, remetendo-se meramente a fatores como a escassa disponibilidade de água, aridez, ou a pressão do crescimento urbano (Castro, 2010, p. 192).

Acserald (2014) argumenta que o tratamento do tema dos conflitos pela via dos processos econômicos e a diluição de sua dimensão política também se configura como meio para tornar os territórios nacionais e subnacionais atrativos para investimentos de grandes empreendimentos privados. Nesse contexto é que se enseja a reformulação da regulação ambiental e, particularmente, do papel exercido pelos estados nacionais e pelas agências reguladoras na diluição (na verdade, transferência para a sociedade) dos impactos provocados pelas iniciativas de ampliação da acumulação, severamente afetada pelas recorrentes crises econômicas no contexto de globalização. Um dos mecanismos utilizados nesse processo de retomada da ampliação da acumulação é o que o autor chama de chantagem locacional dos investimentos, isto é, um “mecanismo através do qual os capitais móveis pressionam os poderes locais e os atores sociais menos móveis pela obtenção das condições sociais e ambientais as mais vantajosas para sua rentabilização” (Acserald, 2014, p. 94), sob pena de se transferirem para outro local que ofereça melhores condições em termos de legislação ambiental mais flexível, subsídios e financiamentos estatais e, sobretudo, mais “consentimento”.

A principal vantagem a ser oferecida por um país, estado ou município, ainda segundo o autor, é a menor probabilidade de existência de conflitos ou a existência de instituições capazes de contorná-los. É nesse sentido que, para Acserald e Bezerra

... ao mesmo tempo, ao escolherem o espaço mais rentável onde se realocar (ou seja, aqueles locais onde conseguem obter vantagens físicas e ambientais), acabam premiando com seus recursos os estados e municípios onde é menor o nível de organização da sociedade e mais débil o esforço em assegurar o respeito às conquistas legais. Ou seja, neste quadro político-institucional, os capitais conseguem, em níveis antes desconhecidos, internalizar a capacidade de desorganizar a sociedade, punindo com a falta de investimento os espaços mais organizados, e premiando, por outro lado, com seus recursos, os espaços menos organizados” (Acserald; Bezerra, 2009, p. 4-5).

É por essa razão que, para os autores, o que está na origem dos conflitos ambientais, na realidade, é o “choque entre o avanço da fronteira de exploração de recursos [propiciado pelo aumento da mobilidade do capital] com a disposição de sujeitos sociais localizados a dar outros sentidos a seus territórios” (Acserald; Bezerra, 2005, p. 34). Nesse contexto, a utilização de tecnologias de resolução de conflitos ambientais institucionaliza a despolitização dos dissensos e subordina, pela força de lei, os interesses dos “mais fracos” aos dos “mais fortes”. É precisamente esse o significado que assume a flexibilização das leis ambientais que estabelece (*ex ante*) as condições ideais para a expansão do capital sobre territórios e recursos naturais.

## CONCLUSÕES

A investigação realizada ao longo deste trabalho reafirma a tese de que a caracterização e a regulação dos conflitos socioambientais em torno das águas no Brasil, a exemplo do que acontece na Bacia Hidrográfica do Rio Salitre, só podem ser compreendidos na sua inteireza e complexidade a partir da explicitação do caráter político dos conflitos socioambientais. Isso signi-

fica que os avanços na produção de conhecimento, na criação de instrumentos técnicos, importantes elementos no equacionamento da escassez, são acionados no contexto do embate entre os distintos interesses econômicos e conflitos gerados pelas relações de poder que permeiam as múltiplas formas de apropriação das águas.

De forma conclusiva, consideramos que, no Brasil, a regulação das águas tem se configurado como um exemplo de como demandas de cunho democratizante podem se associar a pressupostos e formulações tipicamente neoliberais e de como a regulação dos conflitos, nas instâncias participativas e deliberativas, ainda tem pouca eficácia na garantia dos interesses propriamente coletivos e difusos da natureza. Após duas décadas de sua instituição, a Lei das Águas vive uma situação de incompletude, e sua implementação oscila entre a resiliência da aplicação de instrumentos de comando e controle herdados do Estado burocrático e a implementação, incompleta, de Instrumentos Econômicos de gestão (IEs) típicos do modelo gerencial. Convive-se, assim, em um contexto político-institucional que, ao mesmo tempo em que desconstrói a estrutura regulatória tradicional, se mostra incapaz de realizar plenamente o princípio da universalização do direito à água e combater a escassez.

A regulação em curso no país, e no semi-árido em particular, revela que, nas situações de conflito, as decisões sobre o uso das águas desafiam conhecimento e procedimentos técnicos estabelecidos e consolidados e, em muitas circunstâncias, obscurecerem relações de causalidade e legitimam intervenções e interesses hegemônicos. Em sendo assim, a gestão passa a se constituir na esteira de circunstâncias nas quais o aumento da degradação e, em particular, da escassez já se fazem presentes (em muitos casos, de maneira irreversível) no tradicional semiárido, como também em outros recantos do país – inclusive nos qualificados como desenvolvidos. Ironicamente, degradação e escassez têm impactado interesses econômicos os mais distintos, como a crise das

águas em São Paulo e nas zonas de fronteira, no avanço de empreendimentos do agronegócio e onde a condição semiárida, associada ao elevado consumo de água para a irrigação, tem provocado fortes tensões envolvendo interesses públicos e privados.

Por outro lado, os conflitos que envolvem desigualdades no acesso às águas têm despertado a atenção da sociedade para a problemática das águas no Brasil, seja através de discursos mais genéricos associados ao direito dos consumidores (em particular nas áreas urbanas), seja como pauta de movimentos sociais já consolidados, movimentos ambientalistas, sindicais e de partidos políticos, ou mesmo como objeto de estudo na academia.

Em todos esses casos, deve-se notar que tais discussões extrapolam os espaços institucionais previstos no atual modelo de regulação, o que talvez seja explicado, por um lado, pela fragilidade dos mecanismos de participação da Política Nacional das Águas e, por outro, pela natureza e pelos limites dos princípios e instrumentos, tipicamente privados que orientam o atual modelo de regulação de conflitos. Assim, ao mesmo tempo em que as questões em torno das águas se complexificam, a regulação se revela, ou insuficiente, ou politicamente comprometida.

Nesse cenário, as divergências em torno dos princípios que consideram a água como um bem público e como um bem dotado de valor econômico acirram-se de tal modo, que o enfrentamento da tensão entre o público e o privado, no campo da regulação das águas, somente poderá ser equacionado no âmbito da luta política, e não pela via da deliberação meramente jurídica. Assim, conflitos pelas águas reacendem a discussão sobre a complexa relação entre sociedade e natureza, exigindo a compreensão do significado político da disputa entre interesses públicos e privados na apropriação das águas.

Recebido para publicação em 17 de novembro de 2016  
Aceito em 27 de fevereiro de 2018

## REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; KECK, Margaret. Comitês de bacia no Brasil: uma abordagem política no estudo da participação social. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v.6, n.1, maio 2004.

ACSERALD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: \_\_\_\_\_. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004.

\_\_\_\_\_. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. *Revista Sociologia*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 84-105, jan./abr. 2014.

ACSERALD, Henri; BEZERRA, Gustavo das Neves. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental - considerações sobre o controle das demandas sociais no Brasil contemporâneo. In: 13º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. Florianópolis: ANPUR, 2009.

\_\_\_\_\_. Inserção Econômica Internacional e “Resolução Negociada” de Conflitos Ambientais na América Latina. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.) *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AGUAS DO BRASIL. *Bacia Hidrográfica do Rio Salitre: afluente do Rio São Francisco*. Disponível em: <http://aguasdobrasil.org/edicao-06/bacia-hidrografica-do-rio-salitre-afluente-do-rio-sao-francisco.html>. Acesso em: jan. 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). *Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2013*. Brasília: ANA, 2013.

\_\_\_\_\_. *Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2009*. Brasília: ANA, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a política Nacional de recursos hídricos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 jan. 1997.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no campo*. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. *Conflitos no Campo*. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2014.

\_\_\_\_\_. *Conflitos no Campo*. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015.

CASTRO, Esteban. O estudo interdisciplinar dos conflitos pela água no meio urbano: uma contribuição da Sociologia. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.) *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

\_\_\_\_\_. Presentación. In: \_\_\_\_\_. *Anuario de estudios Americanos*. Sevilla, España, 2009.

FIOCRUZ/FASE. *Mapa de conflitos ambientais*. Disponível em: [www.conflitosambientais.org.br](http://www.conflitosambientais.org.br). Acesso em: fev. 2013.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (INEMA). *CBH Salitre*. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/comites-de-bacias/comites/cbh-salitre/>. Acesso em: jan. 2014

MALVEZZI, Roberto. Conflitos por água nos últimos 10 anos. In: Comissão Pastoral da Terra (CPT). *Conflitos no campo – Brasil 2014*. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015.

MARTINS, Rodrigo Constante. A Instrumentalização de políticas ambientais nas áreas rurais paulistas. In: \_\_\_\_\_. *Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais*. São Carlos: RiMa, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximações ao enigma: que*

quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Instituto Pólis/EAESP/FGV, 2001.

PECI, Alketa. *Regulação no Brasil: desenho, governança, avaliação*. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

PEREIRA, Doralice Barros; PENIDO, Marina de Oliveira. Conflitos em empreendimentos hidrelétricos: possibilidades e impossibilidades de (des)envolvimento social. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.) *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SEVÁ FILHO, Arsênio Osvaldo. Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas Amazônias. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs.) *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SILVA, Demetrius David; PRUSKI, Fernando Falco. *Gestão dos recursos hídricos: aspectos legais, econômicos, administrativos e sociais*. Brasília/DF: Secretaria de Recursos Hídricos; Viçosa/MG: Universidade Federal de Viçosa; Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2000.

WOLFF, Francis. *Apolitismo, a maior ameaça à democracia*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=djTiMR6mAzU>>. Acesso em: 24 de fev. 2014.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.) *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

**CONFLICT AND REGULATION OF WATER IN  
BRAZIL – THE SALITRE CASE**

*Renata Alvarez Rossi  
Elisabete Santos*

This paper discusses the political dimension of socio-environmental conflicts involving waters in Brazil, under the context of the current Lei das Águas (Federal Law No. 9.433/97), considering, specifically, how such conflicts are configured in the Salitre River basin, located in the northern part of the state of Bahia, historically characterized by the scarcity of water. The methodology used consisted of a bibliographical analysis, a discussion of secondary data and a direct research with social subjects and representatives of organizations operating in said region. The main conclusion of the study is that, in Brazil, the conflicts around water are usually characterized from a supposedly technical perspective, by the relation between water demand and supply, as well as its regulation, of an explicitly political character, that is to say, which refers to forms of appropriation and power relations that privilege the interests of the big users, the Salitre basin being regarded as typical.

**KEYWORDS:** Waters. Conflict. Socioenvironmental Regulation. Salitre.

**CONFLIT ET REGULATION DES EAUX AU  
BRESIL - L'EXPERIENCE DE LA RIVIERE SALITRE**

*Renata Alvarez Rossi  
Elisabete Santos*

Dans cet article, nous présentons la dimension politique des conflits environnementaux liés à l'eau au Brésil, dans le contexte actuel de la Loi sur les Eaux (Loi Fédérale N° 9.433 / 97), en considérant tout spécifiquement la manière dont ces conflits sont configurés dans le bassin de la rivière Salitre, situé dans le nord de l'État de Bahia, historiquement caractérisé par la pénurie. La méthodologie utilisée consiste en une analyse bibliographique, une discussion des données secondaires et une recherche directe auprès des sujets sociaux et des représentants d'organisations qui travaillent dans cette région. La conclusion principale est qu'au Brésil les conflits concernant l'eau sont en général caractérisés dans une perspective prétendument technique, en fonction de la relation entre l'offre et la demande en eau et sa réglementation, explicitement à caractère politique, c'est-à-dire qui se réfère à des formes d'appropriation et à des relations de pouvoir qui privilégient les intérêts des grands utilisateurs. Le bassin de la rivière Salitre est considéré comme un exemple typique.

**MOTS-CLÉS:** Eaux. Conflit. Socio-environnemental. Règlement. Rivière Salitre.





# NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS: abordagens metodológicas a partir da UNILAB

*Mario Henrique Castro Benevides\**

*Carlos Henrique Lopes Pinheiro\*\**

Tomando a realidade da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) como ponto de partida, discutem-se abordagens teórico-metodológicas das ciências sociais e sua revisão no contexto da “lusofonia”. Diversas metodologias qualitativas são abordadas e desnudadas, considerando-se o contexto de sujeitos sociais ligados aos países da CPLP e ao mundo colonial. Na busca por uma sociologia das falas e uma geografia dos discursos, damos ênfase à importância do cotidiano como base de trabalho e reflexão epistemológica. Pensá-lo continuamente a partir das diferenças relacionais que o contexto lusófono provoca, é parte do resultado da reflexão do pesquisador nessa seara.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia. Lusofonia. Narrativas. Estudos de trajetória. Educação superior.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar e refletir acerca das abordagens metodológicas e conceituais de pesquisa qualitativa, privilegiando as estratégias e recursos da oralidade, especialmente dos conceitos de narrativa e trajetória. As reflexões em questão nascem a partir do cotidiano e das práticas docentes de professores e professoras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), ainda que ganhem aqui um caráter mais amplo. O contexto, a proposta e os sujeitos que formam essa universidade, insere docentes, pesquisador ou pesquisadora, em um conjunto de possibilidades e desafios capazes de ressignificar suas práticas de ensino e demais atividades acadêmicas. Desse modo, trata-se de um artigo derivado da observação

e do planejamento de estudos na realidade da UNILAB, embora a extrapole, de modo a imaginar implicações de método na investigação das ciências humanas. Apresenta, assim, essencialmente, considerações teórico-metodológicas derivadas de uma inserção, visando a contribuir no debate maior sobre o acesso metodológico sobre as oralidades.

O professor, como possível sujeito de estudo, por exemplo, constrói e reconstrói suas trajetórias a partir de suas narrativas e experiências, atribuindo, constantemente, novos significados e sentidos a seu labor. Ao entrelaçar concepção, percepção e vivência, atribui não apenas novos contornos e significados ao trabalho docente, mas revela dimensões representativas e singularidades da realidade estudada não só na perspectiva individual, como na perspectiva coletiva da qual essa individualidade é produto e produtora.

O saber dos professores não é um conjunto de conteúdos cognitivos definidos de uma vez por todas, mas um processo em construção ao longo de sua carreira profissional na qual o professor aprende de maneira progressiva a dominar seu ambiente de trabalho, ao mesmo tempo em que se insere nele e o

\* Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Instituto de Humanidades e Letras. Av. da Abolição, 3. Centro. Cep: 62.790-000. Redenção – Ceará – Brasil. mario.castro@unilab.edu.br

\*\* Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Instituto de Humanidades e Letras. Mestrado Interdisciplinar em Humanidades Av. da Abolição, 3. Centro. Cep: 62.790-000. Redenção – Ceará – Brasil. carlos.henrique@unilab.edu.br

interioriza por meio de regras de ação que se tornam prática integrante de sua consciência prática (Tardif, 2011, p. 14).

Assim, lançamos um olhar sobre a oralidade, atentando tanto para a compreensão quanto para o desenvolvimento de estratégias metodológicas que buscam conhecimento, autoconhecimento e reconhecimento do e no espaço dito lusófono. Partimos, pois, do pressuposto, de que o professor, por exemplo, busca dar respostas e construir questionamentos aos contextos sociais e políticos em que está inserido. Nessa perspectiva, cumpre colocar algumas indagações. Qual o entendimento de lusofonia e como ele permeia as reflexões sobre ensino e pesquisa dos docentes da UNILAB? Como são pensados os percursos e estratégias metodológicas no contexto da interculturalidade? Considerando os relatos orais como fontes primárias de coleta de dados, como podemos refletir e trabalhar, nas pesquisas qualitativas, sobre oralidades, narrativas e trajetórias nos estudos sobre identidade e representação social?

Dessa forma, o trabalho tem como objetivo apontar uma série de reflexões metodológicas a partir de um campo de pesquisa específico, a UNILAB, articulando, a partir daí, um ensaio sobre metodologias de pesquisa qualitativa fundadas em conceitos como narrativa e trajetória. Envolve a descrição de um espaço permeado por um fenômeno social bastante relevante: os contatos entre os diferentes países africanos de língua portuguesa e o Brasil, expressos nas narrativas e trajetórias de sujeitos sociais desses países. A motivação é direta: a criação da UNILAB como lugar e eixo de novas relações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Criada em 2010 e voltada para o atendimento de alunos de sete países da CPLP, a UNILAB tem fomentado debates não apenas no âmbito da educação superior, mas também nas abordagens e estudos sobre alteridade, identidade e expressão. Tomando a experiência docente e discente na UNILAB, mas registrando também os contatos paralelos das políticas de integração e cooperação de-

envolvidas entre esses países na década de 2010, a pesquisa em foco traduz uma urgência de memória: entender os elementos que constituem a feitura das histórias de vida, das observações sobre o mundo e sobre o *eu* nas várias experiências enfrentadas. Experiências de viagem, de autorreconhecimento, de identificação prática, de conflito e estranhamento, e de fortalecimento das comunidades de sentido que a vida social acessa, reforça, transforma. Assim, o mote e a matéria-prima para tais considerações de método advêm de um conjunto de observações sistemáticas, de experiências e levantamentos realizados ao longo de 2014, no espaço da UNILAB, e que tem contribuído para a criação de um arquivo de opções de trabalho acerca da realidade (e do objeto teórico em construção) representada pelas instâncias de um espaço de encontros e de choques.

É sob essa inspiração e preocupação que articulamos questões de método e de aproximação com a realidade social do vivido, do cotidiano, nos campos em que a “integração internacional” se torna encontro cultural: recorte fundamental para uma pesquisa social sobre diferenças e a produção cultural de unidades políticas.

O conceito de narrativa pode ser captado a partir do ato de registrar eventos, descrever acontecimentos e estabelecer, por meio de aparatos simbólicos, o sentido deles para a formulação de visões morais, de encontros culturais ou de sistemas sociais de experiência (Oliveira; Santos; Susin, 2014). A narrativa representa o elemento oral que alcançamos e com o qual dialogamos na coleta qualitativa em questão neste estudo. Ela se apresenta nas entrevistas, na história dos sujeitos, na compilação criativa que emerge dos diálogos intermitentes a que a integração convida – entremeados no português como idioma *do contato*. Dessa forma, a UNILAB, em exemplo, é, em si mesma, um conteúdo narrativo trabalhado nas expressões dos sujeitos que aqui transitam e que a incorporam, com frequência, à leitura de seu momento e dos cortes de experimentação que habitar esse espaço traz.

As espacialidades, linguagens e memórias no âmbito social da lusofonia – mas também das demais realidades de linguagem plural que cercam a UNILAB – constituem uma área de estudos profundamente transversal e integrada, porque emergem no plano de um conjunto de territórios e nacionalidades em constante formação e reformação, tais como o Brasil, Portugal, Moçambique, Timor Leste, Guiné Bissau e demais países de língua portuguesa oficial. Esses elementos vão muito além da *língua*: subsistem como elementos da cultura e sociabilidade, do território e da identificação política e, por isso, se faz urgente a investigação sobre as relações nesses lugares de experiência histórica interligada no contexto de sua integração presente. É a esse ambiente temático que esta discussão se filia, articulando diferentes áreas do saber acadêmico na elaboração de pesquisas de diferentes fontes, mas transversalmente povoadas pela questão da imaginação identitária e pelo imaginário do trajeto, do reconhecimento territorial e da ruptura multiterritorial que inaugura a integração entre diferentes países. Assim, a pesquisa contínua que será aqui apresentada tem o intuito de movimentar e desenvolver discussões metodológicas sobre a produção de histórias e relatos nos mais variados formatos, dentro dos países de língua portuguesa, pensando os recursos de sua criação, bem como os sujeitos, cotidianamente produtores e produtos das forças de sentido de mais de uma *indústria simbólica das identidades em trânsito*.

A trajetória, por seu turno, pode ser compreendida como um *modo de ver* as dimensões biográficas em recorte. No caso da experiência do professor, a dimensão do trabalho docente emerge como elemento de observação, e a trajetória é aqui pensada como elemento de sua memória, significação e definição narrativa. Os estudos de trajetória dentro da UNILAB promovem reflexão sobre a aglutinação de formações do serviço público, assim como servem de testemunho acerca da emergência concreta de uma política de cooperação internacional

que surgia no contexto do governo Lula e do Governo Dilma: um sistema de expectativas e relações que falariam sobre um *dado tipo* de conhecimento geográfico, histórico e antropológico. Grosso modo, o estudo das trajetórias unilabianas, ainda que delimitadas aqui a um tipo claro de agente, o professor, implicam um exame recortado de um fenômeno de encontro. Um encontro motivado por uma agenda político-social e preenchido pela dinamicidade das escolhas de profissionais que aderiram a um projeto universitário demarcado e novo.

O estudo toma, então, a *narrativa* e a *trajetória* como conceitos-chave de operação, numa tentativa de superação da ideia de identidades culturais fixas. Desse modo, a pesquisa inclui, como seu objetivo, *discutir e integrar um fórum metodológico para a construção de pesquisas no campo da integração Brasil-África, pensando, em longo prazo, na produção de um acervo material e teórico para os estudos da cultura, da política, do trabalho e do território a partir das histórias, biografias, relatos e produções de enredo de sujeitos, grupos e instituições que edificam essa realidade*. Pensando o relato oral e também o documento como fontes para pesquisa nas Humanidades, este artigo entende que os sentidos de produção da história e da condição biográfica são bases para a compreensão do humano, sendo a linguagem – e o português, nesse caso – um dos muitos instrumentos para a compreensão de sua complexidade.

## **A UNILAB COMO CAMPO DE ESTUDOS POSSÍVEL, SINGULAR E COMPLEXO**

### **Caminhos de formação**

Criada em 2010 pela Lei nº 12.289/2010 e localizada nos municípios de Redenção e Acarape, no Ceará, e São Francisco do Conde, na Bahia, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

(UNILAB) é uma instituição pública federal, de ensino superior, que deve ser compreendida como um projeto político e social estratégico de inclusão na perspectiva da cooperação Sul-Sul, capaz de proporcionar, além da profissionalização qualificada necessária ao contexto em que atua e se situa, um intercâmbio de saberes socialmente relevantes, constituindo-se, assim, como elo histórico e cultural entre o Brasil e os demais países de língua oficial portuguesa.

A UNILAB, portanto, está assentada em um duplo paradigma: da interiorização e da internacionalização. Importa destacar, ainda, que essa IES é parte de um projeto de expansão das universidades públicas federais, iniciado no primeiro mandato do governo Lula (2002), e mantém estreita relação com os campos políticos, econômicos, sociais e culturais da realidade brasileira contemporânea.

Não raro, mais do que as atividades de ensino, pesquisa e extensão, próprias do fazer acadêmico das universidades públicas em geral, é possível identificar, no cotidiano acadêmico, as bandeiras de luta de diversos segmentos sociais representantes das chamadas minorias sociais e étnicas, mas que aqui buscam, formam e amparam entidades promotoras e protetoras dos direitos humanos, como o Movimento Negro, o Movimento LGBT, o Movimento Feminista e o Movimento Indígena, dentre outros que, articulados, contribuem para a promoção do desenvolvimento regional, a superação das desigualdades regionais e a integração e cooperação solidária internacional. Tais ações, participações e movimentos não são exclusivos dessa universidade, mas são inerentes a ela e fazem parte do processo de democratização do ensino superior almejado pelo Estado brasileiro, especialmente na primeira quinzena deste século. Assim, a universidade da lusofonia é, na realidade, uma universidade polifônica, seja pela diversidade da origem e da trajetória do público que a compõe, seja pela diversidade cultural, religiosa, política e social que modela seu *corpus*. Logo, seu entendimento passa pela reflexão dessa gama de sujeitos, personagens, políticas, cooperações e conflitos.

Nessa teia de articulação política e educacional que envolve órgãos de governo dos países parceiros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a UNILAB apresenta-se como importante ponto de articulação para acordos bilaterais e (ou) multilaterais visando à emancipação de pessoas e de territórios historicamente marginalizados das ações e estratégias políticas governamentais tradicionais. Evidencia-se, desse modo, que a interiorização aqui institucionalmente destacada é referente a um projeto e à necessidade de inclusão social e espacial inerente a todos os países lusófonos e não apenas pelo fato de a UNILAB estar inserida em cidades de pequeno porte, tanto no estado do Ceará quanto no estado da Bahia.

O projeto da UNILAB, com todos os percalços de sua execução e implementação, sustenta-se na prerrogativa de um movimento de globalização contra-hegemônico, decolonial, pautado na ideia de um desenvolvimento endógeno, com a valorização de recursos locais.

No plano teórico, o que verificamos é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato. Esse novo discurso ganha relevância pelo fato de que, pela primeira vez na história do homem, se pode constatar a existência de uma universalidade empírica. A universalidade deixa de ser apenas uma elaboração abstrata na mente dos filósofos para resultar da experiência ordinária de cada homem. De tal modo, em um mundo datado como o nosso, a explicação do acontecer pode ser feita a partir de categorias de uma história concreta. É isso, também, que permite conhecer as possibilidades existentes e escrever uma nova história. (Santos, 2001, p. 21).

### A “lusofonia” como conceito, a cooperação como cenário

Domingos Simões, político guineense e secretário da Comunidade de Países de Língua Portuguesa entre 2008 e 2012, assim definiu lusofonia:

Numa primeira análise, a “Lusofonia” pode ser associada a palavras como a Francofonia ou a Anglofonia e acarretar consigo uma carga presumivelmente

pós-colonial. Dentre alguns estudos sobre esta matéria, realça-se o sentido geopolítico do termo que engloba um conjunto de países e de povos cuja língua materna, corrente ou oficial, é o português.

[...] também pode ser interpretada como um sentimento, como uma alma, como um desejo de viver em conjunto, partilhando um passado comum. E, talvez a dimensão mais vasta do termo designa o conjunto dos Estados e organizações que trabalham em conjunto com o objetivo de desenvolver a língua e as sociedades, internamente e por fora.

A Lusofonia na atualidade, creio eu, é um termo que obedece ao princípio da globalização e interdisciplinaridade onde se almeja afirmar uma identidade comunitária, para além da questão linguística.<sup>1</sup>

Esse conceito nos ajuda a entender dois aspectos importantes do quadro lusófono: a vastidão política que abarca e preenche a discussão da língua e a conexão entre os mundos sociais representados por esses países, presente, por exemplo, no anseio pela efetivação de uma comunidade, de uma união até então apenas ensaiada pelo parentesco de idioma e pelo passado. Em contextos de desenvolvimento atrelados à história da colonização e das lutas por independência, os países da CPLP vêm vivendo laços cada vez mais estreitos. O trânsito de estudantes originários dos países africanos no Brasil, por exemplo, registra uma nova rota de formação e de troca de experiências. De um lado, tem configurado um destino de profissionalização adicional para sujeitos sociais cujas expectativas eram, antes, atreladas à Europa, quando o assunto era a formação superior. O desenvolvimento brasileiro e sua emergência como ator significativo da comunidade econômica do Terceiro Mundo estruturou esse contato e esse plano social novo, administrando toda uma ótica renovada no que diz respeito às possibilidades acadêmicas.

Tais aspectos são suficientes para se compreender a importância dos estudos de narrativa e trajetória. Por meio deles, captamos os vazios e os habitats da cultura pós-colonial, como um mundo cheio de travessias ou tenta-

tivas de travessia. Um mundo cheio de sujeitos com histórias vividas e contadas, em especial aquelas que falam da viagem, da busca, das referências de futuro e de passado na produção de seus trajetos.

No caso da África e de seus muitos territórios modificados pela colonização e pelas reações a ela, temos, na lusofonia, uma estratégia de conexão. Os países africanos lusófonos estabeleceram, nas últimas décadas, um entendimento de comunidade que ainda carrega vazios, mas caminha, aparentemente, para a produção de um mercado simbólico de autoafirmação. É possível dizer, nesse sentido, que o Brasil passou a desempenhar uma imagem de parceria atrativa e em construção. Esse sentimento de elo entre espaços geograficamente distantes pode vir a se espalhar na forma de expectativas políticas de integração. Mas, por enquanto, já se percebem os esforços de aproximação formal – preenchida por formalidades –, o que pode representar um possível primeiro passo na demarcação mais clara de um cenário cultural comum.

Como parte de uma estratégia de produção de protagonismo político brasileiro internacional e inter-regional, a UNILAB aparece como parte de um projeto maior, um instrumento cooperativo proposto pelo segundo Governo Lula e operado na gestão de Dilma Rousseff, direcionado para um desenho inicial de espaços de integração no campo educacional. A aproximação com os governos da CPLP, especialmente no caso dos cinco países lusófonos em África (Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) emerge como item de um pacote de contatos com países potencialmente parceiros em um modelo político e teórico denominado Sul-Sul. Essa relação assume estruturas e posições politicamente engajadas no tema do desenvolvimento, costurando experiências no Brasil com demandas sugeridas no continente africano. Segundo a Ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello.

<sup>1</sup> Retirada de [http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/Domingos\\_Simoes\\_Pereira/Discursos\\_DSP/SE\\_TNOVAS\\_13NOV08.pdf](http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/Domingos_Simoes_Pereira/Discursos_DSP/SE_TNOVAS_13NOV08.pdf) em 26 set. 2014.

Nós temos uma experiência importante no Brasil, conseguimos, nesses 10 anos, reduzir não só a fome, a insegurança alimentar, como tirar milhões e milhões de pessoas da pobreza. E muitos problemas que nós tínhamos no Brasil são parecidos aos encontrados na África. Então, o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos, o esforço que nós fizemos de formalizar o emprego e aumentar o salário mínimo. Todas são experiências que os países da África podem aproveitar e têm aproveitado.

A cada semana, nós recebíamos duas delegações [de países que queriam conhecer os programas sociais do Brasil] e, em geral, uma delas era da África. Agora, nós mudamos a forma de trabalhar para melhorar a cooperação, porque é uma das determinações da presidenta Dilma, como era do presidente Lula, que a gente faça cooperação Sul-Sul e os países da África têm prioridade<sup>2</sup>.

A chave posta em movimento nas falas e ações do governo brasileiro tem sido, dessa forma, a cooperação como instrumento de aproximação e composição de alianças Sul-Sul. De volta à esfera da educação, é possível perceber que o projeto cooperativo assume um compromisso de troca de experiências e de formação profissional com a inclusão de temas clássicos no contexto do pós-colonialismo, tais como etnicidade, reflexão sobre a cultura e interculturalidade América-África-Ásia, estudos sobre a consolidação de instituições no Sul e superação de desafios impostos pela conhecida condição de exploração econômica de momentos históricos anteriores. Essa pauta retoma a lusofonia como marca de atribuição histórica: pensar o passado colonial comum e as barreiras para a conquista de um desenvolvimento almejado parece influir para dentro do arcabouço de planejamento de uma educação “inter-nacional”.

Mas de que forma essas proposições e esses planejamentos se expressam nos cotidianos lusófonos? E como, sob o prisma das ciências sociais, a metodologia ganha novo sentido – uma vez que diante de novo cenário? A seguir, examinaremos alguns dos modelos clássicos de

levantamento metodológico à luz da especificidade desse quadro de condições e horizontes.

Não se trata, portanto, e nestes termos, de considerar a lusofonia como *realidade plena* ou *realidade “orgânica”* de cenários como a UNILAB: ela vive ainda como “conceito sob rasura” (Hall, 2000), como ferramenta aproximativa que descreve, de modo parcial, uma realidade discursivamente projetada por forças institucionais. Na prática, a lusofonia é apenas um conjunto de *expectativas* e adaptações em um cenário de línguas plurais – idiomas como *crioulo* são substancialmente importantes em Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, por exemplo. Do modo como a vemos, ela é também dispositivo de integração limitada, mas gera, ainda que dessa forma, expedientes de análise necessária. Situada no Brasil, a UNILAB aparece como uma “comunidade documental” em língua portuguesa, que pressiona, direta ou indiretamente, a oralidade em português – elemento paradoxal, mas presente e, portanto, analisável, de sua concretude.

Nos tópicos seguintes, analisaremos os instrumentais clássicos necessários a uma compreensão da narrativa e da trajetória que emergiram a partir de experiências de desenho de pesquisa dentro do cenário da UNILAB. Assim, será uma travessia conceitual acerca de requisitos e também através de expedientes nascidos da imersão em uma realidade que provoca por suas singularidades internacionais como campo sócio-histórico e geográfico.

## NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS NOS ESPAÇOS LUSÓFONOS

Ao observar a realidade docente na universidade, a partir de estudos diversos, nos deparamos com a tarefa inicial de pensar as ferramentas de abordagem e coleta. Os estudos de caráter “social”, nas ciências humanas e em áreas de interseção como a Geografia, inspiram a criatividade na busca de formas de acesso ao interlocutor-ator: é por meio desses mecanis-

<sup>2</sup> Entrevista concedida ao Instituto Lula em 30 de junho de 2013. Disponível em <http://www.institutolula.org/africa-e-prioridade-nos-programas-de-cooperacao-do-brasil> e acessada em 09 jul.2014.

mos de interação mediada que a pesquisa ganha possibilidade. Pensar, portanto, suas facetas e desdobramentos é um ponto necessário e, por sua vez, abre o horizonte da reflexão aqui posta: quais os caminhos metodológicos para observação das realidades da “lusofonia” unilabiana?

### Oralidades e instrumentos de pesquisa

Os relatos orais ofertam grande variação de proposições para a compreensão do objeto em análise: narrativa biográfica, história oral, história de vida, descrição de trajetórias, dentre outras. Embora similares e complementares, esses enredos não dispõem do mesmo significado. Cada um desses percursos pode conduzir a resultados únicos, particularizados, e é fundamental que saibamos lidar com as diferenças nessa camada.

A principal similitude dessas abordagens é referente à utilização de entrevistas como recurso metodológico. Considerando essa perspectiva, Sennett (2004, p. 55) esclarece e alerta que:

A entrevista detalhada é uma habilidade característica, com frequência frustrante. Ao contrário de um pesquisador de opinião pública fazendo perguntas, este tipo de entrevistador quer sondar as respostas que as pessoas dão. Para tanto, o entrevistador não pode ser friamente impessoal; ele tem de dar algo de si mesmo para merecer uma resposta sincera. Mas a conversa aderna em outra direção; a questão não é conversar como se faz entre amigos. O entrevistador também descobre frequentemente que ele ofendeu o entrevistado, transgredindo uma linha que somente os amigos ou íntimos podem atravessar. A habilidade consiste em calibrar as distâncias sem deixar o entrevistado se sentir um inseto sob o microscópio.

É possível dizer, dessa forma, que a *entrevista*, como forma de pesquisa social, imprime uma conexão qualitativa profunda no campo das ciências sociais. Ela (em suas diferentes formas) cria o acesso para camadas mais substanciais de informação sobre o vivido, exigindo, nesse sentido, atenção para sua existência como *relação* intersubjetiva (entre pesquisa-

dor e pesquisado). Neste íterim, destacamos a necessidade de interação entre as partes para o bom desenvolvimento da pesquisa. Tal interação, não só devido à entrevista, mas também pela afinidade de conhecimento com o assunto pesquisado, é, em geral, outra semelhança que entrelaça as abordagens descritas. Esse *conteúdo* e esse entendimento da *forma* fazem da entrevista científica um aparato autorreflexivo sobre as possibilidades do conhecimento do Outro. Ela instaura uma relação de diálogo acerca da visão de mundo do entrevistado, o que permite acessar sua compreensão de temas específicos ou de si mesmo.

Nos campos dos estudos de narrativa e da trajetória, a entrevista compõe a necessidade do qualitativo e do contínuo – ela é uma ferramenta por onde as informações podem circular de modo não mecânico, espera-se. Ela é também uma aproximação atrelada à atenção intermitente entre o conteúdo e a forma do que é dito. No contexto da lusofonia, a entrevista repercute como encontro cultural em si: desde a relação estabelecida na linguagem das perguntas – na clareza das expressões, na constante tradução a que se refere Bhabha (1998) ao falar da condição de *cosmopolitismo vernacular*. Como experimento de socialização, a entrevista é a tentativa de captar um fluxo de confiança entre entrevistador e entrevistado, cruzando os espaços de intimidação e violência simbólica que a relação gera (Bourdieu, 1989). Ainda que a lusofonia estabeleça aqui uma conexão importante para os estudos entre sujeitos de diferentes realidades nacionais, ela pode ser uma armadilha cognitiva, ao recalcar, por exemplo, que o português não é a língua materna da maioria dos habitantes dos países lusófonos. Nesse sentido, a entrevista, como método básico e flexível, precisa adaptar-se ao movimento de linguagem do entrevistado. É uma necessária tomada de posição franca: a de admitir os afastamentos e as diferenças, ao invés de ocultá-los. O entrevistador é, em tese, o responsável fundamental na produção dessa exposição da realidade da relação-pesquisa.

As narrativas biográficas, ou simplesmente a biografia, constituem outro dispositivo ainda recorrente nos estudos das humanidades e desdobra-se como um dos núcleos de levantamento sobre a trajetória – ainda que a segunda seja uma espécie de corte sobre a primeira. De acordo com Becker (1997), podemos afirmar, em linhas gerais, que os estudos baseados na reconstituição fiel da experiência do sujeito e a interpretação que ele faz do mundo onde vive têm sido a principal contribuição da apreensão biográfica à análise das ciências humanas de uma forma geral. Tradicionalmente entendida como coleta e análise documental, a oralidade é um recurso importante, dadas as nuances da coleta da memória em tempo real: “... depoimentos inclusive sob a égide da memória e relatos orais têm importância fundamental, pois, entre outras coisas, revelam trajetórias que permeiam o fato histórico da imigração” (Seyferth, 2005, p. 32). Essa abordagem privilegia os fatos históricos, as formas de sociabilidade que ocorreram sobre processos históricos e sociais, enriquecendo o conhecimento sobre as organizações préteritas da sociedade. Para além das perspectivas históricas, as narrativas desse tipo tratam, ainda, de uma investigação do tempo presente, vivido cotidianamente na atualidade, ao interagir com os sujeitos em atividade, considerando a memória recente, falada e vivida, ainda em construção de si, das identidades e representações sociais.

O meio biográfico é a base da formação intersubjetiva das trajetórias e da ação de narrar o mundo dos indivíduos. Como tal, estabelece exigências e opções. Entre as exigências está esta notória carência de contexto: a autobiografia dos pesquisados é apenas parte do recurso, que só se completa no levantamento de outras fontes, na relativização do saber de quem fala. Essa “desconfiança” metodológica, contudo, não é unanimidade nas ciências sociais. Especialmente em parte da antropologia, a validação da fala do Outro é condição básica de uma interpretação não normativa e comprometida com a descrição da experiência cultural alheia (Geertz, 2003). Ainda assim, o debate sobre a importância de confrontar (na análise, não na

coleta) as falas dos pesquisados implica desmistificar a potência do autorrelato, entendendo-o como ação do falante. E, como ação, está sujeita ou caracterizada por escolhas deliberadas (estratégias) ou não deliberadas (representações sociais, na falta de um conceito melhor) do indivíduo. Assim, a “desconfiança” metodológica diante da biografia é um instrumento que nos envolve frente à história e aos processos formativos do grupo. No caso dos espaços lusófonos, ela remete, imediatamente, às condições pós-coloniais e à herança de estruturas e desestruturas do mundo social dos que falam o português. Segunda exigência, portanto: a aceitação e a operação da memória social e da formação nacional dos lugares de fala dos pesquisados como instrumentos de relativização. Encaramos aqui o mesmo ponto: estabelecer conexões entre o dito e o vivido, entre o vivido e o narrado, além de outras perspectivas sobre as condições de seu surgimento como relato. Não se trata de escalonar entre dados “subjetivos” e “objetivos”, mas de reconhecer que o biográfico, como paleta social, é diversamente acessado pelos sujeitos e objetivado pelas realidades materiais e políticas onde eles o constroem; é, assim, uma forma de atribuir ao biográfico um estatuto de artefato cultural – experiência que merece análise de conteúdo e de causas.

Uma opção aberta pela coleta e análise das biografias como parte de um estudo de trajetórias e narrativas é a instituição de uma pesquisa sobre a *contação*. O ato de contar histórias é, em si, um trecho da cultura pouco mapeado pelas ciências sociais lusófonas. É notório que contrabandeamos recursos conceituais da História e das Letras para compreender os caminhos de produção do conto, do relato não técnico. O que de melhor temos, no que toca esse tipo de abordagem, são os estudos biográficos: por meio deles, aprendemos a desvelar os modos de criação e de registro do que as pessoas fazem em seus “cotidianos de significado”. A biografia, como objeto, gerou curiosidade suficiente nas sociologias e antropologias do século XX para gerar um corte de análise sobre os es-



tudos da fala, da forma de contação da própria vida. Essa é a base sobre a qual surge – e se desenvolve – toda uma “superestrutura” metodológica, mais disposta a compreender os regimes de narração que os sujeitos aprimoram em diferentes contextos. A própria condição colonial e as resistências que ela fez nascer e valer são tópicos desse tema. Temos, no estudo do mundo colonial-pós-colonial, uma gama de modelos de histórias pautadas por comoções, críticas, interjeições, retórica, poética e debates. Com o tempo, aprendemos a valorizar o conteúdo e também a estrutura dessas narrativas, por conta não só de sua relevância política, mas também como forma de análise de seu procedimento, de sua consolidação. Na contracorrente, a biografia dos resistentes desses cenários apresenta-nos os moldes dos discursos de poder, de opressão e de conservação que foram impingidos e reiterados no campo das experiências biografadas e biografáveis. A efetividade dessas relações de pesquisa aparece, por assim dizer, na estruturação em andamento de uma narratologia da cultura lusófona.

Nesse ínterim, a narrativa, a descrição e a produção de um entendimento sobre os acontecimentos, por parte dos sujeitos, estabelecem, como desdobramento, a história oral, que é um importante caminho para se compreender uma dada realidade social, considerando as narrativas como dispositivo metodológico. Elas podem representar experiências concretas, valores socioculturais, pensamentos em comum e percepção similar e compartilhada da realidade que se vive, bem como estabelecer, para a pesquisa social, uma valorização das falas como forma de compreensão de processos amplos, tipicamente ausentes ou cheios de lacunas “documentais” (no sentido do documento histórico escrito clássico). De tal forma que a história oralizada é tanto narração sociologicamente relevante como evidência historiográfica em ascensão.

Em um contexto espacial, temporal e científico bem delimitado, onde os atores, as instituições, as políticas e (ou) os fatos sociais partilham das mesmas experiências, mas não ne-

cessariamente dos mesmos sentimentos, da mesma percepção, a história oral apresenta-se como ferramenta possível e viável a esses estudos, para se conhecer e, principalmente, se compreender a trajetória dos sujeitos pesquisados.

É válido dizer que os relatos orais, nessa perspectiva, são fontes indispensáveis de estudos, uma vez que visam a apreender diferentes vivências e trajetórias sobre o mesmo contexto social. Demartini (2005) explica a importância dos relatos orais e adverte que se entende por história oral uma abordagem metodológica em que há um envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo, procurando desvendá-lo a partir dos relatos orais dos sujeitos envolvidos, em complementaridade com o uso de outras fontes escritas, iconográficas, etc.

A definição dos objetos, bem como a seleção dos sujeitos e dos relatos dos sujeitos, estabelecendo conexões entre as pessoas e as visões com as quais almejamos trabalhar é outro destaque feito pela autora citada acima. Tal qual Sennett (2004, p. 95), ela afirma ainda que:

O relato oral é coletado em um processo de interação entrevistado/entrevistador em que este se coloca em posição de escuta atenta, cuidadosa, paciente, de modo a estabelecer a cumplicidade necessária para que o entrevistado se coloque em situação de querer falar. Desse modo, o pesquisador precisa aprender a escutar (inclusive o relato “oculto”) para poder encontrar o momento certo de colocar as questões que lhe interessa investigar.

A história oral, dessa forma, possibilita apreender uma variedade de representações, visões e estratégias dos indivíduos socialmente inseridos em posições semelhantes, mas que, nem por isso, possuem, necessariamente, percepções similares. Isso posto, os recursos mencionados anteriormente configuram-se como importantes caminhos para a compreensão das trajetórias dos sujeitos. Tais trajetórias, por sua vez, nos auxiliarão a refletir acerca das identidades e representações que, acreditamos, se remodelem na mobilidade, no percurso.

Pensando a partir daí a realidade dos espaços lusófonos, temos, na história oral, uma

sequência das relações com o biográfico, as quais, dessa vez, são enfatizadas pelas possibilidades de pensar o mundo do entorno, o contexto que gera, ou ao menos orienta, a produção da trajetória individual e cultural. Em Guiné-Bissau, para citar um exemplo, a oralidade constitui uma forma valiosa de transmissão de saberes e de composição do passado. Ela impõe uma abertura para o entendimento dos eventos na medida em que os relatos cristalizaram o sentido das lutas políticas de independência e da (re)construção do novo país segundo os anseios e adjetivos de suas histórias (Mourão, 2009). Aqui, a ampla trajetória nacional aparece nas falas individuais, o que nos dá um mapa fragmentado, mas útil, dos espelhamentos e ressignificações entre o cenário social e o papel do sujeito.

As trajetórias, como esclarece Bertaux (1979), são definidas a partir de uma relação entre a origem, isto é, o lugar na estrutura de classe da família onde a pessoa nasce, e a trajetória posterior. Michel de Certeau (1994), por sua vez, afirma que as trajetórias evocam, no espaço, a unidade de sucessivos pontos percorridos, sendo desenhada pelos agentes sociais em questão. Os trabalhos que daqui decorrerão buscam traçar e compreender os trajetos, os caminhos percorridos e significados pelos sujeitos investigados, procurando perceber como eles representam o olhar sobre si e sobre os outros. As trajetórias visam a demonstrar as histórias vividas em diferentes contextos, seus significados, as práticas cotidianas e estratégias de sociabilidade e interação com e no local pesquisado.

Com isso, ao se investigar cada personalidade (individual ou coletivamente), esperamos encontrar trajetórias comuns, situações semelhantes vivenciadas nos percursos sociais e (ou) espaciais, fios que unam os trajetos, as perspectivas e percepções, fomentando, assim, o que consideramos por trajetória. Em outras palavras, mesmo considerando as estratégias e os movimentos individuais, a trajetória, aponta Bourdieu (1996), é a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo.

Ainda segundo o mesmo autor, as trajetórias seriam, assim, o resultado construído de um sistema dos traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias (Bourdieu, 1989). Uma trajetória configuraria, portanto, a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo. Diferentemente das biografias, essa objetivação resulta em uma trajetória que descreve uma série de posições sucessivamente ocupadas pelos mesmos agentes. Em verdade, consideramos que as trajetórias individuais podem conduzir a uma trajetória coletiva, de grupo.

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE IDENTIDADES EMPÍRICAS E TENSÕES ENTRE SUJEITOS E PROJETO: narrativas e trajetórias nas elaborações dos atores**

A reflexão sobre a dinâmica das cidades, das políticas públicas, dos mercados culturais, do desenvolvimento local e regional, da economia e dos serviços, e dos desafios contemporâneos do mercado de trabalho são temas que despertam o interesse pela leitura contínua e sistemática das conjunturas específicas, como reconhecimento de um “aparato de fatores” com grande poder causal sobre tais realidades. Esse reconhecimento nos conduz à necessidade de lançar um olhar investigativo desses acontecimentos que, em determinados lugares e contextos, têm gerado pequenas e grandes revoluções técnicas, científicas, informacionais e urbanas, tornando cada vez mais complexas essas estruturas como também as próprias relações sociais.

Ligadas a essa demanda, as representações sociais sobre cada um desses aspectos da vida cotidiana envolvem um conjunto de variáveis que se relacionam ao conceito de identidade, tais como “reconhecimento social”, “resistência”, “alteridade”, “campo simbólico”, “jogo de interesses”, “pertencimento” e “ação social”, expressas tanto conceitualmente quanto nos

relatos dos sujeitos investigados. “As representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 2002, p. 22).

Quando pensadas à luz do pós-colonialismo e dos contextos de produção teórico-práticos, as representações assumem as camadas do conflito, da adaptação e da resistência (velada ou aberta, a princípios externos ou a heranças internalizadas).

A ideia de *respeito* desenvolvida por Sennett (2004, p. 67) para a compreensão da formação do caráter, por exemplo, não só complementa como nos oferece uma boa sistematização das categorias conceituais indicadas acima. Para esse autor, a sociologia tem muitos sinônimos para os diferentes aspectos do respeito, que incluem “status”, “prestígio”, “reconhecimento”, “honra” e “dignidade”.

Vivemos sob um leque de possibilidades identitárias que questionam muito das histórias que nos contaram sobre quem poderíamos ser e que se constituem agora como projetos contingenciais sobre quem podemos ser, levando as incertezas, indagações e questionamentos cotidianos. Paralelamente a práticas sociais que defendem políticas de identidades, defrontamo-nos hoje com configurações pós-identitárias, apontando novas formas de sociabilidade, que constituem, em muitos círculos, o grande projeto político contemporâneo (Moita Lopes; Bastos, 2010, p. 7-8).

Inerente às transformações sociais e espaciais conjuradas pelas temporalidades do mundo lusófono, vislumbra-se a possibilidade de uma socialização de amplitude geoterritorial em que a vida contemporânea entrelaça o mundo pessoal e do trabalho, equipada com leituras sobre o passado e o significado do espaço no âmbito do presente. Isso acaba por repercutir em uma nova concepção da relação entre tempo e espaço e na manifestação do fazer acadêmico, intelectual e profissional, em que os deslocamentos socioespaciais pós-coloniais e a vivência de múltiplos territórios

mediatizam experiências e fazem convergir trajetórias distintas.

As relações entre os espaços percebidos, concebidos e vividos se recolocam a cada construção histórico-social específica, ou seja, são de natureza dinâmica e, por isso mesmo, devem ser refletidas dentro de uma contextualização temporo-espacial donde os estudos sobre identidade ou de (des)construção identitária, assim como qualquer outro processo social, não se realizam, nem tampouco podem ser compreendidos, independente dos elementos com os quais se relaciona – abstrata – mas, ao contrário, em consonância com a realidade tangível, materializada, proporcionando a relação percebido/vivido uma natureza dialética e historicamente designada (Haesbert, 2011, p. 59).

Contraposições de valores sociais e ideológicos, entre o que é idealizado e o que é realizado, entre o percebido e o vivido, entre a autonomia e a dependência, a satisfação e a insatisfação, a valorização e a desvalorização, dentre outras, constituem princípios de visão comuns que constituíram as categorias de pensamento e percepção da prática social dos sujeitos em questão.

A relevância talvez seja construída pelos valores que os indivíduos desenvolveram ao longo de suas histórias de vida e nos impactos das mudanças que ocorreram, na medida em que eles narram sua lembrança no presente, procurando capturar e interpretar seu passado (Benjamin apud Barbato; Caixeta, 2011, p.107).

Analisar as trajetórias a partir das narrativas requer um cuidado especial, uma vez que estamos lidando com visões parciais, “retratos” de si próprio, carregados de sentimentos ou ressentimentos, realocações e enfrentamentos acerca dos mundos em reconstrução. Nesse ponto, cabe novamente referência ao pesquisador como sujeito pós-colonial e ao tom político da pesquisa nesse universo. O risco do encantamento e de envolvimento, sem dúvida, se constitui como um dos principais desafios do campo. Afinal, conforme assinala Bourdieu (1996, p.42),

Os “sujeitos” são, de fato, agentes que atuam e sa-

bem, dotados de um senso prático [...] de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada.

Nesse sentido,

Estamos lidando com um *self* narrador, que apresenta múltiplas vozes, indicando diferentes valores, crenças, conceitos e lógicas de pensar e se posicionando por meio de uma certa organização do discurso, resultando de uma multiplicidade de encontros sociais que possibilitam a construção de espaços e intersubjetividade (Rommetveit, 1992), mesmo que pareçam ser unidirecionais (Barbato; Caixeta, 2011, p. 104-105).

As relações entre os sujeitos pesquisados e os contextos culturais, profissionais e espaciais em que estão inseridos se desenvolvem tanto temporalmente (construção das trajetórias), quanto espacialmente (deslocamentos, mobilidade ou migração), considerando as interações pessoais e profissionais constituídas historicamente, relacionadas à perspectiva política, social e cultural.

Inúmeras questões podem ser pontuadas para aprofundamento, tais como: 1) a relação de trabalho e da perspectiva do trabalho nos espaços lusófonos como elo fundamental na produção de identidades coletivas, sem esquecer a inter-relação com a questão territorial, que se manifesta como um elemento diferenciador na produção de significados; 2) a identidade nacional e grupal de sujeitos inseridos nos cenários de reconstrução recente do *nós*, que não se reduz a um produto, mesmo sob o elo do trabalho, pois ela se constitui num processo contínuo em permanente reinvenção; 3) as políticas públicas, em especial as de integração e cooperação, que se traduzem em distintas formas (culturas institucionais), como as regulamentações que contextualizam as relações de trabalho, pois essas relações são instituídas e instituintes de significados e de identidades coletivas e profissionais; 4) os processos de formação de novas relações locais, em que grupos de fora dialogam com a luso-

fonía em outro ambiente (como o Brasil), pensando-os como referência, pois proporcionam convivências necessárias à construção coletiva de significados, o que solidifica sua identificação como grupo; 5) as profissões imaginadas e esperadas para o futuro, definidas por suas práticas, regras e conhecimentos da atividade que realizam; 6) o espaço como característica central e política (objeto de lutas) das organizações sociais e do ser social, em que os sujeitos se definem, como diz Andy Hargreaves (2004), sendo parte da construção das identidades de resistência e das identidades refeitas, sem referência direta ao mundo colonial, e parte de uma nova memória também buscada; e 7) objetivos institucionais e lógicas públicas entrelaçadas ao discurso sobre e contra o colonialismo, como um dos elementos que unem e contribuem na constituição de identificações e pautas numa dada instituição, como a UNILAB (Franco; Gentil, 2007, p. 52).

Assim, o estudo das trajetórias lusófonas a partir das narrativas possibilita estabelecer uma “teia de significados” que se entrecruzam, formando uma rede de percepções e representações, buscando reconhecer a importância e a riqueza das experiências individuais e coletivas relatadas pelos sujeitos e inscritas conceitualmente, para pôr em evidência generalizações apriorísticas tão tentadoras nessa temática teórico-prática e política.

Marre (apud Gonçalves; Lisboa 2007, p. 87) aponta que “... quando o indivíduo vivencia e relata sua trajetória, se identifica a um grupo social do qual ele é elemento constitutivo”. Nesse aspecto, ressalta o autor, a compreensão de um dado fenômeno que utiliza relatos orais para o estudo das trajetórias não consegue chegar ao geral através de uma totalidade de histórias de vida singulares sem dar a elas uma totalidade sintética. Essa totalidade, por sua vez, se forma a partir da singularidade de cada uma delas, cabendo ao pesquisador perceber e refletir sobre a presença das relações básicas e complexas que dizem respeito às categorias sociais expressas nas relações orais.

Desse modo, nossos interlocutores são concebidos como sujeitos dotados de valores, visões e experiências específicas, cada qual com motivações e trajetórias próprias, mas se encontram em dados momentos no que tangem ao elemento socioespacial da construção e da prática profissional. É preciso considerar, nesse caso, a tensão entre a objetividade do alcance da profissão desejada e a subjetividade das sensações pessoais e das relações sociais advindas desde então.

O trabalho com trajetórias revela, para nós, alguns pontos que merecem destaque. Inicialmente, podemos compreendê-lo como uma modalidade de pesquisa que utiliza diferentes técnicas de entrevista para captar a fala dos indivíduos de um determinado grupo ou classe a fim de perfazer um construto histórico e social, lançando um olhar crítico e analítico sobre um dado processo ou fenômeno. Ademais, na perspectiva das humanidades, essa abordagem exige mais que um estudo puramente biográfico, que considera o indivíduo de forma isolada, exaltando sua história de vida, narrada de forma sistemática e parcial, geralmente com um viés de superação ou heroísmo. Trata-se, sim, de uma proposta de investigação que implica compreender universos sociais contextualizados e interconectados à luz da realidade das trajetórias de vida narradas pelos sujeitos pesquisados (Gonçalves; Lisboa, 2007). Combinando essa percepção com as historicidades e espacialidades das biografias lusófonas – essencialmente vívidas no ângulo da colonização e das resistências a ela – temos a chance de observar a formação das biografias a partir das referências e exclusões sobre o mundo formado pelo mercantilismo. É uma forma imediata de tratar a pesquisa social como diálogo junto a mundos políticos expressos no dia a dia, mas validado em histórias coletivas mais amplas.

Dubar (1998) busca elencar alguns aspectos que estabelecem as relações existentes entre as trajetórias sociais e as formas identitárias. Para esse autor, a análise das trajetórias sociais defronta-se com uma inevitável articulação en-

tre os aspectos objetivos e subjetivos. A trajetória objetiva é definida como sequência das posições sociais durante a vida do sujeito. A trajetória subjetiva, por sua vez, é expressa nos relatos desses sujeitos e remete à construção dos “mundos sociais”, à luz de quem narra essa construção.

As identidades sociais e profissionais típicas não são nem expressões psicológicas de personalidades individuais nem produtos de estruturas ou de políticas econômicas que se impõem do alto, são construções sociais que implicam a interação entre as trajetórias e os sistemas de emprego, de trabalho e de formação (Dubar, 1995, p. 262).

Assim, a prática social se entrecruza com a história pessoal, e o relato dessa confrontação possibilita a atualização das visões que o sujeito possui de si e do mundo, interferindo na própria noção de identidade.

Nessa perspectiva, a trajetória diz respeito aos vários espaços ou campos sociais (campos de força, de relações e de lutas) de que o indivíduo fez parte e que o ajudaram a se posicionar em relação aos lugares que ocupa hoje nos campos sociais de que faz parte. A ideia de trajetória representa um processo que fala (e se preocupa, como conceito) com as disposições, ou seja, com os modos e propensões de ser e agir, conforme destaca Bourdieu (2008). Procuramos, com isso, observar o modo como os sujeitos operam suas vidas e não apenas as condições adversas que produzem suas situações e representações, embora tais condições não possam ser desprezadas.

Assim, as trajetórias assumem um caráter disposicional e não conjuntural, sendo, portanto, construções coletivas, sociais. Suas práticas, por mais singulares que possam ser e se apresentar, estão marcadas pelo destino coletivo. Buscamos priorizar, desse modo, as impressões dos interlocutores mediante suas próprias leituras das condições e contextos em que estão inseridos. Tais condições estão relacionadas a uma leitura particularizada do real, e não ao real objetivado estatística e politicamente, de modo oficial.

Lahire (2004, p. 27) destaca que o caráter disposicional da sociologia e das trajetórias está fundamentalmente ligado, em sentido amplo, a uma sociologia da educação, isto é, a uma sociologia da socialização. Para ele,

[...] uma disposição é uma realidade reconstruída que, como tal, nunca é observada diretamente. Portanto, falar de disposição pressupõe a realização de um trabalho interpretativo para dar conta de comportamentos, práticas, opiniões, etc. Trata-se de fazer aparecer o ou os princípios que geraram a aparente diversidade das práticas. Ao mesmo tempo, essas práticas são constituídas como tantos outros indicadores da disposição.

Interessa-nos discutir as relações entre as atividades pessoais e as interações com os demais sujeitos e espaços percorridos e vividos, procurando descobrir a forma como elas se tornam visíveis, racionais e reportáveis, ou seja, um modo de torná-las válidas, social e sociologicamente relevantes, uma vez que a reflexão e os reflexos do eu sobre o fenômeno investigado constituem uma característica singular da ação.

[...] as atividades ordinárias dos indivíduos consistem de métodos para tornar analisáveis as ações práticas, as circunstâncias, o conhecimento baseado no senso comum sobre as estruturas sociais e o raciocínio sociológico prático, assim como de entender suas propriedades formais vistas “de dentro” dos ambientes como parte integrante do próprio ambiente (Haguette, 2005 p. 50).

A tentativa de interpretação das semelhanças e diferenças do conjunto dessas realidades narradas projeta a trajetória como um modelo de análise, uma proposta investigativa que implica um processo de compreensão das falas e das relações socioespaciais, possibilitando uma leitura social de múltiplas vertentes e construtos, inicialmente de forma individual e, em seguida, categorizando e analisando sob a perspectiva da totalidade, sobre uma realidade viva, iminente, histórica e coletiva. (Gonçalves; Lisboa, 2007).

Os “sujeitos” são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um *senso prático*, de um sistema

adquirido de preferências, de princípios de visão e divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e da resposta adequada. O *habitus* é essa espécie de senso prático do que deve se fazer em dada situação – o que chamamos, no esporte, o senso do jogo, arte de antecipar o futuro do jogo inscrito, em esboço, no estado atual do jogo (Bourdieu, 1996, p. 42).

Cada abordagem sugere novas variáveis, novas questões, mais em decorrência da ratificação das abordagens anteriores do que necessariamente de posicionamentos, olhares e percepções completamente inéditos. Nessa perspectiva, objetiva-se apreender diferentes vivências e trajetórias sobre os contextos investigados, com o intuito de compreender suas táticas, suas suposições, seu mundo e os constrangimentos e as pressões aos quais estão sujeitos.

As referências que fazemos ao campo remetem sempre a uma tentativa de diálogo com as definições tradicionais da metodologia, e não de afirmação. Diálogo porque o “mecanismo” que utilizamos não nega a existência e a importância desses instrumentos de pesquisa para a prática intelectual, mas, ao contrário, além de colaborar, eles reforçam a premissa orgânica de descrever o esforço metodológico sem promessas de adesão plena. Afinal, articulamos, no decorrer das pesquisas, cada uma dessas experiências, fazendo uso de sua polissemia e pensando o pesquisado no calor da investigação cotidiana. Dito isso, a determinação de nossas ferramentas metodológicas é sempre uma aproximação imprecisa, que é mais dependente da concordância do interlocutor científico do que de qualquer objetividade inflexível.

Assim, visamos a compreender nossos interlocutores em seus espaços de ação social, política e acadêmica. A nossa proposta metodológica, portanto, intenta estudar os sujeitos em processo, durante o desenrolar de suas trajetórias, observando seus comportamentos e estratégias de sociabilidade e territorialidade, tentando compreender os campos objetivos e

subjetivos da prática e da vivência docente em condições e conjunturas específicas.

## PROPOSIÇÕES FINAIS

O campo diversamente povoado de narrativas e trajetórias da lusofonia responde a uma necessidade de pontuar a dimensão política da cultura: o cultural, tipicamente associado ao cotidiano folclórico, é emblemático das necessidades, demandas e estratégias dos grupos sociais lusófonos, ainda mais levando em conta o histórico de lutas e resistências que a maioria dos países em questão tem enfrentado ao longo dos séculos. É possível ainda dizer que as metáforas culturais presentes na língua, na linguagem e na comunicação, em sua forma geral, instituem formas de identificação coletiva e formas de composição do futuro com base em imagens sociais do passado e do presente. Daí a urgência de observação e registro desses aspectos autobiográficos e de história escrita ou falada acerca das experiências de pessoas e instituições nesses cenários.

Centrado na coleta, no registro e na análise de trajetórias e de contações de histórias lusófonas, a presente base metodológica ressalta a preocupação com o desenvolvimento dos métodos nas ciências sociais e humanas. Por um lado, como forma de acesso mais claro e confiável ao universo do Outro, do pesquisado. Por outro lado, como estímulo para o aprimoramento dos pesquisadores e da pesquisa no âmbito das narrativas.

Quatro desafios estão presentes nessa senda: a capacidade de compreender os diferentes modos de apropriação da lusofonia e dos espaços culturais e territoriais de sua elaboração e difusão; o refinamento da habilidade de coleta e arquivamento de narrativas e histórias de vida e trajeto, tomando a categorização como exercício fundamental e dialógico; a demarcação de objetos claros e intersubjetivamente ricos, expressões da pluralidade das visões de mundo e da pesquisa; e, por fim, a

criação de um fórum permanente de produção metodológica nas ciências humanas, pensado a partir de experiências de pesquisadores e pesquisados, em uma constante atualização do arcabouço reflexivo disponível.

“Compreender os diferentes modos de apropriação da lusofonia” é tratar dos lugares de encontro e de significação dos grupos sociais de língua portuguesa. Sua estruturação e o modo pelo qual estabelecem contatos e criam histórias são indissociáveis da língua e de suas opções de expressão e leitura da realidade. Aqui, é necessário tanto uma *sociologia das falas* como uma *geografia dos discursos* – modelos de estudos da comunicação como deslocamento dos sujeitos dentro de sua cultura e dos poderes que ela exige ou impõe. Se, por um lado, a sociologia remete às conexões intermitentes entre o dito e o imaginado nas relações político-sociais, é a geografia que nos atesta, metodologicamente, as atenções sobre o espaço historicamente produzido que vive no discurso de produção do mundo dos sujeitos. Em resumo: a afinidade metodológica proposta obriga-nos a ir além do reconhecimento das espacialidades e de suas influências; incorpora, antes de tudo, um compromisso com os mapas políticos introjetados pelos pesquisados a partir de suas autorreconstituições biográficas.

Por sua vez, “a habilidade de coleta e arquivamento das narrativas e histórias de vida e trajeto” envolve desde listas de metodologias, como as aqui mencionadas e pontuadas, até um compromisso prático na criação de formas de separação e salvaguarda das informações – como bancos de dados, ficheiros e espaço físico que comporte um acervo de narrativas e documentos. Um instrumental que possa ser usado e revisto, reutilizado e repensado, inclusive por outros pesquisadores no futuro. Esse elemento insiste no pressuposto de uma visão de si, como atividade científica e social: uma pesquisa que lide com a memória das experiências de vida e travessia não pode ignorar-se como experiência de memorização institucional.

Tomando, portanto, a riqueza das possi-

bilidades de coleta, já que os sujeitos sociais demonstram diversidade de interlocução e diversidade na condução de suas trajetórias, o ponto de “demarcação de objetos claros e intersubjetivamente ricos” envolve uma disponibilidade para a experimentação de métodos. Indo desde a clássica entrevista semiestruturada, mas passando pela entrevista com recursos visuais e pela etnografia de arquivos escritos, o projeto em questão entende-se como momento de trocas de estratégia na busca por atender a diferentes modelos de expressão dos pesquisados. É a partir daí que o último desafio, “criação de um fórum permanente de produção metodológica nas ciências humanas”, aparece como estímulo para o desenvolvimento de redes de trabalho e discussão com cientistas profissionais, mas também com sujeitos nos mais variados estatutos epistemológicos: os estudos de trajetória e narrativa só podem ser considerados como efetivos na medida em que acessam as formas pelas quais as vivências são vividas e *interpretadas pelos que as vivem*. A busca por essa completude conceitual move a base desta tentativa de levantamento e estudo. Sem ela, o entendimento histórico-social do objeto à nossa frente ficaria enfraquecido pelo mecanicismo e pelo eruditismo ingênuos.

É para cada um desses momentos de percepção sobre a prática heurística que o trabalho em questão se volta, para o *cotidiano* como categoria final. Entendemos que o cotidiano – a rotina simples, o dia a dia não categorizado, a experiência do imediato – abre portas para pesquisas sobre o passado, a memória, o futuro e o projeto como coisas que são constantemente operadas, mesmo que não discursivamente, pelos atores do palco social. E assim, recortando essas minúcias e as observações individuais dos sujeitos sobre elas, talvez sejamos capazes de alguma profundidade sobre as ações humanas nas grandes estruturas imaginadas e objetivadas pelo mesmo cotidiano: o planejamento, a viagem, as pressões, os sucessos e os fracassos nascidos nas escolhas limitadas pelo tempo e pelas conjunturas sub-

jetivamente experimentadas. Aí, nesse ponto, teremos cruzado coletivamente as interpretações sobre identidade, trajetória e produção de enredos reais da cultura.

Recebido para publicação em 20 de agosto de 2015  
Aceito em 30 de novembro de 2017

## REFERÊNCIAS

- BARBATO, Silviane; CAIXETA, Juliana Eugênia In: MOITA LOPES, Luis Paulo da; BASTOS, Luis Cabral. *Estudos de identidade: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- BERTAUX, Daniel. *Destinos sociais e estruturas de classe: para uma crítica da antropologia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias, contextos. In: CASTRO, Ina Elías de; CORRÊA, Roberto Lobato. *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1, artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DEMARTINI, Zella. “Pesquisa histórico-sociológica, relatos orais e imigração”. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo M. Serra (Orgs.) *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos: EduFSCar, 2005.
- DUBAR, Claude. “Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos”. *Educ. Soc.* [online], [S.l.], v.19, n. 62, p. 13-30, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Abr Editora, 1995.
- FRANCO, Maria Estela Dal Pai; GENTIL, Heloisa Salles. Identidade do professor de ensino superior: questões no entrecruzar de caminhos. In: FRANCO, Maria Estela Dal Pai; KRAHE, Elizabeth D. (Orgs.) *Pedagogia universitária e áreas de conhecimento*. Porto Alegre: Série RIES/PRONEX EdIPucrs, 2007. V.1.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. *Rev. Kátal*, Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 83- 92, 2007.
- HAESBERT, Rogério. *El mito de la desterritorialización: del “fin de los territorios” a la multiterritorialidad*. México: Siglo Veintiuno Editores, 2011.
- HARGREAVES, Andy. *O ensino na sociedade do conhecimento: a educação na era da insegurança*. Porto Alegre (RS): Artmed Editora, 2004.
- HAGUETTE, Teresa. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2005.



- HALL, Stuart. "Quem precisa de identidade?". In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- JODELET, Denise. *Representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.
- LAHIRE, Bernard. *Retratos sociológicos: disposição e variações individuais*. São Paulo: Artmed Editora, 2004.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da; BASTOS Liliana Cabral. *Para além da identidade*. Fluxos, movimentos e trânsitos. Belo Horizonte: Editora. UFMG, 2010.
- MONTAGNER, Miguel Ângelo. "Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieuziana". *Sociologias*, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 240-264, 2007.
- MOURÃO, Danielle Ellery. *Identidades em trânsito: África 'na Pasajen': identidades e nacionalidades Guineenses e Cabo-verdianas*. Campinas: Arte Escrita, 2009.
- NIWIADOMSKI, Christophe. Sociologia clínica e acontecimentos biográficos. In: PASSEGGI, Maria da Conceição (Org.) *Tendências da pesquisa (auto)biográfica*. Natal; São Paulo: Paulus, 2008.
- OLIVEIRA, Patricia; SANTOS, Hermílio; SUSIN, Priscila. "Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira revisão e perspectivas". *Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 359-382, maio-ago. 2014.
- ROMMETVEIT, Ragnar. "Outlines of a dialogically based social-cognitive approach to human cognition and communication". In: WOLD, Astri Heen (Ed.) *The dialogical alternative*. Oslo: Scandinavian University Press, 1992. p. 19-43.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/ São Paulo: editora Record, 2001.
- SENNETT, RICHARD. *Respeito: A formação de caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SEYFERTH, Giralda. "Cartas e narrativas biográficas no estudo da imigração". In: DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo Mário (Org.) *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2005. v. 2. p. 13-52.
- TARDIF, Maurice. LESSARD, Claude. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

**NARRATIVES AND TRAJECTORIES:  
methodological approaches from UNILAB**

*Mario Henrique Castro Benevides  
Carlos Henrique Lopes Pinheiro*

Taking the reality of the *Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira* (UNILAB) as a starting point, theoretical-methodological approaches of the social sciences and their revision in the context of “lusophony” are discussed. Several qualitative methodologies are addressed and detailed, considering the context of social subjects linked to the CPLP countries and the colonial world. In the search for a sociology of speech and a geography of discourses, we emphasize the importance of daily life as a basis for work and epistemological reflection. To think of it continually from the relational differences that the lusophone context causes, is part of the result of the researcher’s considerations in this field.

**KEYWORDS:** Methodology. Lusophony. Narratives. Trajectory studies. Higher education.

**NARRATIVES ET TRAJECTOIRES: approches  
méthodologiques sur la base de l’UNILAB**

*Mario Henrique Castro Benevides  
Carlos Henrique Lopes Pinheiro*

En prenant comme point de départ la réalité de l’Université pour l’Intégration Internationale de la Lusophonie Afro-brésilienne (UNILAB), nous analysons les approches théoriques et méthodologiques des sciences sociales et nous la reconsidérons dans le cadre de la « lusophonie ». Plusieurs méthodologies qualitatives sont abordées et mises à nu dans le contexte des sujets sociaux liés aux pays de la CPLP et au monde colonial. À la recherche d’une sociologie de la parole et d’une géographie des discours, nous insistons sur l’importance de la vie quotidienne prise comme base de travail et de réflexion épistémologique. Y penser constamment sans perdre de vue les différences relationnelles provoquées par le contexte lusophone, fait partie du résultat de la réflexion du chercheur dans ce champ.

**MOTS-CLÉS:** Méthodologie. Lusophonie. Récits. Études de trajectoire. Enseignement supérieur.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.

*Felipe Queiroz*

**A NOVA RAZÃO DO MUNDO: ensaio sobre a sociedade neoliberal**

Publicado originalmente na França em 2009, logo após a eclosão da crise financeira global, *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* de Pierre Dardot e Christian Laval apresenta uma profunda análise do neoliberalismo, mostrando como ele constitui, muito além de uma doutrina econômica ou ideologia, uma nova racionalidade de mundo, que estrutura e organiza tanto as ações dos governantes como a própria conduta dos governados. A obra faz uma genealogia do neoliberalismo para mostrar, por um lado, que ele não é uma simples continuidade do liberalismo clássico do século XVIII, do mesmo modo que não é seu extravio nem sua negação, e, por outro lado, para problematizá-lo a partir de suas vertentes e disputas internas, mostrando como ele passou de uma doutrina econômica para um “sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (Dardot; Laval, 2016, p. 7). Nesse sentido, a obra busca fornecer subsídios à crítica ao neoliberalismo, na medida em que desfaz consensos e equívocos em torno dele.

*A nova razão do mundo* é o segundo livro publicado em conjunto pelos autores e resulta das investigações desenvolvidas no

grupo de estudos e pesquisa que coordenam *Question Marx*. O primeiro livro derivado dos seminários *Question Marx, Sauver Marx? Empire, multitude, travail immatériel* (2007), faz uma crítica ao pensamento de alguns pós-marxistas, entre eles Michael Hardt e Antonio Negri, que entendem ser a autossuperação do capitalismo o resultado de suas próprias contradições internas e acatam a crença progressista segundo a qual todo passo dado pelo capitalismo é um avanço em direção ao momento de sua autossuperação. *A nova razão do mundo* se apresenta como continuidade dessa investigação, apontando como e porque “ainda não terminamos com o neoliberalismo”, quando muitos autores, no ápice da crise financeira internacional, como Joseph Stiglitz, anunciavam seu fim.

O livro está dividido basicamente em duas grandes partes: *A refundação intelectual* e *A nova racionalidade*. A primeira parte é, em certo sentido, uma tentativa de retomar o debate aberto por Michel Foucault nos cursos do Collège de France de 1977-1978 e 1978-1979, expostos respectivamente nos livros *Segurança, Território, População* e *O nascimento da biopolítica*, apontando como se forma o neoliberalismo, como nova racionalidade do capitalismo contemporâneo. O ponto de partida da investigação dos autores é a crise do liberalismo, ou crise da governamentalidade liberal, nos termos de Michel Foucault, que dura entre 1880 e 1930. O objetivo é mostrar que o neoliberalismo não é uma simples continuidade das ideias liberais, mas, antes, marca um rompimento com a versão dogmática do liberalismo, que via no *laissez-faire* uma verdade inalienável. Enquanto o liberalismo clássico passava por uma profunda crise, a Revolução Russa, o avanço do socialismo e a disseminação das ideias de esquerda por toda Europa ameaçavam os liberais, impondo-lhes a necessidade de reformulação teórica do liberalismo. É nessa conjuntura de crise política, econômica e teórica que surge a principal tentativa de refundação do liberalismo: o Colóquio Walter Li-

ppmann, em 1938. A partir do Colóquio, duas grandes correntes de pensamento neoliberal surgirão: a corrente austro-americana, representada por Friedrich A. Hayek e Ludwig von Mises, e a corrente ordoliberal alemã, cujos principais expoentes foram Walter Eucken e Wilhelm Röpke.

O objetivo dessa parte não é fazer uma interpretação original do neoliberalismo, mas apontar as contribuições do pensamento dos principais teóricos neoliberais, especialmente os presentes no Colóquio de Walter Lippmann, para a instauração de uma *nova racionalidade* a partir da implantação dos governos neoliberais da década de 1970, especialmente o de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e o de Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Essa releitura do neoliberalismo a partir das lentes foucaultianas é, por um lado, a contribuição de Dardot e Laval ao debate teórico do neoliberalismo, e, por outro, elemento que une as duas partes de *A nova razão do mundo*. Os próprios autores reconhecem que a “racionalidade neoliberal que realmente se desenvolve nos anos 1980-1990 não é a simples implementação da doutrina elaborada nos anos 1930”, numa espécie de passagem de “teoria para a prática”. Antes, é o resultado de uma “multiplicidade de processos heterogêneos” que resultam nisso que os autores denominam de “nova racionalidade governamental” (Dardot; Laval, 2016, p. 33-34).

A segunda parte do livro *A nova racionalidade* analisará o neoliberalismo como razão do capitalismo contemporâneo. Na análise dos autores, a construção dessa nova racionalidade governamental não é o resultado de um processo previamente orquestrado por uma classe ou “elite do poder”, mas a confluência de uma “multiplicidade de processos heterogêneos”; nos termos foucaultianos, trata-se de uma “articulação estratégica”, numa espécie de “estratégia sem sujeito”. Apesar de ressaltarem a participação de entidades supragovernamentais – como o Banco Mundial e o FMI, *think tanks* e agências de classificação de risco

(*ratings*) –, o enfoque de Dardot e Laval não se assenta numa perspectiva de classe, analisando os ganhadores e os perdedores dentro dessa nova racionalidade. Nesse sentido, a pergunta “quem ganha com esta nova racionalidade?” fica em aberto.

A problemática central de *A nova razão do mundo* é como a racionalidade neoliberal, baseada na concorrência integral em todos os âmbitos, adquire uma dimensão totalizadora, da qual nada escapa, abarcando desde o Estado até todas as esferas da existência humana. A construção dessa nova racionalidade, ou razão-mundo, nos termos dos autores, segue basicamente estes passos: “Da construção do mercado à concorrência como norma dessa construção, da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como norma da construção do Estado e de sua ação e, por fim, da concorrência como norma do Estado-empresa à concorrência como norma da conduta do sujeito-empresa” (Idem, p. 379).

Não há como compreender a razão neoliberal sem analisar primeiramente as mudanças ocorridas na própria concepção de Estado, entre as décadas de 1960 e 1980. O discurso contra o intervencionismo estatal ganhou o centro do debate especialmente após a década de 1970, quando se iniciam os governos neoliberais de Donald Reagan, nos Estados Unidos, e Margareth Thatcher, na Inglaterra. Apesar de haver um forte e contínuo discurso contra o Estado, na realidade, o neoliberalismo nunca vislumbrou o seu fim, mas sua transformação (Idem, p. 272-274).

A mudança na concepção e na ação do Estado apresentou-se por meio de sua reestruturação externa – privatizações das empresas públicas – e interna – o Estado passou a ser um avaliador e regulador que “mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estruturas novas relações entre governo e sujeitos sociais” –, bem como a partir das mudanças lexicais no vocabulário político (Idem, p. 273-285). Para citar um exemplo amplamente analisado

pelos autores, o termo *governança* tornou-se uma palavra-chave no vocabulário neoliberal. Segundo eles, o termo, dentro do arcabouço neoliberal, abarca três dimensões que estão cada vez mais entrelaçadas: a condução das empresas, a condução dos Estados e, por fim, a condução do mundo. No âmbito político, a palavra *governança*, passou a substituir a palavra *soberania*. Essa mudança é importante de ser notada, pois resultará não apenas em mudanças não apenas na relação interna do Estado, isto é, dentro de seu território e com sua população, mas na esfera internacional, geopolítica e geoeconômica.

Na fase do capitalismo neoliberal, os Estados passam a ser guiados pela lógica empresarial da concorrência. Desse modo, a concorrência entra em outro patamar: os países passam a concorrer globalmente pelos capitais estrangeiros, e os grandes oligopólios internacionais exercem grande influência nessa disputa. A concorrência entre os países na atração de investimentos externos faz com que legislações sejam revistas, acordo entre sindicatos e empresas revogados. Nesse sentido, duas mudanças devem ser notadas: a primeira diz respeito à relativização do papel do Estado como entidade integradora de todas as dimensões da vida coletiva. A segunda mudança deriva da primeira: todas as dimensões do Estado passam a ser geridas pela ótica da concorrência. Ou seja, o Estado passa a ser mais uma entidade que busca maximizar seus resultados, como uma empresa.

Nessa perspectiva, o Estado não é considerado uma entidade “exógena” à ordem do mercado, mas uma entidade totalmente integrada ao espaço e às leis das trocas, isto é, o Estado é mais uma empresa que está em concorrência no mercado global. Por isso, a reforma dos aparelhos do Estado é apresentada como um processo “neutro”, “ideologicamente isento”, com vistas apenas a critérios “técnicos”. Esse discurso, que surgiu no seio da direita neoliberal norte-americana e inglesa, durante os governos de Reagan e Thatcher, será adota-

do pela socialdemocracia e pela esquerda europeia, na década de 1990 em diante. Um dos pontos altos do livro é mostrar como a social democracia e a esquerda europeia, em última instância, defenderam com grande vigor o programa neoliberal, sob o verniz da “modernização” do Estado. Os governos de Blair, Zapatero, Schröder e Hollande dão demonstração clara de que a “terceira via”, nada mais é do que a “via neoliberal”.

Essas mudanças na dimensão do Estado terão como consequência a perda do próprio significado dos serviços públicos, influenciando, conseqüentemente, a própria ideia de sujeito político. Em última instância, o que está em jogo é a própria dimensão do que é política, uma vez que a esfera do coletivo e do bem comum é preterida em favor do consumo egoísta imediato.

Não é apenas o Estado que se adequa a essa nova racionalidade neoliberal, mas toda a sociedade passa a ser concebida como um “mercado”, no qual cada sujeito é uma “empresa” que está em contínua concorrência. Essa nova racionalidade passa a ser a mediadora de todas as relações sociais: “o homem neoliberal é o homem *competitivo*, inteiramente imerso na competição mundial” (Idem, p. 322). A competição introjeta-se até na esfera da subjetividade dos indivíduos. A vida passa a ser vista como uma empresa – um capital a ser continuamente valorizado –, na qual o indivíduo é empreendedor de si mesmo. É interessante notar como, para analisar o sujeito neoliberal ou *neossujeito*, os autores articulam os conceitos foucaultianos de governamentalidade, estratégia e dispositivo de poder com a teoria do valor de Marx.

Para Dardot e Laval, o neossujeito deve sempre “naturalizar” as regras do jogo neoliberal, isto é, se adaptar à nova realidade do Estado-empresarial – na qual previdência, saúde, educação e lazer são produtos que os consumidores (cidadãos) têm a “liberdade de escolher” e adquirir – e conviver com o desemprego permanente, a precarização das relações

de produção e das relações sociais de produção. A naturalização do risco, a responsabilização individual pelas consequências de suas escolhas e a transformação dos indivíduos em *sujeitos empreendedores de si*, que estão em contínua competição e concorrência com os demais sujeitos empreendedores, são facetas dessa nova razão-mundo. Em contrapartida, essa mesma razão-mundo exige que o sujeito neoliberal se supere continuamente, seja flexível para acompanhar as mudanças impostas pelo mercado, se adapte às contínuas variações da demanda do mercado e assuma sempre os riscos. A naturalização da lógica dos *realities shows* (com a eliminação dos mais fracos e inaptos) e a “uberização” das relações de trabalho, com a “flexibilização” dos “colaboradores”, são exemplos seminais dessa nova razão-mundo.

Contudo, a impossibilidade de governar um “mundo que se tornou ingovernável, em virtude de seu próprio caráter global”, e a infinita responsabilização dos indivíduos por seu próprio destino, sempre atendendo ao imperativo (inalcançável) de ser “bem-sucedido e feliz”, produzem uma sociedade esquizofrênica e doentia (Dardot; Laval, 2016, p. 344).

Dardot e Laval iniciam *A nova razão do mundo* discutindo que a crise financeira global não anunciava o fim do neoliberalismo, e terminam apontando que o neoliberalismo se tornou hoje a racionalidade dominante, e, por esse motivo, não será a crise que anunciará seu fim, uma vez que essa racionalidade “tomou corpo num conjunto de dispositivos discursivos, institucionais, políticos, jurídicos e econômicos que formam uma rede complexa e movediça, sujeita a retomadas e ajustes em função do surgimento de efeitos não desejados, às vezes contraditórios com o que se buscava inicialmente” (Idem, p. 384). *A nova razão do mundo* é uma tentativa bem sucedida de mostrar que essa razão neoliberal não se restringe apenas à esfera econômica, mas atravessa e envolve todas as dimensões da vida humana.

O diagnóstico dos autores conduz, inevitavelmente, a um pessimismo frankfurtiano, no qual não há uma saída viável no horizonte. Apesar de os autores afirmarem que *A nova razão* do mundo “não cede lugar a nenhum fatalismo”, antes procura “explorar formas inéditas de subjetivação que possibilitem colocar em xeque o poder da razão neoliberal” (Idem, p. 290-291), apenas nas últimas páginas do livro são apresentados alguns pontos que podem indicar a construção de “*outra razão de mundo*”, que surgirá a partir da construção da *razão do comum*, em contraposição à *razão neoliberal*. Na realidade, não fica claro como pode se dar a construção dessa nova *razão do comum* a partir dessas (não especificadas) “formas inéditas de subjetivação”, uma vez que, ao longo do livro, especialmente na segunda parte, a argumentação é de que a racionalidade neoliberal é global e totalizadora, não possibilitando a construção de tipo algum de subjetividade para além dela.

Nesse sentido, entendemos ser possível fazer ao menos duas possíveis leituras das conclusões de Dardot e Laval. A primeira, mais pessimista, compreende a nova razão neoliberal como uma situação aporética, que os indivíduos não conseguem romper, nem construir novas formas de subjetivação. Essa leitura pode conduzir, em última instância, a uma (não) saída niilista, na qual, após terem sido sufocadas todas as tentativas de construção de subjetividades alternativas, os indivíduos resignam-se diante da inescapável situação dessa razão-mundo, por um lado. Ou, por outro lado, empreendem uma luta quixotesca e incansável contra essa racionalidade, recusando-se – por não conseguir se adaptar ou por escolha – a aceitar essa “jaula de aço” neoliberal. Esse é o dilema que o diretor Ken Loach retrata no filme *Eu, Daniel Blake*.

A segunda leitura, essa defendida pelos autores, retomará alguns conceitos desenvolvidos por Foucault em *Hermenêutica do sujeito* e *História da sexualidade*, para argumentar que “o sujeito está sempre por construir”, e que a

aparente aporia do neoliberalismo traz consigo a construção de novas subjetividades, não baseadas no cálculo individual e egoísta, mas voltadas para a construção do *comum*. Desse modo, a análise de *A nova razão do mundo* deve ser feita dentro de uma construção teórica de Dardot e Laval. Ou seja, as alternativas

ao sombrio diagnóstico feito nesse texto serão apresentadas nas duas publicações seguintes: *Marx, prénom: Karl* (2012) e *Commun: essai sur la révolution au XXI<sup>e</sup> siècle* (2014).

Recebido para publicação em 26 de agosto de 2017  
Aceito em 12 de janeiro de 2018

**Felipe Queiroz** – Doutorando em Ciência Política na Unicamp. Pesquisador do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx). Editor da revista Cadernos Cemarx. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, IFCH- PPGCP. Rua Cora Coralina, 100 - Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo. Campinas – São Paulo – Brasil. felipequeiroz\_braga@hotmail.com





RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *A metrópole em questão: desafios da transição urbana*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017

### Marcelo Gomes Ribeiro

A questão urbana no Brasil e seu rolário, a constituição das metrópoles, foram teorizados até os anos 1970 como decorrentes do processo de desenvolvimento econômico que o país experimentou no período de 1930 (1950) a 1980, baseado na política de substituição de importações, o que permitiu sua industrialização concentrada nos principais centros urbanos. Até aquele momento, foram produzidas variadas interpretações desse processo, abrangendo desde análises realizadas em nível nacional, por meio de estudos da rede urbana brasileira, até análises intraurbanas, em que se destacaram os estudos dos processos e mecanismos produtores da segregação urbana. As diversas interpretações mobilizaram diferentes vertentes teóricas, as principais delas de abordagem marxista, que tinham em comum a compreensão da questão urbana. Essa compreensão se colocava como problema teórico porque a realidade desafiava as formulações constituídas até aquele momento. Passados mais de três décadas, tendo em vista as transformações ocorridas no Brasil no período de 1980 a 2010, o livro *A metrópole em questão: desafios da transição urbana*, de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, não apenas reconstitui a discussão e as formulações teórico-interpretativas daquele momento, como, inspirado nelas, procura compreender a metrópole hoje, sua ordem urbana, dentro do quadro de transições demográficas, econômicas, políticas e sociais experimentados pelo país.

Trata-se de uma coletânea de textos elaborados em diferentes momentos, mas que constituem uma unidade teórico-conceitual. Tanto aqueles em que se procura formular as hipóteses analíticas quanto os que apresentam evidências das transformações das metrópoles brasileiras mobilizam o mesmo arcabouço teórico-interpretativo.

Os textos reunidos buscam apresentar uma interpretação abrangente da transição urbana brasileira no período de 1980 a 2010. É abrangente por quatro motivos: primeiro, pela preocupação com a realização de análise histórica, pois a compreensão da metrópole contemporânea requer o entendimento de sua constituição e das mudanças por que ela passou, e isso requereu resgatar a análise do período anterior a 1980 para a compreensão das mudanças nas décadas seguintes; segundo, a interpretação é abrangente metodologicamente porque a análise da metrópole necessita que sejam mobilizadas diversas áreas do conhecimento (Economia, Sociologia, Geografia, Ciência Política, Demografia, entre outras) e variadas temáticas que implicam seu entendimento (mercado de trabalho, estrutura produtiva, rede urbana, estrutura social, cultura política etc.), cada uma delas com princípios e procedimentos analíticos que lhe são próprios; terceiro, ela é abrangente também devido à escala de análise utilizada, pois houve também a preocupação de articular os macroprocessos sociais, econômicos, demográficos e políticos observados em nível mundial, nacional e regional, com a dinâmica observada no espaço intraurbano de cada metrópole brasileira, o que demonstra uma análise interescalar; e, por fim, é abrangente teoricamente, pois, pelos aspectos já mencionados – histórico, metodológico e escalar –, percebe-se a necessidade que teve de articulação de perspectivas teóricas específicas de cada área do conhecimento, sem cair na tentação de ecletismo teórico. E, nesse sentido, podemos considerar que foi bem sucedido o desafio de articulação de teorias das diferentes áreas do conhecimento que

foram capazes de construir uma interpretação das metrópoles brasileiras, tendo em vista que há coerência em sua integração, tanto para os desafios da análise histórica quanto para os desafios metodológicos e escalares que se apresentaram. Para o sucesso dessa empreitada, podemos considerar que foi fundamental a construção do conceito de ordem urbana, pois sua formulação se pretendeu capaz de compreender a multiplicidade dos fenômenos articulados que se manifesta na cidade.

O livro é organizado em três partes: 1. “As metrópoles e a formação da ordem urbana”; 2. “As metrópoles e a transição urbana”; 3. “Os desafios metropolitanos”. Darei aqui maior destaque à primeira parte, porque é onde é apresentado o conceito de ordem urbana. Para que essa formulação fosse realizada, o autor apresentou, inicialmente, um capítulo de caráter histórico-analítico, onde procurou demonstrar a constituição da questão urbana na sociedade brasileira, quando somente a partir dos anos 1980 os problemas urbanos foram integrados à questão social, substituindo as representações antiurbanas da fase anterior (“A cidade contra a Nação”, “A cidade contra o Estado” e “A cidade contra o Nacional-desenvolvimentismo”), para representações que possibilitaram “coincidir a cidade com a cidadania”, nos marcos do movimento da reforma urbana. Mas essa nova fase não se deu sem conflito, pois os princípios da reforma urbana foram desafiados por uma agenda em que se requereu também a *cidade como máquina* de crescimento: a cidade para o mercado, sob o prisma da competitividade local, foi por onde se passou a situar a disputa do urbano no Brasil.

No segundo capítulo, são apresentados os pressupostos teórico-históricos que fundamentam o conceito de ordem urbana. Segundo o autor, ao recuperar os trabalhos de Manuel Castells (1972), a ordem urbana deve ser compreendida como “a relação entre a cidade e a sociedade” entendidas “como fatos sócio-históricos e morfológicos”. Além disso, ao considerar a análise de Aníbal Quijano (1978)

sobre a urbanização latino-americana, o autor procurou também sublinhar alguns aspectos relevantes para compreensão da ordem urbana brasileira: 1. é preciso pensá-la como fenômeno multidimensional; 2. cada dimensão mantém relação de interdependência com as outras, mas cada uma possui, ao mesmo tempo, relativa autonomia; 3. trata-se de sociedades dependentes, por isso a necessidade de compreender as relações de interdependência entre as sociedades (inseridas no sistema-mundo); 4. é um fenômeno estrutural-histórico, porque decorre das determinações das leis gerais do desenvolvimento capitalista, mas há expressões históricas concretas em que elas se manifestam que precisam ser consideradas. Para a compreensão da ordem urbana, portanto, “trata-se de ir além da sistemática descrição da dimensão ecológica-demográfica da organização territorial das metrópoles, buscando relacioná-la com algumas das importantes dimensões da estruturação e da reprodução da sociedade brasileira enquanto espaço social constituído por um padrão particular de desenvolvimento capitalista” (p. 138). Como se observa, a formulação da ordem urbana requer uma estratégia ousada de articulação entre sociedade e espaço, entre as diversas dimensões que recaem sobre aquela relação, entre diferentes escalas analíticas e, ao mesmo tempo, como fenômeno estrutural-histórico, tarefa que foi realizada ao longo do capítulo.

No terceiro capítulo, último da primeira parte do livro, o autor apresenta as características atuais das metrópoles brasileiras, situando-as dentro do processo de urbanização ocorrido, principalmente, a partir dos anos 1950. Para análise da fase atual, é definido o conceito de metrópole como aglomerados urbanos que concentram poder econômico, social e cultural e apresentam capacidade de polarização do território nas escalas nacionais, regionais e locais, o que se contrapõe à ideia de região metropolitana, pois ela decorre de institucionalização feita por meio de leis. É a partir disso que são feitas análises do processo de concen-

tração e dispersão no interior de cada metrópole, tendo em vista que se consideram, por meio daquela definição, 15 aglomerados urbanos como metrópoles. O que se observa é que as periferias metropolitanas estão apresentando ritmo de crescimento maior que os núcleos metropolitanos, mas eles ainda se constituem como lugar de concentração populacional, inclusive apresentando um incremento absoluto de pessoas muito elevado. A consequência disso se coloca como um dos principais dramas metropolitanos da atualidade: a crise da mobilidade urbana, como é analisada ao final do capítulo.

A segunda parte é constituída pelos capítulos 4, 5 e 6. Como estes dois últimos<sup>1</sup> se referem à aplicação do conceito de ordem urbana, discutida na primeira parte, e à estratégia metodológica apresentada no capítulo 4, darei maior ênfase à discussão apresentada nesse último capítulo mencionado. O capítulo 4 apresenta a estratégia metodológica que contribuiu para orientar as análises de transformação da ordem urbana de 14 metrópoles no país, constituindo-se como um empreendimento ambicioso de análise comparativa. Para tanto, o autor procurou situar essa estratégia a partir dos marcos do pensamento social brasileiro que se conformou entre as décadas de 1960 e 1970, mas que cedeu lugar ao debate internacional sobre a *global city*, a partir dos anos 1990, sobretudo no campo dos estudos urbanos. A estratégia metodológica consistiu em pensar as metrópoles a partir de três óticas da dinâmica territorial: “economia-território, sociedade-território e política-território”. O foco da análise se deu na segunda ótica analítica: sociedade-território. Isso porque é com essa ótica que se busca compreender a organização social do território metropolitano, sendo, portanto, a variável dependente da análise realizada. A explicação dessa variável se dá por meio

de dois conjuntos de variáveis independentes: variáveis referentes ao processo histórico de formação social, econômica e política de cada metrópole na urbanização ou metropolização brasileira; e variáveis em que se identificam os padrões e as dinâmicas de organização social do território de cada metrópole. A partir dessa compreensão, são discutidas também a relação entre aquela organização territorial e as desigualdades das condições urbanas e as desigualdades referentes à estrutura de oportunidades relacionadas à educação e ao trabalho. Essas análises permitem a realização de interpretações das transformações experimentadas por cada uma das metrópoles à luz da formulação da ordem urbana. Vale ressaltar também a preocupação apresentada no texto com a estratégia comparativa, tendo em vista que, no campo das Ciências Sociais, comparar não é uma operação trivial. Por isso, o autor apresenta quatro modelos de análises comparativas, a partir de análises realizadas no campo dos estudos urbanos: de caráter individualizado, universalizado, abrangente e variação-descoberta. De acordo com a estratégia metodológica escolhida para a realização de pesquisa em 14 metrópoles brasileiras, podemos considerar que a orientação adotada foi a utilização do modelo variação-descoberta de análise comparativa, tendo em vista que, nessa proposta metodológica, procura-se “estabelecer um princípio de variação no caráter e intensidade de um fenômeno mediante o exame das diferenças sistemáticas entre os papéis e entre as instâncias”. Essa orientação também considera as variações induzidas por dinâmicas globais, nacionais, regionais e locais.

Na terceira parte do livro, constituída por quatro capítulos (7, 8, 9 e 10), são resgatados os pressupostos teóricos que orientaram a formulação do conceito de ordem urbana para a análise da governança metropolitana no Brasil, principalmente depois da promulgação do Estatuto das Metrópoles (capítulo 7). E ainda se promove: a análise e interpretação da cidade neoliberal na América Latina (capítulo 8);

<sup>1</sup> No capítulo 5, é feita a análise da transformação da ordem urbana na metrópole do Rio de Janeiro no período de 1980 a 2010; no capítulo 6, é analisada a cidade do Rio de Janeiro no contexto dos megaeventos – Copa do Mundo e Olimpíadas –, mobilizando-se o arcabouço teórico compreendido como economia política da urbanização.

a realização de reflexões que permitem a formulação de uma teoria urbana do processo de metropolização latino-americano (capítulo 9); e elaboração de uma agenda de pesquisa orientada pelas esperanças e desafios observados na transição da ordem urbana das metrópoles brasileiras (capítulo 10).

Como cada capítulo foi escrito em situação distinta, de acordo com o que é mencionado em cada um deles, em muitos momentos, há uma sensação de repetição da abordagem teórica que fundamenta o conceito de ordem urbana e também da análise histórica de transformação das metrópoles brasileiras. No entanto, essa sensação é dirimida à medida que o conjunto das análises realizadas ganha unidade teórico-conceitual, principalmente em se tratando de uma pesquisa no campo das Ciências Sociais, em que o desafio teórico-metodo-

lógico se impõe com muita ênfase para a realização de pesquisa comparada. Isto é, a preocupação com a coerência teórico-metodológica leva ao pecado da repetição.

*A metrópole em questão* é um livro que inova no campo das Ciências Sociais justamente pelos desafios de articulação de uma estratégia teórico-metodológica capaz de comparar contextos diferentes, articular diferentes escalas analíticas e, ao mesmo tempo, realizar análise histórica e estrutural de modo sistemático, o que permite a realização de uma interpretação abrangente das transformações da ordem urbana das metrópoles brasileiras. Por isso, sua leitura é altamente recomendada.

Recebido para publicação em 14 de setembro de 2017  
Aceito em 14 de dezembro de 2017

**Marcelo Gomes Ribeiro** – Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ. Vice-coordenador do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. Integra o Observatório das Metrópoles, desenvolvendo pesquisas na área de Economia Metropolitana, Desigualdades e Segregação Urbana. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Av. Horácio Macedo, 2151, Cidade Universitária. Ilha do Fundão. Cep: 21941-917. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil. marceloribeiro@ippur.ufrj.br

TURNER, Jonathan et al. *A Emergência da Teoria Sociológica*. Petrópolis: Vozes, 2016, 486p.

*Jesus Izquierdo*

## A EMERGÊNCIA DA TEORIA SOCIOLÓGICA

Lançado no final do ano de 2016, o livro *A Emergência da Teoria Sociológica* poderia ser recepcionado como um genuíno *handbook*. É um manual que condensa, de forma refinada, o mais significativo do pensamento social que permitiu, durante os anos de 1830 a 1930, construir uma nova ciência: a Sociologia. Assim como autores do livro Jonathan H. Turner, Leonard Beegley e Charles H. Power. Os três usufruem de amplo reconhecimento acadêmico em virtude de suas publicações teóricas, com tradução para diversos idiomas.

O livro traz a lume conceitos e proposições metodológicas de autores considerados clássicos da Sociologia, como é o caso de Karl Marx, Max Weber e Emile Durkheim. Resgata as ideias de Augusto Comte e Herbert Spencer, pensadores brilhantes que, em contextos diferentes, influenciaram a formação do pensamento sociocientífico do século XIX. São também apresentadas as contribuições teóricas de Georg Simmel e Georg Herber Mead, cujas ideias foram fundamentais no processo de construção da Sociologia contemporânea que, mais do que as análises estruturais, tomou por escopo o estudo da ação social pelo viés do agente. A cada um desses autores são dedicados dois capítulos: um relativo aos dados biográficos e outro voltado para a Teoria

Sociológica que eles construíram, de modo que dezesseis capítulos conformam a obra. No último capítulo, o leitor encontrará pistas analíticas que o ajudarão a perceber a influência dos autores clássicos nas teorizações da Sociologia contemporânea. Por oportuno, destaquem-se as remissões bibliográficas postas pelos autores no conjunto da obra. Além de serem ilustrativas, as remissões são de grande valia para quem busca fortalecer um conhecimento especializado em um determinado tema sociológico.

À Sociologia pode ser aplicado o postulado epistemológico que define a ciência como uma prática gnosiológica de caráter cumulativo e progressivo. Segundo Comte, a Sociologia é uma ciência que tem por finalidade estudar sistematicamente o universo social. Estando a vida coletiva em um processo permanente de mudança e transformação, desde sua origem, a Sociologia tem se caracterizado como uma ciência destinada a viver um processo de permanente reinvenção conceitual e metodológica. Essa demanda é descrita no primeiro capítulo do livro.

Os autores começam a obra descrevendo o processo através do qual foram construídos métodos de observação da vida social e conceitos que pudessem indicar, com precisão, as propriedades dos fenômenos sociais e suas interconexões causais, a fim de explicar as mudanças que chegaram com a modernidade. Hobbes, Montesquieu, Rousseau, Adam Smith, entre outros filósofos dos séculos XVII e XVIII, pioneiros no estudo da sociedade e sentindo os efeitos da modernidade, formularam as seguintes questões: por que a modernidade emergiu? Como se explica o declínio do feudalismo e a instauração dos modos de organização social capitalista? A resposta a essas questões permitiria compreender por que o mundo moderno emergiu e forneceria elementos para perceber como ele opera. De sua vez, Darwin, Tocqueville, Saint-Simon e outros pensadores sociais do século XIX, mais do que descrever, assumiram como desafio explicar os processos

de mudança ocorridos em seu tempo. O desejo de explicar esses processos os levou a realizar análises sistemáticas de fenômenos concretos, a estabelecer conexões causais entre esses fenômenos e a elaborar conceitos abstratos e gerais ou, em outras palavras, a construir teorias.

De forma sistemática, no livro são apresentadas diversas teorias. A expressão “Teoria Sociológica” nos remete, por vezes, a uma esfera de caráter filosófico, a uma dimensão onde pairam ideias tingidas de matizes metafísicos que, em princípio, parecem dizer muito pouco sobre o mundo real. No entanto, na redação do livro, os autores zelaram para que os conceitos teóricos se mantivessem atrelados à realidade que possibilitou sua construção. Tal demanda é própria da modernidade. Para os autores, Francis Bacon (1561-1626) deve ser lembrado como o primeiro pensador que plasmou por escrito as diretrizes que definiram o novo modo de estudo no mundo moderno. Segundo ele, é preciso desconfiar de qualquer observação da realidade. É preciso que, antes de legitimar os conceitos formulados, eles sejam confrontados com os fatos observados. A sistematização de dados empíricos e sua posterior expressão em conceitos abstratos possibilitaram extraordinários desdobramentos do conhecimento humano. Da formulação da lei da gravidade, feita por Isaac Newton, aos estudos contemporâneos das micropartículas, o princípio axial da prática científica continua sendo o mesmo: a articulação de dados empíricos com conceitos teóricos.

Nos diversos capítulos da obra, os autores mostram que as teorias resultam de abstrações feitas a partir de dados particulares, coletados e analisados por pessoas concretas em contextos históricos específicos. Essa historicidade demanda que a compreensão de uma teoria seja feita a partir das nuances que permitiram sua emergência. Noutras palavras, o estudo de uma determinada teoria pressupõe mergulhar no microcosmo social dos autores que a produziram, assim como indagar as condições de vida desses autores, o sistema de

pensamento que os influenciou, seus anseios individuais e a forma como orientaram seu modo de pensamento.

Tanto o é que o título dos capítulos que antecedem a apresentação teórica de cada pensador começa assim: “A origem e o contexto do pensamento de [...]”. Tais capítulos poderiam ser catalogados como biografias intelectuais. Com efeito, de forma cronologicamente ordenada, são descritos eventos relevantes da vida do pensador que se pretende apresentar. Além das influências intelectuais dos pensadores, os autores do livro descrevem, com uma narrativa envolvente, diversos episódios que, em certa medida, também pautaram os modos de pensamento e os temas tratados pelos fundadores da Sociologia. Tal como ocorre com a trajetória de cada indivíduo, a obra revela que a vida dos autores clássicos também foi pontuada por episódios dramáticos, outros cômicos, e outros que denotam que de eventos inesperados podem resultar fenômenos extraordinários.

A leitura dessas biografias intelectuais induz a pensar a Sociologia numa perspectiva teleológica, como uma ciência necessária, cuja finalidade é permitir que o homem alcance seu pleno desenvolvimento. Nesse sentido é pertinente lembrar Max Weber, que discorreu sobre a relação estreita existente entre os valores do cientista e sua prática científica. Segundo ele, o interesse por um determinado objeto de estudo surge da relação direta entre uma situação vivida, as questões que ela levanta e seu tratamento científico. Em outras palavras, o desempenho de um cientista está relacionado com sua biografia.

Com efeito, a leitura desses capítulos nos permite conhecer vários exemplos que ilustram essa conclusão. As obras de Marx e Engels não poderiam ter sido concebidas sem o engajamento de ambos nos movimentos operários. Quando Max Weber adoeceu, foi no estudo da ética puritana que encontrou alento para superar o quadro patológico da doença mental de que padecia. Quando enfrentou conflitos afetivos que abalaram seu matrimônio, Weber se interessou

em estudar temas relativos às tensões que emergem das relações paradoxais entre amor e ascetismo, erotismo e religião. Também é possível pensar que a escolha do suicídio como tema de estudo sociológico tenha resultado mais da inquietação de Durkheim por entender seu ímpeto neurótico do que pela relevância de tal prática como fato social. A rejeição experimentada por George Simmel pelas elites intelectuais alemãs fez com que ele abordasse diversos temas e se expressasse por meio de uma escrita criativa, livre dos limites ditados pelos padrões acadêmicos.

O leitor poderá constatar que, antes dos clássicos da Sociologia, diversos filósofos se perguntaram: Qual é a origem da sociedade? A resposta dada era de ordem filosófica ou, nas palavras de Comte, formulada a partir de categorias metafísicas. Na leitura do livro, tem-se acesso às ideias de filósofos que, entre os séculos XVII e XVIII, com os traços de sua pena, desenharam com maestria a moldura do pensamento ocidental moderno. São referenciadas obras de Tomas Hobbes, John Locke, Adam Smith, Darwin, Newton, Rousseau, Alexis de Tocqueville, Hegel, Kant, Montesquieu, entre outros. As ideias desses pensadores se contradizem, se completam, conflitam entre si e, na tensão dessas oposições, formam escolas ou tradições de pensamento.

Os capítulos dedicados a apresentar a teoria dos fundadores da Sociologia sistematizam e dão coerência aos dados revelados nos capítulos que tratam das biografias intelectuais. No conjunto da obra, os autores revelam que existiu, no começo da teorização sociológica, um elemento apriorístico que permitiu ao homem compreender um fenômeno sem que tal compreensão obedeça, necessariamente, aos cânones científico-rationais. Como fica claro na obra, a teoria, em um primeiro momento, depende mais de tradições de pensamento do que de processos heurísticos realizados por um determinado cientista.

A observação do processo de construção dessas tradições de pensamento pode ser con-

siderada como um exercício da Sociologia do Conhecimento. Conceitos e métodos de observação construídos pelos fundadores da Sociologia constituem o resultado de um trabalho analítico realizado em um momento pontual, numa etapa do percurso das ideias e observações da realidade. Articuladas por sua lógica interna e por sua coerência com a realidade fática, essas ideias e observações tecem a história da Sociologia como ciência.

Entre as páginas 447 e 478, o leitor encontrará um “Índice Analítico”, uma extensa listagem de conceitos que evidenciam o esforço dos autores por sistematizar a emergência da Teoria Sociológica. Mais de cem conceitos são amplamente discutidos e coerentemente apresentados. É descrito o processo de construção e de utilização de um determinado conceito. Como exemplo da forma como os conceitos são trabalhados na obra, discorreremos sobre o conceito de *anomia*.

Para os autores, um dos desafios de Durkheim foi o de compreender como se dão as mudanças sociais na modernidade, a exemplo da passagem de uma sociedade tradicional a uma sociedade capitalista. Para o pensador francês, como resultado da divisão do trabalho, a sociedade capitalista foi constituída por um grande número de unidades diferenciadas. Ao descrever esse processo de diferenciação social, ele se pergunta: como é possível preservar os elos de coesão social? A resposta para tal questionamento está na compreensão da função social da divisão do trabalho, a qual diz respeito à promoção da solidariedade ou à integração societal. Nesse contexto, o conceito de *anomia* descreve um estado de regulação insuficiente das atividades dos indivíduos, de modo que eles se mantêm em uma situação periférica por não se sentirem atraídos ou incluídos pela coletividade. Em outras palavras, o estado de *anomia* é correlato ao tema da integração social, que havia sido amplamente discutido por Rousseau, Tocqueville e Comte. Esses filósofos construíram uma tradição de pensamento sobre a qual Durkheim formulou

o conceito de *anomia*, o qual, como é descrito no capítulo 16, é utilizado na Sociologia Contemporânea através da teorização do conflito.

*A Emergência da Teoria Sociológica* é um compêndio de vertentes teóricas concebidas décadas atrás e que continuam fornecendo pistas analíticas à prática sociológica. A leitura do livro é pertinente para cientistas sociais e para pessoas intelectualmente inquietas, para

estudiosos que buscam compreender a mecânica da vida social ou ter acesso à história das ideias que alicerçaram a cultura moderna ocidental.

Recebido para publicação em 05 de outubro de 2017  
Aceito em 20 de janeiro de 2018

**Jesus Izquierdo** – Pós-Doutor em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa. Professor da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG. Coordenador do Grupo Hexis, desenvolvendo pesquisas na área de Cultura e Identidade. Pesquisa temas relacionados com as categorias Gênero, Juventude, Violência e Conflitos Sociais. Entre suas publicações se destaca o livro *Meninos Não Choram* – a formação do habitus guerreiro nas FARC-EP. Fortaleza: Edições UFC, 2008. Universidade Federal de Campina Grande. Rua Aprígio Veloso, 882 - Universitário. Cep: 58429-900. Campina Grande – Paraíba – Brasil. jizvil@yahoo.com.br



HILLESHEIM, Jaime. *Conciliação Trabalhista: ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores na periferia do capitalismo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. 417p.

*Jacqueline Samagaia*

### **UMA CRÍTICA ÀS PRÁTICAS DE CONCILIAÇÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO**

O objeto de estudo sobre o qual se debruça o autor, nessa obra, é a prática de conciliação analisada como elemento mediador das relações sociais na construção histórica da sociedade brasileira e no sistema jurídico, sobretudo no que concerne à Justiça do Trabalho.

O autor assume sua filiação à tradição marxista, buscando conduzir a análise através das mediações que permitiram compreender a valorização dessa estratégia conciliatória no âmbito das relações de trabalho, problematizando-a no contexto da sociedade de classes, sobretudo no que se refere à realidade brasileira e seus condicionantes históricos de uma economia “periférica e dependente” (p. 4).

Jorge Luiz Souto Maior e Beatriz Augusto de Paiva ressaltam, no prefácio, a importância da obra, tanto com relação à qualidade da discussão como ao momento em que ela vem a público, bastante oportuno para se trazer tal debate, frente à ofensiva do capital e à retirada de direitos. A formação do autor (serviço social e direito) é também salientada por eles, por ter garantido “um olhar externo, desvinculado, portanto, de qualquer amarra corporativa”, o que geralmente permeia esse tipo de análise (p. 1).

O autor divide o texto em duas partes. Na primeira, que intitula “A conciliação de classes na formação e desenvolvimento da sociedade brasileira e sua assimilação no interior do complexo jurídico”, trata de uma rigorosa análise histórica sobre o tema. Nesse caminho analítico, busca desvendar as conexões entre

as formas de resolução de conflitos jurídicos, presentes em sociedades periféricas como a brasileira, com os interesses do capital internacional. Na realidade brasileira, conforme demonstra sua análise, a perspectiva conciliatória tem se mostrado uma estratégia importante, geralmente alavancada pelas elites hegemônicas no âmbito do Estado e da própria vida política e social para negar os antagonismos e contradições próprios dessa sociedade, os quais se desenvolveram na construção extremamente desigual das classes sociais no país. Nessa direção, tais práticas, conforme demarca o autor, não pertencem exclusivamente ao terreno da cultura trabalhista, pois são constitutivas da própria formação sócio-histórica brasileira. Tais estratégias implicam “mascarar os conflitos de classe”, constituindo, assim, “um verdadeiro estelionato aos direitos dos trabalhadores” (p. 18) e, portanto, uma forma de dar continuidade à exploração intensa do trabalho, devido à condição de economia periférica.

Alguns pontos são ressaltados no estudo, como a construção da Justiça do Trabalho no Brasil no âmbito do sistema jurídico, a qual só veio a se configurar no início do século XX, no contexto do desenvolvimento do mercado de trabalho capitalista. Mais especificamente, em 1915, criou-se um primeiro código do trabalho. Nesse contexto, evidencia-se que a prática de conciliação entre os patrões e empregados, na então indústria que se expandia, era constante. Na primeira Constituição brasileira, conforme demarca o autor, já era prevista a conciliação “como meio precedente a qualquer outro na resolução de conflitos”, o que está bem claro no seu art. 161, no qual constava “que nenhum processo judicial seria instaurado sem que houvesse, antes, tentativa de conciliação entre as partes” (p. 49). Em 1943, essas práticas foram incorporadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Percebe-se que, aos poucos, a política de conciliação foi sendo incorporada no âmbito do Estado brasileiro, sendo reconhecida dentro dos princípios da ordem e da liberdade com um

caráter mais operacional. Ultrapassa, então, a forma de pactos, transações e favores, passando a ser concebida na lógica da garantia dos direitos do cidadão. No entanto, conforme pode-se constatar na análise de Hillesheim, em momento de tensões e conflitos por parte da população, sobretudo dos segmentos mais pobres, os recursos da conciliação foram largamente utilizados por uma composição política que unia os interesses das elites oligárquicas (que depois se tornaram urbanas), em estreita articulação com os conservadores e mesmo com os liberais, quando lhes era conveniente manter as formas de poder intactas. Nesse contexto, as reformas tornadas necessárias para o desenvolvimento do país eram pactuadas “pelo alto”, excetuando os interesses dos segmentos de escravos, indígenas, caboclos, sertanejos e outros que se encontravam em situação desprivilegiada quanto ao acesso à riqueza socialmente produzida e às instâncias de poder. Desse modo, os resquícios das formas de organização social, política e do próprio trabalho escravo foram se incorporando às relações de trabalho, conforme demonstra o autor no diálogo com autores como Florestan Fernandes (2005) e Caio Prado Junior (1971). Essas reflexões levam Hillesheim a afirmar que “a emergência e o desenvolvimento de um regime de classes ocorreram sem que houvesse um rompimento radical com o passado colonial e escravista” (p. 75).

Ao longo dos anos, a Justiça do Trabalho foi, de algum modo, se modificando para atender às demandas e aos conflitos pertinentes ao desenvolvimento capitalista e às tensões entre capital e trabalho. No entanto, seu caráter conciliador, conforme defende o autor, se mantém presente. Nesse caminho, apesar de ganhar reconhecimento por parte dos trabalhadores como espaço de luta na conquista e garantia de direitos relativos ao trabalho, a Justiça do Trabalho mantém a conciliação como um traço permanente, sendo que “o juiz foi sempre estimulado e até mesmo obrigado a utilizar esta via para tentar resolver os litígios envolvendo patrões e empregados” (p. 26).

O processo que se denomina “Mecanismos Alternativos de Resolução de Conflitos” (MARC) foi uma espécie de modelo importado dos Estados Unidos, o qual serviu de referência para práticas conciliatórias no âmbito dos conflitos advindos das relações de trabalho naquele país. Embora haja registro de sua existência em outros países, é muito provável, conforme demonstra o estudo, que tais práticas advenham da marcante influência desse país nas relações econômicas, políticas e culturais em todo o mundo, inclusive nos países da América Latina. A introdução dos MARC ganhou legitimidade sob o argumento do elevado número de processos que abarrotam o sistema judiciário, causando a demora no possível acesso à justiça. Nessa perspectiva, ressalta o autor, o discurso ganha adeptos, inclusive no âmbito dos maiores interessados na justiça do trabalho (os trabalhadores, através de suas representações coletivas organizadas), dando-se enfoque ao desempenho da gestão administrativa e à agilidade da justiça, em prejuízo do debate político sobre os direitos em confronto.

Na segunda parte, intitulada “O judiciário trabalhista como condutor da conciliação: contraditórios processos de garantia de direitos”, o autor é movido por uma de suas preocupações iniciais, que tem relação com as consequências ideológicas da conciliação trabalhista no contexto da crise estrutural do capital e seus impactos na dinâmica do capitalismo no Brasil. Para isso, buscou construir um caminho teórico-metodológico que permitiu mostrar como as práticas conciliatórias se incorporaram ao funcionamento do sistema judiciário no Brasil, focando, sobretudo, a forma como os MARCs foram estimulados por organismos como o Banco Mundial, nas últimas décadas, no plano das “reformas” propostas para países latino-americanos e caribenhos, significando uma espécie de “reorganização do poder judiciário brasileiro para responder às novas demandas da sociabilidade regida pelo capital” (p. 138).

Nos documentos do Banco Mundial, apresentados e analisados pelo autor, é possí-

vel perceber uma espécie de estímulo à “modernização do judiciário”, justificada através de procedimentos citados como “integração econômica” e “harmonização de leis”, vistos como necessários para acomodar novas demandas e se adequar ao contexto internacional (p. 150). “Um poder judiciário, eficaz e funcional é relevante ao desenvolvimento econômico”, diz o Banco Mundial (p. 153). Nesse contexto, Hillesheim ressalta a existência de um “padrão internacional” do judiciário para os países latino-americanos, o qual contém uma clara intenção das nações hegemônicas em intensificar os seus domínios sobre as economias periféricas, o que se objetivaria através de novos tratados de comércio, nos quais essas economias tenham funções subsidiárias e marginais. Na perspectiva do autor, a defesa da ampliação dessa estratégia é evidência de que “o direito é um elemento mediador indispensável para a reprodução capitalista” (p. 334).

A análise também revela as intenções dessa instituição em apostar no fortalecimento do poder executivo na periferia do capitalismo, com vistas a garantir as condições de expansão dos mercados capitalistas. O autor segue apontando criticamente a forma como essas proposições foram interpretadas e executadas em países como o Brasil, objetivando-se sob a forma de Medidas Provisórias impostas pelo executivo, as quais tiveram o aval do legislativo, mesmo que se revelassem inconstitucionais. Essa estratégia foi fundamental para garantir a expansão capitalista, supondo-se um judiciário despreparado para fazer face a tão fundamental tarefa.

Os chefes de Estado, nas últimas décadas, têm se apropriado desse discurso, no empenho de tornar as instâncias do poder judiciário mais ágeis, rápidas e funcionais. Embora alguns discursos desses dirigentes busquem justificar essa necessidade em prol do desenvolvimento nacional e da própria crença do cidadão no regime democrático, salienta o autor, com base na análise dos argumentos trazidos por esses sujeitos, que a proposição de um ju-

diciário mais célere e eficiente, com estímulo aos mecanismos de conciliação no bojo das formas alternativas de resolução de conflitos, acaba por beneficiar os próprios empregadores, por terem certamente menos dispêndio econômico em face de processos trabalhistas que se arrastam por anos.

As proposições ventiladas nas últimas décadas no Brasil, no âmbito de uma Reforma do Judiciário, chegavam a questionar a própria existência de uma Justiça do Trabalho. Mesmo que defendidas por alguns integrantes do próprio judiciário, essas ideias não tiveram total êxito em função de mobilizações de juizes, advogados e sindicalistas, que organizaram forte resistência, o que demonstra as contradições postas na realidade em questão.

De todo modo, a tendência, conforme aponta Hillesheim, é de que os processos conciliatórios no Brasil, no âmbito da Justiça do Trabalho, tenham se constituído como formas privilegiadas de intermediação dos conflitos entre capital e trabalho. Embora não ocorram percentualmente em maior número nos últimos anos, são objeto de clamor, no sentido de apelo à sua capacidade resolutiva e à manutenção de um clima mais pacífico. Tendo em vista a fragilidade das organizações de resistência dos trabalhadores, essa tática tem demonstrado, em valores absolutos, uma perda quantitativa enorme em termos de direitos dos trabalhadores nas negociações, com transferência de valor do trabalho ao capital. Nesse sentido, Hillesheim dá destaque para o fato de que o uso açado do instituto da conciliação, no âmbito das relações de trabalho, tem contribuído para intensificar os processos de superexploração do trabalho, nos termos desenvolvidos por Ruy Mauro Marini (2000). Isso porque, no estabelecimento de pactos conciliatórios com o aval do judiciário trabalhista, os trabalhadores recebem apenas “direitos pela metade”, o que garante a transferência de valor produzido no tempo de trabalho necessário – constitutivo, portanto, do fundo de salário –, para o fundo do capital. Isso permite a ampliação do tem-

po de trabalho excedente e uma apropriação exponencial de valor por parte do capitalista, que se adiciona ao mais-valor já expropriado do trabalhador.

Outro aspecto relevante abordado pelo autor é o fato de que a legitimação da burla de regras que regulam relações formais de trabalho por meio da conciliação, no âmbito do judiciário trabalhista, acaba por provocar um processo que redundará numa informalização de relações consideradas, *a priori*, como relações formais. Esse fenômeno torna as fronteiras entre trabalho formal e trabalho informal ainda mais tênues, ao mesmo tempo em que corrobora os processos de precarização das condições e das relações de trabalho.

Conforme ressalta o autor, a perspectiva conciliatória vem sendo trazida “como se fosse um antídoto para todos os problemas do judiciário brasileiro”, mas, na verdade, tem se

constituído como “um instrumento de negação dos direitos” (p. 8), o que tem sido encoberto por um discurso de defesa do amplo acesso à justiça e de celeridade processual, ou seja, de agilidade e seguimento dos processos, rebatendo positivamente no imaginário popular, que vê a demora da justiça como um processo contra seus direitos. No entanto, conforme demonstra o estudo, essa estratégia tem muito mais a contribuir com os efeitos perversos sobre as conquistas históricas dos trabalhadores. Direitos do trabalho, ao serem indiscriminadamente negociados, têm um impacto na vida cultural, filosófica e social dos trabalhadores, colocando em risco as conquistas historicamente alcançadas, alerta o autor.

Recebido para publicação em 19 de novembro de 2017  
Aceito em 14 de janeiro de 2018

09	ACTORS IN URBAN CONFLICTS: the contentious spaces of the neoliberal urbanism - INTRODUCTION <i>John Gledhill, Maria Gabriela Hita</i>
25	CULTURE, CONTENT, AND THE ENCLOSURE OF HUMAN BEING: UNESCO'S "intangible" heritage in the new millennium <i>John F. Collins</i>
39	URBAN REQUALIFICATION AND EVICTIONS IN SALVADOR'S NEW AND OLD CITY CENTERS <i>John Gledhill, Maria Gabriela Hita</i>
59	REGIMES OF SPATIAL ORDERING IN BRAZIL: neoliberalism, leftist populism and modernist aesthetics in slum upgrading in Recife <i>Monique Nuijten, Martijn Koster, Pieter de Vries, Augusto Antonio Campelo Cabral</i>
75	URBAN ACTIVISM IN SÃO PAULO <i>Heitor Frúgoli Jr.</i>
87	STRUGGLES OVER THE USE OF PUBLIC SPACE IN BUENOS AIRES <i>Mariano D. Perelman</i>
99	"BASTA TÁ DO LADO" – The social construction of those involved in crime <i>Fátima Regina Cecchetto, Jacqueline de Oliveira Muniz, Rodrigo de Araujo Monteiro</i>
117	YOUTH IN CURRENT POLITICS – a new culture of participation <i>Maria da Glória Gohn</i>
135	THE DETERMINATION OF THE "HISTORIC AND MORAL ELEMENT" OF THE VALUE OF LABOUR POWER <i>Gastón Caligaris, Guido Starosta</i>
151	CONFLICT AND REGULATION OF WATER IN BRAZIL – the Salitre case <i>Renata Alvarez Rossi, Elisabete Santos</i>
169	NARRATIVES AND TRAJECTORIES: methodological approaches from UNILAB <i>Mario Henrique Castro Benevides, Carlos Henrique Lopes Pinheiro</i>
	<b>REVIEW</b>
187	A NOVA RAZÃO DO MUNDO: ensaio sobre a sociedade neoliberal of Pierre Dardot e Christian Laval <i>Felipe Queiroz</i>
193	A METRÓPOLE EM QUESTÃO: desafios da transição urbana de Luiz Cesar of Queiroz Ribeiro <i>Marcelo Gomes Ribeiro</i>
197	A EMERGÊNCIA DA TEORIA SOCIOLOGICA of Jonathan Turner et al <i>Jesus Izquierdo</i>
201	CONCILIAÇÃO TRABALHISTA: ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores na periferia do capitalismo of Jaime Hillesheim <i>Jacqueline Samagaia</i>
205	TABLE OF CONTENTS
206	TABLE DES MATIÈRES

09	LES ACTEURS EN DISPUTES URBAINES: les espaces contentieux de l'urbanisme néolibéral - INTRODUCTION <b>John Gledhill, Maria Gabriela Hita</b>
25	CULTURE, CONTENU ET LA CLÔTURE DE L'ÊTRE HUMAIN: le patrimoine "immatériel" de l'UNESCO dans le nouveau millénaire <b>John F. Collins</b>
39	REQUALIFICATION URBAINE ET EXPULSIONS DANS DES CENTRES, NOUVEAU ET ANCIEN, DE SALVADOR <b>John Gledhill, Maria Gabriela Hita</b>
59	LES RÉGIMES D'ORDONNANCEMENT SPATIAL AU BRÉSIL: la fusion du Néolibéralisme, du populisme de gauche et des visions modernistes dans l'urbanisation des favelas à Recife <b>Monique Nuijten, Martijn Koster, Pieter de Vries, Augusto Antonio Campelo Cabral</b>
75	ACTIVISMES URBAINS À SÃO PAULO <b>Heitor Frúgoli Jr.</b>
87	CONFLITS SUR L'UTILISATION DE L'ESPACE PUBLIC A BUENOS AIRES <b>Mariano D. Perelman</b>
99	"IL SUFFIT D'ÊTRE A CÔTÉ" – la construction sociale de celui mele au crime <b>Fátima Regina Cecchetto, Jacqueline de Oliveira Muniz, Rodrigo de Araujo Monteiro</b>
117	LES JEUNES DANS LA POLITIQUE D'AUJOURD'HUI - une nouvelle culture de participation <b>Maria da Glória Gohn</b>
135	LA DÉTERMINATION DE "L'ÉLÉMENT HISTORIQUE ET MORAL" DE LA VALEUR DE LA FORCE DE TRAVAIL <b>Gastón Caligaris, Guido Starosta</b>
151	CONFLIT ET REGULATION DES EAUX AU BRÉSIL - l'expérience de la rivière Salitre <b>Renata Alvarez Rossi, Elisabete Santos</b>
169	NARRATIVES ET TRAJECTOIRES: approches méthodologiques sur la base de l'UNILAB <b>Mario Henrique Castro Benevides, Carlos Henrique Lopes Pinheiro</b>
	<b>REVIEW</b>
187	A NOVA RAZÃO DO MUNDO: ensaio sobre a sociedade neoliberal de Pierre Dardot e Christian Laval <b>Felipe Queiroz</b>
193	A METRÓPOLE EM QUESTÃO: desafios da transição urbana de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro <b>Marcelo Gomes Ribeiro</b>
197	A EMERGÊNCIA DA TEORIA SOCIOLOGICA de Jonathan Turner et al <b>Jesus Izquierdo</b>
201	CONCILIAÇÃO TRABALHISTA: ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores na periferia do capitalismo de Jaime Hillesheim <b>Jacqueline Samagaia</b>
205	TABLE OF CONTENTS
206	TABLE DES MATIÈRES

# INSTRUÇÕES AOS AUTORES

## ESCOPO E POLÍTICA

O CADERNO CRH – revista quadrimestral de Ciências Sociais, aceita a colaboração livre de textos inéditos, de reconhecido interesse acadêmico e atualidade das ciências sociais, na forma de artigos, ensaios bibliográficos e resenhas. Cada número contém um dossiê temático sobre tema específico organizado a partir de autores convidados, de reconhecida experiência acadêmica, e que represente contribuição original ao debate, os quais são igualmente submetidos ao processo de revisão pelos pares.

Em ambos os casos é imprescindível que os trabalhos sejam enviados para os editores em sua forma final, apresentem consistência teórica, coerência quanto às fundamentações e alguma originalidade. Informações técnicas devem ser evitadas no corpo do texto e se limitarem ao fundamental. Os artigos não devem ser submetidos simultaneamente pelo autor a mais de um periódico nacional.

A publicação dos textos está condicionada a pareceres do Conselho de Redação e Editorial, garantindo o anonimato de autores e avaliadores. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo, por parte da Editoria, serão previamente acordadas com os autores. Não serão admitidos acréscimos ou modificações depois que os trabalhos forem entregues para composição final.

## NATUREZA DOS ARTIGOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

**A revista aceita os seguintes tipos de contribuições:**

**DOSSIÊ TEMÁTICO** - o editor convidado (organizador do dossiê) solicita aos autores que encaminhem artigos originais relativos à temática previamente decidida, conforme o planejamento da revista, deliberando sobre a sua publicação com base em pareceres. A Editora faz a leitura final, podendo sugerir eventuais ajustes de estrutura e forma para adequá-lo à política editorial da revista.

**ARTIGOS DE DEMANDA LIVRE** - Os textos passam inicialmente por uma conferência preliminar relativa às normas exigidas para publicação (o não cumprimento das orientações implicará na interrupção desse processo), sendo remetidos ao Conselho de Redação, que analisa a natureza da matéria e sua adequação à política editorial, deliberando sobre encaminhamentos. Posteriormente seguem para avaliação de pareceristas, garantindo anonimato de autores e consultores.

Todos os artigos (dossiê e demanda livre) podem sofrer eventuais modificações de forma ou conteúdo pela Editora, mas essas serão previamente acordada com os autores. A revista não aceita acréscimos ou modificações dos autores após iniciado o processo de composição final.

**RESENHAS** - podem se originar tanto de demanda livre como por convite, garantindo o fluxo da programação. O Conselho Editorial e o editor de resenhas decidem quanto à publicação, levando em conta temática, atualidade, qualidade e boa redação.

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e a sua publicação não exprime endosso do Conselho Editorial ou do Conselho de Redação às suas afirmações. Os textos não serão devolvidos aos autores e somente após sua revisão (quando for o caso) e aceitação final será indicado em que número será publicado. Os autores receberão dois exemplares do número após publicado.

Situações que possam estabelecer **conflito de interesse** de autores e revisores devem ser esclarecidas. Por conflito de interesses se entende toda situação em que um indivíduo é levado a fazer julgamento ou tomar uma decisão da qual ele próprio possa tirar benefício direto ou indireto. No caso de haver restrições de financiadores e patrocínio de pesquisas, ou de co-autorias e de participações nas pesquisas que deram origem ao texto, o primeiro autor deve trazer autorizações explícitas que garantam a publicação. No caso dos avaliadores, estes devem indicar explicitamente situações que possam resultar em benefício a ele ou a colaborador próximo; ou situações de potenciais conflitos de interesse relativos ao texto em análise.

O CADERNO CRH reserva-se todos os direitos autorais dos artigos publicados, permitindo, no entanto, sua reprodução com a devida citação da fonte.

## NORMAS EDITORIAIS

- Os textos deverão ter em torno de 30 páginas em espaço duplo, incluindo notas e referências bibliográficas. Devem ser enviados completos e revisados pelo autor através do site [www.cadernocrh.ufba.br](http://www.cadernocrh.ufba.br) ou pelo email [revcrh@ufba.br](mailto:revcrh@ufba.br), em Word (fonte Times New Roman, corpo 12). No caso das resenhas os textos devem ter, no máximo, 06 páginas. O dossiê deverá ficar em torno de 180 páginas.
- A **página inicial** (em separado) deve indicar: *título* do artigo (até 70 caracteres); *nome do (s) autor(es)*; *resumo*, *abstract* e *resumé* do artigo (até 150 palavras) e cinco *palavras-chave*. O resumo deve apresentar objetivos, métodos e conclusões do texto. Todos os autores devem ser identificados com endereço institucional e residencial completo, telefones, *email* e sinopse curricular (dados sobre formação acadêmica, afiliação institucional e principal publicação. Até 150 palavras).
- Os textos devem ter no máximo três níveis de **intertítulos**, assim hierarquizados: 1º **INTERTÍTULO - MAIÚSCULAS** em negrito; 2º **Intertítulo** - apenas as **Iniciais Maiúsculas** e em negrito; 3º *Intertítulo* – apenas *Iniciais em Maiúscula* e tipo itálico.

- As **notas** são substantivas e não bibliográficas e dizem respeito a informações e/ou comentários complementares. Não devem ultrapassar cinco linhas.
- As **citações textuais** devem aparecer “entre aspas” e não se utilizará nem **negrito** nem *itálico* para este fim.
- **Uso de itálicas** - as itálicas devem ser usadas para ressaltar conceitos que se constituem em idéias-força que o autor quer destacar. Em nenhum caso deverá usar-se **negrito** ou sublinhado para este fim. As itálicas se aplicam também a todo *termo estrangeiro* que o autor utiliza no texto.
- Os **números cardinais** que se referem a enumerações se escrevem em letras, excetuando-se datas, anos de idade, tabelas e gráficos, volumes ou páginas; quando estão seguidos de unidades de medida; e quando correspondem a porcentagens. Nenhum parágrafo deve começar por um número escrito em cifras.
- **Gráficos e tabelas** devem ser enviados separados do arquivo do texto, numa versão em preto e branco e dentro da mancha da revista, indicando o lugar de sua inclusão no texto.
- As **citações bibliográficas** devem obedecer às normas da ABNT – NBR 10520, incluindo-as no texto. Ex. (Martins, 1986) Quando aparecem entre aspas deve-se acrescentar o número da página Ex.: (Martins, 1986, p. 95). Vários documentos de um mesmo autor com datas iguais devem ser distinguidos mediante acréscimo de letras minúsculas em ordem alfabética. (Ex.: Martins, 1986a) (Martins, 1996b). A referência a idéias de um autor (es) no texto, sem sua transcrição, segue o exemplo. Ex.: (Cf. Martins, 1986). Antes de enviar o texto o autor deve compatibilizar as citações com as referências bibliográficas.
- As **referências bibliográficas** ao final do artigo seguem a ordem alfabética pelo sobrenome do autor (maiúscula), nome, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora, data da publicação, página e/ou volume, obedecendo às normas da ABNT, conforme exemplos abaixo:

#### **LIVRO**

EDER, K. *A nova política de classes*. São Paulo: EDUSC, 2002. 362p.

#### **LIVRO DE VÁRIOS AUTORES**

DONIOL-SHAW, G. et al. *Les plans d'égalité professionnelle: Étude/Bilan, 1983-1988*. Paris: La Documentation Française, 1989.

#### **CAPÍTULO DE LIVRO**

DINIZ, E. De Sarney a Collor: as metamorfoses da agenda pública. In: \_\_\_\_\_. *Crise, reforma do Estado e governabilidade*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 113-138.

#### **ARTIGO EM COLETÂNEA ORGANIZADA PELO AUTOR**

ZICCARDI, Alicia. Las ciudades y la cuestión social. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *Pobreza, desigualdad social y ciudadanía*.

Los límites de las políticas sociales en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 85-126. (Colección grupos de trabajo).

#### **ARTIGO EM COLETÂNEA ORGANIZADA PELO AUTOR EM CONJUNTO COM OUTRO**

HIRATA, H. Apresentação à edição brasileira. In: MARUANI, M; \_\_\_\_\_. (Orgs.) *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC Editora. 2003. p. 15-20.

#### **ARTIGO EM COLETÂNEA ORGANIZADA POR OUTRO AUTOR**

SILVA, Léa da. Somos todos iguais? In: LOVELL, P. (Org.) *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991. p.161-170.

#### **ARTIGO EM REVISTA**

HIRSCH, J. Políticas Ambientais Globais. *Caderno CRH*, Salvador, Centro de Recursos Humanos da UFBA, v. 14, n.35, p.107-122, jul./dez. 2001.

#### **TESE ACADÊMICA**

JESUS, S.C.S. *A crise do 'habitus' fordista: um estudo do processo de reestruturação do Banco do Brasil*. 2003. 154 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

#### **OBRAS CONSULTADAS POR MEIO ELETRÔNICO**

BOYER, R. Existe una crisis del Estado de bienestar? Estudio comparativo de la politica social de Francia. In: OIT. Organización Internacional del Trabajo. 2002. Disponível em <http://www.ilo.com/ses>. Acesso em: 01.11.2003

#### **SEMINÁRIOS E CONGRESSOS**

SANTOS, MILTON. INOVAÇÃO METROPOLITANA E ECONOMIA SEGMENTADA. IN: SEMINÁRIO METROPOLITANIZAÇÃO E SEDE URBANA- PERSPECTIVA DOS ANOS 90. RIO DE JANEIRO. RIO DE JANEIRO: IPPUR/CNPQ. 1990.

#### **SEGUNDA OCORRÊNCIA DO MESMO AUTOR**

GOFFMAN, E. *Encounters: two studie in the sociology of interaction*. Indianapolis: Bobbs-Merrill Educational Publishing. 1961.

\_\_\_\_\_. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes. 1983.

#### **INDICAÇÃO DE EDIÇÃO ORIGINAL A OBRA (quando necessário)**

No corpo do texto: (Durkheim, [1895] 1989).

Observação: A data entre colchete indica o ano de publicação original da obra. Ela só é indicada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes registra-se apenas a data da edição consultada pelo autor. Ex.: (Durkheim, 1989) (N.E.)

Nas referências bibliográficas:

Durkheim, Émile. *A divisão do trabalho social*. 1ª edição [1895]. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1989.

#### **OBRA EM OUTRO IDIOMA**

Não traduzir dados de referência, cf. GOFFMAN (1961) no exemplo acima.



# Caderno

# CRH

EDITOR CIENTÍFICO: Iracema Brandão Guimarães

COEDITOR CIENTÍFICO: Cristiana Mercuri, Jair Batista da Silva

EDITOR RESENHA: Graça Druck, Jair Batista da Silva

EDITOR ASSISTENTE: Maria Auxiliadora dos Santos Alencar

SECRETARIA EXECUTIVA: Maria Auxiliadora dos Santos Alencar

CONSELHO DE REDAÇÃO: Alvino Oliveira Sanches Filho, Anete Brito Leal Ivo, Graça Druck, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Iracema Brandão Guimarães, Jair Batista da Silva, Paulo Fabio Dantas Neto

## ASSINATURA

NACIONAL R\$ 50,00 ( )  
INTERNACIONAL US\$ 50 ( )

Número(s) Avulso(s) ( ): \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Formas de pagamentos:

- a) Cheque nominal à UFBA/CRH ( )  
b) Boleto Banco do Brasil (GRU) - solicitar através de e-mail  
ou telefone: (071) 3283-5857 / 3283-5856

Após preenchimento enviar via fax para (71) 3283-5856, juntamente com o comprovante de pagamento (GRU), ou via correio, com cheque anexado.

Nome: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Local de Trabalho: \_\_\_\_\_

End. para remessa: ( ) residencial ( ) comercial:

Rua: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

País: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Tel: ( ) \_\_\_\_\_ Fax: ( ) \_\_\_\_\_

Celular: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades – CRH/FFCH/UFBA  
Editoria “Caderno CRH”  
Estrada de São Lázaro, 197 – Federação  
40.210-730 Salvador – Bahia – Brasil  
Fone: 55 (71) 3283-5857 Fax: 55 (71) 3283-5851  
www.scielo.br/ccrh www.cadernocrh.ufba.br revcrh@ufba.br



# TABELA DE PREÇOS

<b>Caderno Nº</b>	<b>TÍTULOS DISPONÍVEIS</b>	<b>Valor em R\$</b>
<b>49</b> jan./abr.2007	Desigualdades Sociais e Educação (Org. Dossiê - Ma. Ligia de O. Barbosa)	20,00
<b>50</b> maio/ago.2007	Regimes de Bem-Estar e Pobreza (Org. Dossiê - Anete Brito Leal Ivo)	20,00
<b>51</b> set./dez.2007	Globalização e Trabalho (Org. Dossiê - Paola Cappellin, Chistian Azais)	20,00
<b>52</b> jan./abr.2008	Representação Política no Brasil (Org. Dossiê - Adrian G. Lavalle, Cícero Araujo)	20,00
<b>53</b> maio/ago.2008	América Latina no Século XXI (Org. Dossiê - Heriberto Cairo)	20,00
<b>55</b> jan./abr.2009	Finanças, Política e Território (Org. Dossiê - Leila Christina Dias)	20,00
<b>57</b> set./dez.2009	Povos Indígenas do Brasil (Org. Dossiê - Heloisa Pagliaro)	20,00
<b>58</b> jan./abr.2010	A Periferia em Debate (Org. Dossiê - Anete Brito Leal Ivo)	20,00
<b>59</b> maio/ago.2010	Metrópole (Org. Dossiê - Inaiá M <sup>a</sup> Moreira de Carvalho)	20,00
<b>60</b> set./dez. 2010	Policimento e Polícia (Org. Dossiê - Eduardo Paes-Machado, Jacqueline de O. Muniz)	20,00
<b>61</b> jan./abr.2011	Corpos, Lugares e Coisas (Org. Dossiê - Elena Calvo González, Iara Ma. de A. Souza, Paulo C. Alves)	20,00
<b>SPE 01</b> 2011	Trabalho, Precarização e Resistências (Org. Dossiê - Graça Druck, Tânia Franco)	20,00
<b>62</b> maio/ago. 2011	Teoria Crítica (Org. Dossiê - Luiz Repa, Ricardo Terra)	20,00
<b>63</b> set./dez. 2011	Conhecimento e Inovação (Org. Dossiê - Sonia K. Guimarães)	20,00
<b>64</b> jan./abr. 2012	Amazônia (Org. Dossiê - Edna Castro)	20,00
<b>65</b> maio/ago. 2012	Desenvolvimento e Cooperação Internacional (Org. Dossiê - Elsa Sousa Krachete)	20,00
<b>SPE 02</b> 2012	Conhecimento e Ação (Org. Dossiê - João Carlos Salles)	20,00
<b>66</b> set./dez. 2012	Sociologia Econômica (Org. Dossiê - Marcelo Sampaio, Cristiano Fonseca Monteiro)	20,00
<b>67</b> jan./abr. 2013	Estágio Último da Crise: dimensões (Org. Dossiê - Jorge Nóvoa)	20,00
<b>68</b> maio/ago. 2013	Trabalho e Desenvolvimento: um debate atual? (Org. Dossiê - José Ricardo Ramalho, Roberto Vêras de Oliveira)	20,00
<b>69</b> set./dez. 2013	Ciência e Religião (Org. Dossiê - João Carlos Salles)	20,00
<b>70</b> jan./abr. 2014	Trabalho Imaterial (Org. Dossiê - Henrique Amorim)	20,00
<b>71</b> maio/ago. 2014	Habitação e Aluguel Social no Brasil (Org. Dossiê - Nelson Baltrusis, Laila Nazem Mourad)	20,00
<b>72</b> set./dez. 2014	As Políticas Sociais Brasileiras (Org. Dossiê - Isabel P. H. Georges, Cibele S. Rizek, Marco Ceballos)	20,00
<b>73</b> jan./abr. 2015	Sociologia periférica e questão racial: revisitando Guerreiro Ramos (Org. Dossiê - Breno Bringel, Christian Lynch, Marcos Chor Maio)	20,00
<b>74</b> maio/ago. 2015	Democratização do ensino superior? (Org. Dossiê - Maria Ligia de Oliveira Barbosa)	20,00
<b>75</b> set./dez. 2015	Para onde foram os sindicatos? (Org. Dossiê - Marco Aurélio Santana)	20,00
<b>SPE 03</b> 2016	Brasil na América do Sul: cooperação, democracia e desenvolvimento (Org. Dossiê - Denise Vitale)	20,00
<b>76</b> jan./abr. 2016	A cooperação Sul-Sul do Brasil com a África (Org. Dossiê - Enara Echart Muñoz)	20,00
<b>77</b> maio/ago. 2016	Ambiente e desenvolvimento (Org. Dossiê - Rodrigo Salles Pereira dos Santos, Neide Esterci)	20,00
<b>78</b> set./dez. 2016	Sociologia da cultura contemporânea (Org. Dossiê - Edson Farias, Elder Maia Alves)	20,00
<b>79</b> jan./abr. 2017	Trabalho: novos e velhos contextos (Org. Dossiê - Iracema B. Guimarães)	20,00
<b>80</b> Maio/ago. 2017	Competição Política: Brasil e Argentina (Org. Dossiê - Gabriela Tarouco, Paulo Fábio Dantas Neto)	20,00
<b>81</b> Set/dez. 2017	A atualidade de André Gorz (Org. Dossiê - Josué Pereira da Silva)	20,00